

Daniel José Gonçalves
José Aparício da Silva
Mayco A. Martins Delavy
Organizadores

Desassossegos no Percurso:

uma reunião dos 4 anos de revista



TODAPALAVRA
editora

ESPALHE DESASSOSSEGOS.

revistadesassossegos@gmail.com



[@revistadesassossegos](https://www.instagram.com/revistadesassossegos)



[@desassossegosif](https://twitter.com/desassossegosif)



[Canal Revista Desassossegos](#)



Revista Desassossegos - ISSN 2595-6566

Desassosse^{os} *no Percurso:*

uma reunião dos 4 anos de revista

TODAPALAVRA EDITORA

Editor-chefe

Hein Leonard Bowles

Coeditor

José Aparicio da Silva

Conselho Editorial Ad hoc

Daniel José Gonçalves

José Aparicio da Silva

Mayco A. Martins Delavy

Conselho editorial

Dr. Alexandro Dantas Trindade (UFPR)

Dra. Anelize Manuela Bahniuk Rumbelsperger (Petrobrás)

Dr. Carlos Fortuna (Universidade de Coimbra)

Dra. Carmencita de Holleben Mello Ditzel (UEPG)

Dr. Christian Brannstrom (Texas A&M University)

Dr. Claudio DeNipoti (UEPG)

Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Dra. Divanir Eulália Naréssi Munhoz (UEPG)

Dr. Edson Armando Silva (UEPG)

Dr. Hein Leonard Bowles (UEPG)

Dr. José Augusto Leandro (UEPG)

Dr. José Robson da Silva (UEPG)

Dra. Joseli Maria Silva (UEPG)

Dr. Kleber Daum Machado (UFPR)

Dr. Luis Fernando Cerri (UEPG)

Dra. Luísa Cristina dos Santos Fontes (UEPG)

Dr. Luiz Alberto Pilatti (UTFPR)

Dr. Luiz Antonio de Souza (UEM)

Dra. Manuela Salau Brasil (UEPG)

Dr. Marcelo Chemin (UFPR)

Dra. Maria José Subtil (UEPG)

Dra. Maria Zaclis Veiga (Universidade Positivo)

Dra. Patrícia da Silva Cardoso (UFPR)

Dr. Sérgio Luiz Gadini (UEPG)

Dra. Silvana Oliveira (UEPG)

Dr. Vanderlei Schneider de Lima (UEPG)

Dra. Vera Regina Beltrão Marques (UFPR)

Dr. Vitoldo Antonio Kozlowski Junior (UEPG)

Dr. Wolf Dietrich Sahr (UFPR)



Ilustração de
Ana Pérola Oliveira
da Silva

Daniel José Gonçalves
José Aparicio da Silva
Mayco A. Martins Delavy
Organizadores

Desassosse^{os}os *no Percurso:*

uma reunião dos 4 anos de revista



T O D A P A L A V R A

editora

Revisão Daniel José Gonçalves
Supervisão Editorial Daniel José Gonçalves, José Aparicio da Silva
e Mayco A. Martins Delavy
Arte da capa Dyego Marçal sobre a obra *Flor de Pascua*,
de M. C. Escher, 1921
Arte da contracapa Dyego Marçal sobre a obra *Flor de Pascua* -
Nunca pense antes de agir, de M. C. Escher, 1921
Projeto gráfico e diagramação Dyego Marçal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Desassossegos no percurso : uma reunião dos 4 anos
de revista / Daniel José Gonçalves, José Aparicio da
Silva, Mayco A. Martins Delavy, organizadores.
-- Ponta Grossa, PR : Todapalavra, 2022. ISBN

978-65-89612-02-5

1. Cultura e sociedade 2. Educação e cultura
I. Gonçalves, Daniel José. II. Silva, José Aparicio
da. III. Delavy, Mayco A. Martins.

22-111559

CDD-370.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e cultura 370.9

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Todapalavra Editora Ltda.

Rua Xavier de Souza, 599

Ponta Grossa – Paraná - 84030-090

Telefones: (42) 3226-2569 / ((42) 98424-3225

E-mail: todapalavraeditora@todapalavraeditora.com.br

Site: www.todapalavraeditora.com.br

PREFÁCIO

Numa tarde de quinta-feira, eu chegava para dar aula no *Campus* Pinhais, do IFPR, quando se aproximou um professor que, após cumprimentos e apresentações, disse que ajudava uma revista e precisava do contato do ex-secretário do MEC, Eliezer Pacheco, para uma entrevista.

Adicionamos o professor ao grupo de mensagens de celular. Mais tarde, a professora Magda perguntou:

- Quem é esse Aparício que está no nosso grupo?

Respondi:

- É um professor *rock 'n' roll*, tatuado, contador de histórias, que ajudou a montar uma revista com caráter educacional extra-classe. Ele veio de Telêmaco Borba!

Foi-nos apresentada a revista. No início entendi que era “desassossego”, depois, já participando como leitor e colaborador, percebi que era “Desassossegos”. É de lascar! No plural tem 6 “és-ses”. E um deles tem som de “z”. Quem fica sossegado com isso?! Eis a pretensão do veículo de comunicação daqueles professores.

As seções da revista tratam de temas que perpassam o cotidiano dos estudantes, mas reforçam uma visão científica sobre eles. Em tempos de notícias falsas ou desinformações intencionalmente malignas, que charmosamente chamamos de “fake news”, tratar de assuntos difíceis com condução racional e, ao mesmo tempo, colocar leveza com citações bibliográficas, com letras de música, com poesia, com filmes e vídeos é um feito extraordinário!

Ficar inquieto perante um assunto não era ter insônia ou crise de apreensão, mas ter a mesma sensação de resolver uma cruzadinha, um quebra-cabeça ou um sudoku. É lúdico solucionar com racionalidade... e quando não se consegue apontar para algum lugar, faz-se questionamentos pertinentes. As perguntas lançadas eram racionalmente assentadas.

Desde o texto de um aluno que apresentava a cantora Pablio Vittar, para nós mais velhos, a um professor que apresentava o poeta Fernando Pessoa, para os estudantes adolescentes, a linguagem era simples, sem perder a altivez de uma informação relevante.

Desassossegos nos move a dar sentido à vida, quando perguntamos “o que é?”. As inquietações desta revista nos impulsionam a perguntar “o que é liberdade?”, “por que temos pobreza?”, “o que é o belo?”, “onde está a felicidade?”. A *Revista Desassossegos* escreveu algumas respostas, assim como deu dinâmica a algumas dúvidas ou turbinou a necessidade de buscar mais.

O instigar o juízo do gosto foi feito com ilustrações famosas na capa, com Pessoa intrometido, e sempre com desenhos de alunos e colaboradores no miolo. Até o folheio no *issuu* acompanhou o embalo estético.

Falar sobre a necessidade da inclusão ou apontar a desigualdade social foi um compromisso moral assumido, já que as escolhas não estão só no âmbito da liberdade, mas também das possibilidades. A possibilidade está onde as linhas da ética e da política se cruzam.

As abordagens têm alicerces na história, na geografia, na física, na biologia, na linguística... A ciência com ludicidade e compromisso consciente àqueles que querem ser livres e felizes.

A revista fincou pé numa encruzilhada onde se encontram a estética, a ética, a política e a ciência. Fincar o pé, já é demais! Se se afirmou, ficou sossegada... Parece que temos a certeza da dúvida, que estamos num paradoxo, estamos com desassossegos.

O livro reúne este período de descontraídos questionamentos em que a revista esteve em produção. Em formato de livro, dá oportunidade aos novos leitores de se apropriar do seu estilo de linguagem e da sua evolução. Aos antigos leitores, de perceber a magnitude da proposta, rever, com atualizadas perspectivas, as entrevistas, as contribuições de professores(as) e alunos(as), os temas que encantaram leitores e leitoras a se deliciar novamente com a estética informativa de *Desassossegos*.

Dá-se um tempo para a revista, enquanto lemos este livro, esperando que os professores, ao voltar de suas licenças, retomem um segundo ciclo de inquietudes, pois este livro é seu apanhado primeiro, de quem educa para a felicidade.

Irineu Mario Colombo

Doutor em Educação, Colombo é professor aposentado do IFPR. Exerceu os cargos de Reitor do IFAL e do IFPR, de Diretor do MEC e também de Deputado Federal e Estadual.

UMA COISA OU OUTRA SOBRE DESASSOSSEGOS E ESTE LIVRO

por Daniel José Gonçalves

Quem trabalha com educação sob uma perspectiva crítica sabe que os processos de ensino e aprendizagem não respeitam as fronteiras da escola e muito menos da sala de aula. E isso vai muito além da conhecida ideia de que “é possível aprender em qualquer lugar”. A ligação entre o *mundo da vida* e o *mundo do conhecimento* é fundamental não só para o cumprimento do papel da escola, como instituição capaz de propor a transformação da sociedade em favor da dignidade social, política e econômica de todas as pessoas, mas também para o estabelecimento de uma sociedade com valores humanistas e inclusivos, com sujeitos que compartilhem dos benefícios dos progressos alcançados e, da mesma forma, da responsabilidade de seus custos, sejam políticos, ambientais, sociais ou humanos. O princípio da responsabilidade que, como coloca Sartre em *Que é a Literatura?*, pressupõe que a pessoa deve se posicionar diante de algo que passou a conhecer, consiste em um dos norteadores da *práxis* educativa, oferecendo a ela contornos que orbitam entre a provocação, que instiga o raciocínio e promove a pergunta, e a clareza sobre os objetivos que cada ação dentro do âmbito da escola sustenta.

É desse caldo primordial que se origina Desassossegos. Misto de provocação, incômodo e desafio, gestada num debate descontraído após uma reunião de trabalho no Instituto Federal do Para-

ná, em Telêmaco Borba, a Revista Desassossegos carrega, de um lado, a clareza de buscar o diálogo com a comunidade escolar, ligando escola e vida, e, de outro, a provocação de propor o debate sobre questões contemporâneas sem rebuscamentos ou prolixidades, mas com substância e profundidade científica, desafiando a responsabilidade de quem escreve e de quem lê.

Qualquer pessoa, independentemente da idade ou grau de instrução, numa reflexão que nem precisa ser profunda, pode chegar à embaraçosa pergunta: enquanto sociedade, afinal, o que estamos fazendo de nós mesmos? São tantos os progressos científicos e tecnológicos, tantos os conhecimentos e experiências acumuladas, diversas as fontes de divulgação e difusão de informações, porém, ainda é preciso lidar com a irracionalidade da fome crescente, do envenenamento dos alimentos com agrotóxicos, da desigualdade social aviltante, da violência física e simbólica sem precedentes (a despeito de sermos uma sociedade com nível de organização e geração de riqueza inéditos na história), com a precarização do trabalho, com a banalização da morte, com a disseminação de ideais fascistas e xenofóbicos, com a devastação da natureza, com a alienação decorrente da imersão no mundo virtual, com suas manipulações, seduções e pós-verdades, com a ideia de que isso tudo é progresso e que nunca estivemos melhores. Parece evidente que entre o saber produzido e aquilo que vivenciamos em nossa organização social, política e econômica há uma lacuna perturbadora. Nesse sentido, encontrar meios que aproximam saberes e pessoas é tarefa mais que urgente, é crucial para continuarmos a ter futuro.

Uma vez que Desassossegos nasce dentro de uma instituição pública de ensino comprometida com o saber científico e melhoria de vida das pessoas, em suas diferentes dimensões, a estratégia foi procurar aproximar à comunidade escolar, às pessoas em geral, os saberes produzidos nas universidades, buscando, dessa forma, dentro de suas limitações, intervir em tal lacuna. Provocar professores e pesquisadores das mais importantes universidades

do país ao diálogo com pessoas com diversos graus de instrução, é propor que se pense na melhor estratégia discursiva que faça interlocutores serem provocados pelo saber, mas não afugentados por ele. É, também, propor que se saia da “zona de conforto”, do diálogo com pares, para buscar a palavra, o discurso que aproxima quem está fora do circuito comum de debate. Tudo isso ao lado de estudantes do ensino médio público, com suas próprias leituras de mundo e preocupações. Como escreve o poeta inglês W. D. Auden: “Para que um blábláblá interminável / Se os fatos são nossa melhor ficção? / Antes o verbo facilmente achável // Do que da rima a falsa encantação”.

Os versos do poeta inglês W. D. Auden são inadequados como comparação à forma como o saber científico é produzido e difundido, e não pretendemos ser levianos de maneira nenhuma, afinal, a forma, nesse caso, assegura o desenvolvimento e responsabilidade acerca do que é feito. No entanto, a provocação aqui é fazer o conhecimento, o saber, alcançar as pessoas e deixar de ser “apenas” um “blábláblá interminável”, “uma rima de falsa encantação”, feita entre e para iniciados, para tornar-se uma ponte que liga pessoas, saberes, experiências, *práxis*, e que represente, de fato, uma passagem para aquilo que Raymond Williams chama de *cultura comum*, em contraposição à *cultura em comum*. *Cultura comum*, sustentada por Williams em *A ideia de uma cultura comum*, enquanto “democracia educada e participativa”, pressupõe diálogo, e diálogo, como defende Mikhail Bakhtin, é interação, troca. É estar atento não só ao que dizer e como, mas também implica ouvir, porque as escolhas sobre o que dizer e como presumem buscar conhecer as preocupações e saberes do outro. Não se trata, portanto, de “transmissão” do saber, mas de compartilhamento do saber, enquanto “herança humana comum, sem a qual a participação de cada homem seria mutilada e empobrecida”, conforme aponta Williams. Dessa maneira, outra forma é necessária, assim como a manutenção do rigor e da responsabilidade do que é exposto, atentando-se às relações entre o *mundo da vida* e o *mun-*

do do conhecimento, sem as quais é impossível se aproximar das pessoas. Nesse contexto, portanto, os versos de Auden oferecem um importante desafio a professores, intelectuais e acadêmicos. Encontrar a palavra que alcance o outro é tarefa das mais complexas que toda experiência humana exige, independentemente do contexto, gênero, idade ou grau de instrução. Dentro da escola, impor-se tal tarefa é obrigação. Educar e pensar o mundo, em suma, é desassossegar e se desassossegar.

Sendo assim, *Desassossegos* foi organizada por meio de colunas temáticas que pretendiam criar um contexto pluridisciplinar, ou seja, de cooperação entre disciplinas. O intuito era tratar do contemporâneo sob diferentes vieses, sob diferentes formas, oferecendo ao leitor a possibilidade de ser fisgado num ou noutro artigo, de uma ou outra forma. A coluna *Olhos sobre a tela* tinha como objetivo principal a abordagem do cinema e suas relações com a História; *Contrarregra* buscava tratar de questões de alteridade, discutindo aquilo que é compreendido pelos setores mais conservadores da sociedade como “normal”, “natural”, “regra”; o olhar filosófico ficou a cargo da coluna *Agouros da ágora*, que analisava a lógica, os paradoxos e contradições por trás de práticas e discursos na contemporaneidade; a participação de estudantes ficou assegurada pela coluna *Gazetas*, cujo nome, ironicamente, aludia ao gazeirar aula, ou seja, tratava-se de um enfrentamento à estrutura da Escola tradicional, salientando que o estudante fora da sala de aula também pensa e precisa ser ouvido; *Mil faces secretas* era a coluna dedicada à literatura e leitura; aspectos relacionados à Geografia Humana eram abordados pela coluna *Lente de aumento*; *Palavras maiores* foi o nome dado à coluna que trazia pesquisadores e pesquisadoras com maior reconhecimento no mundo acadêmico; havia também uma coluna dedicada a entrevistas chamada *Desassossegos*; e o texto literário tinha seu espaço na coluna *Ócios*, que trouxe alguns dos mais importantes nomes da literatura brasileira atual. No último volume agregou-se, ainda, a coluna denominada *Leituras*, como espaço de troca de experiência, misto de

resenha e reflexão a partir de alguma leitura. Havia em todo o projeto, como pano de fundo, mas não menos importante, a alusão ao poeta português Fernando Pessoa e todo um cuidado com o uso de trabalhos artísticos. Emprestado do poeta português, o nome da revista faz referência ao *Livro dos Desassossegos*, do semi-heterônimo Bernardo Soares, e traz como subtítulo uma das frases da obra: “absurdemos a vida, de leste a oeste”. Assim, optou-se por fazer as artes de capa de todos os volumes da revista baseadas em obras de arte consagradas, sempre inserindo a imagem de Fernando Pessoa na composição da obra, como uma espécie de “penetra”, como se diz na gíria. Atrevido e insolente, sem ser convidado, figurando em obras consagradas e ao mesmo tempo em nossas casas, *tablets*, computadores e celulares, Pessoa era o elemento visual que sugeria uma espécie de intrusão, era o elemento visual do desassossego, como algo que incomoda uma harmonia ou estado conhecido. Estudantes também participavam da composição visual da revista por meio de ilustrações criadas a partir de suas próprias leituras dos artigos, uma convivência simbolicamente muito rica de quebra de hierarquia. Vale destacar, no entanto, que o belo e competente trabalho de Dyego Marçal no projeto gráfico e diagramação foi decisivo para o destaque de *Desassossegos* como trabalho a ser apreciado também visualmente.

Da parceria entre dois professores do Instituto Federal do Paraná (inicialmente, ambos de Telêmaco Borba e, posteriormente, um de Telêmaco e outro de Pinhais), e outro da Rede Estadual do Paraná (professor em Curitiba), publicou-se, semestralmente, um total de sete volumes entre outubro de 2018 e outubro de 2021, todos disponíveis no perfil da revista na plataforma do *issuu* ([Revista Desassossegos - ISSN 2595-6566](#)). As publicações foram acompanhadas de intervenções no *Instagram* ([@revistadesassossegos](#)), no *Twitter* ([@desassossegosif](#)) e no *Youtube* ([Canal Revista Desassossegos](#)), além de palestras presenciais com autores em tempos anteriores

à pandemia. *Máximas e milímetros: sensações de coisas mínimas* foi um dos trabalhos desenvolvidos nas redes sociais em que, num pequeno vídeo, convidados indicavam alguma obra para apreciação. As palestras, antes presenciais, por conta da pandemia migraram para o *Youtube* e carregam o título geral de *Tecendo prosa*. Há conversas com autores, entrevistas e debates promovidos pelos organizadores do projeto, além de palestras para professores da Rede Municipal de Curitiba. Todo esse material está disponível nos *links* acima.

O projeto da Revista Desassossegos revelou que é possível e necessária a articulação entre universidade, artistas, escola e comunidade escolar. Mostrou também que ao lado do discurso progressista deve vir a prática, pois a disposição de escritores, professores e pesquisadores das mais importantes universidades do país, de diferentes regiões, em colaborar conosco (um projeto que nasce no seio do ensino médio técnico, numa cidade do interior do Estado do Paraná) foi uma demonstração de autenticidade. São autores e autoras que se apresentaram ao diálogo para além dos seus pares, se adequando ao universo de Desassossegos, colocando-se o desafio de adaptar seus discursos ao público alvo da revista.

Tal público, inclusive, logo se fez conhecer diversificado. Todavia, infelizmente, não é possível realizar uma avaliação criteriosa sobre o perfil dos nossos leitores e leitoras, uma vez que o projeto não obtinha bolsa de fomento e a plataforma utilizada para publicação era livre, tendo, portanto, recursos limitados. Além disso, tinha uma pandemia no meio do caminho que nos afastou fisicamente dos espaços em que atuamos. De certa forma, Desassossegos nasce com uma vocação de não se limitar a determinada escola ou cidade, já que a colaboração entre os organizadores se dava em duas e depois três cidades diferentes, fora os autores e autoras que vinham de diferentes regiões do país. Assim, a pandemia que nos afastou fisicamente do espaço escolar nos aproximou de diferentes espaços virtuais e, aparentemente, fez com que alcan-

çássemos em especial professores e professoras do ensino público, interação que se verificou por meio de palestras e redes sociais. Nossos estudantes, como muitos outros, afastaram-se de tarefas relacionadas à escola durante a pandemia por diversas razões. Ademais, formar leitores na escola ainda é um desafio dos mais complexos. Entretanto, muitos acompanharam o projeto e colaboraram com ele mesmo à distância.

A obra que você tem em mãos trata-se de uma reunião dos artigos e ilustrações publicados ao longo desses 4 anos. Aqui você terá uma visão panorâmica do trabalho desenvolvido e poderá chegar a suas próprias conclusões. Inclusive, vale ressaltar que transformamos em livro artigos originalmente escritos para revista, o que acarreta em certa perda de padrão em algumas escolhas de formatação. Alguns dos textos, conforme vontade de seus autores e autoras, podem ter sofrido ligeiras alterações e ganharam, também, notas de rodapé com explicações de fatos ou dados relevantes. Outros, publicados ao longo dos 4 anos de projeto, podem ter ficado de fora deste livro por diferentes razões. Salientamos que as ilustrações que acompanham os contos foram produzidas por estudantes do ensino médio e foram desenvolvidas conforme a leitura e interpretação de quem as fez, carregando, dessa forma, autoria e originalidade. Esta é uma obra que, para muito além de um “resumo”, pretende ser um gatilho para outras leituras, para apreciação de obras, ideias para planejamento de aulas e para sairmos de nossa zona de conforto, seja intelectual, política ou existencial - objetivos que sempre estiveram na mira de Desassossegos.

Se a essa altura tudo lhe parece ambicioso demais, certamente você reconheceu o significado velado de nosso subtítulo: *absurde-mos a vida, de leste a oeste*, pois a utopia requer confiança, norte e responsabilidade, mas também precisa de certa dose de incômodo e reconhecimento de que, do início ao fim, o absurdo não precisa ser o seio do niilismo, mas sim o seio do inconformismo.

***Boas leituras
e bons desassossegos.***

SUMÁRIO INTERATIVO

PALAVRAS MAIORES

JOÃO GILBERTO NOLL, O ESCRITOR | 23

por Paulo Venturelli

ME AJUDE EU!!! | 30

por Hein Leonard Bowles

A CONVÊNCIA DO ESTADO TOTALITÁRIO COM A FIGURA DO TORTURADOR | 34

por Nádia Souki

NOVA RESPOSTA AO TEMPO | 46

por Roberto Amaral

Para Aldir Blanc

A LITERATURA COMO LUGAR DE ENCONTRO E DE RESISTÊNCIA | 52

por Regina Dalcastagnè

A SABEDORIA DO AMOR: CONHECIMENTO PODEROSO | 64

por Giselle Moura Schnorr

ÓCIOS

Astro-apagado | 72

João Anzanello Carraschoza

GAZETAS

A PORTA QUE NOS LEVA ÀS DESCOBERTAS | 76

por Lohany de Oliveira Ferreira

AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NA LUTA POR POLITIZAÇÃO | 80

por Mateus Henrique Alves de Oliveira

POESIA, FRUIÇÃO E RESISTÊNCIA | 85

por Marcelly Maria Souza da Cruz

O PECADO DAS MULHERES | 90

por Isabella Martins

"DIREITOS HUMANOS SÃO A BÚSSOLA, O NORTE E O CAMINHO. TAMBÉM SÃO A RESPOSTA PARA ESTA CRISE E PARA TODAS AS OUTRAS CRISES, PASSADAS OU FUTURAS." | 96

Entrevista com Danielle Annoni

OLHOS SOBRE A TELA

QUALQUER SEMELHANÇA É MERA COINCIDÊNCIA | 107

por José Aparício da Silva

NEOLIBERALISMO E O CAPITAL: AS CONSEQUÊNCIAS DA (DES)HUMANIZAÇÃO | 112

por Mayco A. Martins Delavy

TOCA RAUL! | 118

por José Aparício da Silva

A VIDA ETERNA DE ZÉ DO CAIXÃO | 122

por José Aparício da Silva

A ASTÚCIA DO JECA | 129

por José Aparício da Silva

CORINGA: UM RETRATO DA SOCIEDADE NO ESPELHO | 134

por Joel Júnior Cavalcante

O menino invisível | 138

Luiz Ruffato

MIL FACES SECRETAS

EXPERIÊNCIA E INGENUIDADE, UMA CONTRADIÇÃO QUE FORMA BONS LEITORES | 149

por Cezar Tridapalli

POESIA PARA INICIANTES | 154

por Daniel José Gonçalves

UTOPIA/DISTOPIA EM HUXLEY E A PREVISÃO DO CAPITALISMO SELVAGEM | 158

por Paulo Venturelli

LIMA BARRETO E DIAS GOMES DIALOGAM SOBRE UM BRASIL DE EXCESSOS
E DE FAKE NEWS | 166

por Peterson Nogueira

FORMAR LEITORES/AS COM PAULO FREIRE | 174

por Vima Lia de Rossi Martin

QUILOMBOS IN PAPEL: PERIFERIAS CONTRA O *APARTHEID* EDITORIAL BRASILEIRO | 181

por Nivaldo Brito

"OLHAR PARA O ALUNO, DIALOGAR E TENTAR ENTENDÊ-LO PARA POSSIBILITAR
A MELHOR FORMA DE ELE SE DESENVOLVER." | 186

Entrevista com Zoia Prestes

Por Mayco A. Delavy

LENTE DE AUMENTO

DE LOUCO, TODO O MUNDO PRECISA UM POUCO | 199

por Igor de Barros Ferreira Dias

A GEOGRAFIA URBANA DE TELÊMACO BORBA: DO PLANEJAMENTO AO CADS | 204

por Gustavo C. Bahr

A ÚLTIMA PÁGINA | 209

por André J. Schneider

HABITAR A CIDADE: O PLANEJAMENTO DAS DESIGUALDADES EM CURITIBA | 212

por Adriana Rita Tremarin

"DIA DE PRETO": REFLEXÕES SOBRE FERIADOS, DATAS COMEMORATIVAS E RACISMO ESTRUCTURAL NO BRASIL | 217

por Felipe Comitê

A NATUREZA CIVILIZADA: DESTRUIÇÃO NA ESTEIRA O PROGRESSO | 223

por Gustavo F. Olesko

ÓCIOS

Passagem do tempo | 227

Miriam Alves

CONTRARREGRA

EXCEÇÃO E REGRA: MULHERES VESTIRAM A FARDA DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ | 232

por Andréa Mazurok Schactae

REFLEXÕES SOBRE AS NARRATIVAS SOBRE PAPÉIS DE GÊNERO | 239

por Luciana Panke

O PAPEL DAS HASHTAGS NA COMODITIZAÇÃO DAS MINORIAS | 247

por Jeanine Geraldo Javarez

O OLHAR BÁRBARO DAS CRIANÇAS | 252

por Raquel Zanini

"COM O ISOLAMENTO SOCIAL, A QUEBRA DA CONVIVÊNCIA, AS NOVAS FORMAS DE CONVIVER, DE PARTICIPAR, TROCAR, EXISTIR, ADOECEMOS MAIS. MAS O QUE FAREMOS DIANTE DISSO?" | 260

*Entrevista com Adriana Carrijo
por Raquel Zanini*

**DESAS
SOSSE
GOS**

AGUROS DA ÁGORA

DIREITO À TERRA, DIÁSPORA E OS SUBALTERNOS EM TORTO ARADO | 268

por Peterson Nogueira

DE LOCKE AO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL:
UBERIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO | 275

por Rondnelly Diniz Leite

CLICHÊ | 283

Natalia Borges Polezzo

A REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NO CINEMA
A PARTIR DOS LIVROS A MÍSTICA FEMININA [BETTY FRIEDAN] E O
MITO DA BELEZA [NAOMI WOLF] | 286

por Natália Bocanera Monteiro Latorre

PESSOAS | 292

ÓCIOS

LEI
TURAS

PALAVRAS MAIORES



JOÃO GILBERTO NOLL, O ESCRITOR¹

por Paulo Venturelli

Tempos atrás, em entrevista dada ao jornal *Rascunho*, João Gilberto Noll apresentou uma série de elementos que podem ser pescados para se ter entrada viável à sua obra complexa e fascinante. Começando a falar sobre o desejo de ser cantor lírico quando adolescente, ele acaba afirmando que sua opção pela literatura moveu-se no sentido de querer colocar no mundo alguma coisa que ainda não existia, no que teve pleno êxito, já que seus livros, de cabo a rabo, têm uma moldura e consistência inigualáveis em nossa literatura contemporânea.

Afirma ele também que o fato de escrever brota de sua grande insatisfação com o real e, o que cria, tem tom de transfiguração desse real. Seus personagens, um tanto paranóicos, cindidos e andarilhos sem norte ou sul, estão à margem do âmbito familiar e social, com traçado de verdadeiros párias que perderam o eixo e, embriagados pelo vazio, se automutilam e mutilam os outros, puxados que são pelo *destino* desconhecido e, ao mesmo tempo, inexorável.

Autor que estreou maduro, aos 34 anos, com *O cego e a dançarina* (contos), livro que me atrevo a classificar como comum, sem grandes novidades. A seguir, em 1981, publica *A fúria do corpo*, romance no tom e na linguagem barrocos que ainda não apresenta a técnica de Noll que só vai se revelar em 1985, com o excelente *Bandoleiros*. Neste estão presentes as marcas que farão de Noll nosso maior escritor contemporâneo: personagens triturados porque o chão existencial foi perdido ou nunca existiu, afastados de qualquer rotina que circunda a vida que levamos aos trambolhões. Se Noll, na adolescência foi submetido a tratamento

¹ Artigo originalmente publicado no primeiro volume de *Desassossegos*, em outubro de 2018.

psiquiátrico, ocasião em que chegou a levar choques e ele mesmo está convencido de que seus personagens são desequilibrados, *Bandoleiros* vem iniciar a esplendorosa saga dos livros de Noll, nos quais encontramos criaturas sempre em trânsito, angustiados até a última raiz da vida para quem viver é duro exercício de sobrevivência no não-sentido.

Mas, se a temática é desmoranante, o escritor é sobretudo artista de linguagem, artista que burila o discurso até descarná-lo de adereços fúteis e com esta técnica ficcionaliza o que para ele é nossa época de horror. Com a linguagem que atualiza o instante, captado num lance de expressividade máxima e veloz, ao mesmo tempo este instante não oferece um *continuum* automatizado. O Tempo, praticamente ausente em *Bandoleiros*, flutua nas ações tresloucadas dos personagens entre o que se pode chamar de elevação e o seu oposto: o abismo. E é nesse abismo que seus entes esboçam gestos de quem não tem mais energia para continuar. A ação tem tinteira aleatória, como se elas, as criaturas, fossem marionetes manipuladas por um deus cego, embriagado e ensandecido, jogando-as nas garras do acaso que, de forma kafkiana, irá retalhar qualquer conceito que elas poderiam ter sobre si mesmas e o mundo ao redor. Mundo sempre estreito, na dimensão de seus pés, mundo que, se se abre é para a caminhada em que impera o nada e o absurdo que, em alguns romances, levam o ser a ir findando aos poucos, sem qualquer porta de redenção.

Como define o próprio escritor, suas narrativas não são normativas, ou seja, ele não aceita nenhuma norma nem para a vida, nem para a escritura. Em decorrência, o que sai de sua mão tem caráter de expatriado, anda numa região oleosa que prende as pernas, numa atmosfera imprecisa e nevoenta de sonho/pesadelo, o que permite ver nos seus frutos literários um acento de Dostoiévski.

Elejo *Bandoleiros* neste artigo porque é o romance da inflexão, da mudança de rumo, do encontro com o registro pessoal que vai guindar nosso escritor ao primeiro patamar da literatura brasileira. Desprezando noções de realismo – a praga empobrecedora da literatura atual – e a verossimilhança, Noll faz o leitor se perguntar o tempo todo: *o que é isto? O que está acontecendo? Que história é esta?* Tal escritor aponta seus estiletes estéticos para nossa male-

molência, para nossa preguiça mental, nos tirando de nossa zona conhecida e revira nossas crenças tão banais pelo avesso. As certas que nos conduzem, da religião à sexualidade, são implodidas por *vivências* de personagens que escapam a qualquer definição a priori, definição confortável, definição com os materiais estúpidos com que construímos nosso mundinho no dia a dia.

Bandoleiros no seu início já nos apresenta a morte do escritor João (notar o mesmo nome do autor), escritor fracassado que não consegue terminar o texto que vem elaborando. Há outro escritor que vem a ser o narrador do que lemos e este tem encontro com outro personagem, Steve, americano, encontro esse que leva à implosão do universo dos dois. Se João morreu, a morte terá seu império ideológico espreado por todas as cenas desse roteiro em que a selvageria reina absoluta, triturando o resto de humanidade das pessoas que desfilam diante de nossa perplexidade.

De Boston a Viamão (RS), nosso escritor-narrador vive a odisséia dos estilhaços. Por isso, o discurso é fragmentado. O personagem dopado pelo álcool, em choques intermináveis com o entorno, tudo regado a sangue e agressividade, com elementos do cenário retalhando o corpo do pobre coitado – *Os últimos tempos com Ada tinham me deixado uma espécie de abscesso no pensamento e com ele eu me ocupava o tempo todo. – O fato é que as pessoas se procuram cheias de feridas e se iludem com uma conversa. Acham que de conversa em conversa vai-se aguentando até morrer.* A ex-mulher vai ajudá-lo a construir a SOCIEDADE MINIMAL, certa instituição com cara de seita, algo entre o utópico e o hippie, busca desesperada por tipo de vida que acolchoe os desamparados. Só que ali acontecem os problemas mais variados e em lugar de solução todos encontram motivos para mais estra

Em *Bandoleiros* não é o enredo o mais importante. E sim as cenas panorâmicas que recebem closes que vão nos levar a detalhes que à primeira vista são desimportantes, mas nos conduzem à devastação completa de tudo o que temos diante dos olhos. Há um roteiro de múltiplas vertigens, como se *homens* e *mulheres* estivessem investindo contra fantasmas carnalizados e ressuscitados por pesadelos. É narcótico o que lemos e ao ler levamos os muros que os personagens se dão entre si. – *A bem da verdade, qual o dia*

que passa sem alguém não dissolver minha última esperança? Há sempre alguém a postos para declarar que estou perdido. Que já é outro o rumo das coisas e que eu me atrasei. Que a História marcha, e olha como ainda estou cheio de ilusões. Tudo marcha em direção a uma clareza que absolutamente não compreendo. – Quando vi a mancha clara ao pé do morro, me perguntei o que deveria ser feito. É que Steve não era só chato, mas perigoso também. E eu não tinha mais fôlego para continuar a correr. Nem onde me esconder: na planície do outro lado não havia vegetação nem pedras volumosas.

Se o romance em si aparenta a simplicidade em sua fatura, tal simplicidade eleva o narrado a uma dicção épica, porque nos deparamos com seres em luta pela sobrevivência, luta contra monstros de todos os feitios, mesmo que tal luta desabe no seio do nada, na desesperança e seja impulsionada por coisa nenhuma. Talvez, quando cito a sobrevivência, estou sendo otimista demais, diante de tanta devastação revelada numa espécie de câmera lenta em que sou obrigado a encarar o que não quero ver. Coroando a desmistificação do que se tinha como herói ou personagem pleno, há o empenho de certo aspecto existencialista a mostrar o corpo apodrecendo ao vivo, o corpo repleto de miasmas, o corpo com seus fluidos purulentos se desfazendo na vastidão de coisa nenhuma. Seres tomados pela insuficiência diante do real e do outro, como quer David Trace, *homens* que à míngua são herdeiros da morte. Não há mais deus nesta praça desvanecida e a solidão corrói o ânimo, a alma, a pele, os ossos. Se João morreu, nesta morte temos um diálogo com Beckett, cujo Malone também morre e tal anulação anuncia o fim de todas as artes num mundo que se tornou o grande shopping-center de nulidades vulgares e sem substância. Hoje, os homens morrem aqui principalmente por falta de apego àquilo que foi considerado a cultura humanista. O fetiche da tecnologia tem feito uma política de terra arrasada e não deixa espaço para as questões de ponta que sempre nortearam o homem ocidental e suas criações. O resultado está aí: somos bonecos ocos devorando fast-foods, somos, como Noll nos diz, andarilhos e vagabundos que perderam a rota e em seu lugar colocaram a política do embuste, da enganação, da armadilha ao som do plim-plim que nos deixa siderados diante da telona e não percebemos mais

que nosso chão firme nos foi roubado, em intercâmbio com o chulo banhado de ídolos que não passam de mercenários e peões de interesses aos quais não temos acesso.

Bandoleiros é um desfile cruento de estupros, assassinatos, suicídios, corpos abertos a verter sangue sem qualquer ranço de culpa judaico-cristã. Se a morte é o índice onipresente, isto leva os personagens à autofagia mais delirante. Mesmo que João Gilberto Noll quebre o conceito de representação realista, ele está atento à pedagogia da alienação a que somos submetidos diuturnamente. Assim, seus personagens são carniças expostas aos urubus como somos restos de qualquer coisa asfixiados na fome de lucro dos grupelhos que dominam o mundo sem fronteiras. – *Era um homem que não sabia mais ser. Cortar a grama ou defecar: o mesmo. – Jill de joelhos debruçou-se sobre o rosto de Steve, e disse que não tinha como saber. Não havia mesmo sondagem possível em cima daquele rosto macilento, com a boca aberta mas já sem nenhuma expressão.*

Neste far-west depenado sobre a agonia, não há qualquer explicação racional sobre os acontecimentos expostos. Tudo o que existe no romance existe por existir, num exercício de esterilidade, como escreveu Rinaldo Gama. Os delírios constantes dos personagens levam o leitor a comprovar a estética da impossibilidade. O amor é travado pela sensação de nojo. O sexo perde a beleza e a humanidade da fusão e se torna mera fisiologia cínica e animal. Para tanto, a linguagem é tão áspera quanto são ásperezos os bandoleiros, segundo apontou o também autor gaúcho Caio Fernando Abreu.

Enfim, este é o romance da decomposição e nos serve de alerta: o que fizemos de nós, da vida, do mundo? Onde foi parar a glória da cultura ocidental? O que é nosso cotidiano, limitado em geral a um trabalho desagradável que empurramos com a barriga só para garantir o salário que nos pague as contas? Onde ficou a graça e o sentido de viver? Vigados por câmeras de todos os lados nos afogamos no consumo cujo objetivo é tapar o grande buraco da rotina. Ele não se deixa cobrir. Optamos por caminhos destrambelhados cujo final é o precipício. Os bandoleiros somos nós. Morto em 29.3.2017, J. G. Noll, com sua obra arrebatadora, acrescentou algo importante no mundo, superou os limites de nos-

sa literatura e nos deixou recados instigantes. É nosso dever ler e reler seus livros. Quem sabe, desta maneira, possamos resgatar um pouco de nossa humanidade esfarrapada.

Por ocasião do falecimento de João Gilberto Noll, aos 70 anos, Manuel da Costa Pinto, crítico de ponta, escreveu pequeno artigo na *Folha de S.Paulo* e sublinhou traços marcantes da produção deste escritor: o universo sombrio com temporalidade estática a resvalar nos limites do fantástico; personagens que cancelam a fronteira entre interioridade e exterioridade; o corpo como pátria dos protagonistas, quase sempre anônimos e em fuga, de identidade instável e sexualidade polimorfa; radicalização ao suspender as marcas temporais e geográficas como modo de reagir à insubordinação do ser às apropriações por olhares do outro, desejos alheios, cárceres sociais e prescrições da linguagem. Assim, o crítico nos passa boas chaves para adentrar o circuito de um mundo atormentado e visceral, por onde Noll faz circular seus personagens.

Além das obras citadas, estes são os outros livros de João Gilberto Noll:

- *Rastros de verão* – 1986
- *Hotel Atlântico* – 1989
- *O quieto animal da esquina* – 1991
- *Harmada* – 1993
- *A céu aberto* – 1996
- *Canoas e marolas* – 1999
- *Berkeley em Bellagio* – 2002
- *Mínimos, múltiplos, comuns* – 2003
- *A máquina de ser* – 2006
- *Acenos e afagos* – 2008
- *Solidão continental* – 2012

Como é visível, João Gilberto Noll produziu com regularidade e, no conjunto, seus livros dão ao leitor a prosa plasmada em andamento torturado, litúrgico, como bem define Manuel da Costa Pinto no artigo acima referido. E não posso esquecer de mencionar os cinco Jabutis recebidos pelo autor, o que demarca sem dúvida a qualidade de sua produção que ainda se estende por livros para o público juvenil: *Sou eu!*, *O nervo da noite* e *Anjo das ondas*.

Ler este autor é uma forma de conhecer com maior proximidade o ser humano envolvido com espirais de problemas que tangenciam, talvez, muito do que se passa em nossa condição cotidiana. Noutras palavras: Noll nos oferece lupa sem distorção para que conheçamos muito de perto a composição particular, social e histórica do que somos e dos conflitos nem sempre aparentes que mantemos com o outro.

ME AJUDE EU!!!¹

por Hein Leonard Bowles

- Pucarana, rapaiz! Me pegaram eu, meio a laço, pra fazer o discurso na formatura amanhã. E você sabe, eu não como nada dessas coisas! Será que você não me quebra esse galho pra mim? Você já fez tanto discurso!

- Olha, tá bem apuradote hoje... Mas espera aí. Acho que sei como ajudar você. Eu tenho um esqueminha que eu fiz pra discurso. É bem legalzinho. Deixe eu ver aqui na gaveta... Achei! E até tem duas cópias. Pode ficar com uma. Tó!

- Ué... Mas como é que funciona isso?

- Senta aqui que eu te explico. É um roteiro, com vocabulário, e é só seguir o que está escrito. Daí você vai montandinho. Vai que é um tufo!

- Mas, me diga. Como é que eu começo então esse discurso?

- Ah, isso é fácil. Veja aqui, esta relação, no início. Pra começar, é só escolher e juntar, colocando umas palavras no meio: “incumbido que fui”, “muito honrado me sinto”, “nesta casa do saber”... E assim segue... Tá vendo? Tem várias frases. E esta aqui, “com a voz embargada de emoção”, você também pode usar se quiser. Alguns não gostam. Mas você decide então.

- Ok. E daí?

- Bem, depois desse início, tem o desenvolvimento, né? Vou explicar. Pra começar, você pode falar do curso que vocês fizeram como se fosse uma planta. Veja. O vocabulário está aqui, e é só ir formando as frases: “semente”, “semear” “solo fértil”, “germinar”, “brotar”, “vicejar”, “dar frutos”, “colher” e “colheita”. Entendeu?

¹ Artigo originalmente publicado no segundo volume de Desassossegos, em maio de 2019.

- Opa! Interessante! Continue.

- Bem, daí você vai dizer que o curso foi uma luta, uma batalha. É tranquilo. E as palavras pra isso estão aqui. Tá vendo? É “batalhar”, “embate”, “enfrentar”, “armas”, “lutar”, “defender”, “conquistar”, “vitória”, “triunfo”, “conquista” e “recompensa”. Pronto. É você vai juntandinho.

- Mas é bem facinho mesmo, né?!

- Mais fácil que dar milho pra bode, como diz o outro. E daí, na sequência, você fala do curso de vocês como uma jornada.

- Ué?!

- Sim, é como se vocês tivessem feito o curso caminhando, entende?

- Mas daí como é que fica?

- É simples. Veja esta relação: “início da jornada”, “um longo caminho a percorrer”, “enveredar”, “a cada passo”, “trajetória”, “encruzilhada”, “percalços”, “tropeços”, “levantar”, “seguir em frente”, “caminhar com firmeza”. E por aí vai. E pra encerrar esta parte, olhe aqui, no final você tem que falar da chegada, dos colegas e do futuro: “final desta caminhada”, “vencer o percurso”, “chegar ao destino”, “os amigos que fizemos ao longo desta jornada”, “o fim de cada jornada é um novo começo”, “uma longa estrada pela frente”, “chegar muito mais longe”. E também já uma frase pronta, aqui: “hoje nos separamos para trilhar caminhos diferentes”. É nessa linha.

- Mas que tal? Mas é uma mão na roda isso aí, rapaiz!

- Bem, mas você também tem que dizer que Deus e os professores foram os guias nessa jornada, tá ok? Veja aqui: “Deus iluminou a nossa senda”, “os mestres nos apontaram os caminhos”, etc., etc.

- Perfeito!

- Ah, e daí também não esqueça de falar dos que desistiram. Dê uma olhada: “infelizmente alguns ficaram pelo caminho”, “não suportando a dureza da jornada”, “nem todos lograram chegar ao destino”. Isso dá um tom mais dramático. De epopeia.

- Epopeia?!

- Bem, deixe quieto. Mas essa parte então fechou. E no final você pode até dar uma misturadinha nas frases dessas três partes que lhe mostrei. Fica bom. Mas tome cuidado, porque às vezes não orna. Em seguida, eu tenho ainda mais dois recursos bem interessantes, que não podem faltar.

- Vamos lá.

- Primeiro, fale que vocês ficaram maiores.

- Como assim?

- É... “o curso nos fez crescer”, “crescemos enquanto seres humanos”, “crescemos intelectualmente”, e assim por diante.

- Entendi.

- Daí você pode fechar dizendo também que vocês subiram.

- Subiram?!

- Sim, isso costuma dar um molho. Tá aqui, na parte de baixo da folha: “galgar”, “alcançar”, “degrau por degrau”, “longa escada”, “alçar voos mais altos”, “abrir as asas e voar”, “cada vez mais alto”, etc.

- Legal, cara! Então agora fechou o pacote!

- Sim. Bem, daí é só fazer os agradecimentos, né? Primeiro você agradece a Deus, é claro, não esquecendo de acrescentar esse “em primeiro lugar” que está escrito aqui. E, na sequência, você agradece a família, os professores e a direção. Na parte da família, tem aqui umas coisinhas que podem ajudar: “apoio incondicional”, “sacrifício” “denodo”, “abnegação”, “noites mal dormidas”, e outras mais; e, finalmente, sempre cai bem usar “a todos os que direta ou indiretamente contribuíram”, você não acha?

- Putcha la vida! Brigadão, viu?! Mas agora você me ajudou muito!

- Ah, amigo é pra isso mesmo. E sabe de uma coisa? Tome aqui. Pode levar o meu pen-drive, que daí fica ainda mais fácil. Nesse arquivo, você escolhe e vai escrevendo. É quase como preencher lacunas.

OBSERVAÇÕES

Este texto se inspira grandemente na noção de “metáfora conceitual”, desenvolvida por George Lakoff e Mark Johnson em *Metaphors We Live By* (1980), conceito explorado e enriquecido posteriormente em várias outras obras.

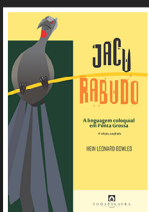
No texto, ficam subentendidas as seguintes metáforas conceituais:

EMPREENHIMENTOS SÃO PLANTAS
EMPREENHIMENTOS SÃO LUTA
EMPREENHIMENTOS SÃO JORNADAS
EVOLUIR INTELECTUALMENTE É CRESCER
EVOLUIR INTELECTUALMENTE É SUBIR.

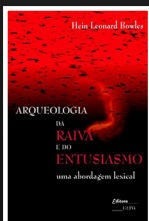
>>> Indicações de Leitura



Metaphors We Live By aborda o conceito de metáfora conceitual, que contesta que tudo pode ser descrito e compreendido apenas pela linguagem literal.



Jacu Rabudo é uma espécie de arqueologia da fala coloquial da região dos Campos Gerais, no Paraná.



Arqueologia da raiva e do entusiasmo mostra que a linguagem literal é insuficiente para dar conta das emoções.

A CONVIVÊNCIA DO ESTADO TOTALITÁRIO COM A FIGURA DO TORTURADOR¹

por Nádia Souki

Trazemos à reflexão um tema importante que se refere à nossa história recente – a memória da ditadura e as marcas que ela deixou na sociedade brasileira atual. Começamos afirmando a tese de que a experiência da ditadura no Brasil não terminou, ela deixou marcas, ficaram restos e nossa sociedade atual é herdeira desse legado.

São conhecidos os riscos do desconhecimento, da negação, do apagamento e do soterramento do passado histórico. Desde Freud, Nietzsche e outros pensadores do tema da memória, ficou claro que o esquecimento não é somente uma não memória, um apagar dos rastros, uma página em branco. O que foi esquecido torna-se, psicanaliticamente falando, inconsciente. E o inconsciente resiste, persiste e insiste no real, produzindo o sintoma. Podemos pensar o sintoma não só no nível pessoal, mas também como um sintoma social, o qual se manifesta por meio de práticas e discursos que se automatizam e tendem a se agravar com o passar do tempo.

Quando é esquecido, o passado retorna. A memória aflora sempre, na pessoa ou na sociedade. Não é tão simples assim acreditar que o passado passou ou se basear em argumentos que minimizam a contundência dos fatos históricos e suas consequências na atualidade. Conhecemos, desde a filosofia grega, a temática clássica das sociedades destinadas a repetir o que são incapazes de elaborar. A história é profícua em exemplos de estruturas sociais que se desagregaram exatamente por lutarem compulsivamente para esquecer as raízes dos fracassos que atormentam o presente.

¹ Artigo originalmente publicado no quarto volume de *Desassossegos*, em maio de 2020.

Quando observamos as ditaduras da América Latina, como Argentina, Chile e Uruguai, concluímos que, no caso do Brasil, há particularismos. No final da década de 1970, o Brasil foi o único país da América Latina que “perdoou” os militares, sem exigir da parte deles nem reconhecimento dos crimes cometidos nem pedido de perdão. A anistia “ampla, geral e irrestrita”, articulada pelos militares antes de deixar o poder, foi um expediente para escaparem de eventual julgamento e punição. Essa exceção brasileira abriu espaço para grandes consequências sobre a nossa história – marcadamente, a impunidade que assola nossa sociedade atual.

O jurista e professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), Dalmo Dallari, nos alerta que o crime de tortura – inafiançável e não sujeito à anistia, segundo todos os tratados internacionais assinados pelo Brasil – não está coberto pela Lei de Anistia aprovada em 1979². Essa situação absurda implicou em que, no Brasil, os torturadores pudessem ficar impunes. E a maior consequência disso é que essa impunidade possibilita a contaminação da sociedade e a manutenção da tortura em nosso país. Um dado contundente, que aponta para a contaminação e o alastramento dessa prática criminosa, mostra que “a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura militar”, de acordo com Maria Rita Kehl, em *Tortura e sintoma social*, artigo contido no livro *O que resta da Ditadura: a exceção brasileira*.

Em um dos ataques mais duros da Organização das Nações Unidas (ONU) ao modelo de transição política no Brasil, o relator da ONU contra a tortura, Juan Mendez, acusa a Lei da Anistia brasileira de ter tido seu objetivo original “travestido” e de ter sido usada como “desculpa para proteger militares e policiais”.

Em entrevista coletiva na sede da ONU, Mendez foi questionado pela imprensa estrangeira sobre o fato de o Brasil ainda ser

² Figueiredo promulgou a Lei nº 6.683, que ficaria conhecida como Lei da Anistia, no dia 28 de agosto de 1979. O artigo 1º da lei concedia anistia a “todos [...] no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 que cometeram crimes políticos ou conexos com estes [...] punidos com fundamento em Atos Institucionais”. Com o perdão político, não apenas os presos, os torturados e os exilados podiam caminhar livremente pelo Brasil, mas também os torturadores e os assassinos que trabalharam a serviço do regime.

um dos poucos países na América do Sul a não investigar seu passado. “No Brasil, na transição, houve um movimento para se ter uma lei de anistia, porque políticos perseguidos precisavam voltar e participar da vida política do país. Houve um movimento para se ter uma anistia. Era uma forma de abertura para a democracia. Mas, lamentavelmente, a lei foi aplicada para proteger os militares e a polícia de processos”, declarou Mendez.

Para ele, o objetivo original da anistia foi “travestido”. Isso significa que a lei foi criada com um propósito, mas foi aplicada em outro sentido. “Houve uma mudança de rumo na justiça, justamente no sentido contrário ao que ela originalmente estabelecia”, disse Mendez. “A lei foi estabelecida para tentar criar um espaço político, mas foi usada como argumento para impunidade.”

No Brasil, a prática da tortura sobreviveu ao período de democratização, e continua ocorrendo, porque não houve uma ruptura radical com o regime militar e suas práticas. Muitas das autoridades políticas e militares que desempenharam papel importante durante o período autoritário se mantiveram no poder após a democratização e estão ativas na vida nacional. Grande parte dos torturadores foi absorvida pelo funcionalismo público e pela máquina burocrática das Forças Armadas. Não houve, portanto, um rechaço claro, contundente e generalizado da sociedade em relação ao uso da tortura.

Cinquenta anos após o golpe de 1964, a prática continua recorrente. Segundo Mariana Rangel Joffily, em *No centro da engrenagem*, “hoje, ela está disseminada nas delegacias comuns, é praticada tanto por policiais civis como militares, voltada à contenção social e dirigida a cidadãos de baixa renda considerados suspeitos de algum crime.”

Lembramos que a “impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz”, conforme Maria Rita Kehl. Ao lado dessa violência naturalizada e repetida, crescem uma assustadora insensibilidade, uma apatia e uma perda da capacidade de se indignar com o mal.

Desconsiderar esses fatos, negá-los ou esquecê-los é ficarmos cúmplices com a continuidade dessa história, é deixarmos as coisas como estão, e, pior, é protegermos a impunidade. Parar para pensar, conhecer os fatos é essencial para assumirmos a responsabilidade de cidadãos que desejam uma sociedade mais democrática. Dessa forma, é preciso reconhecer os fatos, compreendê-los, para saber como lidar com essa herança. Inspirados pela filósofa Hannah Arendt, acreditamos que temos uma responsabilidade ética em entender o que aconteceu e ainda acontece no nosso mundo. Essa compreensão é fundamental no sentido de que ela possa nos ajudar a nos reconciliar com o mundo em que vivemos.

Segundo Arendt, em *Compreensão e política*, compreender a realidade é uma necessidade humana fundamental, pois constitui “a maneira especificamente humana de estar vivo”. Para nos sentirmos em casa neste mundo, é preciso tentar compreendê-lo e nos compreender dentro dele. Essa atividade mental tem a função primordial de nos possibilitar a reconciliação com o mundo. Para a filósofa, no prefácio de *Origens do totalitarismo*, compreender não significa “negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência”.

E mais:

Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar a sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja.

Tentar compreender os “anos de chumbo” no Brasil e a herança que essa experiência nos legou é, pois, a necessidade de entender o mundo no presente, procurando uma reconciliação com o passado e projetando a promessa do futuro. Dessa forma, colocamos, junto a Arendt, a compreensão no horizonte ético-político.

Ao pretendemos pôr em prática o exercício filosófico da compreensão, partimos do pressuposto de que um dos aspectos mais sinistros da experiência da ditadura reside no uso da tortura executada pela máquina da repressão. Vários ângulos podem ser abordados nes-

sa experiência: sob o ponto de vista das pessoas que foram torturadas, o de sua família e de seus amigos, o do torturador e o da máquina estatal burocrática que promoveu, sustentou e foi cúmplice da execução da tortura. Para essa comunicação, abordaremos a relação de convivência entre o Estado ditatorial e a figura do torturador.

Novamente inspirados por Arendt, propomos nos deter na figura do funcionário público encarregado da tortura, do burocrata que executa o papel do verdugo – o carrasco. Teriam esses verdugos uma alma? Essa é a pergunta que foi formulada por dois espanhóis, o jurista Baltasar Garçon e o jornalista Vicente Romero, num extraordinário trabalho conjunto de investigação sobre os crimes cometidos na ditadura argentina. Eles perguntaram: como sentem e pensam os sicários do Estado? Seriam eles homens insanos, psicopatas ou monstros? Surpreendentemente, concluem, após extensa pesquisa, que se trata de pessoas normais, delinquentes a quem a impunidade permite infringir todos os limites. Esses executores do terrorismo militar são homens banais, que, por circunstâncias políticas, tiveram o poder e a oportunidade de se tornarem criminosos políticos.

Também a filósofa Hannah Arendt, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quis compreender as engrenagens que sustentavam os crimes de guerra da Alemanha nazista e seus executores. Movida pela necessidade imperativa de compreender o que havia acontecido, ela vai a Jerusalém em 1961 para acompanhar o julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann, como correspondente do jornal *New Yorker*. Eichmann era acusado de participar na morte de pelo menos seis milhões de pessoas. Ela, como a grande maioria que acompanhava o julgamento, esperava a confrontação com um monstro, com a própria encarnação do mal, ou, quem sabe, com um exemplo extremo de fanatismo político ou, no mínimo, um caso de perversão.

Mas a perplexidade de Arendt veio do fato de que aquele homem não tinha qualquer característica monstruosa, ele não tinha qualquer grandeza demoníaca, nem mesmo podia ser caracterizado como um fanático político. De modo surpreendente, o que ela viu foi um homem absolutamente comum, uma pessoa medíocre, um burocrata preocupado apenas em cumprir as ordens.

O encontro de Arendt no tribunal de Jerusalém com o “perpetrador do mal”, Eichmann – o responsável pelo assassinato de milhões de pessoas –, fugiu inteiramente das expectativas da pensadora. Suas concepções anteriores a respeito de assassinos e, sobretudo, de criminosos de guerra foram totalmente desestabilizadas, na medida em que ela se defrontou com algo inteiramente inusitado em relação a tudo que fora descrito pela tradição sobre o fenômeno do mal. Aprendemos pela religião que o mal é demoníaco e sua encarnação é Satã. Aprendemos também, através dos heróis das tragédias, que os homens maus agem por inveja, cobiça ou mesmo movidos pela fraqueza. Mas aquilo com o qual ela se defrontou, ao observar o homem Eichmann, era inteiramente diferente do que a tradição nos ensina sobre o mal e, no entanto, era inegavelmente factual.

Essa experiência colocou Arendt diante de um impasse: como é que um homem comum pode ser responsável pela morte de tantas pessoas? Como é que um homem banal pode fazer um mal tão grande, em escala tão extrema?

Depois de ter elaborado sua perplexidade inicial, a concepção de Arendt a respeito do mal sofre uma reviravolta, ao efetivar um verdadeiro corte epistemológico, uma ruptura tanto com o pensamento da tradição quanto com o seu próprio pensamento a respeito do fenômeno do mal. Entretanto, a coragem de enfrentar tal espanto sem preconceitos e sem hesitação – a paixão por compreender o mal em suas formas multivariadas – acabou por trazer novas luzes para sua indagação e possibilitou a criação de um novo paradigma. A partir dessa experiência, ela formula a expressão “banalidade do mal”.

É necessário esclarecer que, por trás dessa expressão, a filósofa não procurou sustentar qualquer tese ou doutrina sobre o mal, muito embora ela estivesse consciente de que essa ideia se opunha à nossa tradição de pensamento – literário, teológico ou filosófico – em relação ao fenômeno do mal.

Ao observar atentamente esse “homem comum” e estudar com profundidade seus depoimentos em um processo de 3.600 páginas, ela concluiu que a única característica que se destacava em Eichmann era sua extrema superficialidade e sua incapacidade

de pensar. Seus atos eram monstruosos, mas o agente desses atos era um homem comum, banal, nada demoníaco ou monstruoso. Nele não se encontrava sinal de firmes convicções ideológicas ou de motivações especificamente más. A única característica notória que se podia perceber, tanto em seu comportamento anterior quanto durante o próprio julgamento, era algo inteiramente negativo: sua irreflexão.

Eichmann era um homem que não parava para refletir. Ele não tinha perplexidades nem perguntas, apenas atuava, apenas obedecia. Seu desejo de agir corretamente, de ser um funcionário eficiente, de ser aceito e reconhecido dentro da hierarquia o tornou um burocrata insensível, incapaz de fazer diferença entre encaminhar ofícios e assinar ordens para massacres de milhões de pessoas.

Vale insistir: ele era apenas um homem que desejava ardentemente ser reconhecido na máquina burocrática e, através desse reconhecimento, ascender na hierarquia. Para tanto, aceitou alienar sua consciência e se dispôs a obedecer cegamente, sem fazer questionamentos. Em resumo, Eichmann é exemplo de extremo grau de conformidade social ou, em linguagem filosófica, seguindo o conceito kantiano, ele é um caso de forte heteronomia.

Quando Arendt disse que Eichmann não era um monstro ou um indivíduo com especial vocação para o sadismo homicida, não quis dizer que ele não tinha culpa pelos atrozes crimes cometidos. Afirmou, sim, que ele foi absolutamente inconsequente no que fez e que sua inconsequência foi um produto da brutalidade do regime nazista. Em outras circunstâncias, poderia ter sido um burocrata conformista, sem poder ou ânimo para ordenar o extermínio de quem quer que fosse. Mas Eichmann, como muitos torturadores, agiu irresponsavelmente. E se uns e outros foram irresponsáveis, a ponto de cometerem os crimes que cometeram, é porque tudo ao redor deles conspirou para que não se sensibilizassem com o que a pessoa torturada ou assassinada pudesse sentir.

Foi essa ausência de pensamento que despertou o interesse de Arendt no caso Eichmann. Para ela, o que caracteriza basicamente esse comportamento, que ela identificou como “vazio de pensamento”, era uma incapacidade de parar para refletir.

Examinemos com mais detalhes a análise que a filósofa faz desse caso. Primeiramente, Arendt foi incisiva ao tirar de Eichmann seu caráter demoníaco. Isso porque, como Kant, ela nega a malig-nidade no ser humano. Ela admite que esse tipo de criminoso não era movido por móveis maus e assassinos – ele torturava e matava não por torturar ou matar, mas porque isso fazia parte do métier.

Por outro lado, ela admite que não foi ela a pessoa quem ti-rou o caráter demoníaco de Eichmann, mas ele próprio. Depois de ler o interrogatório de polícia de 3.600 páginas no caso Eichmann, ela diz que, de sua parte, ficou efetivamente convencida de que ele era um homem banal. Não havia nele nenhuma grandeza sa-tânica, mas simplesmente uma horrorosa e burguesa banalidade.

Mas, para Arendt, o grande problema que se coloca com Ei-chmann é que “havia muitos iguais a ele e que a maioria não era nem perversa nem sádica, era e ainda é terrível e aterradoramente normal”. Isso implica que “este tipo de criminoso, que na realida-de é *hostis generis humani*, comete seus crimes sob circunstâncias tais que se torna quase impossível, para ele, saber ou sentir que está agindo mal”, conforme Hans Frank, em *Eichmann em Jerusa-lém*, obra de Hannah Arendt.

Ao se esforçar a ampliar o quadro da análise para uma com-preensão histórica e filosófica, Arendt nos mostra que Eichmann é um paradigma do homem de massa, e é esse homem que precisa ser conhecido. Esse modelo de homem contemporâneo é prisio-neiro da necessidade, é o *animal laborans* que tem apenas uma vida social “gregária”, pois perde toda noção de pertinência a um mundo que é o lugar onde, outrora, a palavra e a atividade livres dos homens se conjugavam. A vida social “de massa” mas “sem mundo” devora, ao mesmo tempo, a vida privada e a vida política estreitada desse homem, até apagar todo espaço político.

O homem da modernidade conhece, assim, o *isolamento*, que é o impasse para o qual são conduzidos os homens, a partir do momento em que a esfera política de sua vida comum é destru-ída. Soma-se a isso o *desenraizamento*, que cria a desagregação das relações humanas. Ora, o que vai constituir o sujeito ideal dos governos autoritários é precisamente esse homem desolado, de-sagregado, que não se religa mais aos outros homens. Esse sujeito

destituído como sujeito político, transformado em átomo anônimo entre os átomos anônimos da massa, um homem qualquer, sem capacidade política, sem consciência moral, sem vontade, sem julgamento – e, por essa razão, capaz de seguir ou de fazer banalmente o mal.

Ao perder seu espaço no mundo, esse homem é desumanizado e se torna um ser supérfluo, ele não é mais um fim em si-mesmo e o seu valor como homem se encontra relativizado; ele passa a ser, ao mesmo tempo, a vítima e o agente da banalidade do mal. Como expõe Young-Brühel, em *Les histoires de Hannah Arendt*, Arendt admite: “eu não sei o que é o mal radical, mas eu sei que ele tem a ver com esse fenômeno: a superfluidade dos homens enquanto homens”. Arendt está exatamente se acercando do núcleo do conceito do mal radical kantiano, no qual ela parece ancorar, a nosso ver, o seu pensamento sobre o mal na política.

A partir da compreensão de como esse processo de desumanização está previsto nas sociedades de massa, fica clara a relação que esse tipo de sociedade estabelece com seus membros – uma coisificação das pessoas, o que Arendt formula sobre o que afinal leva à banalidade do mal: a superfluidade dos homens. Os homens considerados como números que compõem as estatísticas dos poderes biopolíticos são meros instrumentos para executar e também sofrer as ordens desse poder. Os homens desumanizados tornam-se tanto executores como vítimas da violência.

Na relação do criminoso com o sistema, devemos admitir que os crimes de guerra, os crimes de governos totalitários ou autoritários, como as ditaduras, e mesmo aqueles cometidos pelo sistema policial nas democracias são sustentados por um tipo de poder que abre esse “espaço de exceção”, essa brecha fora da lei, fora do ordenamento jurídico.

Nas experiências com esse tipo de crime, poderíamos até admitir que haja torturadores particularmente perversos, tirando prazer do sofrimento alheio, mas, no geral, são homens como os outros, colocados em condições de violência generalizada, de banalização do sofrimento, dentro de um processo que abre espaço para o pior que há em muitos de nós. O perigo e o mal maior não estão na existência de doentes mentais que gozam com o sofri-

mento de outros – por exemplo, uns *skinheads* que queimam um pobre que dorme na rua, gratuitamente, pela diversão –, mas na violência sistemática que é exercida por pessoas banais, isso porque essas constituem o maior número, pois preenchem as estatísticas de uma massa manipulada ideologicamente pela mídia.

A monstruosidade não está na pessoa, está no sistema que sustenta a naturalidade com a qual a violência se pratica. Há sistemas que banalizam o mal, aí a violência passa a ser vista como algo natural, inevitável, ou como tragédia ou destino, e não como algo que pode ser combatido e controlado politicamente.

O mal não está somente nos torturadores, mas também nos homens de mãos limpas que geram um sistema que permite que “homens banais” façam coisas como a tortura, numa pirâmide que vai desde o homem que suja as mãos com sangue até um Rumsfeld, que dirige uma nota ao exército americano no Iraque exigindo que os interrogatórios sejam *harsher* (duro), ou seja, mais violentos. O mais assustador no totalitarismo, e em outras formas de governos autoritários, não é o fanatismo ideológico, não é o torturador doentio, mas sim como pessoas normais são puxadas para dentro de uma dinâmica social patológica, vendo-a como um caminho normal. Lembramos um dado significativo que exemplifica essa adesão de pessoas comuns aos governos autoritários: na Alemanha nazista, 50% dos médicos aderiram ao partido nazista.

É importante esclarecer que, quando Arendt fala da banalidade do mal, ela não está desculpando torturadores e burocratas que praticam crimes, está, sim, apontando a dimensão real do problema, mais ampla e muito mais grave que é a da relação de convivência entre o Estado ditatorial e a figura do torturador.

Para finalizarmos esta reflexão sobre a banalização do mal nos sistemas políticos de estrutura autoritária, devemos ressaltar que o núcleo deste texto foi escrito e apresentado há mais de vinte anos e que, infelizmente, sua temática se encontra viva e se reaceende no contexto da atual vida política brasileira. No dia em que um parlamentar homenageou como herói nacional a figura de um torturador e não saiu preso do Parlamento nem mesmo foi cassado estabeleceu-se um marco ditatorial na estrutura política do nosso país. Essa cena repugnante e absurda pode ser vista como a cena

fundacional de uma nova ordem de funcionamento político. Tantas outras cenas insanas e aberrantes se repetiram e se atualizam a cada dia a partir de então. Esse teatro do absurdo se sustenta porque conta com a conivência de um tipo de plateia que o prestigia, o apoia e o aplaude. Recorremos novamente a Hannah Arendt, que, diante da perplexidade frente aos crimes do totalitarismo nazista, lembra-nos: “Quando tudo é permitido, tudo é possível.”

REFERÊNCIAS:

ARENDT, Hannah, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983, p. 285.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 12.

_____. Compreensão e política. In: ABRANCHES, Antônio (org.). *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 39.

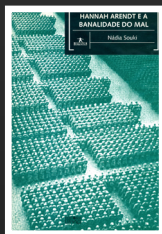
GARZÓN, Baltasar; ROMERO, Vicente. *A alma de los verdugos*. Buenos Aires, Del Nuevo Extremo, 2008.

JOFFILY, Mariana Rangel. *No centro da engrenagem*. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975), São Paulo, FFLCH-USP, 2008.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da Ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123.

YOUNG-BRÜHEL. *Les histoires de Hannah Arendt*. Les Cahiers du Grif, n. 33, p. 332, Printemps, 1986.

>>> Indicações de Leitura



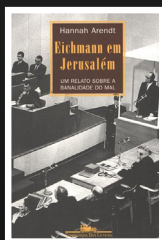
***Hannah Arendt e a banalidade do mal,* de Nádja Souki**

Este livro é fruto da pesquisa de mestrado da professora Nádja Souki e se propõe a pensar o lugar do conceito de “banalidade do mal” na obra de Hannah Arendt. Na história da filosofia e do pensamento, não poucas vezes, o mal foi tratado como um “enigma” e não pôde ser pensado como um problema sócio-político e humano. Situá-lo à luz dos acontecimentos modernos nos permite compreender os impactos das ações humanas no bem-estar da coletividade.



***Origens do totalitarismo,* de Hannah Arendt.**

A obra *Origens do Totalitarismo*, concebida na década de 40, é chave de leitura essencial para compreendermos os impactos de uma nova forma de governo que emerge com a modernidade: o totalitarismo e a sua máquina de domínio total e manipulação dos fatos, da história e do destino dos cidadãos.



***Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal,* de Hannah Arendt.**

Já em *Eichmann em Jerusalém* a autora se debruça sobre a personalidade daquele que age sob a égide de um governo totalitário e a construção do que foi o primeiro julgamento transmitido mundialmente pelas mídias de comunicação de massa. Em Eichmann tem-se a expressão máxima da banalidade do mal fruto do abandono da capacidade de pensar.



***O que resta da Ditadura: a exceção brasileira,* organizado por Edson Telles e Vladimir Safatle**

Reunião de textos de importantes pensadores brasileiros, o livro busca analisar o que permanece de mais perverso da ditadura no país hoje.

NOVA RESPOSTA AO TEMPO¹

por Roberto Amaral

Para Aldir Blanc

Resposta ao tempo

Batidas na porta da frente
É o tempo
Eu bebo um pouquinho pra ter
Argumento
Mas fico sem jeito calado, ele ri
Ele zomba do quanto eu chorei
Porque sabe passar
E eu não sei
Num dia azul de verão
Sinto o vento
Há folhas no meu coração
É o tempo
Recordo um amor que perdi
Ele ri
Diz que somos iguais
Se eu notei
Pois não sabe ficar
E eu também não sei
E gira em volta de mim
Sussurra que apaga os caminhos
Que amores terminam no escuro
Sozinhos
Respondo que ele aprisiona
Eu liberto
Que ele adormece as paixões

¹ Artigo originalmente publicado no quinto volume de Desassossegos, em outubro de 2020.

Eu desperto
E o tempo se rói
Com inveja de mim
Me vigia querendo aprender
Como eu morro de amor
Pra tentar reviver
No fundo é uma eterna criança
Que não soube amadurecer
Eu posso, ele não vai poder
Me esquecer
Respondo que ele aprisiona
Eu liberto
Que ele adormece as paixões
Eu desperto
E o tempo se rói
Com inveja de mim
Me vigia querendo aprender
Como eu morro de amor
Pra tentar reviver
No fundo é uma eterna criança
Que não soube amadurecer
Eu posso, e ele não vai poder
Me esquecer
No fundo é uma eterna criança
Que não soube amadurecer
Eu posso, ele não vai poder
Me esquecer

Compositores: Cristóvão Bastos / Aldir Blanc

Letra de Resposta ao tempo © Sony/ATV Music Publishing LLC

Vocalista: Nana Caymmi

*R*esposta ao tempo é uma daquelas canções que começa por agradar desde o lirismo de sua abertura, pois que harmonizada por cordas que se submetem, sobranceiras, à maestria de um piano cuja vaidade não se nota, e

pela marotice rítmica de um bongô que se espreguiça para redobrar. Trata-se, na verdade, de um delicioso e anacrônico bolero, quando interpretado pela voz matizada de ternura e sobriedade de Nana Caymmi.

Composta por Cristóvão Bastos & Aldir Blanc, foi lançada em 1998, tornando-se, à época, tema de abertura da minissérie *Hilda Furacão*, inspirada no romance homônimo de Roberto Drummond, de 1991.

Não assisti à minissérie, mas li o livro. Porém, isso foi há tanto tempo que nem lembro mais do enredo. Portanto, não me perguntem nada sobre ele. Quero falar aqui apenas e tão somente sobre a letra da canção.

A que desafio o Tempo, essa figura irresoluta e enigmática, lançou à Voz Lírica, a ponto de esta ter se sentido provocada o suficiente em dar-lhe uma resposta?

Vamos, com calma, tentar elucidar tal mistério.

*“Batidas na porta da frente
É o tempo
Eu bebo um pouquinho
Pra ter argumento...”*

Na primeira estrofe percebe-se que o Tempo chega à casa da Voz Lírica. Com a soberba dos para sempre vencedores, não arromba a porta, mas bate com jeito, certo de que está cumprindo apenas um ritual muitas vezes por ele repetido: o de anunciar a sua passagem devastadora pela vida dos humanos, demonstrando com isso o seu poderio contra o qual não há força nem arranjo que o impeça de fazer o que precisa ser feito, a saber, fazer valer a sua perfeita imperfeição.

A Voz Lírica, colhida pelo susto e pela apreensão, vê-se agora diante da situação em que precisa dar a resposta ao Tempo, já

que, uma vez tendo aceitado o desafio por ele lançado, não pode mais calar-se. No entanto, é perceptível que ela não se preparou, pelo menos no sentido em que um bom retórico estaria preparado: com alegações bem formuladas, fundamentos incontestáveis, justificativas plausíveis, premissas ultra elaboradas, pressupostos, pretextos, silogismos, etc. etc. Em vez de tudo isso, a Voz Lírica entrega-se ao sabor do improvisado, destinando seu argumento ao que a embriaguez lhe ditar.

*“Mas fico sem jeito
Calado, ele ri
Ele zomba do quanto eu chorei
Porque sabe passar
E eu não sei”*

Nota-se que o primeiro round do debate foi fragorosamente vencido pelo Tempo. A Voz Lírica, paralisada pela presença terrificante daquele que ajusta os relógios dos humanos ao seu bel prazer, vê-se em súbito emudecimento, imobilizada para qualquer gesto. Diante de, não decepcionante, mas já aguardada atitude, o Tempo executa seu ridendo desprezo pelo incompreensível gosto humano em ficar aprisionado a acontecimentos que causam dor, tristeza, enfim, a um passado que não se deixa superar. A solução do Tempo é simples: deixar que tudo passe, subtrair-se a todos os reveses da vida.

*“Num dia azul de verão
Sinto o vento
Há folhas no meu coração
É o tempo...
Recordo um amor que perdi
Ele ri
Diz que somos iguais
Se eu notei
Pois não sabe ficar
E eu também não sei...”*

Um exemplo do confuso querer humano estar sempre desajustado em relação ao Tempo, seja em relação ao passado, ao presente e ao futuro, é bem demonstrado pela enunciação da Voz Lírica que, embora tenha a oportunidade de usufruir dos prazeres de um dia azul de verão, vê seu coração cativo a outra estação, ou seja, exposto ao vento mortício de um outono prenhe de melancolia.

De qual dor a Voz Lírica se queixa? A velha e irremediável dor de amor. O Tempo a ela não perdoa por subjugar-se a mal tão tedioso quanto piegas, e lhe dispensa a sua mais sarcástica gargalhada.

Curioso que, no caso em questão, o Tempo também não deixa de tripudiar sobre a Voz Lírica, ao atribuir a ela mesma a culpa por sua própria infelicidade, ao encontrar uma característica que os aproxima, qual seja, a incapacidade de permanecer. Em outras palavras, a dor de amor sofrida pela Voz Lírica foi causada por sua assumida condição de não conseguir ficar ao lado de quem ela conquista.

*“E gira em volta de mim
Sussurra que apaga os caminhos
Que amores terminam no escuro
Sozinhos...”*

Diante do mutismo da Voz Lírica, o Tempo não deixa de desfiar o seu novelo de imprecações, desdizendo do amor e de seus dissabores, tomando para si a tarefa de resolver o problema, ao apagar, com sua irrefreável passagem, todos os sinais e vestígios de amores vividos e de suas inevitáveis aflições. O Tempo, dessa forma, deixa de considerar uma das faculdades mais humanas: a capacidade de guardar lembranças na caixa forte da memória.

*“Respondo que ele aprisiona
Eu liberto
Que ele adormece as paixões
Eu desperto...
E o tempo se rói*

*Com inveja de mim
Me vigia querendo aprender
Como eu morro de amor
Prá tentar reviver...”*

É quando a Voz Lírica, rompendo o estupor que a imobilizou, começa a responder ao desafio do Tempo. O primeiro argumento que lhe vem à mente é quanto à percepção de que Cronos, um dos nomes gregos do Tempo, ao propor que os humanos atenham-se, tão somente, ao seu fluxo ininterrupto, dispensando qualquer envolvimento afetivo com seus variados acontecimentos; na realidade, nada mais faz que retê-los numa amorfa existência, vazia de sentimentos e de emoções, portanto, inumana.

Tal condição, ambígua, contraditória e paradoxal, é justamente o que a Voz Lírica vai contestar ao Tempo como sendo o vau da liberdade, posto que o conjunto de acontecimentos que a forjam é constituidor da narrativa que modela no mármore do Tempo a feição humana.

Eis que diante de tal argumento, o Tempo começa a ver ruírem as suas certezas e, qual um deus homérico, que traz consigo atributos divinos e humanos, vê-se sucumbir ao mal secreto tão comum entre nós: a inveja.

Inveja essa que mobiliza o Tempo a querer aprender, às escondidas: como é isso de se morrer de amor para tentar reviver?

*“No fundo é uma eterna criança
Que não soube amadurecer
Eu posso, ele não vai poder
Me esquecer...”*

A voz Lírica sentindo-se completamente empoderada por seus surpreendentes argumentos, inspirada que foi pelo verter do vinho, no qual, consta-se, reside a verdade, diverte-se, na derradeira estrofe, com a imaturidade do Tempo, uma imaturidade que não tem começo e não tem fim, portanto, eterna, a-histórica, inarrável, não humana.

A LITERATURA COMO LUGAR DE ENCONTRO E DE RESISTÊNCIA¹

por Regina Dalcastagnè

O Brasil é um país enorme, não apenas por suas dimensões espaciais, mas sobretudo por sua diversidade cultural. Falamos todos um único português, insistem alguns, desconhecendo e deslegitimando as variedades regionais, os dialetos europeus, o portunhol de nossas fronteiras, as quase 300 línguas indígenas que ainda sobrevivem em nosso território – embora o genocídio de seus falantes, iniciado há mais de 500 anos, prossiga, sem parar. Não se trata, claro, somente de idioma. O português não apenas adota sintaxes e prosódias diversas, mas recobre experiências, sonhos e valores muito diferentes, no campo e na cidade, na metrópole e no vilarejo, no asfalto e no morro, no interior e no litoral, no Norte e no Sul. Por isso, não dá para falar de “literatura brasileira” sem problematizar ambos os termos. Afinal, até onde chega o Brasil – e o que aceitamos entender como literatura?

Em 30 de dezembro de 1904, Euclides da Cunha escrevia ao seu pai desde Manaus: “a mais consoladora surpresa do sulista está no perceber que este nosso Brasil é verdadeiramente grande porque ainda chega até cá. Realmente, cada vez mais me convenço de que esta deplorável Rua do Ouvidor é o pior prisma por onde toda a gente vê a nossa terra”. A crítica mordaz do autor apontava o risco de se reduzir a percepção sobre a realidade do país a essa perspectiva tão estreita. Infelizmente, 120 anos depois, e usando a

¹ Artigo originalmente publicado no sexto volume de *Desassossegos*, em maio de 2021.

Rua do Ouvidor agora apenas como uma metáfora da arrogância de certa elite intelectual dos centros mais desenvolvidos do país, precisamos continuar alertando: o Brasil chega muito mais longe do que costumamos imaginar. Mas quem, afinal, o imagina?

O lugar de onde se olha o país, ou o mundo, interfere no modo como o vemos, e o descrevemos. Ou seja, nossa posição na sociedade, determinada por geração, sexo, cor, classe social, orientação sexual e outros elementos, estrutura determinadas experiências, colocando-nos numa “perspectiva social” (conforme Iris Marion Young) a partir da qual vamos ver e interpretar o que acontece à nossa volta, o que implica, também, nossas ações. E isso tem consequências diretas na escrita literária, como venho comprovando a partir de extensos levantamentos sobre os romances contemporâneos publicados pelas mais importantes editoras do país.

Já temos dados sobre autores e personagens de cerca de 700 romances, cobrindo 40 anos de produção. O que nos permite dizer que, no Brasil, aqueles que têm acesso aos espaços legitimados de produção literária formam um grupo muito homogêneo. São quase todos brancos, muito mais homens do que mulheres, habitantes dos grandes centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, com nível universitário, em geral jornalistas ou roteiristas de televisão, advogados e professores universitários, classe média, enfim. O mundo que recortam em suas narrativas está marcado por estas características. Suas personagens são muito parecidas com eles, transitam pelos mesmos espaços urbanos e sociais, vivem as mesmas dificuldades e aspirações.

Ou seja, nossa literatura repercute uma “realidade” que exclui um mundo de experiências, paisagens, linguagens, problemas e, também, de possibilidades estéticas. É necessário frisar que o que está em jogo não é a capacidade de construir narrativas e de representar o mundo, mas de fazer com que o produto deste esforço seja reconhecido como literatura. Carolina Maria de Jesus, por exemplo, autora de uma das obras mais impactantes da narrativa brasileira, costuma ser reduzida à condição de “testemunha de sua realidade”, justamente para ser afastada da legitimidade literária.

Negra, catadora de lixo, empregada doméstica, favelada, tinha os sinais errados para ser admitida como criadora. Sua linguagem era poética e expressiva, mas fugia dos padrões literários aceitos. Ser pobre, mulher e negra eram índices negativos em demasia em um campo literário tão restrito e conservador quanto o brasileiro.

E não estou me referindo, é claro, apenas aos próprios produtores literários, ou ao mercado editorial. Também a historiografia e a crítica são responsáveis pelo afastamento de determinados grupos, de determinados temas da alçada do “literário”. Sobre a historiografia, basta lembrar dos emblemáticos casos de apagamento de nomes como os de Júlia Lopes de Almeida e de Maria Firmina dos Reis, no século XIX, por exemplo.

Em outra pesquisa realizada na Universidade de Brasília, analisamos um grande conjunto de artigos publicados em algumas das mais conceituadas revistas acadêmicas brasileiras nos últimos 15 anos. Temos dados sobre mais de três mil artigos, sobre seus autores, suas instituições de origem, sobre seu *corpus*, sua abordagem, sua bibliografia. Entendendo que os artigos em periódicos são reveladores sobre o que se está pesquisando e ensinando nas universidades, vemos os mesmos temas se repetirem, os mesmos escritores sendo estudados, os mesmos teóricos dando suporte à discussão. Nem é preciso dizer que, mais uma vez, esse perfil é branco, masculino, eurocêntrico etc.

Apresento esses dados apenas para lembrar que precisamos refletir sobre nosso modo de olhar o mundo, nos situar e agir nele. Precisamos refletir sobre o que estamos escolhendo legitimar como literário, sobre o que estamos excluindo quando fazemos isso e por quê. Precisamos pensar nossos próprios limites e as fronteiras que aceitamos percorrer.

Também discutindo a questão da perspectiva, o historiador da arte Ernst Gombrich lembrava que “o olhar não dobra esquina”. Por isso, não podemos nos encastelar nas universidades (ou em nossas salas refrigeradas e afastadas do mundo lá fora) e continuar falando do mesmo, daquilo que está ao alcance de nossos dedos, de nossa pálida imaginação. É preciso ensaiar outros passos, para longe do conhecido e do repisado, dobrar a esquina para ver o que nossos olhos não alcançam, perseguir pelas calçadas e becos uma

outra narrativa, um outro Brasil (descompensado, despreparado, violento, mas também esperançoso).

Isso significa, é claro, abandonar o conforto da Rua do Ouvidor – ou a “perspectiva do alpendre”, nos termos de Roberto Ventura. Aquele lugar privilegiado e pretensamente seguro onde, muitas vezes, sequer somos bem-vindos. Acredito que o que pode nos ajudar nesse movimento, em direção à multiplicidade da vida e de suas representações, é a escuta de autores e autoras provenientes de diferentes espaços sociais, com diferentes cores, outros interesses, endereços, profissões, conhecimentos, sonhos. Autores e autoras que já estão aí, trabalhando a palavra, causando dissonâncias.

Eles, e elas, estão publicando por conta própria, criando coletivos, apostando na internet e no boca-a-boca para vender seus livros. Alguns poucos até conseguem se projetar em editoras de maior fôlego, a maioria batalha junto de pequenas (algumas já históricas) casas editoriais, mas com circulação muito restrita. Há ainda aqueles que publicam os próprios livros e os que se dão por satisfeitos ao recitar seus poemas em um dos vários saraus literários que se espalham e se fortalecem nas periferias das grandes cidades brasileiras. Há até os que já começaram a produzir uma reflexão própria sobre literatura, e certamente têm muito o que dizer. Mas nós, enquanto críticos e enquanto leitores, precisamos ter como alcançá-los, e isso ainda depende, em grande medida, de seu acesso ao campo literário – às editoras e livrarias, às páginas dos jornais e bibliotecas, aos prêmios literários e às traduções, aos programas de disciplinas e aos eventos acadêmicos e literários. Abandoná-los sozinhos é perder a oportunidade de ampliar nossas referências sobre o mundo.

Apenas como exemplo, apresento brevemente três textos que me parecem esclarecedores da importância de se olhar o mundo por outras perspectivas. Primeiro, um poema de Conceição Evaristo, experiente escritora negra de Minas Gerais com uma produção de mais de 30 anos – tanto na poesia quanto na ficção, e mesmo na crítica. Depois, um poema de Meimei Bastos, jovem atriz e escritora da periferia de Brasília, que tem um único livro publicado. Por fim, um poema de Michel Yakini, escritor, editor e militante da

literatura de periferia de São Paulo, com quatro livros publicados e diversas participações em antologias.

A perspectiva negra, feminina e trabalhadora de Conceição Evaristo revela um universo de exploração e racismo, mas também de luta e resistência. Temas que podem ser abordados por homens brancos de elite preocupados com a mesma situação, mas que, quando aparecem em suas obras, costumam vir como uma crítica distante, e socialmente situada. Lembro de um poema provocador de Chico Alvim, que tem um título e um único verso: “Mas... é limpinha”. A brevidade do poema, que dialoga diretamente com o racismo à brasileira, esconde tudo aquilo que não precisaria ser dito sobre a empregada doméstica, porque é já uma certeza compartilhada entre patrões: “é negra, é pobre, por isso é feia, mas... é limpa e, assim, pode ser admitida dentro de casa”. E o diminutivo se faz presente, sempre com o intuito de familiarização e inferiorização. O poema é crítico, ironiza o discurso escravocrata de nossa elite, mas, ainda assim, nada diz, de fato, sobre a moça.

O mesmo acontece em *A paixão segundo G.H.*, de Clarice Lispector, quando a autora coloca sua protagonista dentro do quarto da ex-empregada, diante de um desenho feito à carvão na parede: um homem, uma mulher e um cachorro, estáticos, imensos e atoleimados. Como centro do mundo, que imagina ser, a ex-patroa logo supõe que aquelas imagens sejam uma espécie de recado para si: “Havia anos que eu só tinha sido julgada pelos meus pares e pelo meu próprio ambiente que eram, em suma, feitos de mim mesma e para mim mesma. Janair era a primeira pessoa realmente exterior de cujo olhar eu tomava consciência”. A partir daí, e do esmagamento de uma barata, G.H. entra em longas divagações sobre sua própria existência e Janair é soterrada. Dela, só nos sobra a descrição de um desenho na parede, descrição feita pela patroa – é bom lembrar –, contaminada pelo rancor e pelas diferenças de classe.

É preciso uma Carolina Maria de Jesus ou uma Conceição Evaristo para dar voz a essa mulher, para fazer com que entendamos que ela tem uma história própria, e sonhos, como qualquer um de nós:

Vozes mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias,
debaixo das trouxas,
roupagens sujas dos brancos,
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoava versos perplexos,
com rimas de sangue
e fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes,
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

Ao retirar as vozes engasgadas nas gargantas dessas mulheres, Conceição Evaristo traz para nossa literatura outros espaços de enunciação: os porões dos navios, os fundos das cozinhas alheias, o caminho empoeirado da favela, o próprio corpo silenciado que ergue a trouxa de roupas sujas. E marca, também, a diferença desses espaços em relação aos dos brancos-donos-de-tudo. Passado, presente e futuro se juntam na esperança de que essa experiência possa, enfim, ressoar.

A jovem Meimei Bastos já não discute o silenciamento que veio antes, ela é dona de sua própria voz – e voz é um termo importante nesse contexto porque Meimei surge nas batalhas de *slam* nas periferias de Brasília. Sua poesia nasce como voz, como performance. E, assim como em Conceição Evaristo, aborda a cidade pelo lado de fora, pelo seu “avesso”. Todos os nomes próprios do seu poema são de regiões, bairros, avenidas e espaços públicos de Brasília ou de suas “cidades satélites”:

Eixo

*Tinha um EIXO atravessando meu peito
tão grande que dividia a minha alma em
L2 SUL e NORTE.
Uma W3 entalada na garganta virou nó.*

*Eles têm o Parque da Cidade,
Nós o Três Meninas,
Eles a Catedral,
Nós Santa Luzia,
Eles Sudoeste,
Nós Sol Nascente,
Eles o Lago Paranoá,
Nós Águas Lindas.*

*Sou filha da Maria,
que não é Santa e nem puta.
Nasci e me criei num paraíso que chamam de Val
e me formei na Universidade Estrutural.
Fui batizada no Santuário dos Pajés
por um guerreiro Fulni-ô.*

*Eu não troco o meu Recanto de Riachos Fundos
e Samambaias verdes pelas tuas Tesourinhas.
Essa Brasília não é minha.
Porque eu não sou planalto,
eu sou PERIFERIA!
Porque eu não sou concreto,
eu sou QUEBRADA!*

A relação entre o traçado do Plano Piloto de Brasília e seu próprio corpo parece gerar uma identidade, que rapidamente é desconstruída a partir da marcação pronominal: há aqui um “nós” e um “eles”, que se comunicam, mas não se assimilam. A comparação entre a *cidade*, pretensamente rica e organizada, e as suas *periferias* pobres (que se somam na graça de seus nomes) ganha uma dimensão nova diante do grande volume de poemas feitos desde sua inauguração para celebrar a capital. O eu enunciador faz sua escolha – entre *planalto* e *periferia*, entre *concreto* e *quebrada* – marcando de que lado prefere estar, e com quem. É uma escolha que possui raízes na própria história desse lugar, e que vai se filiar a outras tradições artísticas periféricas (que envolvem literatura, mas também música, teatro e artes plásticas).

Por fim, o poema de Michel Yakini, que traz esse olhar ao rés do chão, sentado nas calçadas quebradas, com chinelos nos pés. Ele habita as esquinas, e ainda tem cheiro de quintal (lá de onde Carolina Maria de Jesus disse ter entrado no mundo, e de onde falava sobre ele). O eu enunciador, aqui, *desliza*, ouvindo os batiques e grafitando os muros, fazendo rima:

Mapas de asfalto

*há tempos que o céu
das beiradas
acorda cinzento*

*as pedras ficam intactas
endurecendo vidas
pelas esquinas*

*a esperança passa
como ventania
pelas ladeiras*

*e o asfalto grita
denunciando
mentiras vencidas*

*são heranças de uma
cidade açoitada
em silêncio*

*nos mocambos de hoje
germina a resistência
do amanhã*

*em cada quintal
um trançado
autoestima se firma*

*no olhar da mulecada
vejo uma trilha
sedenta de história*

*é batuque,
rodeando as intenções,
cravando horizontes*

*gratitando nos
muros, poemas
da nossa virada*

*declamando ação,
sacudindo vozes*

*e na espreita das ruas
ecoam as rimas
num versar ritmado de
redenção!*

O poema de Yakini não se detém no passado, que já parece definitivamente incorporado no chão e nas vidas de quem mora ali. Tampouco se preocupa com a contraposição centro/periferia, ele está todo instalado do lado de lá, e muito à vontade em seu território, imaginando futuros possíveis, onde a arte possa ser espaço de encontro, de formação e de luta.

O breve percurso feito aqui, a partir desses três poemas, ilustra, de algum modo, o que acredito ser uma trajetória da escrita periférica, que começaria com a tomada de consciência de sua importância para a reafirmação de uma identidade negra e de classe, passaria pelo debate com a literatura de elite, e marcaria uma espécie de conquista de um lugar próprio, de um lugar de onde se pode, sim, fazer poesia, com os recursos encontrados ali – moleques, muros, dias cinzentos, batuques e resistência.

Diante dessas obras, mas também daquelas publicadas pelas grandes editoras brasileiras, é preciso dizer que escritores não são, como muitas vezes gostam de se apresentar, os intérpretes descarnados de uma estética etérea, alheia ao barro que suja nossos pés. Sofrem constrangimentos idênticos aos de outros agentes sociais; veem o mundo de uma determinada perspectiva, socialmente estruturada, e participam de um campo que estimula alguns gestos e repertórios e veta outros. Por isso, é tão importante democratizar o acesso à voz literária – isto é, aumentar a pluralidade de perspectivas sociais capazes de se fazerem ouvir na literatura. Esse é

um problema político, mas também, e essencialmente, estético, uma vez que novas perspectivas podem trazer novos modos de expressão, promovendo, quem sabe, uma espécie de alargamento no universo dos possíveis.

Colocar em questão os discursos hegemônicos sobre o Brasil, e sobre sua realidade, em vez de simplesmente reproduzi-los, é também uma aposta na utopia, a partir da ruptura nos modos de ver e interpretar o mundo que nos cerca. A utopia, segundo o filósofo André Gorz, é “a visão de futuro sobre a qual uma civilização baseia seus projetos, estabelece seus objetivos ideais e constrói suas esperanças”. Portanto, como lembra o cientista político Luis Felipe Miguel, os próprios agentes sociais podem saber que não é possível a sua completa realização, mas ela “direciona a ação política e potencializa a insatisfação com o mundo existente”. Sua ausência, na literatura e nas artes em geral, implica no não questionamento da noção de realidade do próprio leitor/espectador, que se sente muito confortável ao ver suas expectativas e certezas confirmadas.

Não temos – neste momento de incivilidade, mais do que nunca – o luxo de não acreditar, de não projetar um país mais democrático, menos violento, menos desigual. Ainda precisamos, sim, da literatura para pensar nossa história, nossas relações com o mundo, mas que ela venha para incomodar o sono dos tranquilos, para tirar o sossego dos injustos, como dizia Conceição Evaristo. É preciso continuar apostando na fertilidade da vida, mesmo quando tudo à nossa volta insiste em negar suas possibilidades. Esse me parece ser o nosso mais significativo gesto de resistência, em direção aos outros e ao imponderável.

REFERÊNCIAS:

ALVIM, Chico. “Mas”, em *Elefante*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BASTOS, Meimei. *Um verso e mei*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992].

CUNHA, Euclides da. *Correspondência de Euclides da Cunha*. Organização de Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti. São Paulo: Edusp, 1997.

DALCASTAGNÈ, Regina. “Ausências e estereótipos no romance brasileiro das últimas décadas: alterações e continuidades”. *Letras de Hoje*, v. 56, nº 1. Porto Alegre, 2021, p. 109-43.

DALCASTAGNÈ, Regina. “A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos: uma aproximação inicial”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 54. Brasília, 2018, pp. 195-209.

EVARISTO, Conceição. “Vozes-mulheres”. *Cadernos Negros* n. 13, São Paulo: Quilomhoje, 1990, p. 32-33.

GOMBRICH, Ernest Hans. *Arte e ilusão*. Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1959].

GORZ, André. *Métamorphoses du travail: quête du sens. Critique de la raison économique*. Paris, Galilée, 1988.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983 [1960].

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 [1982].

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G. H.* Edição crítica. Paris: Archives; Brasília: CNPq, 1988 [1964].

MIGUEL, Luis Felipe. “Violência e política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 88, junho de 2015, pp. 29-45.

VENTURA, Roberto. “Casa-grande & senzala: ensaio ou autobiografia?”, 2011. Disponível na internet, no endereço www.tropicologia.org.br/conferencia/2001casa_grande.html. Acesso em 14/10/2011.

YAKINI, Michel. “Mapas de asfalto”, em *Acorde um verso*. São Paulo: Edição do Autor, 2012.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

A SABEDORIA DO AMOR: CONHECIMENTO PODEROSO¹

por Giselle Moura Schnorr

Ao pensar nas aulas de história, lembramos que passamos grande parte da vida estudando sobre guerras, conflitos, conquistas, destruições, colonialismos. A história humana não é única, como lembra Chimamanda Adichie, em *O perigo de uma história única*, mas sem dúvida é composta por histórias banhadas em violência, ou seja, desamor e não nos ensinam a amar.

A escritora feminista negra bell hooks² aborda o amor como ato ético, político e pedagógico necessário para alterarmos o curso desse modo de con-viver. Mas cuidado: o romantismo ocidental nos convenceu, e segue reproduzindo via indústria cultural, a noção de amor como um sentimento idealizado, tal como vemos em filmes, lemos em livros e ouvimos em canções. O amor romântico se tornou um clichê da cultura de mercado e de consumo a serviço da domesticação dos afetos e da dominação. Muito do que chamamos de amor romântico não passa de relacionamentos abusivos, de relações de gênero desiguais ou pautadas em padrões pequeno-burgueses, embalados com boa dose de moral judaico-cristã. Em *Tudo sobre o amor: novas percepções*, bell hooks propõe a desconstrução da dimensão do amor romântico, que no fundo representa a colonização de afetos, e nos convida ao acolhimento do amor como ato ético-político que envolve cuidado de si e dos outros. Corre ler!

¹ Artigo originalmente publicado no sétimo volume de *Desassossegos*, em outubro de 2021.

² bell hooks é o pseudônimo adotado por Gloria Jean Watkins, inspirado em sua bisavó materna, Bell Blair Hooks, em homenagem às mulheres fortes. Através da grafia bell hooks, em minúsculo, propõe um deslocamento da figura autoral para suas ideias.

Esticando a memória, descobrimos que os gregos tinham várias palavras para falar de amor, como *eros*, *ágape* e *philia*. Sobre isso, uma dica de leitura é *O Banquete*, de Platão!

Por que falamos de amor? Neste momento, no Brasil cerca de 600 mil vidas foram ceifadas pela Covid-19³, doença que poderia ter causado menor impacto se medidas de prevenção em defesa da vida fossem efetivadas pelos poderes públicos constituídos. Vivemos um tempo que revela a eficiência do capital em renovar em sua capacidade desumanizante, excludente, opressora. O capitalismo neoliberal globalizado se expressa violentamente por meio da negação de direitos e com o exercício de poder ultraconservador. Esse é um tempo em que feridas abertas na sociedade brasileira, como o racismo estrutural e o sexismo institucionalizado, se apresentam com força, causando dor e morte, principalmente, sobre corpos negros, indígenas, periféricos, lésbicos, bissexuais, gays, transexuais, intersexuais, corpos de mulheres e crianças.

A globalização como perversidade, como nos ensina Milton Santos, em *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, é sistêmica e se manifesta na reprodução da pobreza, na fome, no desemprego, na violência no cotidiano de periferias urbanas e do campo, na destruição dos ecossistemas e na promoção de comportamentos competitivos e consumistas. Nosso tempo é a face cruel da força do desamor em sua engrenagem desumanizante, inaugurada pelo padrão ocidental-colonial-moderno de poder, resultado da imposição de modos de estar e viver. Como nos diz Ailton Krenak, se desejamos *Adiar o fim do mundo*, deveríamos nos perguntar: seguiremos atualizando nossa disposição para a servidão voluntária?

Num mundo que agoniza em meio à dor e à política de ódio, falemos da sabedoria do amor como conhecimento poderoso. Amar e construir convivências amorosas são atos de resistências política, ética, pedagógica e de conhecimento. Lendo o cientista chileno Humberto Maturana, aprendi sobre filosofia do amor. No livro *Cognição, ciência e vida cotidiana*, o autor ensina sobre a natureza da vida. Em outros escritos, com Francisco Varela, nos brindam com o conceito

³ Até o início de abril de 2022 foram registradas 660 mil mortes por Covid-19.

de “*autopoiesis*”, para sintetizar anos de pesquisas sobre o desenvolvimento e reprodução dos seres vivos.

Tudo que é vivo é *autopoiético*, ou seja, é tecido interligado num ciclo interdependente de autocriação e autorregulação. Neste ciclo, a humanidade é concebida como uma unidade biológica-cultural que para existir está interconectada em convivência social, como todos os seres vivos, como também assinala o físico Fritjof Capra, em *A teia da vida*. Nós humanos, com o desenvolvimento da linguagem, nos distinguimos dos outros seres e, apesar de termos tomado caminhos históricos não pacíficos, somos os únicos capazes de agir com consciência para alterar o curso da história e evitar desastres que podem afetar todos os sistemas vivos.

Poiesis é um termo de origem grega que remete ao ato de criação com força de produção imaginativa e emoção. A tradição moderna-ocidental-europeia, que também bebeu na fonte grega, tornou corriqueiras as noções de *teoria* como busca de conhecimento verdadeiro, de *práxis* como busca de solução de problemas, que na perspectiva dialética se retroalimenta em teoria e prática, e de *poiesis* como elevação do ato criativo, imaginativo, como próprio do campo das artes. Trata-se da cisão entre a filosofia e a poesia, que tem no racionalismo dualista um fio condutor e uma complexa teia de construção de conhecimentos sem reconhecimento da afetividade e com pouco espaço para o mistério que marca a cadência da vida. Residiria por aí uma das fontes do desamor que nos ronda?

A filósofa espanhola María Zambrano (1924-1991) ao filosofar sobre razão poética dedicou sua obra ao desejo de fundir filosofia e poesia em favor de um humanismo antropológico. É outra dica de leitura sobre esse lance de cisão entre razão e emoção! Você pensa com cabeça ou com o coração? Com o corpo ou a mente? Estas perguntinhas corriqueiras entre nós dizem desta tradição colonial-europeia-cristã, que separa tudo em partes para tentar compreender e dominar o todo, chamando isso de razão esclarecida.

Pensar com o coração é a mensagem do ancião indígena norte-americano Ochiway Bianco, narrada por Gustav Jung (1875-1961) em sua autobiografia. O ancião teria relatado que via os brancos como seres cruéis, gananciosos, destruidores e que acreditam pensar com

a cabeça. Jung, então, lhe perguntara como se dá o pensar para seu povo, e o sábio ancião respondeu convicto que o pensar se dá com o coração.

Em contraponto ao racionalismo que instrumentalizou a vida e todo o planeta, denunciado pelo ancião Ochwiay Biano, o chileno Humberto Maturana argumenta que seus estudos o levaram à conclusão de que não é a razão que guia os seres, mas a emoção. A razão tem sido usada para justificar ações e ocultar emoções. Esta afirmação não é da ordem do irracional, não é desvalorizar a razão, mas entrelaçar sentir-pensar, razão-emoção, corpo-mente e nos tornamos mais responsáveis por nossas ações e desejos. Isso significa refundar a convivência humana com todos os seres para além das narrativas consideradas estritamente racionais e que desmobilizam para a convivência mútua.

A palavra amor é empregada por Maturana no sentido de convivência, e diz respeito à emoção fundamental que constitui o social, ou seja, o social é uma dinâmica de relações humanas que se funda na necessidade de aceitação mútua. Relacionar-se com o outro, acolhendo as diversidades, é o que fundamenta o amor, e se não há espaço de abertura para que o outro exista junto de si, não há fenômeno social com dignidade, não há amor, e onde não há amor, há destruição e morte.

A cultura de dominação é antiamor e exige violência para se sustentar, por isso o amor é um ato revolucionário poderoso. Segundo bell hooks, em *O amor como prática de liberdade*, “Sem amor, nossos esforços para libertar a nós mesmas/os e nossa comunidade mundial da opressão e exploração estão condenados”. O antiamor são pontos cegos, desvios éticos da luta política por libertação que estão nas práticas contraditórias. Práticas que afetam, inclusive, aqueles e aquelas que se autoproclamam progressistas. O antiamor expressa a introjeção da opressão pelos oprimidos. São os sectarismos criticados por Paulo Freire que se revelam no racismo, no sexismo e outras formas de dominação e discriminação nas relações cotidianas. O antiamor representa a destruição dos ecossistemas e descaso com demais seres vivos.

Em sintonia com a pedagogia libertadora de Paulo Freire, bell hooks faz a defesa de uma ética do amor, sem a qual as opressões

seguem instaurando o desamor, a violência, o ser menos, a desumanização, distorção da vocação ontológica do *ser mais*, a negação da vida e das diversidades. A ética do amor reivindicada por bell hooks pode ser aproximada de Paulo Freire, em sua ética universal do ser humano, e da biologia do amor de Humberto Maturana e Francisco Varela.

Paulo Freire dizia querer ser lembrado como uma pessoa que amou profundamente o mundo, as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, a vida. Pensando com o coração, andarihou pelo mundo semeando um *quefazer* amoroso. Seus escritos ensinam a amar. Sua educação e política do amor pode ser reconhecida na aposta de criação de “*inéditos viáveis*”, ao se referir ao futuro a ser construído desde o cotidiano como resistência e criação. Diante das “situações-limites”, situações de desamor, em que a vida desumanizante se impõe, propõe *inéditos viáveis* como possibilidades de reinvenção do mundo em favor do *ser mais*, ou seja, na criação de caminhos coletivos de libertação contra toda forma de opressão.

Paulo Freire faz parte de uma geração de homens e mulheres que se unem na denúncia de práticas políticas, econômicas, culturais e de conhecimento colonizadoras, desumanizadoras. Ensina que é impossível pensar a superação da opressão, da discriminação, sem uma compreensão crítica da história e sem projetos de natureza político-pedagógica no sentido da transformação e reinvenção de um mundo em que seja possível amar. Criar *inéditos viáveis* é imperativo ético e político na permanente afirmação do pensar autenticamente, centro da educação libertadora, colocando diferentes leituras de mundo em diálogo para gestar transformações na sociedade.

O *inédito viável* de Humberto Maturana e Francisco Varela é a *autopoiese*, na qual a conexão entre os seres está na base da vida e a colaboração social é o que pode garantir a continuidade da humanidade. No contexto da pandemia por Covid-19, um pouco antes de falecer aos 92 anos, Maturana dizia que, paradoxalmente, a cooperação exige não estarmos em grupo para evitar o contágio, e o aprendizado que teremos está relacionado à nossa capacidade ou não de colaborar. “O primeiro e último remédio é nos encontrar no amor, em nos deixar aparecer, no conviver democrático que nos permite conversar e refletir, escolhendo entre todos os seres humanos, ou seja,

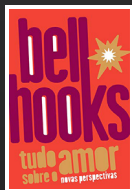
entre todas as pessoas, as tarefas que conservam a harmonia e o bem-estar entre nós e com a biosfera”, afirma em reportagem publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos.

Nossa disposição para a construção de uma sociedade com justiça social, com dignidade entre os seres humanos e demais seres, deve ser fundamentada no amor como reconhecimento de que vivemos em interdependência. Essa disposição para o amor como sabedoria e conhecimento pode nos levar à aprendizagem do *bem viver*, princípio dos povos originários de nosso continente, que vem sendo devastado há mais de quinhentos anos. O amor como ato político de coragem, que une a justa raiva contra um mundo desumanizante, e como princípio ético-político de unidade na diversidade em defesa da vida e da liberdade.

A dimensão política e ética do amor também é destacada por Paulo Freire, em oposição às perspectivas messiânicas ou de autoajuda comuns na ética do mercado, que transforma, inclusive, as sensibilidades em objetos para mercantilização da vida. Identificar os pontos cegos das lutas por libertação é a chamada de atenção de bell hooks para olharmos criticamente para as contradições, expandindo a compreensão de como as diversas formas de dominação se expressam. Uma das maneiras de afastamento da ética do amor é o encantamento pelo poder. A reinvenção do poder em favor da convivência digna e democrática é, também, a mensagem de Humberto Maturana e Paulo Freire.

Que as dores e desamores do tempo presente nos renovem a esperança e capacidade de repensar formas de estar e ser no mundo indo além do modelo civilizatório que nos trouxe à emboscada em que estamos. Que este esperar geste em nós o *sentirpensar*, como desejou Orlando Fals Borda, de modo que o filosofar esteja para a poesia como a poesia esteja para o filosofar. Imaginar, criar, desejar que o mundo possa ser um lugar melhor para se viver pode ser delírio utópico. Mas para que servem as utopias se não para nos mover a caminhar, como já dizia Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano em *Las palabras andantes*? Seria possível mudar nosso modo de ver, de olhar, conviver e de estar no mundo uns com os outros? A resposta a esta questão, a nosso ver, passa pela difícil e necessária aprendizagem da sabedoria do amor como conhecimento poderoso.

>>> Indicações de Leitura



Tudo sobre o amor: novas perceptivas, bell hooks

Primeiro volume de sua *Trilogia do Amor*, neste livro a autora procura elucidar o que é, de fato, o amor, seja nas relações familiares, românticas e de amizade ou na vivência religiosa. Para bell hooks, o amor é mais do que um sentimento, é uma ação.



O amor como prática de liberdade, bell hooks

Traduzido por Uã Flor Do Nascimento, professor de Filosofia e Bioética da Universidade de Brasília, este artigo aborda a ética do amor e a necessidade de reconhecer pontos cegos na luta contra os sistemas de dominação. Disponível em: <https://cebi.org.br/noticias/bell-hooks-o-amor-como-a-pratica-da-liberdade/>



Sem escuta, respeito mútuo e colaboração, “iremos direto à nossa extinção”, adverte Humberto Maturana

Esta é uma reportagem de Paulina Sepúlveda, que traz a reflexão de Humberto Maturana acerca da Covid-19 e suas implicações éticas e sociais. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598691-sem-escuta-respeito-mutuo-e-colaboracao-iremos-direto-a-nossa-extincao-adverte-humberto-maturana>



A razão poética no Grande sertão: veredas: ‘diálogo’ entre Guimarães Rosa e Maria Zambrano, Alécio Donizete

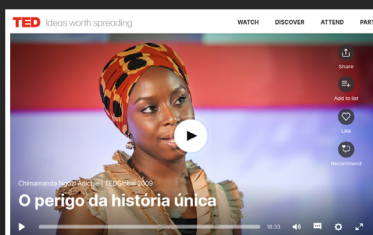
Sou grata ao amigo Alécio Donizete que me apresentou Maria Zambrano e escreveu uma tese sobre razão poética. Espiem aqui: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28950>



O Banquete, de Platão

O Banquete, escrito por volta de 380 a.C., é um diálogo entre Platão e Fedro e se constitui de uma série de discursos sobre a natureza e as qualidades do amor.

>>> Indicações de Vídeos



O perigo de uma história única, Chimamanda Adichie

O vídeo consiste numa palestra proferida por Chimamanda Adichie para *TED Talks*. Nela, a autora sugere diversificarmos as fontes do conhecimento e sermos cautelosos ao ouvir somente uma versão da história. A palestra também está disponível em livro publicado pela Companhia das Letras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>



Instituto Paulo Freire

Acompanhe aqui Paulo Freire falando sobre como gostaria de ser lembrado e aproveite para conhecer o canal do Instituto Paulo Freire (iPF.Tv): <https://www.youtube.com/watch?v=OLLKwzw0vys>



Ilustração de
Olivia da Silva
Marsola

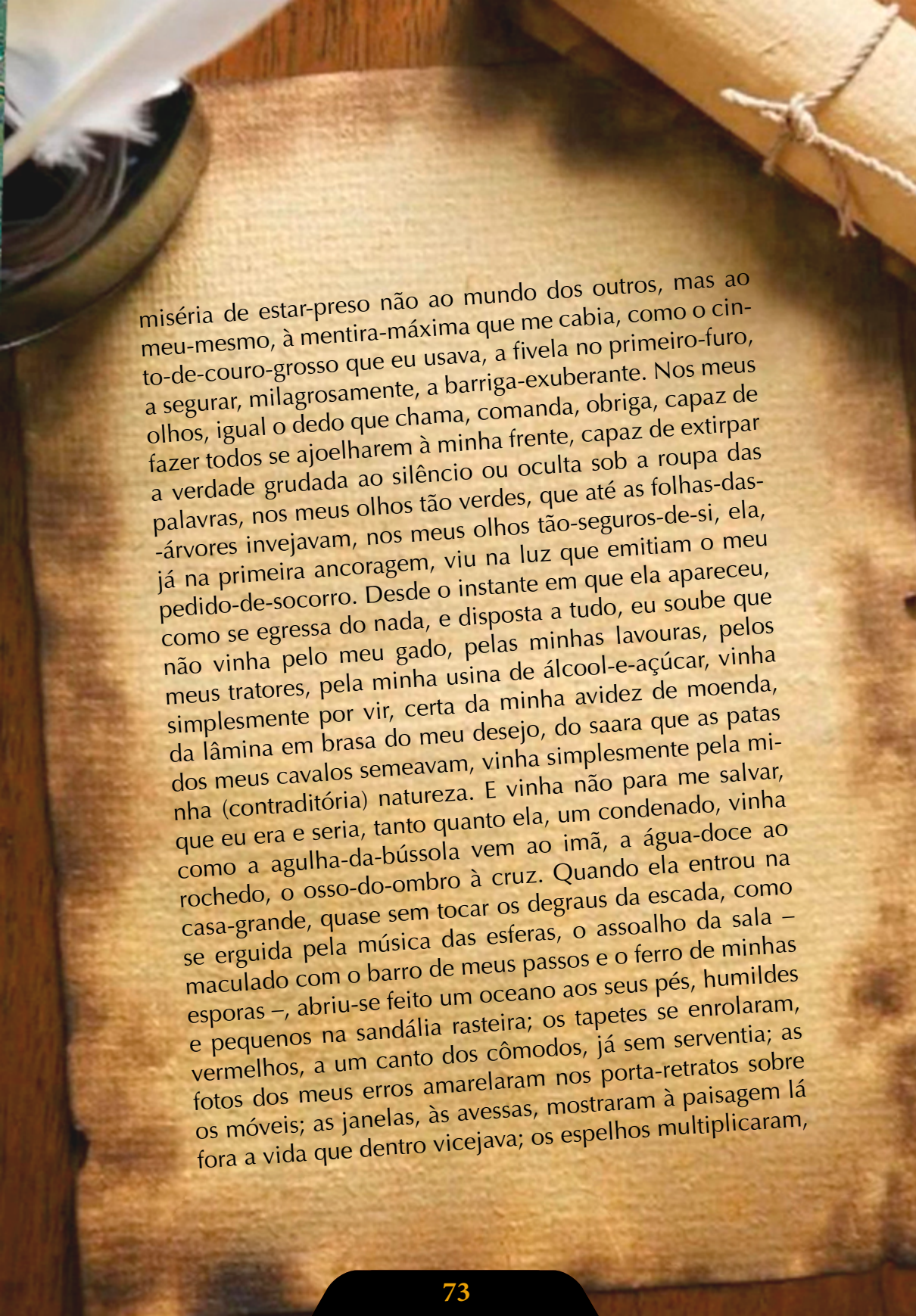
OLIVIA

Astro-apagado¹

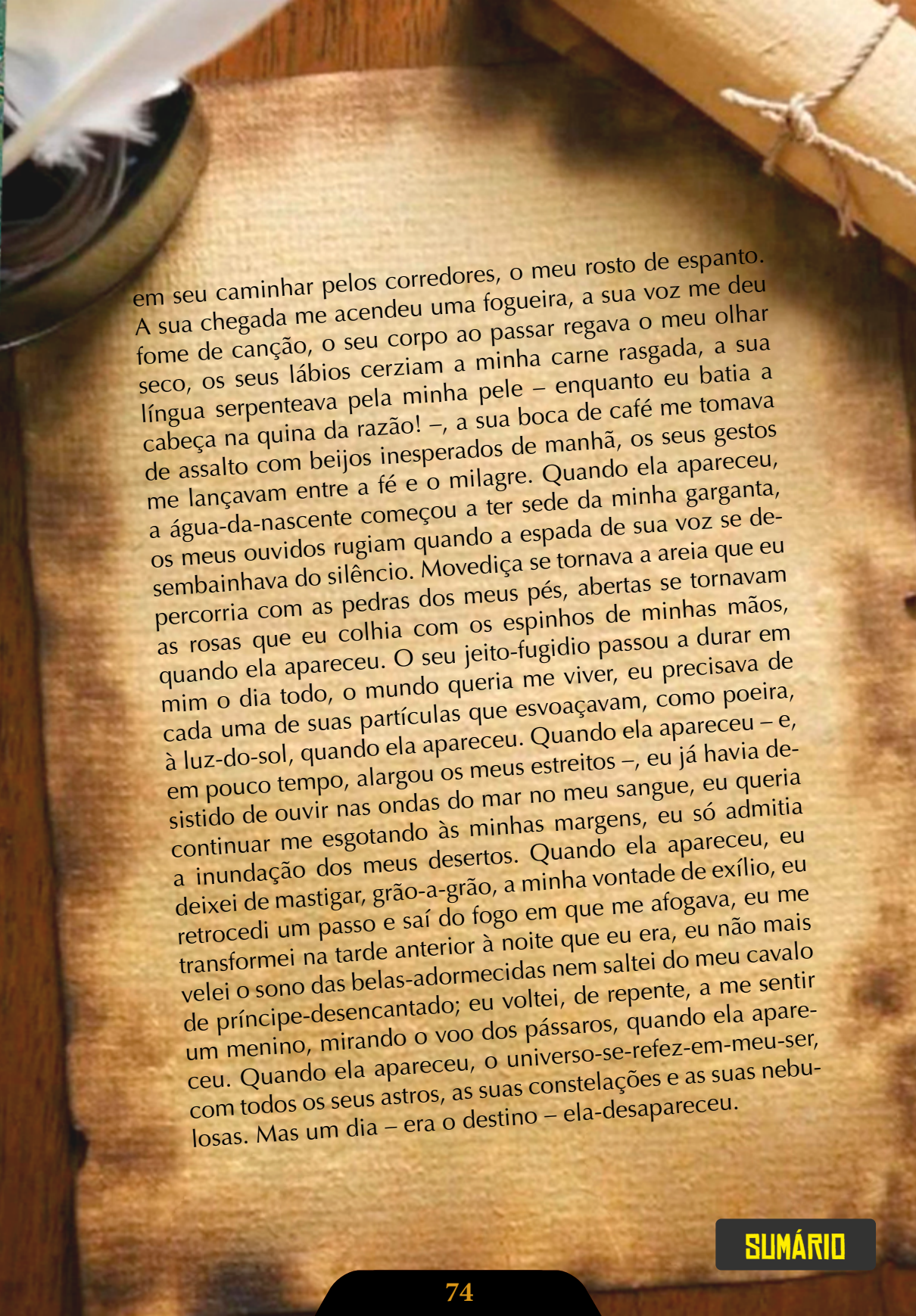
João Anzanello Carrascoza

Quando ela apareceu, eu resplandecia como nunca, era o dono de quase tudo ali, minhas botas sorviam as terras que eu pisava, eu as arrastava comigo como raízes, por alqueires-e-alqueires, minhas mãos abraçavam o céu, e nele eu ordenava o tom de azul, a configuração das nuvens, a hora da tempestade. Mas, abaixo das minhas camadas, não havia sol nenhum, eu vivia a

¹ Conto originalmente publicado no terceiro volume de Desassossegos, em outubro de 2019.



miséria de estar-presos não ao mundo dos outros, mas ao meu-mesmo, à mentira-máxima que me cabia, como o cinto-de-couro-grosso que eu usava, a fivela no primeiro-furo, a segurar, milagrosamente, a barriga-exuberante. Nos meus olhos, igual o dedo que chama, comanda, obriga, capaz de fazer todos se ajoelharem à minha frente, capaz de extirpar a verdade grudada ao silêncio ou oculta sob a roupa das palavras, nos meus olhos tão verdes, que até as folhas-das-árvores invejavam, nos meus olhos tão-seguros-de-si, ela, já na primeira ancoragem, viu na luz que emitiam o meu pedido-de-socorro. Desde o instante em que ela apareceu, como se egressa do nada, e disposta a tudo, eu soube que não vinha pelo meu gado, pelas minhas lavouras, pelos meus tratores, pela minha usina de álcool-e-açúcar, vinha simplesmente por vir, certa da minha avidez de moenda, da lâmina em brasa do meu desejo, do saara que as patas dos meus cavalos semeavam, vinha simplesmente pela minha (contraditória) natureza. E vinha não para me salvar, que eu era e seria, tanto quanto ela, um condenado, vinha como a agulha-da-bússola vem ao imã, a água-doce ao rochedo, o osso-do-ombro à cruz. Quando ela entrou na casa-grande, quase sem tocar os degraus da escada, como se erguida pela música das esferas, o assoalho da sala – maculado com o barro de meus passos e o ferro de minhas esporas –, abriu-se feito um oceano aos seus pés, humildes e pequenos na sandália rasteira; os tapetes se enrolaram, vermelhos, a um canto dos cômodos, já sem serventia; as fotos dos meus erros amarelaram nos porta-retratos sobre os móveis; as janelas, às avessas, mostraram à paisagem lá fora a vida que dentro vicejava; os espelhos multiplicaram,

A quill pen with a dark, feathered tip lies on the left side of a textured, parchment-like surface. In the upper right corner, a piece of light-colored material, possibly a book cover or a piece of parchment, is tied with a simple knot made of a light-colored string.

em seu caminhar pelos corredores, o meu rosto de espanto. A sua chegada me acendeu uma fogueira, a sua voz me deu fome de canção, o seu corpo ao passar regava o meu olhar seco, os seus lábios cerziam a minha carne rasgada, a sua língua serpenteava pela minha pele – enquanto eu batia a cabeça na quina da razão! –, a sua boca de café me tomava de assalto com beijos inesperados de manhã, os seus gestos me lançavam entre a fé e o milagre. Quando ela apareceu, a água-da-nascente começou a ter sede da minha garganta, os meus ouvidos rugiam quando a espada de sua voz se desembainhava do silêncio. Movediça se tornava a areia que eu percorria com as pedras dos meus pés, abertas se tornavam as rosas que eu colhia com os espinhos de minhas mãos, quando ela apareceu. O seu jeito-fugidio passou a durar em mim o dia todo, o mundo queria me viver, eu precisava de cada uma de suas partículas que esvoaçavam, como poeira, à luz-do-sol, quando ela apareceu. Quando ela apareceu – e, em pouco tempo, alargou os meus estreitos –, eu já havia desistido de ouvir nas ondas do mar no meu sangue, eu queria continuar me esgotando às minhas margens, eu só admitia a inundação dos meus desertos. Quando ela apareceu, eu deixei de mastigar, grão-a-grão, a minha vontade de exílio, eu retrocedi um passo e saí do fogo em que me afogava, eu me transformei na tarde anterior à noite que eu era, eu não mais velei o sono das belas-adormecidas nem saltei do meu cavalo de príncipe-desencantado; eu voltei, de repente, a me sentir um menino, mirando o voo dos pássaros, quando ela apareceu. Quando ela apareceu, o universo-se-refez-em-meu-ser, com todos os seus astros, as suas constelações e as suas nebulosas. Mas um dia – era o destino – ela-desapareceu.

GAZETAS



A PORTA QUE NOS LEVA ÀS DESCOBERTAS¹

por Lohany de Oliveira Ferreira

Nunca foi tão difícil ler com profundidade quanto agora: com tantas informações ao redor para avaliarmos e digerirmos, é mais fácil nos satisfazermos com leituras que não nos exijam grande esforço mental, nos proporcionando apenas prazeres passageiros. Não nos importamos com o real, com o durável. Somos inconstantes. Procuramos nos reinventar com mudanças aparentes e, por causa disso, não desenvolvemos nossa humanização e identidade. Humanização, no sentido que Antonio Candido defende em *O direito à literatura*, como um processo que nos torna mais abertos, mais sensíveis, compreendendo melhor a realidade, as circunstâncias, o *eu* (abertura para si próprio, identidade) e o *outro* (abertura para o mundo, para a humanidade).

Na sociedade contemporânea, há bilhões de leitores, mas não necessariamente “leitores ideais”. Com a tecnologia, o acesso à leitura expandiu-se: vários livros são impressos em questão de segundos, várias histórias podem ser armazenadas em um único aparelho eletrônico. A questão maior é como as pessoas leem e como enxergam esta prática.

É certo que a leitura não deixa de ser uma forma de entretenimento, de prazer. Porém, enxergá-la apenas com este ponto de vista é cair na superficialidade. Ler apenas para fugir do mundo real ou somente para adquirir conhecimento é um erro. Para Jorge Larrosa, em *Experiência e Alteridade em Educação*, se o conhecimento não muda o leitor e não lhe deixa marcas, então ele não teve uma real experiência. Ele ainda defende que a experiência

¹ Artigo originalmente publicado no segundo volume de *Desassossegos*, em maio de 2019, com o título *A porta que leva às descobertas*.

é algo particular, cada um tem e faz a sua. Porém, para que ela se torne algo importante, “algo seu”, é preciso que a relação que você estabelece com o que está experienciando seja espontânea. No caso da leitura, é necessário ser/estar vulnerável e permitir que o texto passe por nós e que nesse “passar”, ele nos cause uma modificação. Experiência não significa apenas sentir, mas está fortemente agarrada à ideia de mudança. Se algo nos passa e não faz nenhuma diferença, não é algo significativo, algo que deva ser levado em conta.

Precisamos ler para nos lermos (entender nossos sentimentos, motivações e comportamentos). Precisamos ler para interpretar o mundo ou, ao menos, procurar um sentido ao que nos rodeia, e não meramente para passarmos o tempo. Entretanto, este não é o contexto que enxergamos, principalmente entre os jovens.

Desde cedo, somos instigados ao contato com “textos simples”, textos que estejam ao “nosso nível”. Muitos autores clássicos são considerados compreensíveis apenas para adultos, por isso, ocorre a “infantilização do leitor”, como explica Paulo Venturilli no artigo *Leitura: Paixão do Conhecimento*. Desta maneira, os jovens mentalizam que literaturas produzidas por escritores como esses não são para eles e, por isso, navegam em textos que geralmente são fundamentados no clichê. Nas comédias românticas, por exemplo, as duas pessoas que se amam costumam ficar juntas. Nas histórias de Super Heróis é comum que, depois de grandes entraves, o herói vença o vilão. Normalmente são narrativas previsíveis e, mesmo que proponham alguma crítica ou reflexão, romantizam a vida, se contrapondo ao realismo.

Não somos estimulados a crescer, nadamos no raso. Fomos inseridos nesta ideologia do comodismo.

Espantalho: - Eu não tenho um cérebro... só tenho palha.

Dorothy: - Como você pode falar se você não tem um cérebro?

Espantalho: - Eu não sei... Mas algumas pessoas sem cérebro falam de monte, não é?

Dorothy: - É, eu acho que você está certo.

O Mágico de Oz

Mergulhados na ignorância, muitos de nós jovens não conseguimos chegar à conclusão do espantalho, nem ao menos refletimos sobre isto, sobre o nível de nosso conhecimento. Reproduzimos as ideias em sua superficialidade, repassamos os discursos que ouvimos sem pensar e nem saber o que querem transmitir.

Aprendemos a nos apaixonar pelo que é fácil, submetidos à lógica do lucro: menor custo para maiores resultados. Se ler não nos traz lucro, logo não nos tem utilidade. No mesmo artigo, Venturelli cita as palavras de Eduardo Mendoza: “É preciso ensinar a ler livros difíceis, porque [crianças e jovens] lerão os fáceis sem que ninguém as estimule. Há que ensinar a se interessar pelas dificuldades, não pela facilidade”. Levando essas questões em consideração, um dos maiores desafios dos jovens é romper com a barreira que afirma que a leitura é só para entretenimento e entender que a sua prática é um processo árduo, longo, que exige esforço mental.

*É preciso que eu suporte duas ou três larvas
se quiser conhecer as borboletas.*

O Pequeno Príncipe

Mas no final é recompensador. Recompensador porque quando nos abrimos para os livros (livros que instiguem nosso pensamento crítico, que nos façam refletir fora do senso comum), um universo se abre para nós. Um universo de possibilidades, de perguntas e não de respostas, onde construímos a nossa história e vivemos para os nossos sonhos!

Então eu não estava sonhando, afinal de contas, a menos... a menos que sejamos todos parte do mesmo sonho. Só espero que o meu sonho seja meu, e não do Rei Vermelho! Não gosto de pertencer ao sonho de outra pessoa.

Alice Através do Espelho

O mundo é complexo, nunca o entenderemos completamente. Porém, diferente do canário de Machado de Assis, você pode escolher se para você o mundo será uma “loja de Belchior”, “um jardim assaz largo com repuxo no meio, flores e arbustos, alguma grama, ar claro e um pouco de azul por cima” ou se é “um espaço infinito e azul, com o sol por cima.” Neste conto, *Ideias do Canário*, o narrador nos mostra como tudo o que está fora da nossa realidade passa a ser ilusão e mentira, pois é diferente e desconhecido. Fato que nos faz refletir como é perigoso estar exposto à ignorância e à superficialidade das coisas.

A leitura é uma das portas que nos leva à percepção e à compreensão de nós. Desenvolve a consciência sobre o mundo e as pessoas. É abertura e infinitude. Capaz de transformar o ser, a humanidade. Porém, seu poder de atuação é limitado pelo leitor, do quão profundo ele se permite ir. Logo, tudo depende da relação entre o indivíduo e o texto, do caminho que ele percorreu e de como traz para o mundo suas descobertas e seu aprendizado. E descobertas e aprendizado são palavras que todos devemos cultivar para a vida toda.

>>> *Indicação de Leitura*

O leitor como metáfora: o viajante, a torre e a traça.

(Alberto Manguel)



Neste livro, Alberto Manguel discorre sobre a leitura e o leitor por meio de três metáforas: a primeira, como uma forma de reconhecer o mundo; a segunda, como meio de entendê-lo ou fugir do mesmo; e a terceira, como uma maneira de inventá-lo. Elas são dinâmicas, por isso, não se deve analisá-las exclusivamente como negativas ou positivas. Espontaneamente, a cada página lida, examinamos a relação que temos com as palavras e como elas moldam o nosso olhar para as coisas. A seguir, um trecho desta obra: “O livro é um mundo através do qual podemos viajar, porque o mundo é um livro que podemos ler.”

AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NA LUTA POR POLITIZAÇÃO¹

por Mateus Henrique Alves de Oliveira

Em 2016, numa noite de sexta-feira (se bem me lembro), foram divulgadas mensagens no grupo de *WhatsApp* da minha turma, anunciando que se iniciava a ocupação do Colégio Estadual do Paraná. E com teor urgente, outras mensagens de meus colegas se seguiram. Nenhuma delas dizia, de fato, o que estava acontecendo. Talvez todos estivessem esperando o repasse de outras mensagens ou talvez estivessem apenas tão perdidos quanto eu.

“Ocupação” - o que diabos se queria dizer com isto?, pensei. Alunos ocupando um colégio. Não era isso o que deveria acontecer? Tem criança que não é aluno e que não ocupa nem escola nem colégio - ocupa a rua, noite e dia. Nada mais justo e sensato que uma palavra ocupar um texto; um texto ocupar um livro; e uma criança, um aluno, ocupar um colégio. Mas descobri que não se tratava de sentar nas cadeiras e abrir os cadernos (o que comumente se fazia). Talvez subir nas cadeiras ou, quem sabe, anotar nos cadernos uma frase que não estava sendo dita ou escrita na lousa por professores. Uma frase, para mim, inédita: “É a ocupação! Vamos ocupar o Colégio Estadual do Paraná!”. Eu não poderia dizer que isto se assemelhava àqueles dados, escritos no nosso quadro, sobre o século em que Fulano de Tal, levado por tais e tais coisas, assassinou Príncipe Rodoviano e causou uma guerra histórica que não se sabe quantas vidas levou; e também não diria que o sentido tinha o mesmo peso significativo que conhecer as diferenças cruciais entre as plantas angiospermas e gimnospermas. Mas, mais ainda, além da História e da Biologia, o Português não me deixava mentir: para que, afinal, tantos tipos de substantivos,

¹ Artigo originalmente publicado no terceiro volume de *Desassossegos*, em outubro de 2019, com o título *Os estudantes e a política das ocupações*.

predicados, verbos transitivos e locuções adverbiais? Palavras não são coisas que nos dizem algo? E aquilo, de fato, nos dizia o quê? Não me parecia que pudesse ser algo a lembrar depois de um certo tempo – às vezes, lembrava-se no tempo máximo de três dias após uma prova, e depois o conceito era soterrado na memória, atirado ao esquecimento. Mas aquela mensagem estudantil, com significado de algo que eu ainda não entendia, marcou o início de uma ponte entre dois mundos: um elo entre a teoria e a prática. Naquela noite, ocupei a cabeça. Dias depois, a cabeça me ocupou.

Os estudantes atuavam contra aquilo que estava sobre a cabeça de todos nós, a PEC do Teto² e a Reforma do Ensino Médio³. Vai cair, uns previam. Vai nos esmagar, deduziam outros. Vetem a PEC do Teto e esta reforma medonha, soava o coro estudantil. E eu, por precaução e insegurança, não dizia absolutamente nada. Todos os filmes que assisti, sempre tentei entendê-los da mesma forma: ficando calado. A ocupação era como um filme. Muita gente assistia: uma parte na própria sala de cinema, cheia da sensibilidade que permitem os seus acessórios, e uma outra porção através da pirataria, com uma imagem e som mais depravado.

Contudo, diante de tantas críticas e tantos críticos - nem sempre críticos de cinema -, de tanto movimento e movimentação, garganta e argumentação, a política aconteceu. Fez-se política, e a política pairou no ar do Estadual. Este mesmo ar invadiu os pulmões estudantis; ocupou-os de súbito, sem tempo de qualquer reação. Ao expirar, retornando para fora um sentimento político, cheio de nós e de nós mesmos, foi que soubemos de uma das grandes sacadas da vida, uma sacada que dizia assim: meu amigo,

² Oficialmente chamada de “PEC 241” e depois, no Senado, de “PEC 55”, esta proposta de emenda constitucional previa o estabelecimento de um teto de gastos públicos para o Governo Federal, variável de acordo com a inflação, após cada ano passado. Foi, por isso, apelidada de “PEC do Teto”. No dia 15 de dezembro de 2016, a PEC foi promulgada no congresso.

³ Trata-se da Medida Provisória 746, proposta pelo governo de Michel Temer. Entre outras mudanças, esta MP retirava a obrigatoriedade do ensino de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física no Ensino Médio, aumentava a carga horária anual dos alunos e autorizava profissionais “com notório saber”, sem necessidade do diploma de licenciatura, a ministrarem aulas em determinadas disciplinas. Em 16 de fevereiro de 2017, a MP foi sancionada como lei.

you não sabe de nada, mas parta para aprender. Nesse momento, tornei-me parteiro e foi então que parti. Parti para “dar à luz” e “parir” o conhecimento, como prenunciava a maiêutica socrática. Em outras palavras, eu percebi que não estava entendendo nada e resolvi questionar qualquer coisa que me parecesse pertinente de ser questionada — tudo. A partir dali, eu aprendia um pouco do que significava ser cidadão, embora, por questão de idade (16 anos), ainda não o fosse de forma oficial.

Inegavelmente, porém, meus olhos políticos estavam abertos. E eu enxergava uma luz tão forte, tão branca e cheia de possibilidades, que me comparava a um recém-nascido, com um novo mundo à sua frente. É claro que, por questões de dignidade e proposição teórica, direi que minha experiência podia ser melhor comparada à percepção de um prisioneiro que se libertou. Talvez aquele mesmo desafortunado que o filósofo grego Platão (428 a.C - 347 a.C) descreveu em sua alegoria da caverna, na obra intitulada *A República*. Eu, um acorrentado dentro de uma caverna, soltei-me de alguma forma. Tomei noção da ignorância que me acorrentava e pus-me a correr para fora. Naturalmente, tendo vivido boa parte da vida na escuridão, a luz do lado de fora fez doer e cegar os meus olhos por alguns instantes, gerando com eficiência uma confusão. Mas, afinal, todos sabemos que a verdade dói e o saber incomoda e, às vezes, mais aos outros do que a nós mesmos. Assim, eu segui.

Não posso dizer que continuei sozinho na caminhada, é verdade. Pesquisar sobre vários assuntos me levou a um lugar que se deita sobre várias coisas. Uma parte específica da internet. Um site. E, mais precisamente, o Youtube, a maior plataforma de vídeos já criada. Lugar digital onde pessoas reais pegam seus celulares, suas câmeras, e gravam a si mesmos abordando os mais diversos temas e assuntos — às vezes, fazendo piada; às vezes, sendo a piada. Alguns com currículo digno; outros que só Deus sabe; e ainda outros aparentemente formados na Academia Quase Verídica do Brasil Paralelo⁴, afirmando com convicção e veemência que uma

⁴ Com material pouco respeitado pela Academia tradicional, o Brasil Paralelo, em 2016, surgiu como uma empresa produtora de conteúdo audiovisual, com viés político de direita. Suas produções, de fato, apresentavam um “Brasil paralelo”, uma “verdade escondida” ou um “lado nunca mostrado”, e por causa disso passaram por diversos apontamentos de revisionismo histórico.

coisa, contra todas as suas possibilidades, é igual a outra coisa, tal qual a cor branca é igual a cor preta, e o mar, em verdade, se trata de terra seca. É absurdo, mas não se precisa de muito. Bater forte na mesma tecla gera resultado interessante.

Fato é que encontrei o que procurava, depois de um tempo. Me politizei e continuo, ainda, me politizando — para não enfermar ao perder o costume. Não sou um político do nosso sistema representativo, e disso nem faço questão. Sou (ou, ao menos, tento ser) um homem político, um cidadão político. E, afinal, como se dá a politização? Me parece que ela surge de uma necessidade, já que, sem o “necessitar”, existe um comodismo nas nossas ações, e assim igualmente em nossos pensamentos, caso não seja necessário o “pensar” (a reflexão). Um sujeito sem sede não costuma ir atrás de um copo com água, e se não for uma necessidade que nós pensemos em um mundo melhor, é quase sempre preferível deixá-lo a cargo de quem esteja disposto a tomar tais exaustivas atitudes. Assim também é na política de um país.

“A ocupação no IFNMG, Campus Arinos, nos possibilitou conhecimento acerca da política, bem como o funcionamento da máquina pública e os direitos e deveres de cada cidadão”, relatou o estudante Daniel Rodrigues Martins, de Arinos - MG⁵.

Da necessidade de entender o contexto em que vivia, durante as manifestações dos estudantes, me senti impelido a correr atrás de coisas com as quais não estava acostumado a lidar. Poderia assistir pela televisão quantos protestos fossem, mas participar de um deles trouxe à tona um sentimento de cola, de estar verdadeiramente integrado a algo importante, que faria diferença. A luta estudantil, como se vê pelos resultados de 2016, pode não ter sido efetiva, mas não significa que tenha sido uma causa sem valor.

“Responsabilidade é a primeira coisa observada no período das ocupações. Os alunos mostraram sua autonomia e a capacidade de resolver seus problemas”, disse uma estudante secundarista de Ponta Grossa - PR.

⁵ Este e os demais relatos foram retirados do livro **“#OcupaPR 2016: Memórias de Jovens Estudantes”**, organizado por Thiago Divardim, Adriane Sobanski e Maria Auxiliadora Schmidt. Curitiba: **W.A. Editores**, 2016. – 152 p.

É subjetivamente que de fato mudamos, e, nesse sentido, foi um ganho imenso, tanto em nós quanto na qualidade das escolhas políticas que faremos futuramente.

Se bem pensado e discutido em cima dessas e de muitas outras experiências com movimentos políticos, o sistema educacional poderá, cada vez mais, propor uma forma de educação que vá além da maioria enfadonha de assuntos teóricos que vigoram em nossas bases educacionais. Como destacou a estudante Bruna Camargo, de Ponta Grossa: “tivemos um crescimento enorme, de forma que não aconteceria com aulas normais, pois essas permitem pouco (ou nenhum) espaço para discussões”. É preciso abrir a conversa e expor aos jovens a necessidade de uma mentalidade política que não seja cravada no culto a personalidades políticas, ou no ensejo à profissão político-representativa, mas uma mentalidade de cidadão político, aquele que descobre o seu lugar na pólis⁶ e passa a agir, também, em função dela, visando o bem-estar coletivo.

Sabemos que um movimento estudantil atíça muitas paixões, tanto as boas quanto as ruins, mas não nos esqueçamos de que a mente também pode ficar atíçada, ou, melhor dizendo, ocupada de uma necessidade curiosa, potente e irreversível, de conhecer.

REFERÊNCIA:

- Platão. *A República*. Editora Martins Fontes – selo Martins, 2ª ed., 2014. – 464 p.

⁶ Termo referente às antigas cidades-estado gregas. Ter um lugar na pólis, como cidadão, é poder participar da política democrática da cidade. Neste Brasil do início do século XXI, urge criar, além de uma democracia representativa, uma democracia participativa, estendendo, para além do voto, a participação cidadã.

POESIA, FRUIÇÃO E RESISTÊNCIA¹

por Marcelly Maria Souza da Cruz

Na Fundação Casa...

- Quem gosta de poesia?
- Ninguém, senhor.

Aí recitei “Negro drama” dos Racionais.

- Senhor, isso é poesia?
- É.
- Então nós gosta.

É isso. Todo mundo gosta de poesia.
Só não sabe que gosta.

Sérgio Vaz

Não precisa ser um *expert* em questões sociais para se ter ideia do atual cenário brasileiro. Segundo a ONU, ocupamos o sétimo lugar no *ranking* mundial de desigualdades sociais. Aqui, as pessoas são privadas todos os dias, desde seu nascimento, de direitos básicos que deveriam ser garantidos a todos. Elas convivem com a fome, a falta de saneamento básico, dificuldades de acesso à saúde e à educação, dentre vários outros problemas. Dessa forma, inseridos nessa rotina de “sobrevivência”, são reduzidos os espaços e o tempo para temas relacionados à arte e cultura, como a poesia.

¹ Artigo originalmente publicado no quinto volume de Desassossegos, em outubro de 2020, com o título *Desengavetando o poema*.

O que é entendido por arte e cultura, aliás, é algo bem específico e que cria mais um espaço de exclusão. Falando especialmente de poesia, o “Eu-lírico” que figura nas estantes das livrarias e espaços escolares parece ter sido definido exclusivamente por e para pessoas brancas e com melhores condições financeiras. Enxergamos isso nos grandes nomes da nossa poesia do século XX, por exemplo. Se me permite duas perguntas, você consegue citar nomes de poetas negros, de classe baixa ou pertencentes a outro grupo de desprivilegiados que sejam destaque nesse período? Que façam parte dos manuais de literatura e sejam estudados na escola? Talvez você até se lembre de alguns nomes, mas são bem poucos, afinal, a maioria dos autores se encaixa em um certo “nicho” social.

A questão é que esse modelo continua se reproduzindo. Chegamos ao século XXI com pessoas que ainda vivem sem espaços de expressão, acesso, representatividade e que não se sentem pertencentes ao mundo poético. O que ocorre aqui é um processo de desumanização daqueles que têm pouco, que os priva de ter voz e lugar de fala, através da escrita. É comum termos acesso apenas a um tipo de poesia específica nas escolas, por exemplo, dita de “prestígio”, mas que nem sempre *conversa* com quem está sentado em uma carteira após horas de trabalho nem com alguém que tente encaixar a poesia e literatura às suas precariedades cotidianas. Tudo isso dificulta a produção artística destes grupos e, obviamente, a visibilidade posterior.

Pode-se pensar que debates como esse são desnecessários, inúteis e precisam ser tratados como secundários, pois o foco deveria ser em coisas materiais que tragam algum “benefício” a estas pessoas marginalizadas. Porém, a cultura, a arte e a literatura também são direitos. É preciso garantir o que consta na Declaração dos Direitos Humanos: “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”. Logo, é essencial defender o acesso e a produção de cultura dentro das margens sociais. Não só porque é um direito, mas também porque tais conhecimentos são necessários para a formação humana. Para Nuccio Ordine, em *A utilidade do inútil*, “há saberes que têm um fim em si mesmos e que – exatamente graças à sua natureza

gratuita e livre de interesses, distante de qualquer vínculo prático e comercial – podem desempenhar um papel fundamental no cultivo do espírito e no crescimento civil e cultural da humanidade. Nesse sentido, considero *útil* tudo o que nos ajuda a nos tornarmos melhores.” Podemos, então, compreender que tais direitos são tão “úteis” quanto outros, como moradia, alimentação etc., pois fazem parte da experiência humana, de nossa vida enquanto seres sociais.

Ademais, é preciso compreender que a produção poética dentro desta realidade existe e que ela é *útil* tanto para quem a produz como para quem a usufrui. A poesia oferece a quem escreve a força da expressão, de se posicionar diante das coisas do mundo, de se tornar um indivíduo, ter seu espaço e ser reconhecido, e a quem lê a capacidade de criar empatia, se reconhecer no outro, desenvolvendo os conceitos de identidade e alteridade. Por isso, privar as pessoas da vivência literária e da poesia é negar sua humanidade. Como disse Antonio Candido em *O direito à literatura*, “[a literatura] pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo, ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade.”

Poetas como Sérgio Vaz, que citei no início deste texto, produzem obras que possuem a capacidade de ser instrumento de libertação, autoconhecimento, vivência e resistência. É a partir desta escrita que novos debates sobre nossas construções sociais podem ser gerados, pois ela traz realidades que a burguesia ou aqueles que controlam as riquezas do país querem esconder. Isso é possível porque a linguagem tem este poder. No livro *A origem dos outros*, Toni Morrison afirma que “a linguagem (dizer, escutar, ler) pode incentivar, ou mesmo exigir a entrega, a eliminação das distâncias que nos separam, sejam elas continentais ou apenas um mesmo passageiro, sejam distâncias de cultura ou as distinções e indistinções de idade ou gênero, sejam elas invenção social ou da biologia.”

Detentores desta linguagem de que fala Morrison, os poetas das margens, sejam elas quais forem, são capazes de denunciar, explicar, quebrar padrões de opressão e diversificar o literário através de versos. Em meio ao caos do “desigual”, da tristeza da falta, não só de pão, mas de estrutura, conhecimento, oportunidades, igualdades e respeito, eles escrevem sobre o que vivem e o que veem.

Reconhecem a existência de fronteiras reais e simbólicas entre as pessoas e buscam eliminá-las, abordando questões de raça, gênero e classe. O resultado de tudo isso são poemas que conversam com a realidade de muitas pessoas, seja pelo conteúdo ou por sua linguagem própria, que traz a carga cultural daqueles que nunca tiveram voz na sociedade.

AIRAM, poema de Meimei Bastos diz:

*acorda o mininu,
ajeita o cabelo,
confere o dinheiro /
e saí.
ponto cheio,
ônibus lotado,
trânsito parado,
atraso no trabalho,
desgosto do patrão,
desconto no salário.
vai faltar pro pão!
tem problema não.
no outro dia, segue pra sua missão.
(...)*

A autora retrata o dia a dia de várias mulheres brasileiras sem perder o teor literário. Com sua linguagem fora do padrão culto, tanto pelo conteúdo do que historicamente foi entendido como poético como pelo modo da sua escrita, a obra se torna muito importante, pois seu formato e seus “desvios” criam um diferencial dentro da nossa literatura e, principalmente, demarcam um espaço de identidade cultural.

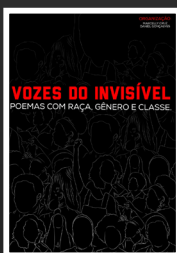
Infelizmente, esse espaço de identidade cultural, por mais significativo que seja, não é reconhecido nem valorizado. Os autores e suas obras são jogados à margem das grandes editoras e os grandes meios midiáticos as ignoram como se não fossem arte e poesia. Com essa manobra, que escolhe o tipo de produção cultural a ser publicado, perdemos trabalhos importantes para nossos

debates e essa produção literária fica invisível para grande parte da população.

É lógico que a poesia, ou o direito à poesia, não vai mudar as difíceis circunstâncias que os menos favorecidos vivem, mas ela pode fazer com que as experiências que trazem deixem de ser invisíveis e que, assim, eles possam não ser mais assujeitados. E para quem a produz, pode sobretudo oferecer saídas e consolos, um lugar de expressão e fruição para deleite e resistência.

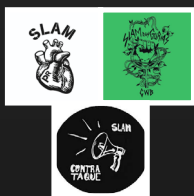
Valorizar a produção poética das margens é contestar o que é publicado pelo grande mercado editorial e, por conseguinte, debatido nas escolas, diversificando os horizontes literários e abrindo caminhos para que aqueles que sempre foram figurantes tenham a oportunidade de também serem protagonistas da história. Quem sabe desta forma conseguiremos dar alguns passos para mudar a realidade desigual em que vivemos. Para os leitores de poesia, é tarefa já conhecida nadar contra a corrente e fazer com que essa produção saia das gavetas, combatendo o que Jairo Pinto identificou em *Mercado editorial*: “A grande editora / Acostumada a versos brancos / Viu na literatura negra / Poesia marginal / Engavetou.”

>>> *Indicação de Leitura*



Vozes do Invisível: poemas com raça, gênero e classe
Organizada por Marcelly Maria Souza da Cruz, bolsista PIBIC-Jr, sob supervisão do professor Daniel Gonçalves, *Vozes do Invisível* é uma antologia de poesia brasileira contemporânea que aborda autores cujos textos tratam raça, gênero e classe de forma interseccionalizada. Disponível em: <http://Bit.ly/Vozesdoinvisivel>

>>> *Indicações para seguir no Instagram e Facebook*



O *Slam* é um bom caminho para conhecer a produção literária realizada pelas *margens* e também para participar dela. Vale a pena conferir se não existe algum grupo em sua cidade. Aqui, indico três grupos de Curitiba: @slamdasguriascwb, @slamcontrataque e @slamparaná.

O PECADO DAS MULHERES¹

por Isabella Martins

Há um tabu em torno da menstruação que leva esse processo natural do ciclo reprodutivo feminino a ser visto como algo nojento, vergonhoso, um tipo de “pecado”, e que, portanto, deve ser escondido. Essa estigmatização faz com que a menstruação seja um tema interdito, gerando desinformação e insegurança, especialmente, nas mais jovens. Não bastasse isso, devido à vulnerabilidade social, muitas mulheres, meninas e jovens ainda precisam enfrentar a “pobreza menstrual”, que consiste nas faltas de produtos básicos para cuidar da higiene menstrual e infraestrutura sanitária adequada, e que tem como principais agravantes justamente a desinformação e a carência de assistência social. Dessa forma, por se tratar de um problema social e de saúde pública que afeta a vida de milhares pelo país afora, é urgente desmistificar o tema da menstruação e combater as consequências da estigmatização, desinformação e pobreza menstrual.

Uma pesquisa realizada em 2013, pelo IBGE, mostra que 90% das mulheres começam a menstruar em idade escolar entre 11 e 15 anos. Um momento de muita intensidade e vulnerabilidade na vida de meninas e jovens. Após a primeira menstruação, a menina passa a ser vista como “mocinha”, uma mulher, e deve se comportar como tal. A partir daí, ela é exposta a limitações, restrições, tabus e preconceitos de diferentes tipos, gerando insegurança e vergonha. Todo mundo certamente já ouviu (ou disse) alguns dos eufemismos usados para se aludir ao período menstrual e rotular a

¹ Artigo originalmente publicado no sétimo volume de Desassossegos, em outubro de 2021.

mulher, como “estar naqueles dias” ou “estar de chico”. Aliás, vale lembrar que “chico”, no português de Portugal, refere-se a “porco” ou “chiqueiro”, relacionando diretamente a menstruação à sujeira. Assim, meninas são levadas a crer que devem esconder e se envergonhar, não só porque seu corpo está “nojento” e “sujo”, mas também porque seu comportamento será avaliado a partir disso.

Há um exemplo claro de vergonha, “sujeira” e insegurança que é sem dúvida rotina no ambiente escolar. E atrevo-me a dizer que toda menina já passou ou assistiu uma situação como esta. A menstruação não chega com hora marcada, então, de repente, a menina menstrua na escola e não tem um absorvente. Nessa situação, ela recorre a uma amiga ou colega e é feito todo um processo de receber o absorvente, sem que ninguém veja, e o levar escondido por todo o caminho até o banheiro. E o que acontece quando ninguém tem um absorvente para emprestar? Bom, nessas horas é preciso improvisar com papel higiênico – quando se tem acesso a algum – e emprestar casacos para esconder possíveis manchas. Em alguns casos, é preciso ir para casa e perder a aula.

O fato é que é absurdo que meninas se sintam estigmatizadas, constrangidas e corram o risco de perder aulas por falta desse recurso essencial para sua higiene pessoal. E, nesse sentido, a questão sobre por que absorventes não são disponibilizados em escolas e postos de saúde se impõe.

O assunto esbarra já na infraestrutura das escolas. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), conduzida pelo IBGE, em 2015, 321 mil alunas (3% do total de meninas estudantes brasileiras) estudam em escolas que não possuem banheiro em condições de uso e, ainda, 1,24 milhão de meninas (11,6% do total de alunas) não têm sequer à sua disposição papel higiênico nos banheiros das escolas em que estudam.

Se a escola não apresenta infraestrutura mínima que contribua no combate à pobreza menstrual, é de se esperar que meninas faltem às aulas quando estão menstruadas. Dados da Organização das Nações Unidas revelam que uma em cada 10 meninas no

mundo deixa de ir à escola quando está menstruada. No Brasil, esse número é ainda pior. Em 2021, a antropóloga Mirian Goldenberg, da UFRJ, em sua pesquisa sobre pobreza menstrual com mulheres entre 16 e 29 anos, afirmou que “uma em cada 4 jovens já faltaram à aula por não poderem comprar o absorvente e não falam que foi por isso. Elas têm vergonha, tentam esconder. A falta de absorvente provoca uma sensação de insegurança. É algo que elas sofrem sozinhas, como se fosse um fracasso, uma vergonha”.

No entanto, ir para casa ou faltar às aulas não significa que o problema esteja resolvido. De acordo com o relatório da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizado pelo IBGE, em 2017-2018, cerca de 713 mil meninas não têm acesso a banheiro em casa e 570 mil não possuem água canalizada em pelo menos um cômodo de sua residência. Um cenário, sem dúvidas, dramático.

Letícia Bahia, diretora executiva da *Girl Up Brasil*, estima que, ao longo da vida, uma mulher gasta entre R\$3 mil a R\$8 mil com absorventes. “O absorvente e outros produtos de higiene menstrual são ainda hoje mundo afora vistos como produtos cosméticos, como produtos de luxo, são frequentemente tributados dessa forma”², conta. Assim, quem não tem condições de comprar absorventes acaba utilizando papel higiênico, pedaços de pano, papelão, jornal e até miolo de pão. Sim, miolo de pão. Esses objetos não são de forma alguma adequados para a higiene menstrual, por isso acabam por causar alergias, irritações e até mesmo óbitos, como a síndrome do choque tóxico. Nessa situação de falta de acesso a produtos básicos de higiene menstrual estão cerca de 22% das meninas com idade entre 11 e 14 anos, segundo pesquisa realizada em 2018 por uma marca de absorventes.

Todos esses dados revelam uma situação crítica, que exige atenção do Estado e da sociedade. De fato, algumas campanhas vêm sendo realizadas com o intuito de alertar a sociedade brasileira sobre a pobreza menstrual e diminuir o problema. Um exemplo

² Fonte: <https://falauniversidades.com.br/distribuicao-gratuita-de-absorventes-e-vetada-por-bolsonaro-entenda/#:~:text=Estima%2Dse%20entre%20R%243,-Girl%20Up%20Brasil%2C%20Let%3%ADcia%20Bahia.>

foi a campanha conduzida durante o mês de maio³ pela marca de absorventes *Always*: na compra de uma embalagem de absorvente, um absorvente foi doado. Com a divulgação através da #MeninaAjudaMenina e com o apoio do projeto *Girl Up Brasil*, a *Always* arrecadou cerca de 1 milhão de absorventes que foram entregues a instituições e organizações sem fins lucrativos, para serem distribuídos a meninas que precisam de ajuda.

Após as arrecadações, as integrantes do *Girl Up Brasil* perceberam que a tarefa de doar absorventes de forma contínua era do poder público. Elas, então, mesmo após serem ignoradas por alguns deputados estaduais, conseguiram que projetos de lei fossem criados e alguns aprovados, como a lei 8924/2020, que inclui absorventes descartáveis na lista de produtos da cesta básica no Rio de Janeiro. No Distrito Federal, conseguiram que absorventes sejam distribuídos gratuitamente nas escolas públicas e que fosse aprovada a lei 6.779/2021, que prevê educação menstrual para pessoas em situação de vulnerabilidade social⁴.

³ Durante o mês de maio de 2021, a marca de absorventes *Always* conduziu uma campanha de conscientização sobre pobreza menstrual com doação de absorventes. Segundo a marca: “A *Always* doará 1 absorvente para cada embalagem de absorvente vendida entre 1 de maio e 30 de maio de 2021, em mercados, farmácias e perfumarias do Brasil, limitados a 1 milhão de absorventes doados. *Always* entregará os absorventes a instituições e organizações não lucrativas para serem distribuídos a meninas que precisam de ajuda, a fim de combater a pobreza menstrual no Brasil.” Disponível em: <https://www.alwaysbrasil.com.br/pt-br/sobre-nos/nossa-batalha/always-contr-a-pobreza-menstrual> Acesso em 31 março 2022.

⁴ No dia 7 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei da deputada Marília Arraes, que tem como objetivo promover a saúde menstrual e combater a Pobreza Menstrual. Dessa forma, foi criado o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. No entanto, foram vetados os artigos do projeto que previam a distribuição de absorventes para estudantes de baixa renda de escolas públicas, mulheres em situação de rua ou de vulnerabilidade extrema, apreendidas e presidiárias recolhidas em unidades do sistema penal e internas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa, além da inclusão de absorventes nas cestas básicas distribuídas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Como justificativa dos vetos, o governo alegou que a distribuição gratuita de absorventes não se compatibiliza com a autonomia dos estabelecimentos de ensino e não indica a fonte de

Mas o desafio não para por aí. Além da doação de absorventes e educação menstrual, que devem se expandir para todo o país e não serem intervenções isoladas, a melhoria na infraestrutura sanitária também é essencial, tanto em escolas quanto nas moradias. Outro fator de extrema importância é desinterditar o tema da menstruação e parar de tratá-lo como vergonha ou sujeira. Para isso, o diálogo aberto e a informação são fundamentais, e a escola pode cumprir papel de protagonismo no problema.

É alcançando espaços, abrindo discussões e fazendo debates por meio de projetos que é possível alertar a sociedade e o poder público sobre as limitações, restrições, tabus e preconceitos que as pessoas que menstruam passam. Com isso, o problema será transferido da esfera do “pecado” para as da saúde pública e desigualdade social, que são os seus devidos lugares.

custeio ou medida compensatória. O que contradiz a afirmação da deputada Celina Leão, segundo a qual o custo da distribuição gratuita de absorventes seria de R\$ 84 milhões e foi prevista no orçamento. Outra medida vetada foi a que previa que outras despesas do programa correriam por conta de dotações orçamentárias disponibilizadas pela União à Saúde. Segundo o governo, “os absorventes higiênicos não se enquadram nos insumos padronizados pelo SUS, portanto não se encontram na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, além disso, ao estipular as beneficiárias específicas, a medida não se adequaria ao princípio da universalidade, da integralidade e da equidade no acesso à saúde do SUS”. Portanto, devido ao veto aos principais artigos, o projeto que previa combater diretamente a pobreza menstrual com doações significativas passou a prever apenas campanhas informativas sobre a saúde menstrual, que por mais necessárias que sejam não são suficientes. Ademais, os vetos serão analisados pelo Congresso Nacional, podendo ser mantidos ou derrubados.

Fonte das informações: <https://www.camara.leg.br/noticias/814634-bolsonaro-sanciona-programa-de-promocao-da-saude-menstrual-mas-veta-distribuicao-gratuita-de-absorventes/>

>>> *Indicação de Leitura*



Para saber mais sobre a “Pobreza Menstrual no Brasil”, leia o relatório *Pobreza Menstrual Vivenciada pelas Meninas Brasileiras*, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>

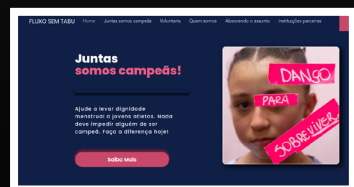
>>> *Projetos para inspirar, informar e contribuir*



No Rio de Janeiro e Niterói, o projeto *Tô de Chico* faz doações mensais de absorventes para mulheres em situação de rua, além de calcinhas e sutiãs. Atualmente, as doações pararam, devido à pandemia, mas devem ser retomadas assim que terminar esse período. Acesse o perfil no Instagram e saiba mais: <https://www.instagram.com/eutodechico/>. Para doações, é só entrar em contato: eutodechico@gmail.com



Em São Paulo, o coletivo *Nós Mulheres* realiza campanhas anuais de arrecadação de produtos de higiene feminina para as detentas. Atualmente, o projeto também arrecada dinheiro para compra de produtos, pois devido à pandemia as mulheres nos presídios não estão tendo acesso a absorventes. Acesse o perfil no Instagram e saiba mais: https://www.instagram.com/_nosmulheres/



O projeto *Fluxo Sem Tabu*, de São Paulo, fornece absorventes para meninas em vulnerabilidade social e também aceita contribuições em dinheiro para doação de kits de higiene menstrual. Para saber mais, acesse o site <https://www.fluxosemtabu.com/> ou entre em contato pelo e-mail fluxosemtabu@gmail.com.

**"DIREITOS HUMANOS SÃO A
BÚSSOLA, O NORTE E O CAMINHO.
TAMBÉM SÃO A RESPOSTA PARA
ESTA CRISE E PARA TODAS AS
OUTRAS CRISES, PASSADAS OU
FUTURAS."**¹

Entrevista com Danielle Annoni

Inquietação e vontade são os sentimentos que melhor traduzem as palavras de Danielle Annoni nesta conversa. Professora Associada em Direito Internacional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná, Danielle Annoni atualmente está na Alemanha, concluindo seu pós-doutorado em Direito Internacional Humanitário na *University of Muenster* (WWU). E de lá nos cedeu um tempinho para responder a algumas questões por e-mail.

Aqui ela trata sobre a educação em e para os direitos humanos, política externa, o recém divulgado "Plano Anticrime"² e sobre os desafios dos direitos humanos em nosso atual cenário de crise local e global. De acordo com Annoni, qualquer política de

¹ Entrevista originalmente publicada no segundo volume de *Desassossegos*, em maio de 2019.

² Plano Anticrime ou Pacote Anticrime (Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019) se refere a um conjunto de alterações na legislação brasileira a fim de se adotar medidas penalizadoras mais drásticas na intenção de combater o crime organizado, o crime violento e a corrupção.

Estado deve ter como ponto de partida os direitos humanos e o desenvolvimento efetivo de uma educação e cultura para a paz.



Como profissional atuante na área dos Direitos Humanos, o que mais te desassossega atualmente?

Creio que posso falar tanto do Brasil, como do mundo. O que me tira o sono e me aflige a cada dia é o retrocesso dos direitos humanos, defendido, veja só, retrocesso defendido pelos mais diversos grupos, sob argumentos ora folclóricos (acabar com o comunismo no Brasil (?)), ora perversos (direitos humanos é "coisa de bandido"). A ignorância (o não saber) do que se tratam as práticas em direitos humanos e como atuam seus atores deram lugar à crueldade da indiferença (não se importar, não querer nem saber) e isso sim é mais do que inquietante, é um desassossego (aqui na expressão representada por Fernando Pessoa), um não sossego, uma inexistente tranquilidade, uma ausência plena de paz e quase desesperança³.



“A prática em Direitos Humanos consiste em colocar-se no lugar do outro” foi sua resposta, veiculada num jornal de Curitiba, à polêmica em torno de uma atividade proposta na disciplina que ministra na UFPR⁴. Quais são as raízes dos discursos de ódio que têm se proliferado no atual cenário político-social local e global?

³ Sobre o tema: MACHADO, Lia Zanotta. From the Time of Rights to the Time of Intolerance. The Neoconservative Movement and the Impact of the Bolsonaro Government. Challenges for Brazilian Anthropology. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, 2020.

⁴ Gazeta do Povo. “Visita a acampamento pró-Lula garante horas complementares na UFPR. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/visita-a-acampamento-pro-lula-garante-horas-complementares-na-ufpr-cvug-dwzixf7a27hewtny8v008/>> Acesso em 18 mar 22.

As raízes são muitas e também são bem diversas. O ponto em comum é o fracasso do processo de educação em e para direitos humanos. É clichê, mas, infelizmente, é impossível falar em práticas de direitos humanos sem falar em educação. Mas não me refiro aqui à educação formal acadêmica ou mesmo à educação estética pedagógica. Estou me referindo a uma educação em valores e princípios, em cultura e história, à educação em valorizar o ser humano integrado a sua comunidade, a sua localidade, mas também a sua participação como membro da "aldeia global". Uma educação que valoriza e fomenta conhecimentos tradicionais, culturas e práticas de integração local (danças, comidas, celebrações em geral, linguagem e sotaques, artesanato, música, etc). Em resumo, uma educação que enaltece as diferenças, não apenas as "tolera". Uma educação para a diferença (para além da mera tolerância), uma educação para o exercício de direitos humanos de todos, não apenas de um grupo que se auto-considera como "humanos direitos". A ausência de uma educação em e para direitos humanos gera medo e rejeição ao "desconhecido", ao "diferente".

Mas apenas uma educação para a diferença não seria capaz de banir todos os processos, reiniciados em cada canto do planeta, de xenofobia, discriminação e ódio. Faz-se essencial também o desenvolvimento efetivo de uma cultura para a paz, para a solução pacífica de conflitos, em especial, para a compreensão de que não é preciso haver um perdedor para se reconhecer um vencedor. E, de novo, esta cultura para a paz se faz por meio da educação. Mas agora, também, não estou a tratar da educação acadêmica tradicional, mas da formação e capacitação de agentes públicos, especialmente, mas também de atores privados em posição de multiplicadores (professores, policiais, médicos, agentes de saúde, religiosos) de uma cultura (uma prática, um programa, uma política) de não-violência, de mediação, de negociação, de paz. A ausência de uma cultura para a paz gera agressão e o uso da força como instinto primário de resolver as disputas.

O medo e o uso da força, de modo instintivo, são como bombas-relógio. São ferramentas utilizadas por grupos, governos e Estados há séculos para controlar, dominar e subjugar. Uma pena, no Século XXI a humanidade (*humankind*) não aprendeu nada sobre "humanidade" (*humanity*).



A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 70 anos de existência recentemente⁵. Foi escrita em resposta às atrocidades cometidas durante a primeira e segunda guerra mundial. Qual sua análise sobre o futuro desse campo quando colocado em confronto com a “guinada” conservadora pela qual o mundo passa?

A DUDH da ONU é um marco histórico sem precedentes e não será, como instrumento de promoção aos direitos humanos, afetado por esta "guinada" à direita⁶. Ao contrário, em tempos de crise, todas as ferramentas de defesa aos direitos humanos são importantes e ainda ganham "mais relevo" quanto maior o caos e a violência. A questão aqui não me parece ser o "futuro dos instrumentos" (tratados, acordos, costumes, regras e leis em geral) de proteção aos direitos humanos, mas sua eficácia. E a eficácia de uma regra está no campo da política, da economia e, sobretudo, da sociologia. No atual contexto, a economia e a política travam um "jogo perigoso", usando o planeta como tabuleiro e a humanidade como peças de um grande xadrez geopolítico global. Temas como soberania e nacionalismo, jurisdição e controle de fronteiras, governo e governança, ou seja, PODER, estão na ordem do dia. O restante pouco importa. Direitos humanos, meio ambiente, clima, princípios fundamentais e costumes internacionais foram marginalizados da agenda (e das preocupações, leia-se investimentos e políticas públicas) dos Estados. A comunidade internacional assiste atônita ao retrocesso desenfreado do modelo de civilização gestado no pós-II Guerra Mundial. A crise político-jurídica mundial é, a meu ver, uma crise do Estado Contemporâneo, em especial, das instituições jurídico-políticas em equilibrar, de modo harmô-

⁵ Sobre o tema: RODRIGUES, Thiago; MACIEL, Tadeu; DUARTE, João Paulo. Peace Forged by Warfare: The Universal Declaration of Human Rights 70 Years After. **Contexto Internacional**, v. 42, p. 217-236, 2020.

⁶ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi publicada e ratificada em 10 de dezembro de 1948 no Palais de Chaillot, em Paris. A DUDH, adotada pela Organização das Nações Unidas, delinea os direitos humanos básicos, como o direito à igualdade, à liberdade e à vida. Íntegra da DUDH disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>> Acesso em 18 mar 2022.

nico, os serviços (valores, costumes, princípios, direitos) públicos e os interesses privados. O pêndulo entre o Estado-liberal-capitalista e o Estado do Bem-estar-social, que muitos imaginavam que conduziria a um modelo, se não ideal, mas adequado de Estado, simplesmente ruiu. A meu ver, porque não se esperava que o Estado assumisse outro papel que não o dicotômico modelo Estado-Liberal *versus* Estado-Social. E sim, com o avanço da tecnologia e o crescimento descontrolado de grupos e empresas sem pátria (porque assim lhes interessa), vimos surgir o Estado-corporação: um Estado que usa de suas prerrogativas (poder político, controle da economia, da cultura e da educação, uso da força e do Direito) para ampliar o poder e o alcance de alguns poucos e determinados grupos e pessoas. A "mão-invisível" se multiplicou com a ajuda do Estado e criou garras. E nos fez, todos, indivíduos, empresas nacionais, Estados, reféns de suas ambições quantificáveis, mas não qualificáveis.



Quando os interesses do mercado vencem, sacrificam-se seres humanos e todas as formas de vida. Alguns conflitos globais por conta do petróleo e o caso de Brumadinho são exemplos disso⁷. Estariam os Direitos Humanos em “queda de braço” com os interesses do mercado? Estaríamos assistindo ao colapso das formas de direito social? Como resolver essa equação injusta?

⁷ O rompimento da barragem em Brumadinho em 25 de janeiro de 2019 foi o maior acidente de trabalho no Brasil em perda de vidas humanas, sendo um dos maiores desastres ambientais da mineração no país. Mais informações: Felipe Souza, João Fellet (28 de janeiro de 2019). «Brumadinho pode ser 2.º maior desastre industrial do século e maior acidente de trabalho do Brasil». Época. Consultado em 18 mar 22. O Greenpeace Brasil afirmou que o rompimento da barragem de Brumadinho foi uma trágica consequência do que não foi feito pelo Estado brasileiro e pelas mineradoras depois da tragédia da barragem de Fundão em Mariana, barragem controlada pela mesma empresa responsável pela Barragem de Brumadinho. Mais informações: G1, ed. (25 de janeiro de 2019). «Especialistas repercutem o rompimento da barragem em Brumadinho». Acesso em 18 mar 22.

Creio que respondi parte desta pergunta na questão anterior. Eu não diria que estamos numa "queda de braço", porque esta analogia a um "esporte" ou jogo regulado pressupõe a ideia da existência de um mesmo nível de equidade entre os participantes ou, pelo menos, de que cada um dos lados usará apenas um "braço" na competição. Ainda: como em todo "jogo regulado", há regras claras e objetivas, transparentes, para ambos os lados, há um julgador (árbitro/magistrado) imparcial e mecanismos de sanção (punição) que terão impacto em ambos os competidores. Isso já não existe. Essa guerra já perdemos. O "mercado" com seus múltiplos braços controla tudo, dentro e fora do Estado. Somos marionetes nas mãos de um pequeno e seletivo grupo. Neste cenário apocalíptico, os direitos humanos são a bandeira de resistência, um símbolo que representa não apenas os limites entre a civilização e a barbárie, mas também reúnem os elementos de reconstrução da humanidade a partir de um *standart* ético mínimo de dignidade, liberdade e igualdade. Direitos humanos são a bússola, o norte e o caminho. Também são a resposta para esta crise e para todas as outras crises, passadas ou futuras. Mas é preciso educar em e para direitos humanos, a partir de uma cultura de paz.



Há muita confusão em torno da expressão “politicamente correto”. A partir dela, muitas “verdades subjetivas” emergiram e se chocam com árduas conquistas de diversos grupos historicamente marginalizados. Como pensadora, quais são os caminhos possíveis para pensarmos a relação entre as “verdades” subjetivas e os Direitos Humanos? Como pensarmos essas relações a partir da constituição da sociedade brasileira?

Veja, se entendi sua pergunta, creio que o que nas ciências sociais se chama “lugar de fala” é importante. É importante sim dar voz às minorias e não apenas a seus representantes. É importante sim, no processo de educar para os direitos humanos, respeitar que determinadas linguagens, atos, comportamentos, gestos e até ves-

timentas ofendem o outro, causam no outro não apenas desconforto, mas dor psíquica, moral e até mesmo física, pela lembrança de um trauma sofrido. Imagine, por exemplo, o uso da suástica diante de um judeu que sobreviveu aos campos de concentração ou ao filho de um [judeu], cujos pais foram assassinados. Mas é claro que nada é absoluto. Em verdade, não há choque entre direitos humanos. Nunca houve. Nenhum direito é absoluto e o princípio da proporcionalidade garante o equilíbrio no exercício de direitos entre todos. Isso significa dizer que, em cada caso concreto, o mediador deverá considerar as questões envolvidas no conflito, questões históricas, geopolíticas, econômicas, de gênero e etnia, questões sobre a existência e eficácia de mecanismos de proteção e defesa de determinada minoria frente a outra, de determinado grupo frente a outro, de determinada pessoa frente a outra. O contexto é muito importante e não se pode criar uma teoria geral "politicamente correta" ou com "verdades absolutas" sobre nada em se tratando de seres humanos. Porque é justamente disso que se trata, ser humano é ser único e são as semelhanças que nos unem que devem ser destacadas e não nossas diferenças (segundo Milton Santos)⁸.



O que esperar da política externa brasileira, especialmente no que tange aos Direitos Humanos, considerando a forte presença dos militares nas decisões do Estado? Como isso pode repercutir aqui no Brasil, considerando o fluxo migratório que o país tem recebido em determinadas regiões?

O Brasil vive um momento assustador, se estamos falando de política externa e seus representantes. Mas ainda é cedo para um prognóstico em matéria de direitos humanos, uma vez que a política externa brasileira vem sendo construída há décadas e tem forte representatividade e respeito internacional. Quero com isso

⁸ Mais informações: SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

significar que é uma instituição robusta e que somente o tempo dirá quanto e como será afetada pelo novo quadro de influências nacionais. Vale ainda destacar que o Brasil é um país importante no cenário internacional e é membro de praticamente todas as organizações, conselhos, comissões, órgãos e tribunais internacionais em matéria de direitos humanos. Muitos, para não dizer todos, os representantes do Brasil nestes espaços são pessoas de alta qualidade técnica, tendo sido escolhidos após uma sabatina internacional rigorosa. São pessoas que representam o Estado brasileiro e não um governo ou outro. Resta saber até quando terão autonomia para seguir fazendo seu trabalho.



O plano anticrime do atual Ministro da Justiça, Sérgio Moro, tem recebido críticas e aplausos pela mesma razão: austeridade. Qual a sua análise sobre tal plano?

O plano é desastroso. Uma cópia ridícula de um modelo punitivista do século passado. Austeridade é eufemismo usado atualmente para justificar punir mais uns do que outros. É, para mim, sinônimo de discriminação. (Veja o caso da Grécia e as atuais desculpas públicas por parte da UE⁹). Bem, sobre o plano, creio que endosso as críticas. Não há razão para "aplausos". Ao contrário, em pleno Século XXI, com a nova criminologia crítica e todos os estudos e pesquisas científicas sobre o tema, resgatar um modelo ultrapassado como o apresentado no "plano anticrime" é de chorar. Até o nome é infantil: "anticrime". Alguém acredita mesmo que o direito (penal) é capaz de evitar o crime? O Ministro deve ter assistido ao filme "Minority Report"¹⁰ pela metade.

⁹ Mais informações: BBC News. Plano da UE para a Grécia é inviável sem perdão de dívida, diz FMI. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150715_grecia_fmi_ataque_fd> Acesso em 18 mar 2022.

¹⁰ Minority Report é um filme de ficção científica lançado em 2002 estrelado por Tom Cruise e dirigido por Steven Spielberg. O tema central do filme é a questão do livre arbítrio em face do determinismo, que examina se o livre arbítrio pode existir ou se o futuro está definido e conhecido antecipadamente. Outras tramas incluem o papel do governo na proteção de seus cidadãos, o papel da mídia



A sociedade precisa confiar que a estrutura da democracia e do Direito são sólidas o suficiente para garantir tanto o cumprimento da lei de modo imparcial, quanto a manutenção de um livre processo de discussão política. No entanto, o que vemos nos últimos anos não parece ser isso. Onde mora a esperança neste cenário de ódio e descrença nas instituições que deveriam garantir o exercício democrático? Qual o lugar do pensamento feminista neste cenário que se utiliza da brutalidade para legitimar discursos e práticas?

Essa pergunta, como formulada, guarda em si sua própria resposta. No livro "A felicidade desesperadamente", o filósofo francês André Comte-Sponville¹¹ explica a diferença entre esperança e vontade. Numa tradução minha, ele diz: "...como diziam os estoicos, uma esperança é um desejo cuja satisfação não depende de nós; diferente da vontade, na qual, ao contrário, é um desejo cuja satisfação sim depende de nós". Quero com isso significar que não basta ter esperança, é preciso ter vontade. A esperança, por si só, não garantirá o retorno da confiança nas instituições jurídico-políticas e no sistema democrático. A esperança, em verdade, tem sido o grande algoz do povo brasileiro, que deposita seus desejos em outro, em algo ou alguém mágico, um herói (teoria da dependência). A resposta está na vontade, na organização e participação efetiva. No exercício real dos deveres, sim, dos deveres da cidadania. É preciso ir à luta. É preciso exigir dos que hoje controlam o Poder (ou poderes) que respeitem os limites impostos pelos Direitos Humanos e que planejem seus novos passos a partir dos Direitos Humanos. E, claro, as mulheres, em especial o princípio

com os avanços tecnológicos sem limites e famílias desestruturadas. Saiba mais: «Minority Report» (em inglês). Disponível em: <https://www.rottentomatoes.com/m/minority_report> Rotten Tomatoes. Acesso em 18 mar 22.

¹¹ Comte-Sponville, André, 1952- A felicidade, desesperadamente/André Comte-Sponville; tradução Eduardo Brandão. - São Paulo : Martins Fontes, 2001. Título original: Le bonheur, désespérément. ISBN 85-336-1368-7 1. Filosofia - Ensaios I. Título. 01-1116 CDD-190.2

feminino (veja que eu não disse feminista), a partir do olhar e da prática do afeto, da acolhida, do cuidado, têm papel de destaque neste contexto de reconstrução. Sim, acredito que são as **pessoas com espírito feminino**, aquelas com inteligência emocional para o exercício da calma, da cultura da paz, da divisão do afeto, da organização do cuidado, da educação a partir da emancipação e não do medo ou da repressão que, com vontade, poderão reconduzir o Brasil (e o mundo) na construção de um novo modelo de sociedade (global).



OLHOS SOBRE A TELA

QUALQUER SEMELHANÇA É MERA COINCIDÊNCIA¹

por José Aparício da Silva

A moeda, quando surgiu, não continha um valor determinado como conhecemos atualmente. Ela não expressava o seu valor de forma direta com numerário 1, 2, 10 ou 100. Portanto, valia o quanto pesava, respectivamente, em ouro, prata e bronze. Ou seja, media-se o valor das moedas pela quantidade desses metais contidos nelas. Um metal valia mais do que outro. O dito popular “Vale quanto pesa”, provavelmente, apareceu em torno dessa prática. O peso poderia ser o mesmo, mas a medida seria diferente.

Jorge Furtado, no texto do filme *Ilha das Flores*, ironiza a necessidade de criação da moeda em contraponto ao escambo, pelo fato da “dificuldade de se avaliar a quantidade de tomates equivalentes a uma galinha e os problemas de uma troca direta de galinhas por baleias”². Baseado nisso, fico me perguntando: quanto vale um ser humano? Pior, quantos coletores de lixo e garis valem um profissional da medicina? Ou ainda, quantos operários valem um juiz? Respostas tristes, eu sei.

Vinicius de Moraes numa estrofe da letra *O operário em construção* aborda poeticamente essa questão:

*De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?*³

¹ Artigo originalmente publicado no primeiro volume de *Desassossegos*, em outubro de 2018, com o título *Mesmo peso, diferentes medidas*.

² *Ilha das Flores* é um filme de Jorge Furtado realizado pela Casa de Cinema de Porto Alegre, em 1989.

³ *O operário em construção* é um poema de Vinicius de Moraes de 1956.

Como professor, gosto de provocar meus alunos com o seguinte questionamento: se os salários fossem equiparados e um coletor de lixo recebesse de ordenado mais ou menos a mesma quantia que um médico, quem iria fazer medicina? Há sempre um estudante mais antenado que responde de forma direta: “quem realmente quer ser médico!” Embora honesta, a resposta é ingênua, pois não é só uma questão pecuniária e sim de *status*. Sim, de *status*. Herdamos dos gregos a supervalorização dos saberes e fazeres intelectuais e, conseqüentemente, adquirimos um preconceito com os trabalhos manuais, operacionais. O menosprezo não é apenas financeiro, é também simbólico.

O mais irônico é que o coletor de lixo, por exemplo, é tão importante para a saúde pública como qualquer profissional da medicina, pois se ele deixa de passar em frente de nossas casas durante uma semana, percebemos as conseqüências, sentimos sua falta e logo notamos o “valor” dele.

*Quanto vale ou é por quilo*⁴ foi dirigido pelo cineasta brasileiro Sérgio Bianchi⁵. O filme faz um paralelo entre o comércio de escravos no século XVIII com a desvalorização do trabalho e a exploração da carência por certas ONG's no início deste século. O fato é que a pobreza tem um preço e é vendida a todo instante. A apologia à manutenção da miséria é perceptível entre as duas temporalidades no filme, para dizer que o importante é obter vantagem, seja com a venda de um ser humano ou através de projetos sociais enriquecedores.

Com um pouco menos de duas horas, ele faz uma reflexão sobre uma permanência histórica: a busca acirrada pelo lucro fácil a partir da comercialização do ser humano. Isso mesmo! Se você ainda não notou, o ser humano é uma mercadoria. Algumas peças valem mais, outras valem menos.

O filme de Bianchi nos revela alguns fatos na sua trivialidade, pois leva-nos a pensar sobre a desigualdade social e os direitos que não valem para todos (ao menos na mesma medida).

⁴ *Quanto vale ou é por quilo* é um filme brasileiro de 104 minutos, feito em 2005 pelo cineasta Sérgio Bianchi.

⁵ Sérgio Bianchi nasceu em Ponta Grossa-Pr, estudou cinema em Curitiba e São Paulo e se destacou em vários festivais com seu filme *Mato Eles?* (1982), o qual foi premiado inúmeras vezes.

Acho deveras curiosa uma cena que denota um caso de desigualdade de direitos. Ao som de gritos em *OFF* (recurso de roteiro de cinema): “Esse escravo é meu, vocês não podem fazer isso... Vocês não podem entrar na minha propriedade e levar o que é meu”. É a voz de uma senhora negra, alforriada e proprietária de escravos, que teve um dos seus roubado e que, ao reclamar sobre sua perda junto ao senhor branco que o comprou, acaba sendo acusada de invasão de propriedade e perturbação do sossego e, por isso, teve que pagar uma taxa para não ser presa. “Segundo os trâmites legais, a justiça foi feita”, disse o narrador.

Isso me leva a duas reflexões. Primeira: a propriedade era um ser humano pertencente a uma senhora negra, ex-escrava. Esse dado nos revela que a mentalidade no Brasil se tornou escravocrata e que o escravo era uma peça importante de obtenção de mão de obra e, portanto, de benefício, por isso alguns poucos negros alforriados buscavam se espelhar nas elites e tentavam possuir escravos.

A segunda reflexão se dá em torno do desfecho do caso. Baseado em documentos do Arquivo Público Nacional, a mulher, mesmo sendo proprietária igual ao senhor branco, tinha direitos menores do que ele, talvez por ser negra ou por ser mulher. Por isso, ela repete uma frase que acaba se revertendo contra si própria: “A minha violência está nos meus papéis... nos meus direitos”. Eis a nossa sociedade, em que a violência (física ou simbólica) é justificada pelo direito, que infelizmente vale para uns e não para outros. A personagem Joana descobriu que, embora fosse livre e proprietária, não era uma cidadã plena de direitos, “falta algo na democracia brasileira”, disse o narrador.

O filme nos possibilita perguntar: o que é a justiça, afinal? Ou melhor, a deformação dela?

Segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), das 726 mil (aproximadamente) pessoas privadas de liberdade, 40% são presos provisórios, ou seja, sem condenação, pois ainda não foram julgados, e, do total dessa população carcerária, 67% são negros⁶.

No filme, o personagem Dido, (negro, a propósito) de dentro do presídio com os braços na sua cela, faz um comentário interessante so-

⁶ Dados do Infopen de 2014.

bre isso: “Esse é o nosso navio negreiro. Dizem que a viagem era bem assim. Só que ela só durava 2 meses. E o principal, o navio ia terminar em algum lugar. Na escravidão, a gente era tudo máquina. Eles pagavam combustível e manutenção pra que a gente tivesse saúde pra poder trabalhar de graça pra eles...”

A abolição da escravatura no final do século XIX não foi acompanhada de política pública de inclusão ao negro - emprego (principalmente). Preferiu-se importar mão de obra distante, no processo que ficou conhecido como branqueamento da população a partir da imigração europeia, ao invés de contratar como trabalhadores os negros que aqui estavam.

Assim, não tiveram acesso aos outros recursos para a vida digna, como moradia, educação, saúde, etc. Restou a eles ocuparem os lugares periféricos, lugares onde geralmente falta de tudo e há poucas oportunidades de ascensão e melhoria das condições de vida. Com isso posto, em muitos casos restou ao ex-escravo continuar sendo um trabalhador explorado e submisso ou, em outros, ceder ao mundo da criminalidade.

O personagem Dido, na interpretação de Lázaro Ramos, continua: “Agora, não. Agora é diferente. Agora a gente é escravo sem dono.... Isso diz alguma coisa sobre este país. O que vale... é ter liberdade pra consumir. Essa é a verdadeira funcionalidade da democracia”.

Em nossa democracia, os seres sociais, em sua maioria, vivem à mercê do esbanjamento do capital por um privilegiado grupo. Por isso, milhares de pessoas são excluídas nessa sociedade, na qual o objetivo cego é sempre o lucro. Era assim no período colonial e não é diferente agora. O Brasil, no decorrer de sua história, tem marcas de desrespeito com a população trabalhadora, a qual efetivamente produz, mas ainda assim é a menos favorecida.

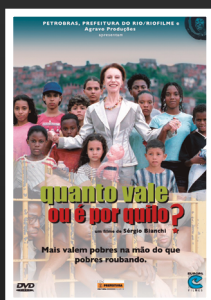
Baseado em documentos e dados (fontes) históricos, *Quanto vale ou é por quilo?* aborda traços da realidade brasileira, como a estrutura econômica do comércio de escravos e suas repercussões na atualidade, como a desigualdade social, a injustiça, o racismo e a corrupção. É um filme que se utiliza de uma estrutura narrativa jornalística para falar de algo maior, que é a miséria como um negócio rentável. Nesse caso, indica uma permanência de exploração, sobretudo dos economicamente vulneráveis.

O cinema é entretenimento. Isso todos sabemos. Mas ele também é arte. E como tal é uma representação da realidade, por isso mesmo é fascinante, provocador, divertido, algumas vezes, sensibilizador, em outras. Assistir a filmes para refletir e debater sobre fatores sociais é uma possibilidade utilizada por diversos profissionais, sobretudo, professores.

Com essa análise tentei lançar questões sobre o valor do ser humano no mercado. O filme promove uma crítica acerca do nosso passado e faz uma comparação com a atualidade, na qual os pesos podem até serem os mesmos (afinal somos todos seres humanos, cidadãos brasileiros, supostamente vivendo em um Estado democrático de direito), mas, infelizmente, as medidas são tomadas de formas diferentes.

E, permitam-me uma ironia final: como se diz em quase todo começo ou final de filme, “qualquer semelhança é mera coincidência”.

>>> *Ficha Técnica*



Quanto vale ou é por quilo?
Brasil, 2005
Direção: Sérgio Bianchi
Duração: 104 minutos

NEOLIBERALISMO E O CAPITAL: AS CONSEQUÊNCIAS DA [DES]HUMANIZAÇÃO

por Mayco A. Martins Delavy

Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama 7 metamorfoseado num inseto monstruoso.

A Metamorfose, Franz Kafka

O Estado, tal como o compreendemos desde o século XVII, configura-se como instrumento normatizador da vida. Indivíduos isolados reconhecem que sozinhos são incapazes de subsistir e lançam mão, pois, de uma organização que detenha o poder (Thomas Hobbes 1588-1679) de *fazer viver e deixar morrer*.

A *sociedade civil*, por meio do Estado, passa a gerenciar as nossas vidas. Por parte do “cidadão” cabe a crença nesse acordo simbólico que afirma que “juntos” viveremos melhor do que “sozinhos” e que o Estado, instituição quase onipresente em nossas vidas, garantirá a todos os bens necessários para a manutenção de uma vida digna e segura.

Ken Loach, no filme *Eu, Daniel Blake* (2017), desvela relações contraditórias e desumanas entre a instituição governamental e o cidadão portador de uma identidade abstrata, um “eu”, ou “número”, que caminha nas fronteiras do desconhecimento. Dada a riqueza do filme, inúmeras seriam as reflexões a serem realizadas. Em nosso texto, tomaremos como “problema” as relações entre o sistema econômico e a liberdade individual mediadas por

um “Estado de bem-estar social” cada vez mais refém do sistema financeiro.

O enredo é muito simples. Um trabalhador britânico de 59 anos, 40 anos de contribuição previdenciária, se vê impedido de trabalhar por conta de um ataque cardíaco. Após quatro décadas fazendo parte da massa ativa de contribuintes, Daniel Blake (Dave Johns), pela primeira vez, carece da ajuda do Estado para permanecer com o mínimo de dignidade enquanto aguarda a recuperação da saúde.

A cena inicial de 3 minutos é um diálogo em tela preta (*match cut*). A atendente do Departamento de Trabalho e Previdência lança uma série de perguntas sem muito sentido: “Consegue andar mais de 50 metros sem ajuda de outra pessoa?”, “Consegue levantar os dois braços, como se colocasse alguma coisa no bolso da camisa?”, Daniel, com voz alterada e depois de alguns questionamentos sobre a pertinência das questões, afirma de modo peremptório: “Eu já respondi isso no seu formulário de 52 páginas”.

A saga não termina aí. Na próxima tomada, Dan recebe uma carta do Departamento que “indefere” o seu pedido de benefício. Ele atingiu “12 pontos”, mas eram necessários “15 pontos” para ter “direito” à pensão. Após 1h48 minutos ao telefone (a ligação, claro, sendo cobrada pela empresa telefônica), “mais tempo que um jogo de futebol”, ele recebe a mesma resposta que na solicitação anterior: “o senhor deve preencher o formulário on-line”. Daniel, sem muito compreender a linguagem do Sistema, afirma: “Deve haver um erro, eu fico sempre andando em círculos”.

A burocracia estatal, de racionalidade técnica, parte do princípio administrativo que defende o “maior bem com os menores gastos”. Ela não vê pessoas, mas números. Max Weber (1864-1920), sociólogo alemão, previu muito bem os rumos da racionalidade estatal muito antes de ela ter se tornado isso que vemos hoje. Para ele, a burocracia possui algumas características peculiares: é impessoal, formal, hierárquica, técnica, racional. Na verdade, é um “círculo perfeito” montado para bastar-se a si mesma. De nada importa os problemas e necessidades do indivíduo. O Sistema deve ter “êxito”, nem que para isso ele tenha que sacrificar milhões de vidas.

O cenário claustrofóbico do filme não nos deveria soar estranho. Ficção e realidade são duas faces da mesma realidade brutal. A película bem poderia ser um documentário do que já vivemos hoje no Brasil das “reformas” tornas lei à contrapelo da história: PEC 55/2016, Emenda Constitucional 95 do Teto de Gastos, Lei nº 13.415/2017, Reforma Trabalhista, MP 746/2016, Lei 13.415/2017, lei do Novo Ensino Médio...A lista é exaustiva e ultrapassa os limites do presente texto. Mas, enquanto a grande mídia divulga os escândalos e desmandos do poder Executivo Federal, o poder Legislativo age com força e assertividade “passando a boiada” de leis completamente contrárias aos interesses das classes subalternas. O conceito clássico de democracia, ou bem-comum, cai por terra diante dos interesses do sistema financeiro, do Mercado. O cidadão vê-se preso em uma jaula burocrática que cria, a todo instante, a sensação de que “somos livres para competir”.

Mas, diante do desafio e da “insurreição” perante as injustiças do Estado, ou se criam leis para criminalizar práticas que não se subordinam ou aciona-se a polícia para conter o poder de manifestação individual e coletiva. O Estado, organismo onipresente na vida de todos os cidadãos, utiliza-se do aparato da violência policial e da violência legal para normatizar a vida das pessoas - leia-se: os pobres - de modo a atingir os seus fins.

É interessante perceber que o diretor (Ken) e roteirista (Paul Laverty) colocam na boca de um personagem negro, imigrante, o “China”, a revelação da falência desse modelo de sistema econômico: “Dan, eles estão te enrolando. Estou avisando, vão te infernizar o quanto puderem. Não é por acaso. Faz parte do plano. Quantos não aguentam e desistem?”

Blake, ainda descrente que o Estado, na verdade, é um mecanismo que está contra ele, responde: “Estão errados se pensam que vou desistir. Eu não largo o osso, filho”.

Qual a forma de sobrevivência frente a insanidade do sistema? A corrupção. Dan se vê obrigado a solicitar o auxílio do seguro desemprego, pois não tem o “direito” de receber a pensão por doença. E aqui temos um dos melhores exemplos da atmosfera de irreabilidade criada pelo Capital. Blake, para ter acesso ao Seguro, tem que cumprir algumas “exigências legais”: comprovar que está

à procura de emprego por no mínimo 35 horas por semana e passar por um curso de reciclagem profissional que ensina algumas “posturas que se deve ter” quando estamos diante do desemprego. O profissional responsável pelo curso, vestido de terno e gravata, vê-se diante de um público com rostos desanimados, já quase vencidos pelo sistema. Afirma com confiança daquele que detém a verdade: “Você precisa se destacar da multidão. Seja notado. Seja inteligente. Não basta mais, neste tempo, só provar que tem as habilidades. Tem que provar quão interessado é, quão dedicado.”

Qual é “esse tempo”? O tempo em que as “habilidades” e qualidades profissionais já não te servem para nada. A narrativa do mercado defende a aparência: seja inteligente, seja notado, mostre que você tem “interesse”. Mas, em essência, sabemos que o resultado será justamente o oposto. Não importa o quão interessado você se mostre. O sistema é criado para te infernizar, e você – que provavelmente não faz nem nunca fará parte dos 0,001% do Índice de Bilionários da Bloomberg que, em 2021, lucraram mais de 1 trilhão de dólares –, sempre será derrotado pela máquina. Isso é um fato.

As narrativas paralelas que se desenvolvem correspondentes ao fracasso de Blake reforçam o argumento do filme: vivemos um sistema falido que a todo instante nos vende a ideia de êxito e normalidade: se você fracassa, o problema é seu. A jovem personagem mãe solteira, Katie (Hayley Squires), com seus dois filhos, Dylan e Dayse, encontra Blake no Departamento de Segurança. Ela, assim como Blake, é expulsa do sistema, pois chegou “atrasada” ao Departamento, assim como foi expulsa de Londres, sendo obrigada a se refugiar em uma cidade a mais de 400km de distância da capital inglesa. Por que a mudança?, pergunta Blake: “Estão tirando de lá gente como eu. É muito caro pra eles”.

Não importam os vínculos afetivos, a memória, os laços familiares. A pobreza deve ser lançada à periferia do sistema e o pobre deve ser prostrado, humilhado, expropriado da sua dignidade e substituído até tornar-se totalmente parte do sistema para que também ele, agora irreversivelmente desumanizado, possa legitimar e defender o sistema. Após Katie procurar emprego, deixar seu currículo impresso de porta em porta, chega a seu limite e encon-

tra a “solução” dos seus problemas, por meio de Ivan, segurança de uma loja: “Você é uma mulher bonita. Eu vou te ajudar.” É apenas o reconhecimento e aceitação do que já haviam feito dela.

E Blake, como é o desfecho da sua história? Não precisamos de muita inteligência para prever o seu destino. A narrativa labiríntica do filme é circular. Nos lembra o pequeno e clássico romance de Georges Perec, *A Arte e a Maneira de abordar seu chefe para pedir um aumento*. Já na primeira página, temos a epopeia do herói contemporâneo:

Tendo refletido judiciosamente tendo tomado coragem você decide procurar seu chefe imediato para pedir um aumento vai então procurar seu chefe imediato digamos para simplificar que ele se chame senhor Xavier isso é senhor ou melhor sr x então você vai procurar o sr x e das duas uma ou bem o sr x está na sala dele ou bem o sr x não está na sala dele se o senhor x estivesse na sala dele não haveria aparentemente nenhum problema mas é claro que o senhor x não está na sala dele a você não resta portanto nada a fazer além de aguardar à espreita no corredor a volta ou a chegada dele.

Não serão reflexões judiciosas, tão pouco a “coragem”, que ajudarão a vencer o Sistema, porque o “senhor x”, o representante do poder que poderia nos conceder o “aumento de salário”, no caso do romance de Perec, ou o auxílio-doença, no caso de Dan, “não está na sala” quando mais se precisa dele.

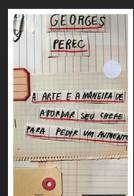
Perguntamo-nos, como no livro do pensador István Mészáros, qual *A montanha que devemos conquistar* para que possamos vencer a lógica perversa do capitalismo?, “A difícil questão para nós é: quanto tempo pode a perversa normalidade de uma ordem socioeconômica e política antagonica, com sua irreprimível tendência de afirmação global de seu domínio, manter sua dominação sem destruir a própria humanidade? Esse é o tamanho da montanha que devemos escalar e conquistar”. A grande cilada é que, incapacitados que estamos de pensar um outro mundo possível, já chegamos à conclusão - ou ao menos à “leve impressão” - de que esse roteiro empreendido pelo Capital não nos levará a um bom

termo e que não há como convivermos pacificamente em um sistema econômico que a todo instante desestrutura, normatiza e dita as regras da ordem política.

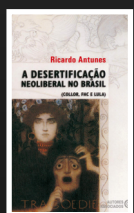
>>> *Indicações de Leitura*



A metamorfose, de Franz Kafka, é um dos textos mais importantes da história da literatura. Entre o grotesco, o humor e a tragédia, narra a desumanização de Gregor Sansa frente ao absurdo da vida cotidiana.



A arte e a maneira de abordar seu chefe para pedir um aumento, de Georges Perec, é uma espécie de manual de antiajuda. Carregado de ironia e humor, revela a absurda lógica das atuais relações de trabalho.



A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula), do professor Ricardo Antunes, é um texto seminal para a compreensão dos processos que solidificaram a lógica neoliberal que sequestrou o Estado brasileiro tornando-o refém do capital financeiro e dos desmandos do capital.

>>> *Ficha Técnica*



Eu, Daniel Blake
Inglaterra, 2016
Direção: Ken Loach
Duração: 101 minutos

TOCA RAUL!

por José Aparício da Silva

*É difícil ser livre, cumpádi,
mas a gente faz uma força danada.*

Raul Seixas

Em uma conversa informal, ouvi de uma pessoa jovem que as músicas do Raul Seixas estão ultrapassadas, “coisas de velho”, e que esse culto ao Raul é *demodê*. Ora, mal sabe ela que o próprio Raul já lhe dera a resposta em uma de suas letras: “os homens passam e as músicas ficam”. Basta uma rápida busca no estado do conhecimento sobre o assunto em repositórios de artigos científicos, monografias, dissertações e teses que nos deparamos com inúmeros trabalhos sobre sua carreira musical e possíveis relações com a atualidade.

Vale relembrar um pouco de sua trajetória, influência artística e política, observando que a teoria acadêmica não é a única forma de se obter criticidade e que, sim, a música de Raul pode ser ponto de partida para reflexões acerca da realidade social e da produção do conhecimento contemporâneas.

Raul era contestador. Nesse quesito pode se fazer uma alusão à teoria de Norbert Elias, em seu *Processo civilizador*, quando reflete que é necessário desnaturalizar o mundo, porque aquilo que temos como natural, bom ou verdadeiro pode não ser bem assim². Essa “desnaturalização” aparece como marca Raulseixista - basta o leitor ter a curiosidade de ouvir. Raul contestou a família tradicional em *Quando você crescer*; o casamento monogâmico em *A maçã*; refletiu sobre o trabalho nas músicas *Você*, *Meu amigo*

¹ Artigo originalmente publicado no terceiro volume de *Desassossegos*, em outubro de 2019, com o título *Raulseixismo sem fim*.

² O *processo civilizador* é uma teoria de Norbert Elias publicada em dois volumes.

Pedro e É fim de mês; refutou a ciência como detentora da verdade em *Todo mundo explica*; contrariou a obrigatoriedade do serviço militar em *Mamãe eu não queria*; desnaturalizou a narrativa religiosa em *Judas, O messias indeciso*, *Ave Maria da rua* e *As aventuras de Raul Seixas na cidade Thor*; duvidou com ironia da verdade histórica nas canções *Há dez mil anos atrás* e *Al Capone*; foi cético em relação à política na versão de *Cambalache*; e defendeu o amor livre nas faixas *Medo da chuva*, *A lei* e *Baby*. Todos esses questionamentos são progressistas não só para a sua época, mas também atualmente, dadas as polêmicas tratadas nos seus enredos.

Em sua música, que ele mesmo definia como Raulseixismo, também foi inovador, uma vez que não se restringia a apenas um estilo musical. Raul compôs valsas, sambas, tangos; misturou *rock* com baião; foi da balada romântica ao bolero; da pegada *country* a uma espécie de pré-rap brasileiro, como em *Ouro de Tolo* e *Metrô Linha 743*; e, assim, cantando em vários ritmos, atingia as camadas mais populares.

Muito se fala sobre as músicas de protesto da MPB no contexto da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), porém quase não se menciona o cantor/compositor Raul Seixas. Mas qual é o conceito de popular dessa sigla? Se ser popular é aproximar-se da população em geral, então nesse caso Raul o fez com maestria, muito mais do que Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, entre outros, que eram e ainda são pouco compreendidos pelo povo. Fato é que Raul nunca quis pertencer a esse grupo, tinha um certo desprezo por essa intelectualidade da MPB e da Bossa Nova. Cantou: “Acredite que eu não tenho nada a ver com a linha evolutiva da Música Popular Brasileira...” e “No teatro Vila Velha, velho conceito de moral, ‘bosta’ nova pra universitário, gente fina intelectual” como forma de manifestar esse desgosto.

Raulzito fez, sim, canções implicitamente de protesto à Ditadura que merecem ser destaque, tais como *Mosca na Sopa*, *Super-heróis*, *Aluga-se*, *Dentadura Postiça*, *Sapato 36*, *Metamorfose Ambulante*, *Abre-te Sésamo*, entre outras. Não sabemos se não foram entendidas ou passaram despercebidas pela censura, mas por ter uma raiz popular, certamente não foram legitimadas pela elite intelectual.

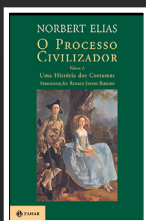
Ultimamente, é fato, algumas de suas canções aparecem timidamente nos livros didáticos, ora para pensar numa sociedade alternativa, com trechos da canção de mesmo nome, no caso da História, ora numa exemplificação da teoria da solidariedade orgânica de Émile Durkheim, em Sociologia, com a música *O dia em que a terra parou*, para justificar a divisão social do trabalho.

O filme *O Início, o fim e o meio*, realizado pelo cineasta Walter Carvalho, com roteiro de Leonardo Gudel, de 2012, em formato documentário, traz o artista Raul Seixas em seus diferentes estágios. Etapas de sucesso na carreira, as parcerias nas composições, os desarranjos com as gravadoras, o abandono dos palcos, a conturbada relação com as drogas e, por fim, a volta aos palcos com Marcelo Nova até a sua precoce morte em 1989. Nessa obra é possível perceber as razões de Raul ser tido como mito, não somente pelo acaso de sua morte, mas sim pela sua postura desregrada social e politicamente que o fazia ter muitos seguidores.

Em 115 minutos de exibição, o filme apresenta uma síntese da vida pessoal e artística de Raul Seixas. Um anárquico sonhador, como se declarava, que queria construir uma sociedade alternativa onde só vigorasse uma lei, a de que tudo é permitido. *Faze o que tu queres, há de ser tudo da lei* não por acaso é o subtítulo do filme e seria o lema de *Anarkilópolis*, a sua idealizada “cidade de cabeça pra baixo”, onde poeticamente “a gente faz do teto um capacho” - sem dúvida, uma belíssima metáfora à tomada de poder.

Já se passaram mais de 30 anos da morte desse ídolo e assistir a esse filme pode ser o princípio para se conhecer a história que o mitifica. Sim! Raul ainda é atual, não é *demodê*, por isso está sempre presente nas rodas de conversa, sejam elas em salas de aula ou nos botequins. Raul Seixas tem que ser o Início... e o meio, porque seu fim ainda está por vir, pois parece que já consigo ouvir ao fundo de alguma plateia algumas pessoas gritando: Toca Raaauul!

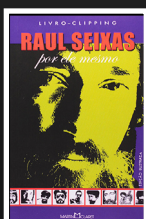
>>> Indicações de Leitura



O Processo Civilizador Vol. 1 é um livro de Norbert Elias, também conhecido pelo seu subtítulo *Uma história dos costumes*. É uma obra que analisa a tentativa de padronização comportamental dos indivíduos a partir da modernidade e suas influências sobre o cotidiano das pessoas.



Da divisão do trabalho social é um livro de Émile Durkheim que trata da divisão social do trabalho, afirmando que esta é a condição fundamental para o desenvolvimento e coesão social. Por isso, cria o conceito de solidariedade orgânica, no qual os sujeitos, embora diferentes, contribuem entre si mutuamente para a manutenção do sistema.



Raul Seixas por ele mesmo é um livro organizado por Sylvio Passos, em 1990. É tido como quase “autobiográfico”, pois é baseado, principalmente, em entrevistas concedidas pelo músico, cantor e compositor durante sua carreira.

>>> Ficha Técnica



Filme - Documentário: O início, o fim e o meio
2012

Direção: Walter Carvalho

Roteiro: Leonardo Gudel

115 minutos

A VIDA ETERNA DE ZÉ DO CAIXÃO¹

por José Aparício da Silva

No filme *“The House That Jack Built”* (A casa que Jack construiu), obra de Lars Von Trier de 2018, o personagem Jack é obstinado por realizar a sua arte. Como engenheiro, que pensa ser arquiteto, quer construir a sua casa. Seu argumento nos diálogos com (Vergi) Virgílio é que, para se ter a arte perfeita, é necessário encontrar o material ideal, e ele o encontra. Material esse que aqui não vou expor para garantir a surpresa do espectador ao assistir.

Com esse argumento é possível uma reflexão: não importa o tipo de arte, qual modelo ou segmento dela, o mais importante é a matéria. Encontrar a matéria ideal que sirva para efetivar a sua arte. Deve ter sido assim com tantos outros artistas renomados.

Ao pensar na arte cinematográfica de José Mojica Marins, cineasta brasileiro, percebo que este encontrou a sua matéria na construção do personagem Zé do Caixão. Essa criação rendeu à Mojica o diferencial de sua carreira como ator, diretor, produtor, a ponto de o personagem ser confundido com a sua pessoa.

“O que é a vida? É o princípio da morte. O que é a morte? É o fim da vida. O que é a existência? É a continuidade do sangue. O que é o sangue? É a razão da existência”. Essas perguntas e respostas de cunho reflexivo e filosófico sobre o sentido da vida bem poderiam ser parte dos diálogos entre o protagonista Jack e o coadjuvante Virgílio. Mas, não! Essas reflexões não são de Lars Von Trier, e sim de José Mojica Marins, ou melhor, de seu personagem Zé do Caixão. Segundo o próprio Mojica, esse personagem ter-lhe-ia surgido durante um sonho

¹ Artigo originalmente publicado no quarto volume de *Desassossegos*, em maio de 2020, com o título *O que é a vida?*

(pesadelo) e logo tratou de dar a ele a sua devida materialização e performance. Essa fala acima, retirada do início do roteiro do primeiro filme em que há sua aparição, traz consigo o dilema que acompanhou o personagem na trilogia iniciada com o filme *À meia-noite levarei sua alma*, de 1964, continuada com *Esta noite encarnarei no teu cadáver*, em 1967, e concluído somente em 2008, com o filme *Encarnação do demônio*.

Josefel Zanatas é um agente funerário (coveiro) de uma cidade pequena, mas por ser um sujeito incrédulo e transgressor, recebe o apelido de Zé do Caixão. Ele é sádico e obcecado por encontrar uma mulher que possa gerar um filho dele com o intuito de manter a sua linhagem, pois, embora *niilista*, acredita ser essa a razão da existência, ou seja, perpetuar a sua espécie. Seu sadismo e descrença faz com que ele seja agressivo com todos, sobretudo com os crentes, devotos. Desdenha de deus e do diabo, os quais julga como produtos dos ignorantes.

Para garantir a construção desse personagem, Mojica utilizou-se de vários adereços performáticos (sua matéria), tais como a entonação de voz, as vestes (que se assemelham ao imaginário criado pelo Conde Drácula) como capa e cartola, as unhas compridas e uma personalidade perversa e assassina. Assim, o Zé do Caixão rompe com a moral e com a ordem estabelecida e denota um aspecto de superioridade. Na busca pelo seu herdeiro de sangue, ele mata a esposa por ser estéril e estupra a namorada do amigo. Violentada, ela jura que morrerá e virá buscar a alma do coveiro. A partir daí os pesadelos e assombrações são constantes para o personagem. Essa saga é crucial de sua existência nos três filmes, numa relação entre os fatos passados e a rememoração deles.

O primeiro filme, em 1964, *À meia noite levarei sua alma*, não foi bem recebido pela crítica, a qual não compreendeu a proposta de imediato. Conforme contam André Barcinski e Ivan Finotti, autores do livro *Maldito*², uma biografia do Zé do Caixão, a única crítica positiva que o filme recebeu na época foi da jornalista Tati de Moraes no jornal carioca *Última Hora*. Disse ela: “o filme é o primeiro do gênero a

² *Maldito* é um livro de André Barcinski e Ivan Finotti lançado em 2015 pela editora Darkside.

ser feito aqui no Brasil e é para ser visto metade a sério, metade rindo (o público reage na hora exata), fórmula ideal para o humor negro.”

Hoje podemos reconhecer que a jornalista estava correta, pois Mojica criou e produziu um gênero singular de cinema naquele contexto. Uma mistura de existencialismo e surrealismo. É questionador da estética predominante no cinema daquele momento e o seu personagem traçou outras possibilidades de se ver a realidade e, principalmente, faz refletir sobre os valores éticos e morais presentes na sociedade conservadora.

No segundo filme, *Esta noite encarnarei no teu cadáver*³, Mojica contou com um pouco mais de recursos financeiros e isso fez com o que a qualidade técnica melhorasse. Com equipamentos modernos e elenco com atores profissionais, a crítica teve argumentos para reconhecê-lo como ator, diretor e produtor.

Na narrativa, o personagem dá sequência a sua busca pela continuidade da existência através da procriação, característica marcante na sua forte personalidade. Diálogos cínicos e ações cruéis levam o espectador a questionar o absurdo e ao mesmo tempo a mesquinhez da condição humana. Mojica inaugura uma nova estética do terror no cinema nacional, a do “vilão-mocinho”, pois mesmo sendo mal, o Zé do Caixão desperta o carinho e a torcida do público.

³ O filme *Esta noite encarnarei em teu cadáver* foi realizado em plena vigência da ditadura militar no Brasil, por isso foi censurado pela estupidez dos censores. Recebeu algumas sanções, uma menção de “Proibido para menores de 18 anos” e teve seu diálogo final alterado, porque a manifestação do personagem dizia, mesmo diante da morte, que deus não existia, e isso para a censura era um ataque à fé cristã e aos bons costumes. Os censores trataram de escrever o texto final que foi inserido na fala do Zé do Caixão pela técnica da dublagem. Assim ficou: “Deus, Deus... Sim, Deus é a verdade! Eu creio em tua força! Salvai-me! A cruz, a cruz, padre! A cruz, o símbolo do filho”. E assim termina. Na “cabeça de papel”, a redenção do personagem diante da cruz e do padre restabelecia a ordem e a moral, aos olhos da ditadura militar o bem venceu o mal e a verdade triunfou. Mojica falou sobre isso numa entrevista em 2008 ao Jornal Zero Hora, em Porto Alegre: “Sofri uma perseguição incrível da ditadura militar. Nos anos 60, os milicos me ameaçaram tanto que todos os produtores dispostos a fazer o filme se afastaram. Acabei rodando *O Ritual dos Sádicos*, mas foi pior. Diziam que, por trás do terror, havia uma mensagem política. Só não sei que mensagem era essa”.

Em *Encarnação do demônio*, Zé do Caixão retorna mais perverso ainda. Depois de ter passado 40 anos trancafiado (30 de prisão e 10 de sanatório), agora conta com um grupo de discípulos que o seguem. A paisagem urbana lhe causa um estranhamento e observa com mais ceticismo ainda a miséria e a ganância convivendo no mesmo espaço. Nesse filme, José Mojica faz uma dura crítica ao Estado que é omissivo à violência, mas ao mesmo tempo utiliza-se dela para legitimar o poder perante a sociedade.

Esse filme contrasta o terror pautado pelo sobrenatural e a real prática da violência. O personagem executa crimes horríveis e deixa rastro de violência por onde passa, mas mesmo assim, com estilo já consolidado, Zé do Caixão, inserido em situações extremas de protagonismo de brutalidade, torna-se uma figura controversa no imaginário popular, ao mesmo tempo em que é o marginal, é também carismático para o público. É assim também com o personagem Jack, de Lars Von Trier: muito embora seja um *Serial Killer*, seu jeito compulsivo e atrapalhado em busca da matéria perfeita para a sua arte faz com que simpatizemos com ele.

José Mojica Marins materializou seu sonho (ou pesadelo, para alguns). O cineasta dizia que, em 1963, sonhou com um coveiro aterrorizador que lhe tirava da cama e carregava-o até seu túmulo. Baseado nele, criou um personagem, deu uma história de vida para ele (um jovem que luta na primeira guerra e se transtornou com os horrores dela e ao retornar se torna um sádico e sanguinário coveiro), deu-lhe um nome, Josefel Zanatas (José “Fel” que denota o amargo e “Zanatas”, Satanás ao contrário em sua pronúncia) mais tarde apelidado de Zé do Caixão. A matéria para seu personagem ele encontrou em seu próprio corpo. Emprestou-lhe seu corpo, mas todo adereçado por roupas escuras, uma capa preta, cartola e ornamentos no pescoço; barba torneada e unhas enormes; deu-lhe uma voz rouca e forte que às vezes era do próprio ator e em outras, dublagem. Mojica criou para Zé do Caixão uma concepção de vida e uma filosofia sobre a morte e a continuidade da existência bastante coerente, a qual segue com ele por toda a história do personagem. Dessa criação material advém o sucesso do artista como diretor, ator e produtor reconhecido internacionalmente como Coffin Joe.

Minha comparação de Mojica com o Lars Von Trier se dá porque acredito estarem no mesmo patamar como cineastas, cada um com suas singularidades, mas geniais. Ambos fizeram trilologias que marcaram vossas carreiras, Von Trier com a *Trilogia da Depressão* e Mojica com a *Trilogia da Sobrenaturalidade* (assim desejo chamar). Essa comparação é tímida, mas válida nessas obras. Isto porque possuem técnicas de focagem similares, tais como enquadramento *Zoom*, *Close-ups*, câmeras em mãos para dar ideia de movimentos, sem uso de tripés em algumas cenas; narrativas reflexivas de cunhos racionais e/ou sobrenaturais; maniqueísmo, sincretismo religioso, messianismo; imagens com uso da sexualidade como questionadora de dilemas ético-morais; cenas de ultraviolência; cortes abruptos e transições tão rápidas de decupagem da cena que geram suspense, pânico no espectador; sons simples de trovão, vento, portas, janelas, água, pássaros, entre outros, mas com efeitos sonoros intensos e inseridos de uma forma tão violenta e inesperada que amedrontam até os cinéfilos que assistem pela enésima vez a mesma cena. Ou seja, fizeram filmes de estilos absolutamente distintos, mas que poderiam conversar por algumas formas e conteúdos.

Em 04 de dezembro de 2010, tive a oportunidade de conviver um dia com José Mojica Marins, porque fui incumbido de buscá-lo no aeroporto e levá-lo para uma sessão na qual participaria pessoalmente. Nesse dia ouvi do próprio Mojica que não gostava muito da dubiedade entre o Zé Mojica e o Zé do Caixão e pude comprovar na prática que eram dois seres diferentes. Conversamos sobre muitos assuntos, falava-me de sua enorme família, vários filhos e netos e algumas esposas, das suas técnicas de produção, dos *insights* que tinha durante a realização dos filmes, da ignorância dos censores durante a ditadura militar, dos prêmios e homenagens que recebeu no exterior como *Coffin Joe*, ou seja, um bate papo normal com um profissional do cinema que ao mesmo tempo era um pai e avô carinhoso e orgulhoso disso.

Mojica tinha ciência da dificuldade que era para as pessoas a separação entre criatura e criador em relação ao Zé do Caixão. José Mojica Marins e Zé do Caixão pareciam ser indissociáveis, e aparentemente eram. Visualmente eram a mesma pessoa. Em algumas horas de convivência com ele, percebi um pouco de sua essência.

Quando ligavam uma câmera ou subia ao palco e se caracterizava como Zé do Caixão, ele se transformava, seu tom de voz se elevava e as palavras saíam ásperas, mas quando não era assim, voltava a ser o Mojica, uma pessoa delicada e atenciosa com todos que lhe dirigiam a palavra.

Para encerrarmos, de onde começamos, vamos pensar nas questões levantadas sobre a razão da existência, a vida e sua continuidade como se fossem dos personagens Jack e Zé do Caixão. Notamos que ambos buscavam respostas. Tratando-se de continuidade, Jack, de Lars Von Trier, sabemos, em sua travessia no inferno, se foi, ponto final. Muito provavelmente será esquecido. É uma releitura da Divina Comédia. Dante é imortal, Jack não. No caso do nosso Zé do Caixão, esse, ao meu ver, garante a sua existência, pois o personagem está por aí vivo. Ou seja, é um imortal. A arte perpassa a vida. Ernst Fischer nos lembra que a “arte é concebida como ‘substituto da vida’, como meio de colocar o homem em estado de equilíbrio com o meio circundante”, daí advém a necessidade da arte⁴.

Basta aparecer alguma pessoa com direito, coragem, ousadia e talento para dar a devida performance que lhe conferiu o seu criador. José Mojica Marins faleceu no dia 19 de fevereiro de 2020, entretanto, seu personagem mais famoso dará segmento em sua vida e obra. Ou será que, como afirmou o Jornal Zero Hora em 2008, “Não há substituto para Zé do Caixão”? Fica a provocação.

Mas por falar em provocação, se quiseses a resposta à razão da vida e da existência, melhor não procurá-la nessas obras. Elas não nos respondem nada, ao contrário, levantam-nos ainda mais dúvidas e nos despertam o medo. Heidegger aponta que o medo faz com que evitemos pensar no sentido da vida, reflete ele que vivemos sem norte algum, como se fosse a vida uma finalidade sem fim.

Particularmente, prefiro parafrasear Antônio Abujamra, no programa *Provocações*, com sua clássica, insistente, paradoxal e retórica questão que fazia aos seus entrevistados: *O que é a vida?* O qual, independentemente de qualquer resposta que recebesse de seu interlocutor, logo após, persistia, ceticamente, numa contra-retórica final: *O que é a vida?*

⁴ *A necessidade da arte* é um livro de Ernst Fischer de 1973.

>>> Fichas Técnicas



À Meia Noite Levarei Sua Alma

Direção: José Mojica Marins

Ano de Produção: 1964

Cromia: Preto e Branco

Duração: 81'

Classificação indicativa: 16 anos.



Esta Noite Encarnarei no Teu Cadáver

Direção: José Mojica Marins

Ano de Produção: 1966

Cromia: Colorido e P&B

Duração: 108'

Classificação indicativa: 18 anos.



Encarnação do Demônio

Direção: José Mojica Marins

Ano de Produção: 2008

Cromia: Colorido

Duração: 93'

Classificação indicativa: 18 anos.

>>> Indicação de Filme



***A casa que Jack construiu*, de Lars Von Trier, 2018.**

Recomendado para maiores de 18 anos.

Último filme do aclamado diretor dinamarquês, a obra traz a história de Jack, um engenheiro *serial killer* que, em paralelo, tem a ambição de construir sua própria casa. Com inúmeros diálogos com diversas obras de arte, o filme tem como aproximação mais importante a *Divina Comédia*, de Dante Alighiere. Ele promove uma interessante reflexão sobre a arte e permite uma experiência sensorial e intelectual marcantes.

A ASTÚCIA DO JECA¹

por José Aparício da Silva

“Sou Jeca, sim senhor, com muito gosto”. Trecho da fala do personagem Quinzinho, interpretado por Matheus Nachtergaele, essa frase ilustra bem o enaltecimento da identidade rural no espaço urbano em *Tapete Vermelho*. Numa clara homenagem ao ator, humorista e diretor brasileiro Amácio Mazzaropi², o filme conta as histórias de Quinzinho, Zulmira e Neco, moradores da zona rural que vão para a cidade em busca de um cinema em que passe uma fita do Mazzaropi. “Menino grande, já sabe ler e escrever e não sabe o que é cinema”, afirma ele à mulher para justificar a procura, que é vista com ceticismo por Zulmira: ela duvida que haja cinema e muito menos filme do Mazzaropi passando. “Ai, ai, ai, ai, ai... Adondé que cê vai vê firme de Mazzaropi? Ondi é qui tem cinema, homi? Mazzaropi já morreu”, exclama ela, logo interrompida pelo marido, que salienta: “Santa ignorância, o home morreu, mas os firme não acabam não”.

Da mesma forma, com representações do espaço, da cultura e da identidade rurais, os filmes de Mazzaropi têm protagonistas, sempre caipiras, que se sobressaem ao citadino, exaltando a cultura cabocla, a identidade camponesa e o espaço rural. Os chamados “Jecas” têm arquétipos físicos típicos que denotam certa simplicidade e lutam contra aqueles que tentam se aproveitar da suposta inferioridade caipira e sua inocência. São personagens que apresentam uma dicotomia rural-ur-

¹ Artigo originalmente publicado no quinto volume de *Desassossegos*, em outubro de 2020, com o título *Somos todos Jecas*.

² Amácio Mazzaropi iniciou seus trabalhos artísticos ainda na década de 1930, mas só estreou no cinema em 1952, com o filme *Sai da Frente*. Construiu seu caipira estereotipado na vivência que teve no interior de São Paulo, como ele mesmo disse, seu próprio tipo: caipira bastante natural (na roupa, no andar, na fala), que representa os milhões de caboclos do interior brasileiro. Foi com essa identidade em seus personagens que o cineasta lotou salas de cinema por todo o país, deixando, inegavelmente, seu legado na memória coletiva. Mazzaropi atuou, dirigiu e produziu 32 filmes, finalizando sua carreira em 1980 com *Jecão e a égua milagrosa*. (Para saber mais sobre Mazzaropi, sua vida e obra, acesse: <https://museumazzaropi.org.br>)

bana, têm traços de ruralidade em sua descrição identitária e sua aparente inocência, na verdade, oculta uma astúcia que dribla a simbólica hierarquia imposta pela cidade sobre o campo.

A interculturalidade entre campo e cidade surge a partir do processo que assinalou a passagem da sociedade rural para a urbano-industrial no Brasil. Essa transição tem se desenvolvido desde o início do século XX, mas é após os anos 1980 que se torna muito perceptível a divergência entre essas culturas: como se tudo o que é do campo fosse sinônimo de atrasado e, conseqüentemente, o que é da cidade, de progresso. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais a cultura rural está quase em extinção nos espaços urbanos, e, muitas vezes, o que aparece é uma caricatura dela, denominada cultura sertaneja, que confunde a cultura de raiz cabocla. Daí a ênfase na letra da música *Navegantes das Gerais*, da dupla Zé Mulato e Cassiano: “Se me chamam de caipira, fico até agradecido, pois falando sertanejo eu posso ser confundido”.

Assim, os filmes de Mazzaropi são importantes por serem capazes, de certo modo, de recuperar traços da cultura cabocla, nostálgica aos mais velhos e desconhecida pelos mais jovens. No percurso entre a roça e o dito cinema, no filme *Tapete Vermelho*, fica acentuado o estereótipo do caipira que vai à cidade. Sua figura destoa do cidadão e por isso ressalta a cultura popular, a qual sofre certo preconceito e, quem sabe, por isso desperte o riso. Nesse sentido, ao prestar homenagem a esse gênio do cinema, tarefa que o filme cumpre com excelência, enfatiza elementos da cultura caipira, tais como a dança da catira, a moda de viola, a contação de causos, a medicina popular pela mão da benzedeira, e recupera, por conseguinte, a figura do Jeca no imaginário popular brasileiro.

Muito embora exista a tentativa de imposição do tipo urbano com seu jeito de falar, de se portar e se vestir, que parecem aspectos suficientes para a dominação e exploração do outro, o Jeca não se deixa inferiorizar. Amácio Mazzaropi mesmo definia o caipira como “um homem comum, inteligente, mas sem preparo, alguém muito vivo, malicioso, bom chefe de família. A única coisa diferente é que ele não teve preparo, então tem aquele linguajar típico, mas no fundo, no fundo, ele pode dar lições boas a muita gente da cidade”³. O Jeca interpretado por

³ Retirado do livro *Sai da frente: a vida e a obra de Mazzaropi*, de Marcela Matos, lançado em 2010 pela editora Desiderata.

Matheus Nachtergaele cumpre essa definição, uma vez que a todo momento se afirma e se legitima como caipira, mas, ao contrário do que o público urbano poderia esperar, se sobressai nas discussões. Quando o vendedor da loja questiona por que o caipira quer ver cinema e o chama de Jeca, mandando-o ir cuidar da sua plantação de batatas, Quinzinho responde de forma bastante altiva lhe encarando seriamente: “Sou Jeca sim, com muito gosto, tenho minha terrinha, tenho meu inhame, não é batata não, trabalho pra mim. Não sou empregado!”

A saga da família Silva, da saída de sua chácara até encontrar um cinema em alguma cidade com um filme do Mazzaropi, mostra o contraste entre os elementos de modernidade citadinos e os do meio rural que permanecem nas cidades pequenas e de médio porte. O trânsito intenso e confuso, a exploração do comércio, a individualidade, a massificação dos aparelhos de TV e a substituição dos cinemas por lojas e igrejas contrastam com rituais lúdicos ou religiosos, encontrados em alguns lares e bares durante o percurso, confirmando aquilo que Antonio Candido, em seu livro *Os parceiros do Rio Bonito*, chamou de manifestação da cultura rústica.

No bar do Ico, por exemplo, uma dupla toca moda de viola rodeada de pessoas que a ouvem cuidadosamente. Não sei se irônica ou propositadamente, Zé Mulato e Cassiano estão cantando a música *Proparoesquisítono*, a qual é uma resposta para uma dupla do chamado sertanejo universitário que classificou suas canções como antiquadas. Zé Mulato fala, ao apresentá-la, que essa composição “é para provar que simplicidade não tem nada a ver com burrice, ou pelos menos tem pouco”⁴.

Por fim, Quinzinho, depois de sofrer junto com a família uma série de desventuras e tentativas de trapagens, acaba por encontrar um cinema que, como era de se esperar, não passa filmes do Mazzaropi. Ele, então, com seus rolos de filme em mãos (os quais encontrou como sucata em uma Igreja evangélica onde antes era um cinema), exige que se passe pelo menos uma sessão com um filme Mazzaropiano para

⁴ É possível assistir ao discurso de apresentação da canção neste vídeo realizado pela *Parabolé Educação e Ensino* e gravado no Teatro Paiol - Curitiba, 03 de Junho 2011, intitulado no Youtube como “Show Trio do Trem convida Zé Mulato e Cassiano”.

Assista: [10 - Proparoesquisítono - Trio do Trem convida Zé Mulato e Cassiano](#)

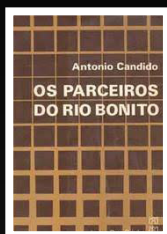
mostrar ao seu filho. Essa exigência se dá com bastante astúcia. Adquire correntes e cadeados, amarra-se à coluna do Cine Pathé e diz que só sairá de lá quando passarem um filme de Mazzaroppi.

Berrando a plenos pulmões, Quinzinho exige a presença do dono do cinema e acaba por chamar a atenção da imprensa e dos passantes, que logo se sensibilizam com seu pedido. Ao perceber que havia ganho notoriedade, Quinzinho faz um discurso caloroso: “Voceis pensa que esse bando de ignorante vai vencer eu é? De jeito maneira. Só saio daqui quando passar meu firme. Vim lá de Formoso pra ver um firme do Mazzaropi, mas o cinema não sabe nem quem é que é Mazzaropi! Agora eu quero o dono do cinema, o dono da bosta do cinema! Bosta de cabra! Nois gastemo pé na estrada, nois comemo o pão que o diabo amassô. Essa tar de comida de quilo. Eu quero o Mazzaropi, cadê o dono do cinema? (...) E agora depois de toda essa trabaiera, nois vai vortá pra roça sem ninguém dá atenção pra nois? Não! Cú de bode, eu quero o dono cinema!” Nessa fala acalorada o Jeca Quinzinho deixa claro aquilo que Soleni Biscouto Fressato deu como o título de seu livro: *Caipira sim, trouxa não*.

Em virtude da publicidade dada à situação, o desejo de Quinzinho, que para muitos dos personagens parecia absurdo, pois desdenhavam da ideia de se ver filme do Mazzaropi, acaba sendo acatado pelo dono do Cine Pathé a quem o protagonista também exige que se estenda um tapete vermelho na entrada do cinema. Dessa forma, o contentamento que se segue é também uma espécie de retaliação aos cidadãos pelos problemas enfrentados e narrados pelo personagem em seu discurso. Portanto, passar o filme do Mazzaropi torna-se muito mais do que um presente ao filho Neco: representa uma luta contra a indústria cultural e sua falta de democratização nos filmes exibidos, e, acima de tudo, simboliza a luta contra a tentativa de homogeneização da cultura urbana numa cultura quase de plástico.

O tapete vermelho é o símbolo da conquista, do triunfo, palco para desfile do campeão, daquele que tem a palavra final. Assim, para encerrar, tomo de empréstimo a dedicatória do livro *Sai da frente: a vida e a obra de Mazzaropi*, da autora Marcela Matos, como epílogo deste breve texto, também uma homenagem: “Ao Jeca de Mazzaropi que nos ensinou a ter sempre a última palavra, nem que seja um resmungo ou um deboche”. Afinal, somos todos Jecas!

>>> Indicações de Leitura



Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida,
de Antonio Candido.

A obra analisa as relações entre literatura e sociedade e visa descrever um processo e uma realidade humana, característicos do fenômeno geral de urbanização no Estado de São Paulo.



Sai da frente! A vida e a obra de Mazzaropi,
de Marcela Matos.

O livro conta a trajetória de um garoto pobre que decidiu tentar a sorte e correr atrás de seus sonhos. Como resultado, tornou-se uma celebridade, um homem de negócios e um artista do cinema brasileiro. Mazzaropi, movido pelo desejo de expandir a indústria da sétima arte no país, montou a PAM Filmes.



Caipira sim, trouxa não: representações da cultura popular no cinema de Mazzaropi,
de Soleni Terezinha Biscouto Fressato.

Este livro aborda os estereótipos agregados à imagem do caipira a partir do ponto de vista apresentado nos filmes de Mazzaropi, levando em consideração que um registro filmico é uma problematização da realidade, não um recorte fiel da história. O caipira construído por Mazzaropi é bem diferente daquele construído por Monteiro Lobato, que atribuía a personagens caipiras a imagem de ignorantes, preguiçosos e bobos. Mazzaropi, nadando contra a corrente, capturou as contradições existentes nas relações entre a cidade e o campo.

>>> Ficha Técnica



Tapete Vermelho

Direção: Luiz Alberto Pereira

Ano de Produção: 2006

Cromia: Colorido

Duração: 102'

CORINGA: UM RETRATO DA SOCIEDADE NO ESPELHO¹

por Joel Júnior Cavalcante

Conseguí (com o atraso), nesses dias estranhos², assistir ao filme *Coringa* (*Joker - Warner, 2019*), estrelado pelo ator Joaquin Phoenix. Filme que é o resultado de uma explosão social que começa com a explosão de um indivíduo. Arthur Fleck, o Coringa, é um *outsider*, um desajustado, um humorista frustrado que, após fracassar em tudo na vida, devolve à sociedade sua vingança e ressentimento. Ridicularizado, incompreendido, começa a empreender uma série de crimes, tornando-se símbolo da convulsão social empreendida por uma massa de sujeitos insatisfeitos. A explosão catártica do personagem central do filme nos faz pensar no fracasso de todas as instituições: não apenas na falência e sucateamento das redes de proteção à saúde pública e mental, que o filme brevemente denuncia, mas também o fracasso da família, do Estado, das instituições de reinserção etc. Durkheim e, por que não, Marx e Freud mandam aquele abraço!

É uma trama que demora a ser digerida. A imagem do personagem “palhaço maluco”, mergulhado em seus dramas, fica nos perseguindo por dias. É um filme que trata da anomalia social de nossos tempos, de uma sociedade sempre tensionada, prestes a esgarçar seu tecido, na iminência da explosão, como os segundos finais da clássica cena dos filmes de ação em que o protagonista, com tremores e suando frio, deve cortar um dos dois fios: apenas

¹ Artigo originalmente publicado no sétimo volume de *Desassossegos*, em outubro de 2021.

² O artigo foi escrito em pleno auge da pandemia de Covid-19, em meados de Outubro de 2020, sendo, contudo, enviado para publicação na revista apenas no ano seguinte. Daí a razão para a menção aos ‘dias estranhos’, de confinamento, suspensão da vida cotidiana, um período prenhe de incertezas e angústias existenciais que se revelam de algum modo no texto.

um salva a sua existência. É um retrato sensível da tragédia humana, que traz a imagem poética do palhaço triste, rindo por fora, despedaçado por dentro. O riso histérico e incontido do personagem revela a trágica loucura fruto de uma sucessão de frustrações pessoais. Reedita o clássico arquétipo e estético do palhaço triste, que chora e é infeliz secretamente, do *Pierrot* e sua infelicidade secreta. Fenômeno que, aliás, tem encontrado grande vazão na realidade, já que não são poucos os relatos da relação íntima, aparentemente contraditória (mas não), de humoristas com histórico de depressão e que chegam a até mesmo cometer suicídio. Exemplos temos de sobra: Robbie Williams, Jim Carrey, Chico Anísio, Fausto Fanti etc. O que levanta uma importante questão: seria o humor uma máscara para o absurdo da realidade?

Não menos importante, o filme toca na imperiosa ferida do adoecimento mental em uma sociedade que se entope de remédios, álcool, drogas (lícitas e ilícitas). Uma sociedade do desempenho, do mérito, da exclusão. *Sociedade do Cansaço*, como já diria o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, observando que, ao contrário das sociedades disciplinares a que nos remetia Foucault, sob um panóptico que nos observa ininterruptamente, hoje o chicote está em nossa própria mão. Devemos ser vitoriosos em uma sociedade que cobra nosso desempenho e êxito. O “sucesso pessoal”, as *selfies*, é a nossa dose diária do neoliberalismo em cápsulas. Flagelamo-nos.

Voltando ao aspecto cinematográfico, o sucesso da trama revela também uma mudança de paradigma nos roteiros e sinopses universais: começamos a torcer e a nos identificar com os vilões, com personagens que beijam a lona, com os vencidos e não com os vencedores. O vilão é uma figura mais interessante que os mocinhos almofadinhas e sempre moralistas, posto que neles, nos anti-heróis, vemos nossas fraquezas, ambivalências, contradições e, por que não, a nossa humanidade. Demasiadamente humana.

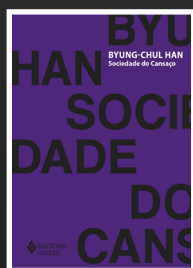
Nessa perspectiva, o cineasta Bruno Barreto, em *A realidade é mais estranha que a ficção*, importante artigo sobre o futuro do cinema que compõe a obra *O mundo pós-pandemia*, afirma que, com a invasão das plataformas de *streaming*, percebe-se uma mudança salutar nos roteiros atuais: a opção por uma nova identida-

de, com personagens complexos, que não são totalmente bons ou ruins. A complexidade é o novo mantra da dramaturgia, pois ela convence mais, é nosso espelho narcísico projetado. Para o autor, “o fato de o espectador não conseguir prever o comportamento do protagonista, uma vez que ele tem diversas camadas na personalidade, traz até mais suspense para a narrativa. Essa humanização dos personagens, com suas qualidades e defeitos, faz com que o espectador acredite mais no que está vendo. A ficção se torna real por causa da verossimilhança, ao passo que a realidade fica absurda, pois sua polarização maniqueísta entre o bem e o mal é inverossímil.”

Na era da pós-verdade e das *fake news*, em que a palavra “narrativa” nunca esteve tão na moda e a versão do fato é mais importante que o próprio fato, a gente vive se perguntando se o bandido é o mocinho ou vice-versa. Coringa é o retrato dessa sociedade tensionada, contraditória e paradoxal, mas que, ao mesmo tempo, começa a desconfiar do roteiro clichê da luta dos mocinhos contra os vilões. A modernidade líquida nos assalta com múltiplas criações humanas, as quais não conseguimos controlar. Eis o fracasso das instituições em que o personagem estava inserido. Eis que o futuro distópico dos filmes de ficção que crescemos assistindo, em que as máquinas e robôs dominam a humanidade, chegou. Ainda que com outras roupagens e roteiros, esse futuro se impõe: a criação supera o criador.

Coringa é esse soco na boca do estômago, essa provocação que nos deixa mais dúvidas do que respostas. Eis o sentido trágico-poético e cômico do *Joker*, aquele que confunde, que ri de desespero, afundando-se na sua tragédia pessoal, que é também coletiva. É perturbador e, por isso, genial! Afinal, “todos somos maus em uma história mal contada”.

>>> *Indicação de Leitura*



Sociedade do Cansaço, do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, Editora Vozes (2020), é uma obra que faz uma radiografia de nossos tempos cansados. Em linhas gerais, o autor assevera que, ao contrário das sociedades disciplinares de outrora, no contexto atual há um sistema de autoflagelo, que atua basicamente como um mecanismo sistemático de intensa cobrança por produtividade, êxito pessoal e profissional que, silenciosamente, nos adocece. Uma sociedade que exalta o sucesso, o espetáculo, um riso duvidoso nas *selfies* em redes sociais, como preconiza o autor: “um sujeito do desempenho que se entrega à liberdade coercitiva”. Essa espada sobre nossa cabeça é colocada por nós mesmos. Uma provocante reflexão sobre nossos tempos de desassossegos.

>>> *Ficha Técnica*



Joker (Coringa)

País de origem: Estados Unidos

Direção: Todd Philips

Ano de Produção: 2019

Duração: 122'

Classificação: 16 anos



Ilustração de
Ana Kátia Silva
dos Santos

O menino invisível¹

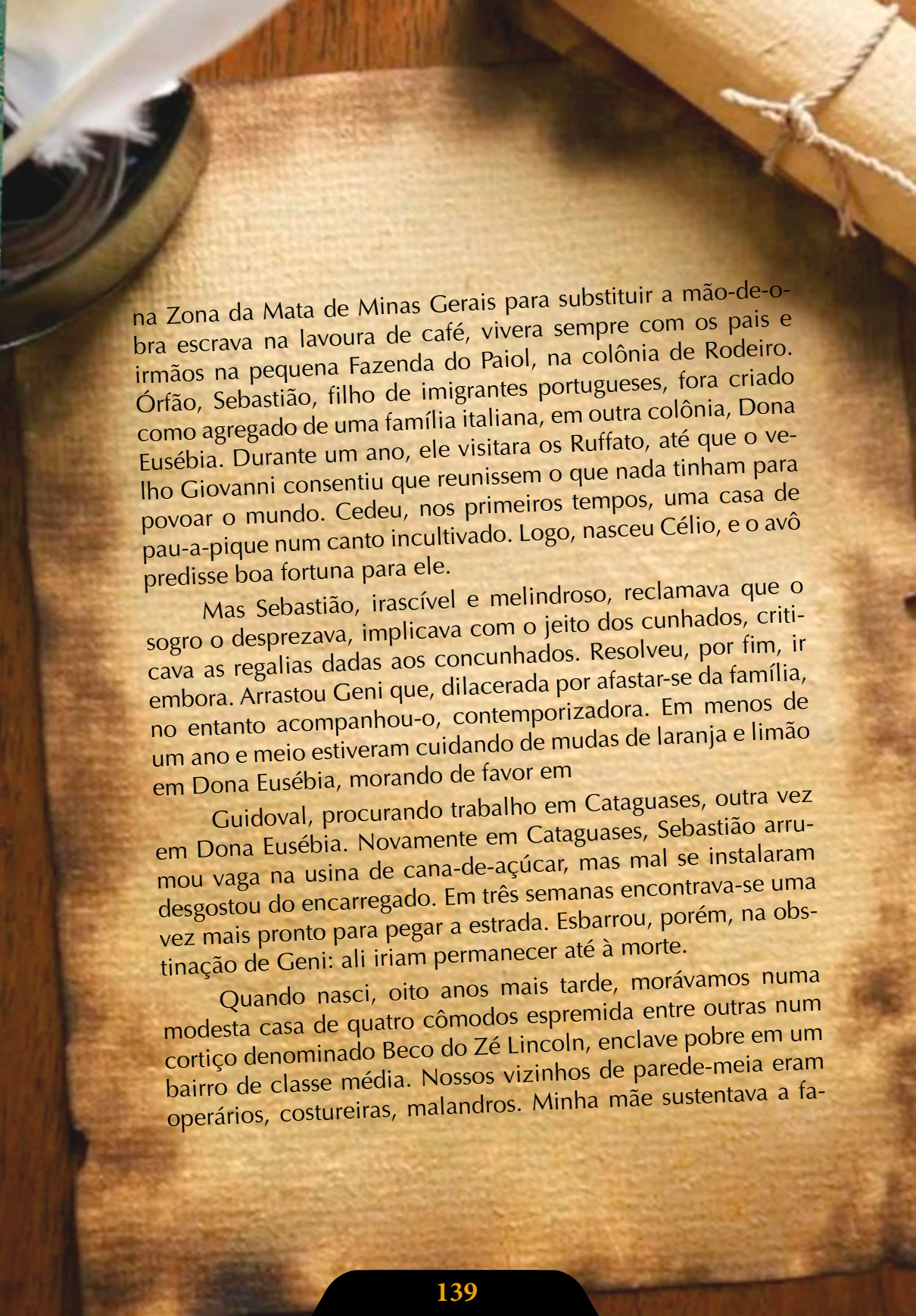
Luiz Ruffato

Sebastião assustou-se² com Geni a falar, sentada no meio-fio, um bebê de seis meses envolto nos braços, embora os olhos ajoelhados a voz resoluta, que de forma alguma iria se mudar de cidade de novo. Impaciente, ele tentou impor sua opinião de homem e marido, o que havia funcionado das outras vezes, mas ela manteve-se quieta a embalar o filho. Ele coçou a cabeça, da qual começavam a desertar os fios finos e claros, andou de um lado a outro, acendeu um cigarro sem filtro, argumentou que não via futuro naquele lugar onde não conheciam ninguém, mas ela continuou calada. Então, Sebastião concluiu, “Está bem, mas depois lembre de que eu avisei!”.

Geni acabara de completar 18 anos e se casara há dois. Filha de italianos do Vêneto, imigrantes pobres que aportaram

¹ Conto originalmente publicado no quarto volume de *Desassossegos*, em maio de 2020.

² Do livro *Ninguém em casa*, Editora Maralto, Curitiba/PR, dezembro de 2021.

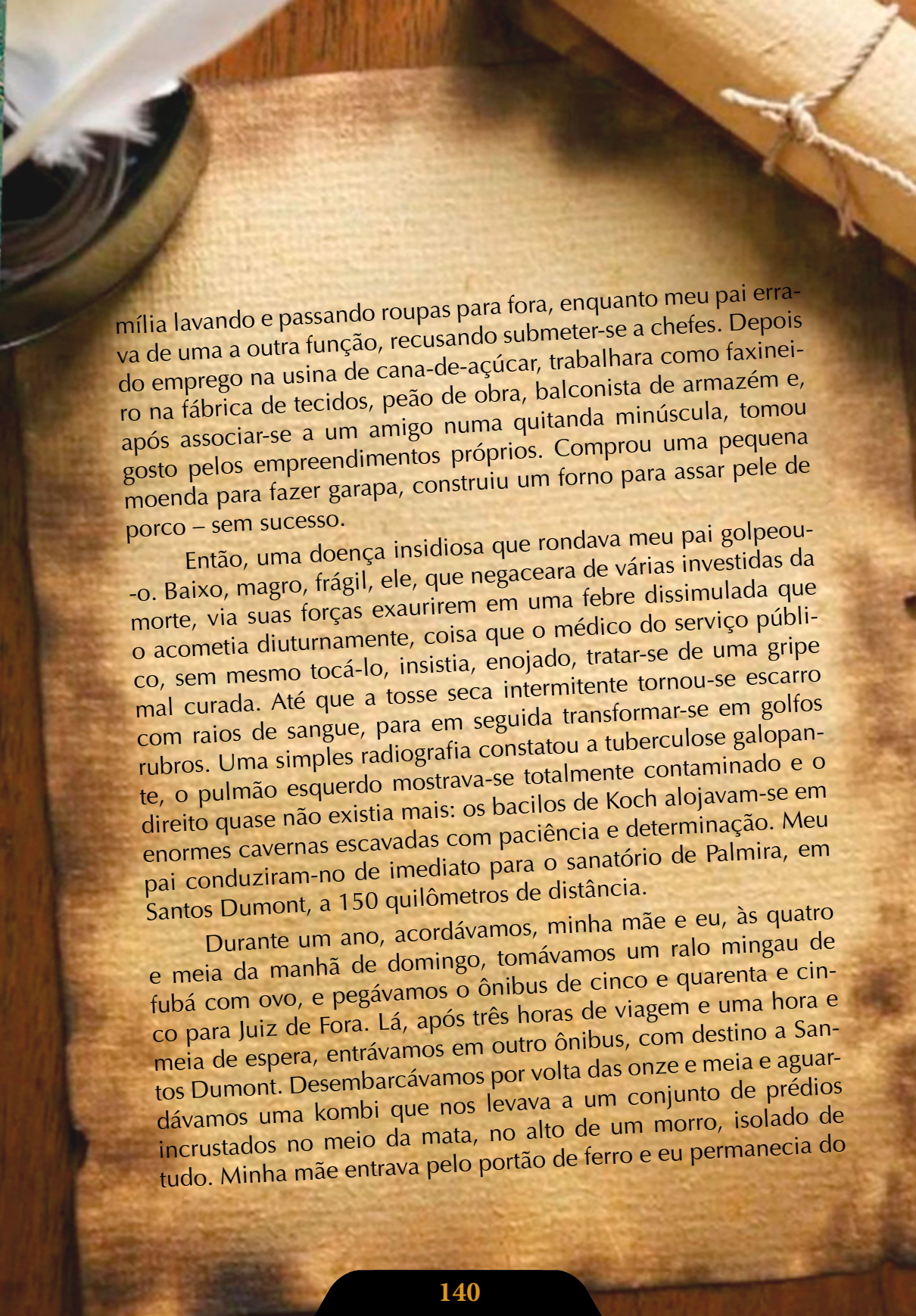
A quill pen with a dark, feathered end and a light-colored handle lies on the left side of the page. A piece of light-colored twine is tied in a knot on the right side. The background is a textured, light brown surface resembling parchment or aged paper.

na Zona da Mata de Minas Gerais para substituir a mão-de-obra escrava na lavoura de café, vivera sempre com os pais e irmãos na pequena Fazenda do Paiol, na colônia de Rodeiro. Órfão, Sebastião, filho de imigrantes portugueses, fora criado como agregado de uma família italiana, em outra colônia, Dona Eusébia. Durante um ano, ele visitara os Ruffato, até que o velho Giovanni consentiu que reunissem o que nada tinham para povoar o mundo. Cedeu, nos primeiros tempos, uma casa de pau-a-pique num canto incultivado. Logo, nasceu Célio, e o avô predisse boa fortuna para ele.

Mas Sebastião, irascível e melindroso, reclamava que o sogro o desprezava, implicava com o jeito dos cunhados, criticava as regalias dadas aos concunhados. Resolveu, por fim, ir embora. Arrastou Geni que, dilacerada por afastar-se da família, no entanto acompanhou-o, contemporizadora. Em menos de um ano e meio estiveram cuidando de mudas de laranja e limão em Dona Eusébia, morando de favor em

Guidoval, procurando trabalho em Cataguases, outra vez em Dona Eusébia. Novamente em Cataguases, Sebastião arrumou vaga na usina de cana-de-açúcar, mas mal se instalaram desgostou do encarregado. Em três semanas encontrava-se uma vez mais pronto para pegar a estrada. Esbarrou, porém, na obstinação de Geni: ali iriam permanecer até à morte.

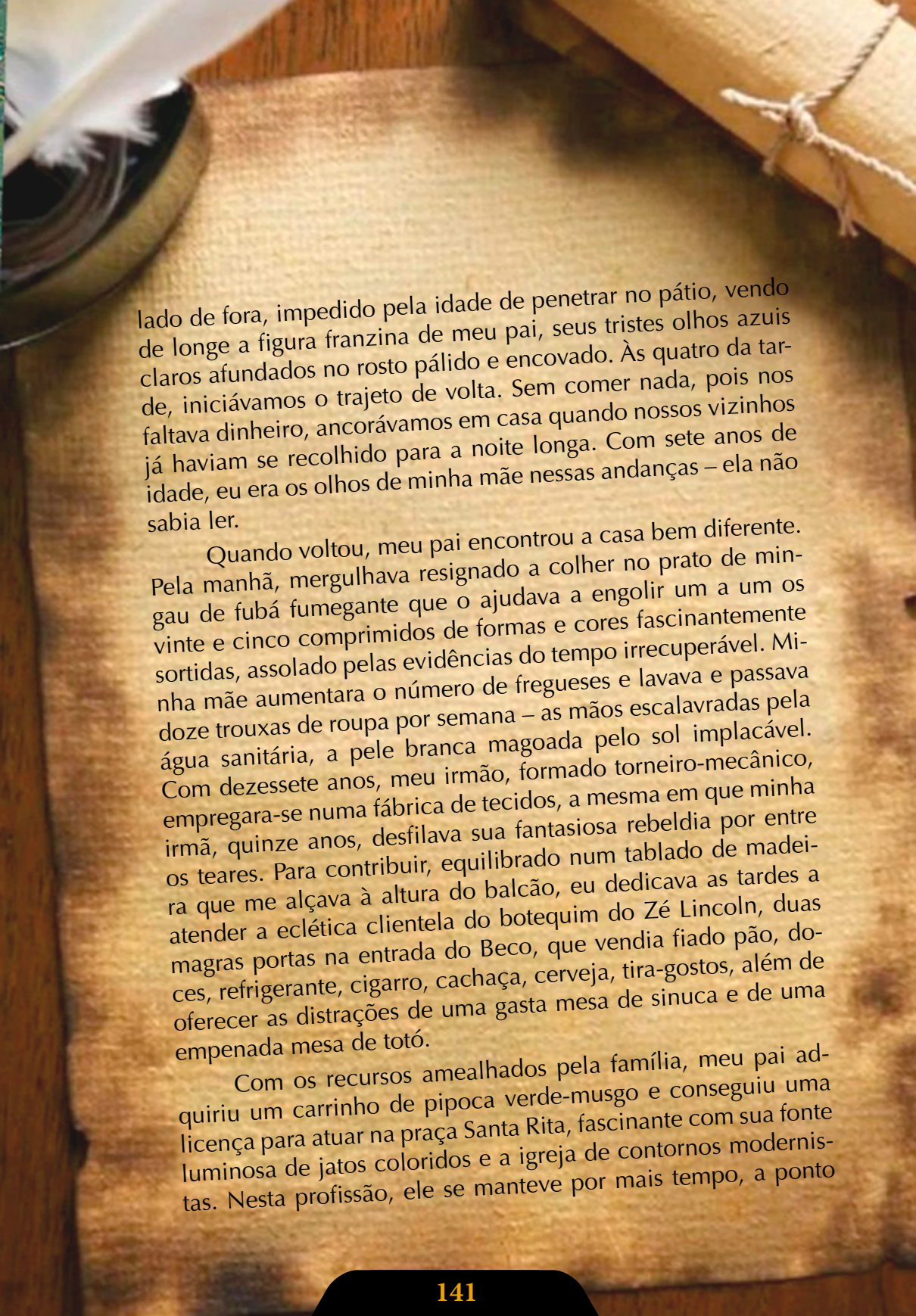
Quando nasci, oito anos mais tarde, morávamos numa modesta casa de quatro cômodos espremida entre outras num cortiço denominado Beco do Zé Lincoln, enclave pobre em um bairro de classe média. Nossos vizinhos de parede-meia eram operários, costureiras, malandros. Minha mãe sustentava a fa-

A quill pen with a dark, feathered end and a light-colored handle lies on the left side of the page. A piece of light-colored twine is tied in a knot on the right side. The background is a textured, light brown surface resembling parchment or aged paper.

mília lavando e passando roupas para fora, enquanto meu pai errava de uma a outra função, recusando submeter-se a chefes. Depois do emprego na usina de cana-de-açúcar, trabalhara como faxineiro na fábrica de tecidos, peão de obra, balconista de armazém e, após associar-se a um amigo numa quitanda minúscula, tomou gosto pelos empreendimentos próprios. Comprou uma pequena moenda para fazer garapa, construiu um forno para assar pele de porco – sem sucesso.

Então, uma doença insidiosa que rondava meu pai golpeou-o. Baixo, magro, frágil, ele, que negaceara de várias investidas da morte, via suas forças exaurirem em uma febre dissimulada que o acometia diuturnamente, coisa que o médico do serviço público, sem mesmo tocá-lo, insistia, enojado, tratar-se de uma gripe mal curada. Até que a tosse seca intermitente tornou-se escarro com raios de sangue, para em seguida transformar-se em golfos rubros. Uma simples radiografia constatou a tuberculose galopante, o pulmão esquerdo mostrava-se totalmente contaminado e o direito quase não existia mais: os bacilos de Koch alojavam-se em enormes cavernas escavadas com paciência e determinação. Meu pai conduziram-no de imediato para o sanatório de Palmira, em Santos Dumont, a 150 quilômetros de distância.

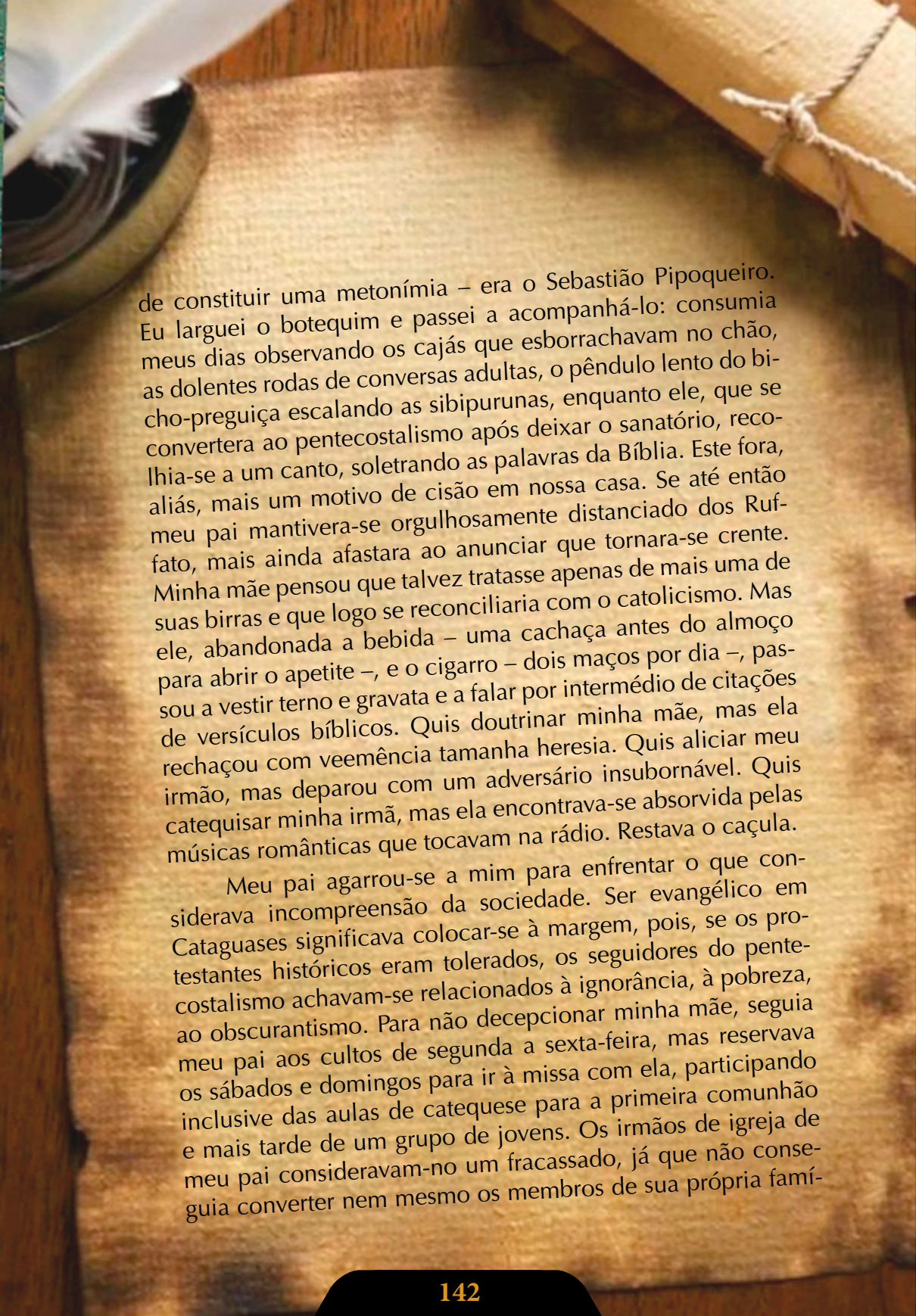
Durante um ano, acordávamos, minha mãe e eu, às quatro e meia da manhã de domingo, tomávamos um ralo mingau de fubá com ovo, e pegávamos o ônibus de cinco e quarenta e cinco para Juiz de Fora. Lá, após três horas de viagem e uma hora e meia de espera, entrávamos em outro ônibus, com destino a Santos Dumont. Desembarcávamos por volta das onze e meia e aguardávamos uma kombi que nos levava a um conjunto de prédios incrustados no meio da mata, no alto de um morro, isolado de tudo. Minha mãe entrava pelo portão de ferro e eu permanecia do

A quill pen with a dark, feathered end and a light-colored handle lies on the left side of the page. A piece of light-colored twine is tied in a knot on the right side. The background is a textured, parchment-like surface with warm, golden-brown tones.

lado de fora, impedido pela idade de penetrar no pátio, vendo de longe a figura franzina de meu pai, seus tristes olhos azuis claros afundados no rosto pálido e encovado. Às quatro da tarde, iniciávamos o trajeto de volta. Sem comer nada, pois nos faltava dinheiro, ancorávamos em casa quando nossos vizinhos já haviam se recolhido para a noite longa. Com sete anos de idade, eu era os olhos de minha mãe nessas andanças – ela não sabia ler.

Quando voltou, meu pai encontrou a casa bem diferente. Pela manhã, mergulhava resignado a colher no prato de mingau de fubá fumegante que o ajudava a engolir um a um os vinte e cinco comprimidos de formas e cores fascinantemente sortidas, assolado pelas evidências do tempo irrecuperável. Minha mãe aumentara o número de fregueses e lavava e passava doze trouxas de roupa por semana – as mãos escalavradas pela água sanitária, a pele branca magoada pelo sol implacável. Com dezessete anos, meu irmão, formado torneiro-mecânico, empregara-se numa fábrica de tecidos, a mesma em que minha irmã, quinze anos, desfilava sua fantasiosa rebeldia por entre os teares. Para contribuir, equilibrado num tablado de madeira que me alçava à altura do balcão, eu dedicava as tardes a atender a eclética clientela do botequim do Zé Lincoln, duas magras portas na entrada do Beco, que vendia fiado pão, doces, refrigerante, cigarro, cachaça, cerveja, tira-gostos, além de oferecer as distrações de uma gasta mesa de sinuca e de uma empenada mesa de totó.

Com os recursos amealhados pela família, meu pai adquiriu um carrinho de pipoca verde-musgo e conseguiu uma licença para atuar na praça Santa Rita, fascinante com sua fonte luminosa de jatos coloridos e a igreja de contornos modernistas. Nesta profissão, ele se manteve por mais tempo, a ponto



de constituir uma metonímia – era o Sebastião Pipoqueiro. Eu larguei o botequim e passei a acompanhá-lo: consumia meus dias observando os cajás que esborrachavam no chão, as dolentes rodas de conversas adultas, o pêndulo lento do bicho-preguiça escalando as sibipurunas, enquanto ele, que se convertera ao pentecostalismo após deixar o sanatório, recolhia-se a um canto, soletrando as palavras da Bíblia. Este fora, aliás, mais um motivo de cisão em nossa casa. Se até então meu pai mantivera-se orgulhosamente distanciado dos Rufatos, mais ainda afastara ao anunciar que tornara-se crente. Minha mãe pensou que talvez tratasse apenas de mais uma de suas birras e que logo se reconciliaria com o catolicismo. Mas ele, abandonada a bebida – uma cachaça antes do almoço para abrir o apetite –, e o cigarro – dois maços por dia –, passou a vestir terno e gravata e a falar por intermédio de citações de versículos bíblicos. Quis doutrinar minha mãe, mas ela rechaçou com veemência tamanha heresia. Quis aliciar meu irmão, mas deparou com um adversário insubornável. Quis catequisar minha irmã, mas ela encontrava-se absorvida pelas músicas românticas que tocavam na rádio. Restava o caçula.

Meu pai agarrou-se a mim para enfrentar o que considerava incompreensão da sociedade. Ser evangélico em Cataguases significava colocar-se à margem, pois, se os protestantes históricos eram tolerados, os seguidores do pentecostalismo achavam-se relacionados à ignorância, à pobreza, ao obscurantismo. Para não decepcionar minha mãe, seguia meu pai aos cultos de segunda a sexta-feira, mas reservava os sábados e domingos para ir à missa com ela, participando inclusive das aulas de catequese para a primeira comunhão e mais tarde de um grupo de jovens. Os irmãos de igreja de meu pai consideravam-no um fracassado, já que não conseguia converter nem mesmo os membros de sua própria família.

lia. E não acreditavam na sinceridade do meu empenho conciliatório – viam-me apenas como um pequeno hipócrita.

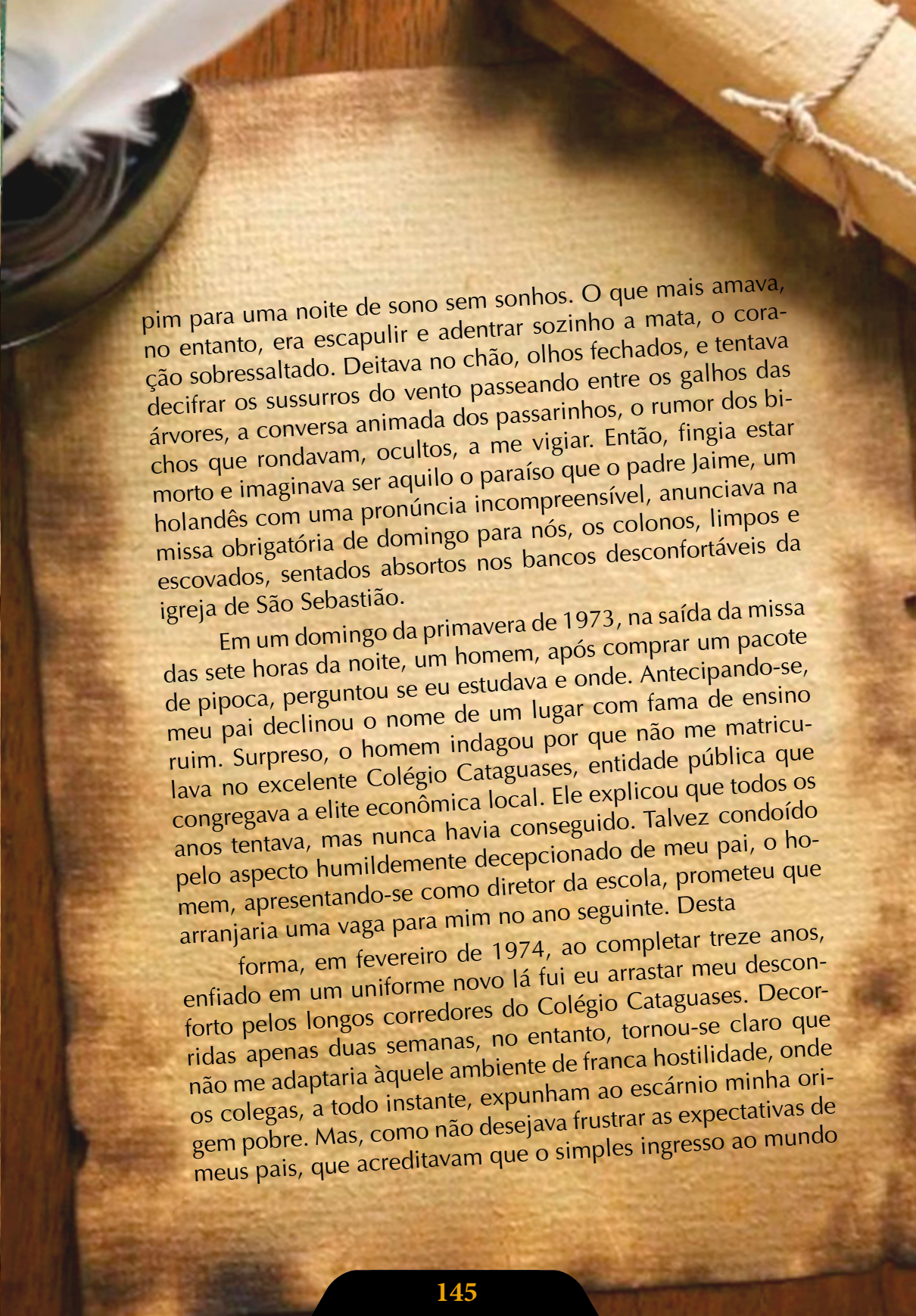
Na escola, não me destacava nem pelas notas boas nem pelas ruins: um aluno mediano. Os professores elogiavam o capricho dos cadernos, o comportamento adequado, o coleguismo, a higiene pessoal – não a inteligência. Minha curiosidade vagava pelas coisas do mundo de maneira difusa: interessava-me pelas válvulas do rádio e pelas pessoas que desapareciam; encantava-me com as cores dos passarinhos e com o enxame de operários invadindo as ruas com suas bicicletas; assombravam-me o fim trágico dos habitantes de Pompéia e a história do porco fantasma contada por meu pai; enterneciam-me o barulho da chuva no telhado e o rosto melancólico da minha mãe; surpreendiam-me o resultado das contas de matemática e o nascimento das frutas e legumes; espantavam-me as corredeiras do rio Pomba, a moça que se matou com um tiro no ouvido, as estrelas que latejavam no céu, as imagens fugidias na televisão, os gritos da vizinha apanhando do marido, a estimativa dos anos que me faltavam viver...

Pouco a pouco descobria o prazer da solidão e do silêncio. Tímido, preferia explorar os mistérios guardados sob a cama ou dentro do guarda-roupa, ouvindo distantes barulhos que buscava adivinhar, vozes no quaradouro, latidos, tosses, um programa de rádio, que imiscuir-me nas brutas brincadeiras dos meninos da minha idade. Todas as férias, as pequenas, de julho, e as grandes, do verão, minha mãe colocava-me no ônibus e recomendava ao motorista, Marote, um italiano baixo e impaciente, que me deixasse em Rodeiro, onde algum parente me esperava. Às vezes, vencíamos de charrete a distância de uma légua até à Fazenda do Paiol; às vezes a percorríamos a pé atravessando campos cultivados de arroz ou fumo e pastos pontilhados de vacas. Mas, obrigatoriamente, passá-

vamos antes na padaria do Giácomo Paro e comprávamos fatias de caçarola, que devorávamos pelo caminho.

Aguardava ansioso esse momento, que inaugurava parênteses em minha existência, como se meu corpo abrigasse duas personalidades distintas. Uma, o menino de Cataguases, melancólico, arredio, que vivia num lugar úmido e abafado, submerso em muda pobreza e surda violência. Um menino que estranhava a distinção entre os moradores do Beco e os habitantes das vizinhanças, refestelados em suas amplas residências, aparelhadas com geladeiras, televisores, ventiladores, enceradeiras, telefones, formosos em suas roupas bonitas e confortáveis, intrépidos em seus automóveis – e que nos tratavam com um misto de desprezo e receio. Esses rostos que vislumbrava nas ruas quando invisível percorria a cidade conduzindo enormes trouxas de roupa na garupeira da bicicleta, ávido por voltar para casa e encerrar-me entre as paredes, os olhos castanho-claros de minha mãe afagando minha cabeça loura, a voz rouca do meu pai construindo fantasias, as mãos finas de minha irmã guiando as minhas em desenhos de letras e números, o corpo esguio de meu irmão debruçado à mesa a estudar mecânicas.

O outro menino aflorava na Fazenda do Paiol, igual entre iguais. Havia fartura de comida, de afeto, de luz, de liberdade. Dormíamos em quartos arejados, o sol nos despertava com um naco generoso de piada e uma caneca cheia de café com leite. Passávamos o dia na lida, capinando as ruas entre os pés de milho e de fumo, pastoreando o gado, aguando a horta, alimentando as galinhas e os patos e os peixes, colhendo frutas no pomar. No fim da tarde, íamos jogar futebol. À noite, após a janta, agarrávamos no truco até que, exausto, um a um caíamos nos colchões de ca-

A quill pen with a dark, feathered tip and a light-colored handle is positioned in the upper left corner. A piece of light-colored twine is tied in a knot in the upper right corner. The background is a textured, light brown surface resembling parchment or aged paper.

pim para uma noite de sono sem sonhos. O que mais amava, no entanto, era escapular e adentrar sozinho a mata, o coração sobressaltado. Deitava no chão, olhos fechados, e tentava decifrar os sussurros do vento passeando entre os galhos das árvores, a conversa animada dos passarinhos, o rumor dos bichos que rondavam, ocultos, a me vigiar. Então, fingia estar morto e imaginava ser aquilo o paraíso que o padre Jaime, um holandês com uma pronúncia incompreensível, anunciava na missa obrigatória de domingo para nós, os colonos, limpos e escovados, sentados absortos nos bancos desconfortáveis da igreja de São Sebastião.

Em um domingo da primavera de 1973, na saída da missa das sete horas da noite, um homem, após comprar um pacote de pipoca, perguntou se eu estudava e onde. Antecipando-se, meu pai declinou o nome de um lugar com fama de ensino ruim. Surpreso, o homem indagou por que não me matriculava no excelente Colégio Cataguases, entidade pública que congregava a elite econômica local. Ele explicou que todos os anos tentava, mas nunca havia conseguido. Talvez condoído pelo aspecto humildemente decepcionado de meu pai, o homem, apresentando-se como diretor da escola, prometeu que arranjaría uma vaga para mim no ano seguinte. Desta

forma, em fevereiro de 1974, ao completar treze anos, enfiado em um uniforme novo lá fui eu arrastar meu desconforto pelos longos corredores do Colégio Cataguases. Decorridas apenas duas semanas, no entanto, tornou-se claro que não me adaptaria àquele ambiente de franca hostilidade, onde os colegas, a todo instante, expunham ao escárnio minha origem pobre. Mas, como não desejava frustrar as expectativas de meus pais, que acreditavam que o simples ingresso ao mundo

de pessoas melhor situadas financeiramente me garantiria um futuro mais satisfatório, tentei tornar-me invisível.

Deslizando acuado rente às paredes da escola, descobri, sem querer, um enorme salão vazio e silencioso que passei a frequentar. Ao me observar sempre por ali, quieto, sem nada dizer, a mulher de óculos e coque que permanecia sozinha atrás de um longo balcão, rodeada de livros, pensou que eu quisesse fazer um empréstimo, mas que, por algum motivo, timidez talvez, não tivesse coragem de me dirigir a ela. Tomando a iniciativa, ela me chamou, colheu alguns dados, preencheu uma ficha, colocou um livro em minha mão e disse: "Leia e devolva daqui a cinco dias". Em pânico, não contestei. Enrubescido, peguei a brochura, coloquei na pasta e deixei rapidamente a biblioteca. Quando cheguei em casa, meu pai questionou que objeto era aquele. Sem graça, respondi: "Um negócio que a moça lá do colégio me deu... Ela falou pra eu ler e devolver". Ele: "Se ela falou pra ler e devolver, leia e devolva!" Logo depois do almoço, peguei desconfiado o livro, deitei no cimento amarelo que recobria o chão da pequena varanda, e sob um céu azulíssimo, sem nuvens, descortinei a primeira página. Tempos depois, ao fechar o volume, tudo à minha volta pareceu subitamente diferente. Eu rodava com minha bicicleta sobre os mesmos paralelepípedos transportando as trouxas de roupa que minha mãe lavava e passava, mas já em meu rosto roçava o vento de outras latitudes. Eu mirava as pessoas com quem cruzava nas ruas e para além dos corpos mal vestidos enxergava a tristeza de quem batia cartão pela manhã ainda com migalhas de sonhos espalhadas pelas roupas. Atormentado,

eu me via caminhando com as meninas e os meninos da minha idade rumo às tecelagens, que roubariam o melhor da nossa juventude, devolvendo-nos mulheres e homens amargos e infelizes. Eu compreendia agora com nitidez a injustiça do mundo, dividido entre os que vão ser alguma coisa na vida e os que nem na lápide dos cemitérios terão seus nomes inscritos.

Dois dias depois, depusitei o livro sobre o balcão e a bibliotecária indagou: "Você o leu, menino?" Eu: "Sim, senhora". Ela, feliz, virando-se para a estante, colheu outro, falou: "Leve este!". Eu consumi todos os títulos que ela, cada vez mais impressionada com minha voracidade, me impingia. Terminado o ano letivo, inadaptado, deixei o Colégio Cataguases, empreguei-me como operário numa fábrica de algodão hidrófilo e voltei a estudar à noite na escola ruim de onde provinha. Mas eu não era mais um menino invisível.



MIL FACES SECRETAS

EXPERIÊNCIA E INGENUIDADE, UMA CONTRADIÇÃO QUE FORMA BONS LEITORES¹

por Cezar Tridapalli

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces
secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?
Procura da poesia, de Carlos Drummond de Andrade*

Somos o que somos um tanto por fatores genéticos, mas muito devido aos encontros que nos afetaram na vida. Podemos chamar isso de experiência.

É tanta coisa que se passa no mundo, basta abrir um portal de variedades ou a *timeline* de uma rede social e ver atentados e massacres, resultados da última rodada do brasileiro, um novo modelo de carro, a nova namorada do galã, a propaganda de um político, mortos em uma pandemia, guerras imparáveis etc (e bota et cetera nisso). Sim, muita coisa se passa no mundo, mas *experiência* é aquilo que se passa em nós e nos afeta a ponto de nos modificar (etimologicamente, *experiência* flerta com perigo, travessia, passagem mais além). Pense no que você era. Quanto se transformou? Quantos ganhos, quantas perdas. O tempo, lentamente, forja a chave de que fala Drummond. Então onde mora o sentido quando falamos de um texto literário? No texto somente? Todos retiramos dele a mesma significação? Não é assim. De uma obra o

¹ Artigo originalmente publicado no segundo volume de Desassossegos, em maio de 2019.

leitor não apenas *retira* os sentidos, mas também os *coloca*. Quanto maior a experiência (dentro da noção aqui proposta) do leitor, mais esse texto pode ter a dizer. Para o leitor, acaba sendo uma leitura de si mesmo. Embora não seja regra, talvez isso explique por que obras clássicas não nos despertam interesse quando temos quinze anos e depois, mais velhos, elas se tornam admiráveis.

Se a experiência pode nos tornar mais receptivos às obras porque temos mais chaves para abrir as palavras e trançar com elas significações muito próprias, curiosamente o contrário também pode acontecer, quando ficamos, à medida que os anos passam, mais casmurros, ranzinzas, mais fechados à experiência e com menos escuta para a voz da diferença. Não à toa, muitos poetas buscam resgatar um olhar infantil:

Arnaldo Antunes:

O escuro é a metade da zebra

Guimarães Rosa:

O nada é uma faca sem cabo da qual se tirou a lâmina

José Paulo Paes:

Caveira: a cara da gente quando a gente não for mais gente

Excelente: lente muito boa

Forro: o lado de fora do lado de dentro

Isca: Cavalo de Troia para peixe

Rei: cara que ganhou coroa

Zebra: bicho que tomou sol atrás das grades

Então, se primeiro eu enchi a bola do mundo adulto, valorizei nossas feridas e grandes encontros transformados em experiência, valorizei a dor e a delícia do que nos fez ser o que somos, agora é a vez de valorizar o olhar infantil, ainda desautomatizado, ainda com um quê de inaugural para as coisas do mundo. E a literatura passa a ser um modo muito potente de nos dar novos olhos para enxergarmos o tantas vezes visto. Quem aceita o jogo, pode se surpreender com uma porosidade restaurada no jeito de ver e

ser, deixando entrar outro ar, outra respiração. Trata-se de uma espécie de ingenuidade informada, que acolhe a novidade do olhar proposto e põe na mesma roda de conversa os padrões enrijecidos e o frescor da reproposição. Quem não aceita o jogo, fecha o livro e se fecha.

Existe uma linguagem que quer nos conduzir: “o álcool faz mal à saúde” nos conduz a um entendimento único. Uma bula de remédio também, e é bom que seja assim. Mas

*A tarde talvez fosse azul
Não houvesse tantos desejos
(...)
Eu não devia te dizer
Mas essa lua
Mas esse conhaque
Botam a gente comovido como o diabo*

é um trecho do *Poema de sete faces*, do Drummond, em que ele também fala de álcool, só que nele a *condução* abre espaço para a *sedução* (e sedução é desviar o caminho da condução). Sem buscar entendimento único, deixa o leitor navegando e construindo os próprios portos de sentido. As definições de Arnaldo Antunes, Guimarães Rosa e José Paulo Paes, brincando de dicionário, têm claramente esse propósito de seduzir, de sair do convencional, romper visões de mundo áridas e unívocas.

O escritor português José Saramago, em entrevista para o documentário *Janela da Alma*, conta que sempre ia ao Teatro de Lisboa e se sentava na mesma poltrona, de onde admirava a beleza do palco. Certa vez, convidado a ir até o camarim, viu o mesmo palco de outra perspectiva e descobriu poeira e teias de aranha atrás da boca de cena. E conclui, de modo belíssimo: “para se conhecer as coisas, é preciso dar-lhes a volta, dar-lhes a volta toda”.

O frescor do olhar e a disposição para o movimento (dar a volta nas coisas e mover-se com elas, isto é, comover-se) é extremamente criador de sentidos insuspeitados. A Estética, como disciplina da Filosofia que trata do Belo na Arte, aliás, vem daí: da

capacidade de nos despertar os sentidos: estesia vai gerar estética. A ausência de estesia, ou seja, o desmaio dos sentidos, vai gerar a anestesia, o amortecimento.

Se esse “Mas essa lua / Mas esse conhaque / Botam a gente comovido como o diabo” já tem um potencial sedutor, mesmo usando uma linguagem mais direta (talvez quem já tenha olhado a lua com um copo de qualquer coisa alcoólica na mão consiga montar uma imagem bem sua), há obras que propositalmente buscam imagens novas para avivar os sentidos. Veja a diferença entre “Ela era tagarela e chata” para: “As conversas que ela começava pareciam madeira verde, soltavam fumaça mas não pegavam fogo” (Truman Capote, em *Bonequinha de luxo*).

“Ela estava plenamente satisfeita com o dia que teve” terá muito mais força se escrito assim: “Eu, por mim, poderia partir deste mundo com o dia de hoje nos olhos” (Truman Capote, em “Memória de um Natal”).

Um texto sedutor espera sempre pela intervenção criativa do leitor, para que se desvie junto com ele. O texto literário – e isso é elogio, não crítica – é uma “máquina preguiçosa” (a expressão é de Umberto Eco), que precisa do trabalho do leitor. Por isso há diálogo: porque existe um texto provocador, que não encerra uma significação única.

Isso tudo lembra aquela pergunta terrível que nos faziam na escola: o que o autor quis dizer? Ora, vai perguntar para o Shakespeare o que ele quis dizer? Se ele já morreu, acabou então a obra? Claro que não, ela continua reverberando porque obra e leitor estão aí conversando, um perguntando e respondendo coisas para o outro.

Por tudo isso que leitura e literatura são jogos de sedução, convocam-nos para deslocamentos e fissuras no universo simbólico instaurado. Ou, nas palavras de Jacques Rancière, a arte consegue “modificar as balizas do que é visível e enunciável e fazer ver o que não era visto (...) com o objetivo de produzir rupturas no tecido sensível das percepções e na dinâmica dos afetos”.

De tudo isso nasce a sensibilidade e se forma um ciclo virtuoso: quanto mais me alimento de ficção, mais me coloco em lugar de escuta e aguçoo minha sensibilidade. E, quanto mais sensível eu for, mais a literatura será capaz de me abrir os sentidos para as tantas vozes do mundo.

>>> *Indicação de Filme*



Janela da Alma (documentário, 2004), com direção de João Jardim e Walter Carvalho. Disponível no Youtube: [Janela da Alma - Documentário - legenda PT-BR](#)

POESIA PARA INICIANTE¹

por Daniel José Gonçalves

*Vadie na relva comigo.... solte o nó da garganta,
Nada de palavras música rima alguma.... nem bons-costumes ou sermões,
nem mesmo os melhores,
Só quero sua calma, o zunzum de sua voz valvulada.*

Folhas de Relva, Walt Whitman

Existe certa mística em torno da ideia de poesia. Jorge Luis Borges identifica o nascimento da poesia com o primeiro som humano produzido intencionalmente para criar determinado significado. A ideia de que a poesia nasce com a palavra primordial corrobora a perspectiva que a identifica como detentora da última palavra: o momento único em que *palavra* e *objeto* se confundiriam sem margens para reflexões. Por outro lado, para Carlos Drummond de Andrade a poesia é participação, pois ela *participa* da vida das pessoas e dos ideais do tempo presente, com um apetite sempre renovado e desconfiado sobre tudo, se aproximando e se distanciando da realidade para enxergar melhor seus contornos e idiossincrasias. Mas a poesia também é trabalho. João Cabral de Melo Neto recusava a possibilidade do sonho no fazer poético, entendendo que a poesia decorre do trabalho diligente do poeta diante de determinada matéria. Entretanto, se se pergunta a uma plateia como a poesia poderia ser definida, certamente a maioria optaria por dizer que poesia é sentimento. Isso para não falar daquelas situações em que dizemos, por exemplo, que uma frase ou uma paisagem é poética, ou sobre a diferença entre poema e poesia, um tema do qual os críticos, muito sabiamente,

¹ Artigo originalmente publicado no terceiro volume de Desassossegos, em outubro de 2019, com o título *Convite à poesia*.

saem pela tangente, afirmando que o poema é obra, artefato, e a poesia, bem, digamos que a poesia é vida. Por isso, não é de se estranhar que a escritora americana Elizabeth Bishop, em uma de suas cartas, tenha dito: “sempre achei que escrevo poesia mais *não* escrevendo do que escrevendo.”

Acrescentemos outro elemento: quem é esse sujeito que escreve tais textos e se diz *poeta*? Em torno dele se construíram mitos que o colocam entre a total inutilidade - um vagabundo, afinal Platão o expulsou da República - ou o colocam num pedestal, no sublime, detentor do inexprimível e do insondável, devido à sua voz oracular e linguagem alta - portanto, aos poetas seria permitido dizer/saber aquilo que o “homem comum” jamais saberia.

Somente em territórios instáveis é possível levantar mitos.

E essa instabilidade talvez torne a poesia carrasco e vítima de si mesma, aproximando e afastando leitores que a acham difícil demais, hermética, bobinha, chata ou até mesmo a compreendam como aquela voz que traduz um sentimento ou sensação que o sujeito não havia sequer nomeado. E talvez essa mesma mística faça com que muitas pessoas se entreguem à escrita de tais textos. Como professor, volta e meia atendo estudantes ansiosos para que eu leia seus poemas - aliás, eu mesmo já fui um desses estudantes ansiosos. E é fácil perceber: naqueles textos há uma entrega tão íntima e sensível que complica qualquer conselho. Eles ainda não aprenderam com Fernando Pessoa que o poeta não passa de um fingidor. O melhor conselho é sempre o mesmo, o qual, aliás, eu mesmo recebi: “leia poesia” - afinal, existe uma máxima que diz que há mais poetas do que leitores de poesia.

Sendo assim, arrisco uma definição para orientar quem quer se iniciar nesse território: poesia é voz. Afinal, o que faz com que muitos, jovens ou não, a despeito das diversas possibilidades de entretenimento existentes, ainda procurem a poesia? Arrisco a dizer que é ter uma voz. Ser ouvido acima da algaravia cotidiana. Posicionar-se para além dos ideais e ações rotineiros. Buscar dizer aquilo que sente do mundo, sejam injustiças, sejam sabores ou dissabores. Tomar para si o direito de ser ouvido e o direito de dizer. Explicar. Confessar. Revelar. Reclamar. Brigar. Gritar. Chorar. Convidar. Mas, sobretudo, assumir para si o dizer de tudo isso. A

outra ponta da equação, o leitor, também busca sua voz por meio da poesia. Como coloca Henry Miller acerca do poeta francês Arthur Rimbaud, “a liberdade se acha ligada à diferenciação”. Assim, tomar a palavra do poeta para si, dá ao sujeito a liberdade de buscar sua própria voz e, portanto, buscar sua diferenciação. Atitude absolutamente revolucionária em qualquer tempo, em qualquer lugar.

E ser diferente, é ser marginal. Se se está no centro, se é igual a todo mundo. Eis que a poesia está à margem dos estudos sobre literatura, são os livros menos lucrativos e com menores tiragens do mercado editorial, tem os menores espaços nas prateleiras das bibliotecas e livrarias (quase sempre num canto, difícil de achar) e foi vulgarizada muito facilmente como recadinhos moralizantes ou de autoajuda nas Redes Sociais.

Mas por ser voz, a poesia é espaço de insubordinação e coragem, como defende o crítico Antonio Carlos Secchin. Insubordinação à língua, aos mitos, às convenções, à moral, à ordem, à literatura... Insubordinação erigida em metáforas, caminho próprio da mística poética, pois abre trilhas onde parecia haver apenas pavimentação. Coragem, porque se é marginal quando sua liberdade é estar preso ao questionamento das coisas, não se aliando a qualquer lado. Por isso, Drummond pôde virar às costas à Máquina do Mundo, que lhe queria revelar todos os segredos do céu e da terra; e Rimbaud injuriou a beleza, mesmo depois de tê-la feito sentar-se em seu colo; e Murilo Mendes revelou ter nascido para assistir ao fim do mundo; ou, ainda, Meimei Bastos tenha sido capaz de convocar seus cachos armados para combater injustiças; e Dante atravessou o inferno e o purgatório pelo fato de achar-se perdido no meio do caminho da vida. Há sempre um “não” implícito na palavra do poeta, como aquele que aprendeu o *Operário em Construção* de Vinicius de Moraes. Mas, ainda assim, a palavra do poeta é sempre um convite.

Aceitemos o convite. Neste espaço estamos todos convocados a falar, a levantar a voz, a ouvir e dizer, vadiando na melhor acepção da palavra.

>>> Indicações de Leitura



A hora dos assassinos, de Henry Miller, é uma obra que relaciona arte e vida em muitos aspectos. Ao tratar de Arthur Rimbaud, Miller oferece uma análise da obra e vida desse poeta, relacionando-a à sua própria vida e arte, mostrando como a poesia pode ser emancipadora.



Cartas a um jovem poeta consiste numa compilação de cartas que o jovem Franz Kappus trocou com o poeta alemão Rainer Maria Rilke. Kappus pediu conselhos de escrita a Rilke que, gentilmente, lhe enviou respostas que são mais do que conselhos a um jovem poeta, pois aliam vida e arte numa comunhão inseparável.

UTOPIA/DISTOPIA EM HUXLEY E A PREVISÃO DO CAPITALISMO SELVAGEM¹

por Paulo Venturelli

Incio minha reflexão² sobre *Admirável mundo novo* (AMN) contando as duas experiências vividas na leitura deste livro: em 1976, quando ainda jovem, li o romance durante uma viagem de 9 dias, na base de caronas, a Salvador. Lógico que este não era o ambiente adequado para se ler uma obra de tal complexidade. Por isso, várias questões me passaram despercebidas e a impressão que ficou era apenas a de um livro futurista. Agora, relendo a criação de Huxley para esta fala, fiquei perplexo com o quanto de antecipação há nela. Mais amadurecido, com muito mais estradas trilhadas, minha visão de mundo se tornou mais percuciente. Ao lado disto, a sociedade e suas histórias sofreram muitas modificações que me permitem concluir o óbvio: este livro previu uma série infinita de acontecimentos que hoje são fatos concretos à nossa volta. O que mais me chamou a atenção foi a dificuldade, se não a impossibilidade de ser/pensar com autonomia num Estado totalitário, questão esta encarnada no personagem Bernard. A releitura atual me levou a muitas reflexões das quais seleciono uma ou outra, dado o tempo exíguo do qual disponho. Do *Admirável* podem se retirar uma paleta de teses. Puxo uns fios de meada só para abrir discussões no final de minha apresentação.

Mais que um livro futurista, é um profundo estudo sociológico e psicológico em que se ressalta o papel de uma felicidade embalada

¹ Artigo originalmente publicado no quarto volume de Desassossegos, em maio de 2020.

² Texto originalmente escrito para uma palestra em comemoração ao dia dos professores, de outubro de 2019.

por droga alienante e, neste ponto, avulta a figura de Bernard: ele não dá o pescoço a canga, ele apresenta traços de autenticidade, tem emoções contraditórias das quais não foge (pelo menos nas cenas iniciais de sua trajetória), não é só um profissional-robô, é um humano bastante próximo de nossa experiência: ele convive com frustrações, com fissuras, se auto-questiona. É, na sua conjuntura, um homem do limiar, um homem em crise, um homem do vir-a-ser, um homem que não coincide consigo próprio, segundo a visão de Bakhtin sobre personagens de Dostoiévski. Inquieto em meio ao rebanho de bovinos vitaminados pelo *soma*, ele põe a cabeça de fora e não por acaso sofre suas penalidades no final.

Quem leu o romance deve ter percebido que o narrador nos joga de chofre no seu universo, sem nos dar qualquer explicação sobre tantos elementos *estranhos* que vamos encontrando ao longo das páginas. Não somos preparados para o admirável mundo novo que nos apanha pela garganta e por pouco não nos sufoca. O narrador, com sua frieza característica e até certa tranquilidade, faz desfilar diante de nós nomes e cargos, funções e técnicas, nomenclaturas e seres que nos causam perplexidade. Ele, o narrador, tem consciência disto – ele quer nos causar um choque existencial e intelectual que nos tire de nossa rotina, de nossa zona de conforto para nos forçar a mudar as *chaves* de nosso raciocínio habitual e assim entrarmos nesse futuro aterrador que em primeira mão é absurdo e logo perdemos esta moldura para entender: *AMN* é uma sátira cruel sobre o mundo de hoje. Aquilo que nos anos 30 do século passado era uma sombria metáfora, hoje está estabelecido no nosso cotidiano, sem perder o laivo desumano de tudo o que no livro é narrado. Vejamos: como aquelas *pessoas* aceitam o trabalho forçado, mecânico, a função condicionada de fazer todo dia a mesma tarefa? Qual a diferença disso em relação ao mundo do trabalho que se estende hoje pelo mundo? A maioria das *pessoas trabalha* em postos que detesta, trabalha apenas pelo salário, um salário que é *torrado* em prestações e consumos inúteis. Para ganhar o que se ganha no Brasil, só para dar um exemplo, bastaria uma jornada de quarenta minutos por dia. No entanto, todo mundo se esgota por oito horas diárias. Como se consegue que as *pessoas* aceitem esta condição, sem protestar, sem lutar por seus direitos? Sabemos como: a maior vitória da burguesia foi incutir em

nossas cabeças que *isto que vivemos hoje* é a vida, não apenas um modo (capitalista) de viver a vida. Outro mundo é possível, sim. Mas desde cedo somos condicionados a aceitar esta via de escravidão como a mais adequada, a correta, sobretudo porque *esta vida* é o que é *por vontade de deus*. A burguesia conseguiu lavrar nossas mentes como canteiros a receber as sementes que ela, burguesia, planta em nós: Cristo sofreu, eu também devo sofrer e assim garanto o céu. Percebam: todas as religiões pregam a existência de um paraíso pós-morte – enquanto sonhamos com ele, não percebemos as manipulações que sofremos, a vida que perdemos, o desfrute que nos é negado desta mesma vida, enquanto as *elites* vivem no bom e melhor a partir de nosso suor e nosso sangue. Um operário ganha o suficiente para não morrer de fome e poder se reproduzir para garantir mais mão de obra barata, segundo Marx. Qual a diferença deste quadro com aquele pintado por Huxley? Por que se fala tanto em *empreendedorismo* hoje em dia? Certas pessoas perceberam que no capitalismo quem trabalha não enriquece, que é objetivo de qualquer função exercida por nós. No capitalismo só enriquece quem explora o trabalho alheio. Tais maquinações são expostas no romance – ou o que são aqueles *administradores ridículos*, com suas ordens e seu poder sobre a massa constituída de criaturas sem personalidade própria, criadas a partir de *bocais*, literalmente sem pai nem mãe?

Qual é o objetivo da sociedade que Huxley nos entrega? A felicidade irretocável, seres submissos, artificialmente induzidos a comportamentos que garantem tal felicidade, seres sem lacunas, sem frinchas, sem sombras, o que num primeiro instante parece o ideal ou o sonho de todos nós. Só que esta felicidade é plastificada, envolta em carapaças que a tornam um teatro de ações vazias, em que os sujeitos não têm personalidade autêntica, são teleguiados, para simplificar a densidade dos problemas, não apresentam conteúdo, em suma, são meros bonecos programados a pensar/agir do modo que os *administradores* querem. Noutro tom: estes seres estão manietados por um Estado absolutista, totalitário, ideologicamente cimentado por objetivos que a todos são impostos, sem espaço para a contradição, o livre pensar, o florescer individual. Em nome de uma comunidade *feliz*, todos são anulados, acachapados num trilho e num trabalho dos quais não possuem a mínima consciência. Vida robotizada, sexo ro-

botizado, gozo programado e induzido, compulsão pelo *soma* que a todo instante fecha as feridas que ameaçam abrir-se, ou seja, qualquer hipótese de pensamento é abortada pela equívoca tranquilidade que a droga oferece, pelo estéril consolo, fruto de uma droga fornecida por um Estado que rejeita qualquer tipo de contestação – para usar um chavão, é a paz dos cemitérios. Ao longo da História recente vimos e vemos muitos Estados com esta feição, não é preciso citá-los. Mas, precisamos abrir os olhos para a atual situação do Brasil: polarização criada por um presidente³ que se vale dela para se sustentar num poder alcançado por meios ilícitos, perseguição às universidades, à pesquisa de qualquer natureza, perseguição implacável às artes, às culturas mais diversas, favorecimento de grupos condizentes com o pensamento único que este grupo de primatas beócios tenta implantar por meio de uma teocracia capenga que seria risível, não fosse trágica. Nuccio Ordine, em seu estudo *A utilidade do inútil*, assevera: “o direito de ter direitos (...) se tornou de fato, subordinado ao domínio do mercado, com o risco progressivo de se cancelar qualquer forma de respeito às pessoas. Transformando os seres humanos em mercadoria e dinheiro, esse mecanismo econômico perverso deu vida a um monstro impiedoso e apátrida, que acabará por negar às futuras gerações qualquer forma de esperança.” Só para ilustrar esta afirmação: o que são as tais reformas deste desgoverno? Elas são apreoadas como um bem aos brasileiros quando poucos sabem que elas atendem aos interesses do mercado: empresários, banqueiros, agro-negócio. Ou como coloca com brilhantismo Marx em seu *Miséria da filosofia*: “o cinismo está na realidade das coisas e não nas palavras que expressam essa realidade.” Em suma, o Estado pérfido e desumano que nos oprime é extensão patética daquilo que Huxley escreveu há quase um século.

Afinal, quem é Aldous Huxley? Ele nasceu na Inglaterra em 1894 e faleceu nos Estados Unidos em 1963. Tinha como modelo literário o escritor Jonathan Swift, autor de *As viagens de Gulliver*. Mas, segundo alguns críticos, nunca alcançou a grandeza deste romance. Satirizou a burguesia norte-americana que acreditava no progresso técnico, nos avanços da educação e no futuro que a civilização deixava entrever. E

³ A referência neste parágrafo é o presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018, e algumas ações de seu governo.

AMN é uma mostra disto: como a técnica sem humanização pode ser distorcida; como a educação sem objetivos críticos torna-se lavagem cerebral, manietando todos num senso comum que despreza o pensamento, a análise, o contraditório, realidade que vivemos hoje em nosso país, com as intenções nebulosas que comandam o Ministério da Educação⁴ a se esforçar para a eliminação de qualquer consciência, na tentativa de tornar tábula rasa todos os avanços obtidos. É só pensar na estupidez de expulsar de nossas escolas a pedagogia de Paulo Freire; como o futuro está anulado para as novas gerações, em especial as das periferias, uma vez que tudo está sendo enfeixado num proselitismo das igrejas pentecostais? *AMN* evidencia a linha de argumentação de Huxley, no sentido de revelar que não há como conter a energia animal e primitiva que se oculta na mente dos personagens siderados por prazeres imediatos (José Onofre). A liberalidade sexual estampada no romance não é nem liberalidade nem sexo. Não passam de uma compulsão à promiscuidade. O sexo ali perdeu o caráter de encontro, de diálogo, de fusão com o outro e tornou-se uma armadilha de consumo e egoísmo: um arranca prazer do outro e para sanar o vazio que tal atitude provoca, muita ingestão de *soma*. Esta sexualidade é o que grande parte de nós vive nos tempos que correm. Sexo tornou-se um comportamento olímpico: todos *pegam* todos, para depois contar a tal *pegação*, como um atleta ostenta suas medalhas conquistadas em eventos esportivos (Zygmunt Bauman).

Huxley viveu a tensão entre o observador racional e o artista intuitivo. Para ele, nem a ciência nem a religião oferecem respostas definitivas. *AMN* foi escrito em 1932, em Sanary (França), enquanto o autor relia *Guerra e paz*, de Tolstói, um dos monumentos da literatura russa e universal. Lutou contra a cegueira desde os dezessete anos e foi um precursor do intelectual público, o intelectual orgânico de que fala Gramsci: aquele que critica o sistema não para reformá-lo e sim para revolucioná-lo. Passou a infância e juventude na Inglaterra e a partir de 1937 mudou-se para os Estados Unidos. Foi um crítico contumaz do mau gosto e da superficialidade da cultura norte-americana, mau gosto e superficialidade de que somos vítimas, muitas vezes intencionais, hoje em dia: basta ver o que estampam nossas camisetas e jaquetas, a música que ouvimos, os modelos de supermercados, os

⁴ O ministro da Educação à época era Abraham Weintraub.

nomes de lojas e restaurantes, a dinâmica de nossas festas, as mochilas que carregamos nas costas, as marcas de tênis, os filmes a que assistimos, os brinquedos que compramos para nossas crianças, quase sempre os ridículos super-heróis sem qualquer ligação umbilical com nossa cultura etc., etc.

Ele viveu experiências com mescalina (peioté, Artaud), LSD, ingeridos como meios de autotranscendência, com os quais buscava a *clara luz infinita do vazio*. Em entrevista a Malcolm Cowley ele nega que se baseou neste patamar alucinógeno ao criar o *soma*, onipresente em *AMN*:

Entrevistador: Existe alguma semelhança entre o ácido lisérgico ou mescalina e o 'soma' do seu Brave New World?

Huxley: Nenhuma, absolutamente. O soma é uma droga imaginária, que produz três efeitos diferentes – euforia, alucinação e tranquilidade – combinação impossível. A mescalina é o princípio ativo do cacto peyote, usado há longo tempo pelos índios do sudoeste em seus ritos religiosos. O ácido lisérgico (LSD – 25) é um composto químico de efeitos semelhantes à mescalina.

Ele também trabalhou em Hollywood escrevendo roteiros para filmes que, em grande parte, não foram aproveitados. Os diretores de cinema não queriam nada que fizesse o público pensar. O público, segundo eles, só queria filmes de ação e diálogos de fácil entendimento. E aqui faço uma pergunta: os *blockbusters* hollywoodianos que invadem nossas telas levam ao pensamento? Explosões, tiros, zumbis, batidas de carros, traficantes, transformers, tartarugas ninjas transmitem o quê? Obviamente, aquela *cultura* superficial e massiva que foi criticada por Huxley.

Luiz Carlos Lisboa, grande crítico literário do Brasil, assim classifica nosso autor: cético, destruidor, brilhante, piedoso, compassivo, humilde. A obra-prima que ele nos legou é *Contraponto*, um romance que tenta com as palavras o que Bach alcançou com a música em sua *Suíte em si bemol menor para flauta e corda*.

Seu último romance, *A ilha*, faz um contraponto com *AMN*. Críticos o classificam como uma fascinante contribuição à literatura utópica. Não apresenta o pessimismo de *AMN*. Nas palavras do autor, este último trabalho expressa sua crença de que a salvação é

um processo ligado à interioridade do indivíduo e não algo que vem de dentro (L. C. Lisboa). Discordo. São necessárias profundas transformações na sociedade que venham a mudar o ser humano. Sartre já disse: a existência precede a essência. Na minha visão, não há essência alguma no homem se não for inserida na mente uma escala de valores que mudem radicalmente a vida. Somos educados no individualismo, no egoísmo, na competição, na meritocracia, no bestial conceito de *vencer na vida*, o que é fruto da ideologia capitalista e esquecemos o principal: vivemos para cooperar com o outro, para ser com e pelo outro. Sem tal demanda, há de se aprofundar a tragédia que vivemos hoje: o neoliberalismo multiplicou por três o número de miseráveis no mundo; todo mundo está preocupado com o meio ambiente, só que ninguém fala sobre os destruidores da Terra: os empresários e sua fome de lucro, o agropecuarista com sua incontida expansão também em nome do lucro. A tragédia na qual estamos submergidos vem sintetizada na declaração recente desta marionete do mercado e abominável criatura chamada Jair Bolsonaro: *o índio é um latifundiário pobre sobre terras ricas*. As consequências medonhas que brotam de um pensamento tão pérfido são inomináveis. Mas é isto que norteia o desgoverno da gangue que está locupletada em Brasília. Vocês lembram do que aconteceu com o Selvagem no fim de *AMN*? Pois é. Tal fato é só o começo, uma das muitas previsões do escritor que abordo aqui. O capitalismo é o sistema da morte – concentrador, excludente, predatório. Para termos futuro precisamos recuperar a utopia, assim descrita por Eduardo Galeano: “a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Ou, voltando a Nuccio Ordine: “acredito que, em todo caso, é melhor continuar a lutar pensando que os clássicos e a formação, que o cultivo do supérfluo e do que não produz lucro, podem nos ajudar, de qualquer modo, a resistir, a manter acesa a esperança, a vislumbrar aquele raio de luz que nos permita percorrer um caminho digno.”

Resistir. O caminho digno. Como reencontrar a chama da esperança? Como evitar que nos tornemos as criaturas ocas e sem futuro de Huxley? Lendo os grandes livros de Literatura, Filosofia, História. Neles encontraremos o combustível humano para reaver nossas forças e nos

veremos sobretudo como humanos ao lado de humanos e não contra humanos. Um ser humano ao lado de outro não precisa de armas. Precisa de livros que instiguem nossa humanidade a ser digna desta Terra, a ser digna de abraçar o outro.

Como conclusão, chamo um pensamento de Antoine Compagnon, ilustre professor francês: “a literatura deve ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciem dos nossos.”

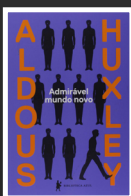
Deixem de lado um pouco os celulares e computadores, não meçam a vida de vocês por *likes* recebidos. A vitória contra a maldade, os preconceitos, as exclusões pode surgir dos livros. Eles devem nos acompanhar, neles está a escala para medirmos o quanto crescemos/amadurecemos na vida.

Gregory Claeys, em seu estudo *Utopia*, chama a atenção para o fato de *AMN* “ser visto como uma sátira sobre manipulação comportamental pela mídia de massa (...), assim como um alerta a respeito da arrogância dos cientistas e dos perigos da eugenia.”

Estejamos, pois, atentos. Olhando ao nosso redor, olhando para dentro de nós – quem está a nos manipular? Quem estamos manipulando?

A arte é o grande porto-seguro, por isso ela está na mira dos ditadores. Por esta razão os personagens de *AMN* eram impedidos de ler, enquanto o Selvagem, leitor de Shakespeare, conhecia muito mais de si e da vida, apesar o universo humilde em que vivia.

>>> *Indicação de Leitura*



Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley.

Focalizando Londres no ano 2540, o romance antecipa desenvolvimentos em tecnologia reprodutiva, hipnopedia, manipulação psicológica e condicionamento clássico, que se combinam para mudar profundamente a sociedade.

LIMA BARRETO E DIAS GOMES DIALOGAM SOBRE UM BRASIL DE EXCESSOS E DE FAKE NEWS¹

por Peterson Nogueira

Einstein, em seu livro filosófico, *Como eu vejo o mundo* (2011), num relato cuidadoso de como as palavras perpetuam a sua existência e o seu contato com o outro, em 1934, ao relatar sobre a perda da inocência frente ao que a humanidade é capaz de fazer, dizia: “Já não mais firmo uma opinião, um hábito ou um julgamento sobre outra pessoa. Testei o homem. É inconsistente.” (2011, p. 14) Essa inconsistência é a constância do homem. E é a partir das inconsistências por trás dos discursos megalomaníacos e messiânicos de Odorico Paraguaçu, de *O Bem-amado* (2020), que farei algumas reflexões sobre como essa narrativa pode nos aclarar o cenário das fake news no Brasil.

Ora, qualquer leitura desavisada já pode evidenciar o anacronismo entre o livro de Dias Gomes, publicado pela primeira vez em 1963, e o termo “fake news”, que ganhou força, mundialmente, a partir das eleições presidenciais de 2016 nos EUA, quando notícias falsas sobre a candidata Hillary Clinton foram compartilhadas em massa pelos eleitores de Donald Trump, especialmente na rede social virtual *Facebook*. O certo é que o termo “fake news” foi o novo substituto, até mesmo nos Estados Unidos, para os comentários falsos que durante todo o século XIX foram chamados de “false news”. Entretanto, a mentira como forma de minorar um candidato tem sido prática nas Américas do Norte e do Sul, como no Brasil, onde foi repetida nas eleições presidenciais em 2018, e

¹ Artigo originalmente publicado no quinto volume de *Desassossegos*, em outubro de 2020, com o título *De Bruzundanga a Sucupira: fake news e a prática de discursos falaciosos que dialogam com o planalto central*.

também na Europa, como aponta Giuliano da Empoli, em seu livro *Os engenheiros do caos*, de 2019.

Provavelmente todos nós já escutamos a famosa expressão “fake news”, assunto das preocupações de líderes políticos, com reputação ilibada ou assim supostamente querida, que desejam imprimi-lo em suas respectivas gestões de governança, uma vez que ninguém parece associar seus nomes a escândalos de notificação falsa veiculada pela imprensa.

É sob esse condão envolvendo política e discursos mentirosos, que podemos aproximar a dramaturgia de Dias Gomes, com o personagem Odorico Paraguaçu, personagem-tipo, cujos estereótipos podem ser encontrados na vida pública de muitos dos políticos atuais, com os discursos falastrões que vêm sendo popularizados pela internet. Nas palavras de Dias Gomes, no prefácio da edição da Bertrand Brasil, 2020, a peça faz parte de uma fase “em que a dramaturgia brasileira procurava pesquisar nossa realidade, fazendo uma espécie de tipificação do nosso povo” (GOMES, 2020, p. 8).

Lima Barreto também fez uma tipificação do nosso povo, sábia e satiricamente, em *Os Bruzundangas*, publicado postumamente em 1922. A sátira aos costumes do brasileiro tem a essência política que vemos, naturalmente, na nossa nação, ao que o autor chama de “preocupação vulgar” que direciona “a vida intelectual da sociedade bruzundanguense, de modo que, nas salas, nos salões, nas festas, o tema geral dos comensais é a política (...). A política não é aí uma grande cogitação de guiar nossos destinos; porém, uma vulgar especulação de cargos e propinas” (BARRETO, 2013, p. 100). O cronista é feroz e sempre tenta reproduzir a suposta sociedade da Bruzundanga, criticando-a, seja pelo valor “religioso” às aparências, à riqueza dos políticos ou a quaisquer hábitos e sentencia: “Os costumes daquele longínquo país são assim interessantes e dignos de acurado estudo. Eles têm uma curiosa mistura de ingenuidade infantil e idiotice senil” (BARRETO, 2013, p. 51-52).

É na Bruzundanga de Lima Barreto que, quando a sociedade não “trata de intrigas políticas ou coisas frívolas de todos os dias, surge logo um tédio inconcebível” (BARRETO, 2013, p. 101). Es-

sas desavenças políticas chegam ao nosso tempo também através do universo virtual. As redes sociais até podem ter popularizado a prática da disseminação das falácias através da internet e ter alcançado um número maior de pessoas descrentes daquilo que se lê ou ouve - e é esse o exercício democrático almejado diante de um turbilhão de informações -, mas algo que não se pode negar é que as fake news não são algo recente na nossa sociedade e, infelizmente, muita gente acredita em tudo que lê na rede. Giuliano da Empoli endossa: “Naturalmente, como as redes sociais, a propaganda se alimenta sobretudo de emoções negativas, pois são essas que garantem a maior participação, daí o sucesso das fake news e das teorias da conspiração” (EMPOLI, 2020, p. 21). Impulsionada durante as campanhas eleitorais, a ação de difamar algum adversário político corria até quando da popularização das redes sociais, por assim dizer, à boca miúda, e foi ganhando novas plataformas de acordo com o desenvolvimento da própria sociedade.

Intrigas e fofocas, sobretudo da vida pregressa dos candidatos, rondavam os assuntos entre amigos nas rodas de conversa. Cartas e bilhetes anônimos também circundavam as cidades pequenas, além das famosas correntes de oração contra o candidato que abria vantagem nas contações das cédulas de votação, anteriores à urna eletrônica, usada pela primeira vez no Brasil nas eleições municipais de 1996.

Enquanto o falatório mentiroso se detinha nas conversas entre amigos e na fé silenciosa a que se agarravam para verem seu candidato vencer as eleições, o movimento era, inclusive, tímido. Mas os discursos supostamente politizados começaram a se camuflar e dar espaço a teorias conspiratórias provavelmente articuladas, à surdina, por apoiadores de determinado candidato e/ou por grandes jornais, sob uma suposta neutralidade isonômica.

Os discursos de ódio, principalmente, ganham atenção nesses tempos em que a sociedade vai assimilando uma forte inação política. Entretanto, note-se que esse movimento, muitas vezes, surge de uma onda avassaladora de desinformação que aliena parte da coletividade que começa a se apoiar em discursos messiânicos, prometendo uma salvação patriótica e fácil para o país, discursos apoiados numa fala contrária a líderes políticos de outros partidos,

como se o problema fosse um partido - e não a postura política dos representantes do povo em todas as instâncias democráticas - e falando mal, sobretudo, de comportamentos sociais. Empoli nos diz que a agressão mudou de campo: “Se, nos anos 1960, os gestos de provocação dos manifestantes visavam sobretudo atingir a moral comum e quebrar os tabus de uma sociedade conservadora, hoje os nacional-populistas adotam um estilo transgressor em sentido oposto: quebrar os códigos das esquerdas e do politicamente correto tornou-se a regra número 1 de sua comunicação” (EMPOLI, 2020, p. 19-20). É essa a ambientação para o desenvolvimento da narrativa dramatúrgica de *O Bem-amado*, de Dias Gomes.

Obra de valor e crítica atemporal, *O Bem-amado* foi escrito em momentos que antecipavam os difíceis anos em que o Brasil se via às voltas com um dos marcos ditatoriais da nossa nação, a ditadura militar de 1964, encetada a partir de um golpe de Estado e finalizada 21 anos depois. A peça do baiano Dias Gomes foi encenada em 1970 e, devido a uma forte crítica à política brasileira, foi censurada e o dramaturgo, perseguido. Seu crime: ser “comunista”.

Sem querer encaminhar o discurso para o que parece ser a grande polarização do século - direita conservadora e esquerda comunista - e sem nos desviarmos da história, uma curiosidade: a narrativa foi ao ar pela Rede Globo em 1973, sendo a primeira novela a cores no Brasil, tendo muitos capítulos cortados devido aos censores da época - o portal virtual UOL fez uma série sobre novelas que foram censuradas. No entanto, nada impediu que a atuação de Paulo Gracindo permanecesse no imaginário popular como o Coronel Odorico Paraguaçu, o bem-amado de Sucupira, ou a interpretação de Lima Duarte no papel do Capitão Zeca Diabo, ambos com nomenclatura de patentes militares, familiarizadas para o governo de então.

Em Sucupira, cidade fictícia do interior da Bahia, cuja ambientação é o pano de fundo para a história - mas que poderia ser um microcosmo do país -, não há cemitério para que se sepultem seus mortos. Essa é a grande falha municipal com a qual Odorico Paraguaçu alicerça seus discursos e dissemina a ideia de que é vexatório, para os defuntos e concidadãos, não haver um cemitério

ali. Seus aliados logo reproduzem sua fala, a qual o catapulta para a prefeitura do município.

Não se pode olvidar uma narração prodigiosa de Lima Barreto que dialoga com *O Bem-amado* e com os costumes da nossa nação que, de tão literal, parece não ser crível. Há arremedos na fictícia Bruzundanga nos quais alguns cidadãos, para conseguirem um algum cargo no e de poder, são capazes de quaisquer artifícios. “Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam uns ares de Shakespeare” (BARRETO, 2013, p. 69). O cronista arremata na sequência: “Houve um até que não teve escrúpulo em copiar grandes trechos do *Carlo Magno e os dozes pares de França*, para ter um soberbo título intelectual, capaz de fazê-lo secretário de legação, como ainda o é atualmente” (BARRETO, 2013, p. 69). Se não fosse fictício, poderíamos dizer que se trata de uma previsão.

No entanto, *O Bem-amado* não é apenas a narração de alguém que quer chegar ao poder ou a história de uma cidade sem cemitério e, se a narrativa pode evocar uma reflexão sobre como Odóricos chegam ao poder e como nele tentam se manter, por outro lado, amplia as possibilidades de discussão do nosso ponto: a disseminação de notícias falsas com finalidades políticas. Assim, o provável legado da peça gira em torno dessa política nefasta praticada por Odorico Paraguaçu. Ele mesmo disseminará notícias falsas, calculadamente, para que algum mal entendido promova alguém ao “estado de defuntice”, requerido ele próprio, e, assim, a obra primeira de seu mandato, o cemitério, seria, finalmente, inaugurada. Como consequência, ele “cala a boca” da oposição e demove a Câmara a Câmara sobre o seu *impeachment*.

A falta de um narrador, nas peças teatrais, impulsiona o próprio gênero, com suas rubricas, a anteciparem quadros e personagens. E, desse jeito, são apresentados, um a um, os personagens. Neco Pedreira é o jornalista da cidade, a quem lemos como representação da mídia - e, também, o pesadelo do prefeito. Uma das apostas de Odorico para inaugurar o cemitério é incitar a publicação de alguma ofensa pública contra o delegado e representante da justiça de Sucupira, o Capitão Zeca Diabo, no periódico *A Trombeta*, a fim de que isso gere o “repuxo”, o “fuzuê” necessário para haver alguma morte.

Zeca Diabo foi contratado intempestivamente para assumir a delegacia da pacata cidade de onde esteve ausente por ter promovido a chacina da família do Coronel Lidário. Essa nomeação é a esperança de Odorico frente ao possível comportamento midiático de Neco Pedreira, torcendo que o jornalista elabore uma manchete na qual “chame Zeca Diabo de cangaceiro, assassino, quanto mais xingar, melhor” (GOMES, 2020, p. 70). A sociedade de Sucupira parece antecipar um comportamento ulterior, o da sociedade da transparência que, para Byung-Chul Han, é justamente aquela na qual o mote que domina mais no discurso político é a transparência que, para o filósofo, é vazia, pois uniformiza os comportamentos. Para ele, “quem relaciona a transparência apenas com a corrupção e a liberdade de informação desconhece seu real alcance. Ela é uma coação sistêmica que abarca todos os processos sociais, submetendo-os a uma modificação profunda” (HAN, 2017, p. 10-11).

Essa receita de uma sociedade estabelecida em torno de uma uniformização de comportamentos incita um desserviço à comunidade, pois o discurso falacioso do demagogo Odorico, de que limparia toda a corrupção de Sucupira e livraria a cidade dos “comunistas”, faz surgir um séquito que consente com todas as aberrações ideológicas do prefeito. As irmãs Cajazeiras, suas correligionárias, até tentam dissuadi-lo de algumas ações, antecipando o que pensaria a oposição, mas, quando se consumam alguns atos pensados pelo prefeito, elas aplaudem o passageiro sucesso da ação. Nos nossos dias, os discursos se embasam num comportamento de negação das evidências sociais e científicas, sob o nome de pós-verdade, que também dialoga com *O Bem-amado* e com *Os Bruzundangas*. Christian Dunker, num artigo sobre o tema, ao refletir sobre a lógica da pós-verdade como discurso, mostra que “a principal característica da pós-verdade é que ela requer uma recusa do outro ou ao menos uma cultura da indiferença que, quando se vê ameaçada, reage com ódio ou violência” (DUNKER, 2017, p. 28). É essa conduta que Odorico, com seu jeito bonachão, porém corrosivo, quer transmitir, quer ganhar devotos. Numa leitura paralela, os eleitores da Bruzundanga apresentada por Lima Barreto e que nós conhecemos bem.

A busca intermitente por um defunto é a necessidade primeira do prefeito para fazer jus a sua pauta política sobre a dignidade última, em seu ponto de vista, do povo de Sucupira, que dizia ser “uma humilhação para a cidade, uma humilhação para todos nós, que aqui nascemos e que aqui não podemos ser enterrados” (GOMES, 2020, p. 19), discurso alardeado em sua campanha com o slogan: “vote num homem sério e ganhe um cemitério” (GOMES, 2020, p. 22). A desvalorização da vida, a esperança - muitas vezes, a torcida - para que alguém morresse ou a tentativa de passar por cima da ética para que se consiga um fim é a representação do caos político no país. Em um dado momento, Odorico lamenta, inclusive, que a chacina, “tempo de fartura” (GOMES, 2020, p. 65) de defuntos, não tenha ocorrido em seu mandato.

Odorico Paraguaçu não tem pudores e enreda situações para que haja o primeiro defunto no cemitério. Consegue, através de uma artimanha maligna, que sua amante Dulcinéa, grávida dele mesmo, seja assassinada por Dirceu, o marido traído. Odorico, padrinho de casamento deles, lamenta cinicamente a morte da correligionária e, intimamente, se regozija com a morte dela, uma vez que teria alguém para inaugurar o “campo santo”. Entretanto, o desfecho se revela contrário aos seus anseios, pois Dulcinéa não poderá ser sepultada em Sucupira.

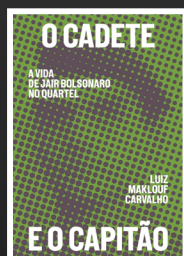
A armação contra a irmã Cajazeira é descoberta e o povo fica contra o prefeito que ainda tenta, através de uma difusão de mentiras, reverter a situação com um suposto atentado: “Dona Dorotéa, telefone pros jornais de Salvador, exagere, diga que morri, que estou crivado de balas... e acuse logo a Oposição!” (GOMES, 2020, p. 119). “Acusar a oposição” parece ser a melhor saída dos falatrões, sem argumento e sem hombridade para encarar seus erros.

Enquanto “a elite do atraso”, para usar a expressão propalada pelo sociólogo Jessé Souza, se contenta com o padrão predatório de conseguir o poder e dele refestelar-se, sem princípios éticos, sem solidariedade, o padrão político adotado tem se valido de aberrações ideológicas em nome de uma suposta, mas não crível, não-ideologia. Essa “denúncia” me remete a Einstein mais uma vez, quando ele aborda a política: “As organizações comunitárias democráticas e parlamentares, privadas dos fundamentos de valor,

estão decadentes em numerosos países. Então aparecem as ditaduras. São toleradas porque o respeito da pessoa e o senso social estão agonizantes ou já mortos” (EINSTEN, 2011, p. 19).

Para piorar, lidamos com pseudos líderes negacionistas e de biografias obscuras que se catapultam para a política através de denúncias de suas tramas cínicas. Temos de lidar, ainda, com os becos obscuros - ou transparentes, conforme aduz Chul Han - de uma terra anárquica que é a internet e seus artifícios, como o *Facebook*, adorável instrumento de uso da sociedade da transparência que mede o valor da comunicação “apenas pela quantidade e velocidade da troca de informações sendo que a massa de comunicação também eleva seu valor econômico e veredictos negativos a prejudicam” (HAN, 2017, p. 24). Assim, vemos os ideais de humanidade serem alijados dos discursos políticos que, vazios, sem propostas, mas com uma incitação ao ódio extremo têm alcançado aqueles que estão céticos da igualdade e são facilmente alienados pelo discurso meritocrático, como se esse fosse, de fato, algo igualitário. Em *O Bem-amado*, vemos o discurso falacioso e odioso, em dado momento da narrativa teatral, o prefeito Odorico diz: “O mal desta terra é que todo mundo é bom, pacato. Esse pacatismo é a nossa desgraça” (GOMES, 2020, p. 61). Percebe-se haver alguma dose de humor, mas Dias Gomes nos dá porções cavalares de crítica contundente, para que possamos apreciar aquela frase propagandeada pela cultura: “a vida imita a arte”.

>>> *Indicação de Leitura*



O Cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel
- Luiz Maklouf Carvalho

O jornalista Luiz Maklouf Carvalho detalha o processo judicial sofrido pelo então cadete Jair Messias Bolsonaro e como os fatos oriundos desse processo catapultaram o então militar à mídia e, consequentemente, à política. Há relatos detalhados da reportagem da Veja, que expôs o plano terrorista de Bolsonaro em detonar bombas em unidades militares e o quanto o Exército foi leniente com o processado.

SUMÁRIO

FORMAR LEITORES/AS COM PAULO FREIRE¹

por Vima Lia de Rossi Martin

Nas últimas décadas², muitas foram as vozes que se articularam no sentido de construir severas e legítimas críticas à escola, especialmente no que se refere ao modo como os saberes são distinguidos/recortados, transmitidos/impostos e incorporados (ou não) pelos alunos e alunas no interior das instituições escolares. Pierre Bourdieu, por exemplo, em diferentes artigos publicados na obra *Escritos de educação*, chama a atenção para os processos de discriminação e exclusão provocados pela difusão de uma cultura unívoca, elitizada e sacralizada pelas e nas escolas francesas (e de grande parte do mundo).

Partilhar das lúcidas críticas voltadas ao sistema educacional, tal como ele se consolidou em nossas escolas, é de fundamental importância para nós, educadores, inclusive para não incorrerem em posicionamentos ingênuos e mistificadores. Entretanto, essas críticas não devem nos dispersar ou paralisar, mas nos alertar e inspirar, a fim de que possamos agir de maneira consciente, interferindo na realidade imediata de modo a estabelecer um contraponto às sólidas estruturas opressoras e excludentes reproduzidas e produzidas pela escola. Assumir essa postura, exigente e desafiadora, requer uma clareza de valores e conceitos, que embasam a forma como concebemos a educação escolar.

¹ Artigo originalmente publicado no sexto volume de *Desassossegos*, em maio de 2021, com o título *Formar leitores com Paulo Freire*.

² O texto é parte modificada do artigo “A leitura literária na escola: educação dialógica e possibilidades emancipadoras”, publicado no livro *Literatura e ensino: desafios contemporâneos*, organizado por Cláudio Mello et alli (Guarapuaçu: UNICENTRO, 2019).

Nessa perspectiva, parece-nos que o ensino de literatura, para que ocorra de maneira emancipadora, deve abandonar os tradicionais modelos monológicos e tecnicistas de transmissão de conhecimento em prol de práticas de leitura literária, ou seja, de experiências concretas dos leitores e leitoras com os textos. Nessa proposta dialógica, a recepção das obras ganha centralidade e os sentidos passíveis de serem atribuídos aos textos lidos são construídos coletivamente, em sala de aula, através do estabelecimento do diálogo entre professores/as e alunos/as.

Assim, talvez a questão central a ser formulada por nós, que buscamos refletir sobre as relações entre literatura e ensino, em vez da recorrente “como ensinar literatura na escola?”, pudesse ser, então: como formar leitores sensíveis, críticos e socialmente engajados? Ou ainda: como propor e acompanhar (fazer companhia; ser companheiro) (d) a leitura literária na escola, de modo a favorecer que ela - a literatura - possa atuar como fator de humanização dos alunos e alunas e de transformação social?

Para tentar responder a essas questões, importa refletir inicialmente sobre a função formativa da literatura, considerada tanto em termos da vinculação entre leitura e humanização (do leitor), como também entre leitura e democratização (da sociedade). Para tanto, o pensamento de Paulo Freire, reconhecido mundialmente por suas concepções inovadoras e politicamente engajadas, parece-nos incontornável. É ele que, em *Pedagogia do oprimido*, afirma que o processo de humanização assume uma importância extrema em nosso tempo, uma vez que implica o reconhecimento da desumanização e a luta pela afirmação das pessoas como seres vocacionados para o exercício da liberdade e da justiça:

Constatar essa preocupação [com a humanização] implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade história. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade - a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão.

Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. (FREIRE, 2005, p.32)

Inscrito claramente no campo político, o binômio humanização/ desumanização, tal como o compreende Freire, relaciona-se sobretudo à própria condição humana de inconclusão. E se tanto a humanização como a desumanização são possibilidades em aberto, só a primeira corresponderia à vocação das pessoas, o que explicaria e justificaria toda a luta contra a injustiça, a violência e a opressão que estão na base dos processos de desumanização. Nesse sentido, a desumanização não é destino, mas situação passível de ser superada.

Em consonância com essa perspectiva é que entendemos a posição de Antonio Candido, que reconhece a humanização como um processo que confirma no ser humano traços essenciais (sua vocação, nos termos de Freire) e defende, claramente, a ideia de que a literatura pode nos humanizar. Ele afirma entender por humanização a confirmação de algumas possibilidades que nos fazem mais compreensivos e abertos para o mundo e para os outros seres humanos:

O processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 1995, p. 249)

Entretanto, se a leitura da literatura pode contribuir para o desenvolvimento de nossa humanidade (e, no limite, alimentar a luta contra a injustiça, a violência e a opressão), é preciso considerar que a relação entre literatura e humanização não é direta. Trata-se de uma relação oblíqua, multifacetada, justamente porque se assenta no con-

tato sempre único do sujeito leitor (no qual a literatura pode atuar de modo inconsciente, de maneira difícil de ser avaliada) com um objeto - a literatura - que, construída a partir de convenções estéticas, reconfigura (subjetivamente) a realidade empírica.

Por isso, é apenas a partir de valores éticos claros, calcados da defesa do bem estar coletivo, que é possível atuar no sentido das mudanças. Em seu livro *Educação e mudança*, Freire defende a ideia de que os sujeitos têm potencial para transformar a realidade, uma vez que a própria noção de cultura se assentaria num gesto concreto de transformação do mundo:

O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não em repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo. (...) O homem não é, pois, um homem para a adaptação. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais. (FREIRE, 1983, p.55)

A noção de cultura como tudo o que é criado pelo homem e que consiste em recriar e não repetir, transformar e não adaptar enfatiza a capacidade humana de modificar o mundo a partir de necessidades e projetos específicos. Com esse pressuposto, de que educadores e educandos (ainda que tenham uma autonomia relativa) podem recriar modos de vida, a *práxis* educacional adquire um sentido emancipador, capaz de interferir na relação de causa/efeito de exclusão que o cotidiano escolar, via de regra, perpetua.

A “recriação e não repetição”, de que nos fala Freire, pode ser compreendida como o empenho para (re)definição das próprias identidades e realidades, pessoais e coletivas, dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem. Se consideramos que as identidades, sempre dialógicas e inacabadas, são elaboradas em função de dinâmicas sócio culturais, questões como quem sou/ o que quero ser; o que sei/ o que quero saber; o que faço/ o que quero fazer, assumem grande relevância num contexto educacional em que se reconhece a

importância - e a possibilidade - de se auto transformar e de transformar o mundo a partir da prática do diálogo.

De fato, para Freire, a educação crítica e (re)criadora de cultura, que se opõe à educação bancária (de caráter alienante, porque concebe os educandos como depósitos de palavras ocas que devem ser arquivadas), só se efetiva a partir do diálogo. Diálogo compreendido como uma exigência existencial, um direito de todos que se impõe como caminho pelo qual as pessoas ganham significação, conforme afirma em *Pedagogia do oprimido*. E ele continua:

Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais.

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.

Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem: entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. (FREIRE, 2005, p.91)

A “palavra verdadeira”, de que nos fala Freire, refere-se ao discurso considerado a partir de suas dimensões - indissociáveis - de reflexão e ação, ou seja, o discurso elaborado a partir da capacidade humana de pensar e transformar a realidade. Esse seria o modo de operar uma denúncia das formas de alienação e de projetar possibilidades de existência mais humanizadas.

Para tanto, o diálogo pautado na esperança, que sabe o que esperar porque reconhece a realidade como processo, e não como algo estático, só é possível entre sujeitos que compartilham da convicção de que todo diálogo é um espaço de criação e recriação social e cultural: um encontro entre sujeitos mediatizados pelo mundo, pela

realidade concreta que pode e deve ser transformada. Diálogo como direito e como resistência à desumanização.

Pensamos que a perspectiva de Freire, vinculada ao seu objetivo maior de refletir sobre práticas educativas e propor estratégias para que os oprimidos se eduquem e se libertem, pode embasar, de modo bastante consistente, o trabalho de formação de leitores literários, seja na educação básica, seja no ensino superior. Nesse sentido, parece-nos ser apropriado o estabelecimento de paralelos entre aspectos de sua concepção de educação e de uma abordagem renovada do ensino de literatura nos espaços institucionais.

O que defendemos, assim, é a efetivação da prática do diálogo entre os sujeitos - professores e estudantes - que se dispõem a compartilhar a leitura de textos literários. E a consideração desses próprios textos como universos que mediatizam o diálogo, universos que são, substancialmente, representações metafóricas da realidade. Assim, considerados a partir de sua autonomia relativa em relação ao real, os textos literários podem dizer muito sobre o mundo e os sujeitos que o constroem - especialmente se a perspectiva das obras literárias for identificada e percebida criticamente -, favorecendo a reflexão dos leitores sobre os valores éticos que sustentam nossa existência.

Ancorados na formulação de Candido, em *O direito à literatura*, de que a literatura humaniza porque faz viver, pensamos que dialogar - de modo respeitoso e horizontalizado - sobre experiências de leitura literária é, de certo modo, dialogar sobre a própria vida, sobre as tensões e as contradições implicadas nas experiências pessoais e coletivas que a literatura apreende e recria estética e simbolicamente. Nesse sentido, ao mediatizarem o diálogo, os textos literários, de modo análogo à própria realidade, vão impressionar e desafiar os sujeitos leitores, podendo originar - tal qual o próprio mundo - visões e pontos de vista impregnados de anseios, dúvidas e esperanças.

Os leitores - alunos e professores - adquirem, com a prática do diálogo mediatizada pelo texto literário, a possibilidade de decodificar coletivamente a realidade do texto e do mundo a que ele se refere. Desse modo, a leitura pode se constituir como um ato simultaneamente cognoscente e político, que se volta para a representação de realidades existenciais e sociais, permitindo que cada leitor possa estabelecer relações e reflexões próprias sobre si e sobre a realidade

em que está inserido. Essas relações e reflexões devem ser acolhidas e valorizadas por professores e professoras que, em sala de aula, exercem a função de leitores especializados e, frequentemente, tendem a ser leitores mais experientes. Na instauração dessa dinâmica, constrói-se, assim, uma ponte de trânsito livre entre a leitura do mundo e a leitura do texto, conforme a conhecida formulação de Freire, em *A importância do ato de ler em três artigos que se complementam*: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquele.” (FREIRE, 1985, p.11)

Nessa perspectiva, a apreciação da literatura - o termo apreciar é aqui considerado tanto no sentido de prezar, gostar, admirar, como no sentido de examinar e avaliar - ganha sentido renovado no âmbito de uma educação dialógica. Inseridos no diálogo, os leitores, alunos/as e professores/as, adquirem consciência de sua inconclusão e do fato de que não existem nem ignorantes absolutos, nem sábios absolutos. Inseridos no diálogo, os leitores percebem que podem fazer e refazer conceitos e práticas. E percebem, sobretudo, que têm potencial para interferir e transformar, coletivamente, a realidade.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. (Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler em três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

QUILOMBOS IN PAPEL: PERIFERIAS CONTRA O *APARTHEID* EDITORIAL BRASILEIRO¹

por Nivaldo Brito

Partindo do pressuposto que a escrita e a leitura são formas de intervenções no mundo, pensar a produção literária feita nas periferias brasileiras tem sido um desafio urgente e necessário para o entendimento de aspectos socioculturais mais amplos destes dias. Ao longo dos últimos séculos, formou-se no Brasil uma série de publicações que apresentam personagens marginais/marginalizados e pretendem expor e compreender, através da literatura, hábitos, peculiaridades e questões socioculturais inerentes aos indivíduos que habitam as bordas da cidade/sociedade. De Aluísio de Azevedo a Jorge Amado, não faltam exemplos de autores que exploraram a periferia como base (quase personagens) para seus projetos literários e desenvolveram inúmeros estereótipos. Esse tipo de produção traz diversas implicações e resulta, muitas vezes, em narrativas maniqueístas e superficiais. Não quer dizer que autores habitantes nestes espaços necessariamente produzam conteúdos fidedignos à realidade ou tenham interesse em fazê-lo. No entanto, não basta a presença desta cidade suburbana e suas mazelas expostas em páginas (de livros ou noticiários). Como diz Renan Inquérito: “tio, vou ser breve./ Se a história é nossa deixa que noiz escreve!”

¹ Artigo originalmente publicado no sétimo volume de Desassossegos, em outubro de 2021.

Pensando periferia sob uma ótica livremente interpretada da obra de Milton Santos, não se trata exclusivamente de um aspecto geográfico fixo e restrito, mas sobretudo de espaços/vivências marcados pela ausência de políticas públicas afirmativas. Assim, se a memória é a mais épica de todas as faculdades, como diz Walter Benjamin, poetas e coletivos lítero-culturais (organizadores de saraus e slams) situados e atuantes em periferias paulistanas têm recorrido cada vez mais a outras formas de registros que garantam a preservação e disseminação de seus saberes, práticas, sonhos e manifestações – para além da oralidade. Neste cenário, as performances dos autores ganham outros fôlegos através de vídeos, que circulam pelas redes sociais, de zines e antologias literárias. Não tendo a declamação nos eventos como um fim em si mesma, a publicação de um texto em um livro, muitas vezes, pode funcionar como uma espécie de oficialização do fazer literário para o escritor e seus pares. Sem contar nas inúmeras iniciativas autônomas que cada autor cria para levar sua poesia ao público, utilizando estampas em camisetas (como o caso do escritor Ferréz através de sua marca de roupas *1 da Sul*, no Capão Redondo), grafitis (exemplo do escritor Sacolinha com seu projeto *Literatura e Paisagismo*, em Suzano), lambe-lambes (espalhados por Sérgio Vaz em escolas e vielas da zona sul de SP) ou a *Postesia*: intervenção que o poeta Binho desenvolveu na região do Campo Limpo ao pegar placas de propagandas políticas pregadas em postes e transformá-las em “cartazes” com seus poemas, um deles diz: “pernas... tenho! mas não as ando”. Ou seja, são inúmeras ações criativas com o propósito de “criar leitores” – para além dos livros.

AQUI, NINGUÉM TÁ ESPERANDO VIRAR ESTÁTUA

Considerando os catálogos das maiores editoras do Brasil, observando os custos e processos que envolvem fazer um livro (impresso ou digital) no Brasil, publicar continua sendo um privi-

légio (de classe, raça, gênero, geográfico etc.). Assim, antologias consolidam-se como uma alternativa viável para muitas pessoas que escrevem, declamam nos saraus e/ou slams e anseiam tornar seus textos públicos. Antologia é uma publicação que oferece amostras das maneiras como se escreve, lê e vive em determinada época, cultura e lugar, como diz Silvana Serrani. E inúmeros são os critérios que podem ser utilizados para a reunião e seleção dos conteúdos de uma coletânea: grupo social, tema, etnia etc. Cada publicação produzida no contexto periférico possui sua própria estética, conceito e demanda. Em seu poema *Canto do mundo*, publicado na antologia *Sobrenome Liberdade (antes de ser um manifesto)*, Victor Rodrigues nos oferece uma visão concisa da relação artista periférico/cidade:

*moro no canto do mundo
que nem por isso
deixa de ser mundo (...)
daqui vejo o mundo inteiro
e canto
aos quatro cantos
um canto verdadeiro
canto
canto
tanto
quanto
tudo
é canto
é mundo*

Como pode-se verificar em outras antologias, há recorrência do termo *canto* como referência ao território e ao verbo cantar. Por tratar-se de publicações recentes, chama atenção a quantidade de mortes destes escritores, a maioria jovens. Banks BSC, b.boy da lendária Back Spin Crew, faleceu em 2017, por exemplo. Segue trecho de seu poema *Declaração de amor*, publicado na antologia *Slam da Guilhermina (um ponto zero)*:

*É triste a realidade de quem foi jogado
escorraçado por todos os cantos desta imensa
cidade.*

Periferia, quebrada, favela.

a gente vive aqui e se orgulha em viver nela.

INVENTANDO ESPAÇO PARA LANÇAR

Em diferentes periferias de São Paulo, no final dos anos 90, surgiu uma proposta inédita produzida por sujeitos literários atuantes em diversos campos da sociedade. Realizados majoritariamente em bares, os saraus modificam o sentido destes espaços, trazendo a participação feminina, elementos explicitamente políticos e artísticos etc. O nascimento dos saraus de literatura nas periferias abriu espaço para que várias pessoas se colocassem ou se reconhecessem como autores, apresentassem seus próprios textos diretamente aos leitores, trocassem referências e criações, lançassem e vendessem suas obras, criando articulações editoriais, afetivas etc. Muito texto saiu da gaveta, passou pelo microfone e virou página de livro. Reiterando o que diz Mariana Santos de Assis: “do ponto de vista político-ideológico, sua grande contribuição foi deslocar sujeitos marginalizados socialmente – principalmente negros e negras pobres – da posição de objetos da literatura – personagens estigmatizados que corroboram lugares sociais e preconceitos – para a posição de sujeitos da literatura – romancistas, contistas e poetas que criam personagens, dessa vez caracterizados por suas próprias experiências e retratando sua realidade, falando de si e por si.”

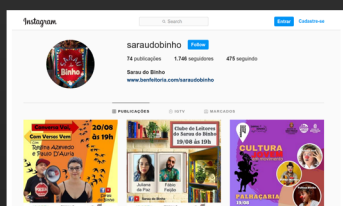
Com suas potências e limites, critérios de seleção e modelos de financiamento distintos entre si, as antologias produzidas nas periferias de São Paulo renovam e ampliam o conceito de biodiversidade ao misturar diferentes gêneros literários, autores estreantes e veteranos, negros e brancos, advogados e mecânicos etc. Com suas contradições e complexidades, neste contexto, a

diversidade de vozes no papel se potencializa com ilustrações e/ou fotografias, dando um caráter de documento que pode ser entendido, em muitos sentidos, como histórico-jornalístico. Leandro Konder, em seu livro *Os marxistas e a arte*, cita Kautsky:

As obras poéticas são com frequência mais importantes, para o estudo de suas épocas, do que as mais fiéis narrações históricas. As últimas nos dão somente os elementos pessoais extraordinários e importantes, que são o menos permanente em seu efeito histórico; as primeiras, por outro lado, nos oferecem um panorama da vida diária das massas que é constante e permanente em seus efeitos, com duradoura influência sobre a sociedade. O historiador não relata estas cousas porque as supõe conhecidas e evidentes.

Como quilombos contemporâneos, saraus e slams instauram uma rebeldia por meio da intelectualidade literária, que rompe com a ideia usual de rebelião – rebelião pela força – e comunga com a rebelião das ideias, parafraseando Figueiredo. Com total liberdade na escolha dos temas, a maioria dos organizadores destas coletâneas (também produtores dos encontros) deixa aberto para o autor decidir qual conteúdo publicar. “As antologias eram a tentativa de uma reprodução aleatória do que era o sarau”, diz Daniel Minchoni, poeta e organizador do Sarau do Burro e da editora homônima. Assim, surgem grandes mostras, colchas de retalhos textuais elaboradas a muitas mãos/vozes, com frações do que está sendo discutido, reivindicado, sentido e falado naqueles espaços.

>>> Indicação de Perfil



O Sarau do Binho, da zona sul de São Paulo, organiza muitas ações culturais e dissemina muito conteúdo. Acompanhe no Facebook <https://pt-br.facebook.com/SarauDoBinho> ou no Instagram <https://www.instagram.com/saraudobinho/>

"OLHAR PARA O ALUNO, DIALOGAR E TENTAR ENTENDÊ-LO PARA POSSIBILITAR A MELHOR FORMA DE ELE SE DESENVOLVER."¹

Entrevista com Zoia Prestes

Por Mayco A. Delavy

Professora da Universidade Federal Fluminense, Zoia Prestes é uma intelectual que encarna profundamente o conceito de *práxis*, articulador central das teorias críticas que procuraram não apenas compreender, mas transformar a realidade concreta. Desde muito cedo, teve sua biografia pessoal entretecida com os acontecimentos histórico-políticos do Brasil, sua terra de sangue, e da União Soviética, sua pátria de coração, que a acolheu por mais de 15 anos. Da mãe, Maria do Carmo Ribeiro Prestes, e do pai, Luiz Carlos Prestes, herdou o sentimento inabalável de indignação diante das injustiças sociais, que desde sempre assolam o Brasil, e o sentido de justiça que se dá nas ações diárias que se organizam sob uma perspectiva de ruptura com a ordem social vigente. Uma herança que nada tem a ver com o DNA, mas com um sentido histórico-dialético que a impulsionou sempre à compreensão das contradições endêmicas que sustentam a ordem social ainda vigente no ocidente, a ordem do Capital.

No dia 3 de março de 2021, lá da sua casa, no Rio de Janeiro, a professora Zoia, gentilmente, cedeu parte do seu tempo para conversar com a Revista Desassossegos, via Meeting. Entre outros assuntos, Zoia falou sobre seu percurso intelectual e de vida, ofereceu análises sobre o atual estado da educação brasileira, apontou caminhos de mudança

¹ Entrevista originalmente publicada no sexto volume de Desassossegos, em maio de 2021.

em favor de uma educação crítica e inclusiva e propôs reflexões sobre o modelo econômico, político e social vigente e sua reverberação na educação e na vida das pessoas.

A seguir, vocês poderão acompanhar uma amostra das problematizações e discussões. Vale ressaltar que o texto abaixo conta com algumas adaptações devido à mudança da modalidade oral para escrita da língua. Mas não se preocupem, para acompanhar a entrevista na íntegra, basta acessar o Canal da Revista Desassossegos no Youtube.



A história da sua família, assim como sua história, se mistura com os processos políticos pelos quais passou o Brasil ao longo do século XX. Várias conquistas sociais, inclusive, se deveram ao trabalho de grupos liderados por seu pai, Luiz Carlos Prestes, que continua sendo referência para muitos. Tem-se um pouco da dimensão do preço pago, como o cárcere político, a história de Olga Benário, o exílio, entre tantos outros. Quais os custos e benefícios dessa herança de compromisso, que acaba misturando as esferas pública e privada?

Para começar, quero agradecer a oportunidade de dar uma entrevista e falar da minha vida, da minha trajetória e do meu trabalho. A primeira coisa que quero ressaltar é o orgulho enorme de ser filha de quem sou. Sem dúvida é uma herança que traz muitas responsabilidades e ao mesmo tempo uma formação que me proporcionou viver experiências marcantes, mesmo tendo convivido pouco tempo com o meu pai, já que o conheci efetivamente como pai quando tinha oito anos. Isso minha mãe conta no livro dela. Nós vivíamos no Brasil, nasci em 1962, e com o Golpe de 1964, meu pai foi para a clandestinidade. A gente o visitava, mas eu não sabia que ele era meu pai, chamávamos de tio.

Isso obviamente porque a polícia estava nos perseguindo, vigiando nossa casa. Minha mãe conta várias dessas histórias no seu livro². A gente foi para o exílio na União Soviética em 1970 e quando ele se juntou a nós em 1971, quando eu tinha de oito pra nove anos, foi apresentado como meu pai. Foi um momento muito interessante de convi-

² PRESTES, Maria. Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes, 2012.

vência com ele, quando eu ainda era muito nova e não sabia para onde estava indo, só sabia que era um país diferente, estranho, que tinha uma língua diferente da nossa. Não tinha noção de que seria um país onde viveríamos por tanto tempo. Eu pelo menos vivi em Moscou 15 anos, minha formação acadêmica até o mestrado foi lá, e isso obviamente deixou marcas.

Na convivência com o meu pai no exílio, costumo dizer que ele não deixava a gente esquecer, minha mãe também não, que teríamos que voltar ao Brasil, mesmo nos adaptando bem. Hoje falo português, mas fui alfabetizada em russo e, às vezes, me pego pensando em russo ou falando alguma palavra nesse idioma - e fico em dúvida sobre qual é a minha primeira língua. Claro que dizem que a primeira língua é a que você começa a falar, mas ser alfabetizada em russo me deu o domínio da língua - e dizem que ela se enraíza na cultura e no país em que você está vivendo e eu tenho raízes muito fortes. Não porque tenho sobrinhos, colegas e amigos lá, ou pela vivência, mas pela cultura russa que hoje faz parte da minha constituição como pessoa e da minha consciência política. Isso não foi herdado pelo sangue nem pelo DNA, foi conhecendo a luta e a trajetória dos meus pais³. A minha mãe também começou a militar no partido [comunista] muito cedo e eles conseguiram transmitir e nos formar na ideia da defesa da justiça social, na busca de um país mais igualitário, sem preconceitos, sem racismo e sem machismo.

Uma história que conto é que quando me formei no ensino médio e queria fazer carreira política, queria fazer a Escola da Juventude Comunista, em Moscou, meu pai chegou e me falou: “Você é mulher e o Brasil é um país muito machista, você precisa antes estudar para ter uma profissão e depois você faz política, se quiser”. Eu nunca militei em partido político, mas tem alguns Movimentos Sociais em que já militei, outros em que estou militando e com alguns que faço questão de colaborar, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, que admiro muito e tento contribuir da minha forma.

Respondendo mais efetivamente à pergunta, acho que o exílio trouxe prejuízos, principalmente do ponto de vista do distanciamento

³ Luiz Carlos Prestes e Maria do Carmo Ribeiro Prestes foram casados de 1950 a 1990, ano da morte do líder político.

em relação ao Brasil. Porém, de outro lado, a convivência com o meu pai, o enraizamento na cultura russa, a formação que tive e a possibilidade que tenho hoje, por exemplo, de estudar um autor que consigo ler na versão original são pontos positivos. Evidentemente, era um exílio, e por isso vi muito sofrimento quando chegavam notícias terríveis do Brasil, algumas sobre pessoas queridas, militantes, que eram mortas, torturadas e desaparecidas. E isso com certeza também formava o nosso olhar para o que estava acontecendo no Brasil, nos colocando muito cedo nessa luta. A primeira sendo a luta contra o Regime Ditatorial Militar instalado no país. Entretanto, como tudo no mundo, não se pode olhar só pelo lado negativo. Era o exílio e eu via a tristeza dos meus irmãos mais velhos. Mas eu era muito jovem, aprendi a língua russa com muita facilidade e ter comigo hoje a alma russa me traz a certeza de que foi o exílio que me proporcionou isso.

Outro prejuízo foi chegar ao Brasil com um diploma que tinha uma foice e um martelo no meio, e obviamente não quiseram reconhecer. Eu fiquei 15 anos tentando revalidar o meu diploma. Então, não podia trabalhar na minha profissão, não podia fazer um concurso público. Só consegui revalidar a graduação em 1997 e, vinte anos depois que retornei ao Brasil, já morando em Brasília em 2005, consegui revalidar o mestrado, que me possibilitou fazer o doutorado na Universidade de Brasília. Por isso, digo que se houve um prejuízo foi porque não concordava com a equivalência que queriam dar ao meu diploma. Cheguei aqui já formada em nível superior e especialista em educação infantil e no Brasil não havia esta graduação.



Em sua apresentação pessoal na Plataforma Lattes, você afirma que viveu exilada com seus pais na União Soviética, durante a Ditadura Militar que se instalou no Brasil em 1964, e lá graduou-se e concluiu Mestrado em Pedagogia e Psicologia Pré-Escolar pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou. De que maneira essa experiência, tanto acadêmica quanto de vida, norteia sua prática profissional e o seu posicionamento humano no presente? É possível traçar paralelos políticos e educacionais entre aqueles tempos e os atuais?

Tem gente que até hoje vê comunista “debaixo da cama”, tem medo de comunista. Falo isso com os meus alunos, inclusive, ainda propagam a ideia de que comunista “come criancinhas”, uma história que foi difundida durante os anos 60, principalmente. Acompanhei as notícias sobre aquele deputado⁴ que está preso, falando que está sendo “perseguido pelos comunistas”. Eu queria conhecer esses comunistas que perseguem ele, porque comunista agora é aquele que discorda do governo ou fala algo que eles não concordam, e parece que é pra desqualificar a ideia de comunismo.

Falo muito para os meus alunos: “Vocês têm que entender o que é!”. Se você é contra a fome, contra a miséria, contra a exploração do “homem pelo homem”, contra a propriedade privada... principalmente, no Brasil, a propriedade sobre a terra... lembra o meu pai, em 1946, quando foi senador pelo Partido Comunista, e já falava sobre reforma agrária. Nós não fizemos isso até hoje e os grandes latifúndios permanecem no Brasil!

Hoje me posiciono como uma pessoa não só de esquerda, mas uma pessoa que defende a justiça social, combate a desigualdade; me alio às ideias socialistas, comunistas e defendo uma sociedade sem classes. Pode parecer utópico, mas acredito no poder popular. E estudando na União Soviética, estudando sua história, estudando as obras de Marx e Lenin, tudo isso me deu certeza sobre qual visão de mundo defendo, qual mundo defendo e qual a minha posição diante desse mundo. Isso faz parte da minha formação. Não só dentro de casa, convivendo com o meu pai e com a minha mãe, mas também a formação política que recebi na faculdade, na universidade, na escola.

Obviamente isso me fez uma pessoa com consciência política, me faz olhar para o mundo e dizer: “Olha, o capitalismo não resolveu nada, não resolveu nenhuma questão humana, ele só aprofunda a desigualdade”. A pandemia está aí para mostrar isso, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. Quem a pandemia está atingindo mais? Os mais pobres, aqueles que já estão desempregados, que já estão doentes e que já estão sem o mínimo de condições para a sobrevivência. É por essas pessoas que temos que lutar. E olhar para os erros que foram

⁴ Referência ao Deputado Federal Daniel Silveira (PSL), preso no dia 16 de fevereiro de 2021, acusado de fazer apologia ao AI-5.

cometidos. Nós temos programas de redistribuição de renda como o Bolsa Família, que eu defendo, mas não dá para abrir mão da formação política, da consciência política e de dialogar com esse povo. De certa forma, os Movimentos Sociais foram marginalizados em algum momento, mas a gente teve algumas conquistas.

Assim, a minha trajetória se mistura com a minha formação. E você me pergunta quais são os paralelos. É muito difícil dizer, porque vivia num país que nem existe mais, a União Soviética. Isso mostra que a vida é imprevisível e a gente tem que lidar o tempo inteiro com a imprevisibilidade da vida, com o que pode acontecer, e tentar desvendar os indícios que estão brotando para poder pensar a realidade. Aprender com a história, olhar o presente para pensar com uma expectativa de futuro. De certa forma, isso é pensar dialeticamente.

A minha experiência, hoje, como professora, é tentar abrir o diálogo com os meus alunos. Apesar de sermos tachados como aqueles que estão “catequizando” ou “doutrinando” os alunos, abro o espaço para todos se posicionarem. Acho que hoje, o mais importante nessa questão da formação é a pessoa ter uma visão crítica da realidade, tentar ver o que está acontecendo ao seu redor e não ser alienado, minimamente olhar e avaliar criticamente o que está acontecendo ao nosso entorno. Então, se for te responder, tento estabelecer uma relação o mais dialética possível, mesmo no ensino remoto, que é uma dificuldade. Às vezes nem os rostos dos nossos alunos a gente vê, uns por não terem câmera, outros não têm microfone, e por várias outras razões, porque eles também estão em situações precárias.

E você pergunta os paralelos políticos e educacionais... Essa é uma pergunta mais complexa, porque fui formada numa sociedade que pensava coletivamente e a gente está vivendo tempos de exacerbação do individualismo. É o que o capitalismo propaga e defende: pensar individualmente e não coletivamente. Isso é algo que me dói muito, por isso sempre me posiciono a favor de pensar no coletivo antes de pensar no bem-estar do indivíduo. Isso aprendi também com o meu pai. Quando ele apoiou o Getúlio Vargas, depois de ficar nove anos preso, as pessoas criticavam ele dizendo: “Como você apoia a pessoa

que deportou a sua mulher grávida?”⁵. E ele falava: “As questões pessoais não podem ser colocadas acima das questões políticas e sociais”.



Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização que recebeu atenção em várias partes do mundo. No entanto, aqui no Brasil, sua imagem e trabalho têm sido alvo de ataques que pretendem mistificar suas contribuições à educação. Isso ocorre enquanto o MEC lança uma nova política nacional de alfabetização, com base na ciência cognitiva e no método fonético. Qual sua avaliação desse quadro?

[...]

Um dos documentos que me chegou às mãos foi um projeto de lei que falava do “Marxismo Cultural”, feito por um deputado de Niterói. Ele colocava Paulo Freire, Piaget e Vigotski como os grandes idealizadores desse “Marxismo Cultural”.

Não tem como não dizer da minha grande admiração pelo legado que o Paulo Freire nos deixou, o método que ele criou e seu pensamento, que tem alguns pontos de aproximação com o Vigotski, sem dúvidas. E quando converso com as minhas colegas, falo: “O que mais se aproxima é o pensamento libertário, emancipador, com formação das pessoas com pensamento crítico”. Eu faço questão de estudar Paulo Freire com os meus alunos, se não der para estudar, pelo menos indicar. Ler pelo menos dois ou três capítulos da “Pedagogia do Oprimido”, que são fundamentais para qualquer professor que está se formando - porque leciono nas licenciaturas.

Então, classificaria esses ataques no mesmo rol daqueles que dizem: “Ah, seu comunista!”. São pessoas ignorantes que não conhecem. Porque eu acho que nós pecamos muito em não estudar Paulo Freire, acredito que ele foi pouco estudado nas universidades e deveria, inclusive, ser estudado mais. Se sua obra fosse mais estudada, nós não estaríamos vivenciando esse cenário de hoje. É claro que ele tem uma presença muito forte na educação popular e ele é um pensador nesse campo, se posiciona assim. Obviamente, o legado dele nos dá muitas ideias para defender o que defendemos hoje. Mas acho que esses

⁵ Getúlio Vargas, presidente da República à época, assinou o documento de deportação de Olga Benário Prestes em 1936. Olga seria executada em 23 de abril de 1942 no campo de extermínio de Berndung, Alemanha.

ataques vêm desqualificar, eles são rasos, não argumentam. É o que digo para os meus alunos: “Você vai defender uma escola militarizada? Então, quais são os argumentos? Quais argumentos você tem para defender?”. Essa é a primeira questão, que acho que é “colocar por colocar”... temos que combater [isso]... mas você não consegue entender. Por exemplo: O que é “Marxismo Cultural”? Se você perguntar para esse deputado, ele não sabe. Mas os ataques são sérios, fazem parte de todos os ataques que nós temos sofrido como pessoas ligadas ao campo educacional.

O método em si, a gente fala: “Bom mesmo é o método do Paulo Freire, principalmente na Educação de Jovens e Adultos”. Inclusive, tem um filme muito interessante que mostra ele sendo pensado em várias áreas, e pessoas em diferentes momentos sendo formadas por esse método em diversas áreas do conhecimento.

Mas o que quero dizer é que o MEC pode defender o método cognitivista, mas não pode impor esse método, pode criar um projeto, mas não pode impor que o método fônico deva prevalecer. [...]. A questão muitas vezes se resume ao método, mas não deve se resumir a isso. Um método pode funcionar com uma criança, um adolescente ou um adulto, e outro método pode não funcionar. Então, a gente tem que olhar para eles como instrumentos que podem possibilitar e não engessar a nossa ação. Também não dá para defender um único método. Por exemplo, que escola a gente deseja? Eu quero uma escola que forme pessoas críticas com conteúdo. Quero uma escola que não ensine apenas matemática, mas que ensine com a matemática, que desenvolva com ela e que use o conteúdo para o desenvolvimento humano. É nesse sentido que defendo.

A primeira coisa é: não é papel do MEC defender apenas um método. Nós sabemos que os sistemas são autônomos, não temos um sistema único de educação no Brasil. Por isso, os Estados e municípios têm autonomia para definir os seus projetos. Apesar dessa autonomia estar cada vez mais complicada por causa da Base Nacional Curricular Comum, que inclusive hoje tem até uma resolução do Conselho Nacional de Educação, falando que a formação nas universidades, das licenciaturas, principalmente, tem que estar atrelada de alguma forma à BNCC. Isso é muito grave, tem que ser combatido e discutido. Foi imposto sem nenhuma discussão com o meio acadêmico. Mas a gente

já esperava isso. Por mais que se critique esse governo, a gente não vai conseguir dialogar de forma alguma, porque é tudo na força, tudo de cima para baixo e no “eu pensei e vou mandar fazer”, mas a gente sabe que educação não é assim que se faz. Em outros governos também houve a marginalização dos movimentos sociais. A gente tem que olhar e aprender, porque os Movimentos Sociais trazem as demandas populares, e num governo que pensa o Brasil, pensa na população brasileira, que na sua maior parte é uma população sem acesso à cultura, à educação plena, educação cidadã, os Movimentos Sociais são imprescindíveis.

Logo, a minha avaliação não é apenas o método. Porque nós podemos defender esse método hoje, amanhã, outro. Nós, que trabalhamos com a formação, que estamos na escola - eu tenho uma filha que é professora da educação básica em Brasília -, o que a gente fala é: “olhar para o aluno, dialogar e tentar entendê-lo para possibilitar a melhor forma de ele se desenvolver”. Então, por mais que se imponha, na verdade, muitas vezes é a realidade que vai ditar ou te ajudar a buscar o melhor método. Ou então (por que não?), criar um método para possibilitar o desenvolvimento dos seus alunos.

 Há uma sentença famosa de Darcy Ribeiro que diz o seguinte: **“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. O momento em que vivemos de negacionismo e recusa da autoridade dos saberes desenvolvidos pelos campos da ciência, arte e cultura é reflexo da vitória de um projeto de esvaziamento da capacidade transformadora da escola ou apenas uma consequência do projeto político que a criou no Iluminismo e, nesse sentido, nunca houve crise?**

Sim, a educação está inserida no projeto de sociedade, sem dúvidas. Concordo plenamente com o Darcy Ribeiro, o projeto é esse, vemos isso, por exemplo, pois estão permanentemente retirando disciplinas, retirando carga horária, criando outras coisas, mudando o currículo. Você mal consegue se enraizar num projeto político pedagógico e já é necessário mudar. Fui coordenadora do curso de Pedagogia da UFF em Niterói durante quatro anos. Em 2015 saiu uma resolução de mudanças no currículo da pedagogia e das licenciaturas, fizemos os

ajustes, dois anos depois mudou o governo. Na educação, você tem que dar um tempo para, inclusive, conseguir formar os alunos, porque, por exemplo: você vai formar esse aluno, ele vai chegar na instituição privada ou pública, e o que você diz para esse aluno? Do ponto de vista da formação dele, qual vai ser a atitude dele? Qual vai ser o comportamento dele? Como é que minimamente ele deve agir? Não acredito numa formação tecnicista em que você aprende técnicas e depois faz “isso e aquilo”. Não acredito nisso.

Acho que toda educação parte de uma determinada realidade, de um fenômeno que está diante de você e que na verdade você precisa entender a essência dele, que é complexa. Porque além de ter os seus alunos, você tem os seus colegas que vão chegar e dizer: “eu sempre fiz assim, e sempre funcionou. Então continue fazendo assim”. Mas, na verdade, se você tiver uma visão crítica, vai pensar: “não é isso que aprendi, está funcionando para um determinado projeto de formação, mas não para o projeto que eu penso formar”. E isso é muito complexo.

Hoje, eu estava conversando com a minha filha caçula, que faz Cinema na UFF, e ela estava me falando que não tem cinema na BNCC [Base Nacional Comum Curricular], ele está na área de linguagens. [Na BNCC] Essa questão das artes sumiu. Eu que admiro a Psicologia da Arte, do Vigotski, defendo que a arte não é linguagem, pois ela tem o valor nela mesma. Ou seja, a arte não é do autor, nem de quem admira ou do receptor, ela tem vida própria, seja nas artes plásticas ou na literatura. Vigotski analisa do ponto de vista da arte literária, mas as pessoas teimam em dizer que são diversas linguagens, chamam música de linguagem, assim como as artes plásticas - sou contra essa posição. A arte é arte por ela mesma. Música é um tipo de arte, são expressões dela. E o Vigotski vai chamá-la de atividade humana mais sofisticada. Para fazer uma obra de arte é uma sofisticação imensa, pois você lida com a imaginação, com a criação e várias outras dimensões da sua formação humana. Então, para ele, que chega na psicologia pela arte, é isso.

E complemento: a BNCC começou a ser pensada e elaborada no governo da presidente Dilma. Adoro ela, defendo, acho uma mulher corajosa, votei nela, mas não devia ter começado a elaboração desse documento. Critiquei muito, principalmente a BNCC para a Educação Infantil, que acho um contrassenso total, e eu e algumas colegas fomos acusadas de desobediência civil, na época.

É isso que a gente tem que falar para os alunos, para quem estamos formando. Eu tenho sido muito procurada pelas prefeituras para fazer um paralelo da BNCC com a teoria histórico-cultural, porque nela, principalmente na educação infantil, são mencionados alguns conceitos da teoria. E eu falo: “olha, não tem paralelo, nem cruzamento, não tem nada. A BNCC é uma coisa e a teoria de Vigotski é outra, e o que está na BNCC a teoria contradiz”.



O que mais te desassossega no presente?

O que me desassossega é não ter um horizonte, nenhuma possibilidade do fim dessa Pandemia⁶ no Brasil - isso fora da educação. Não podemos pensar fora desse contexto. É um país que não combateu a pandemia, que ficou lidando com ela como se fosse algo normal - não foi e não é. É um momento de exceção. Muitas pessoas morrendo e um governo totalmente irresponsável e incompetente, dando continuidade a um projeto de destruição de conquistas e de aprofundamento das desigualdades. Um governo que não pensa no povo. Então, me desassossega muito não ter perspectiva da Pandemia acabar, não sei quando vai ser, se vamos conseguir. O Brasil está virando um país isolado dos outros países. Por exemplo, outro dia nós fomos colocar um pacote no Correio para mandar para a Austrália, porque tenho uma enteada que mora lá, e nem o Correio aceitou, porque a Austrália não aceita nada que chegue do Brasil.

No campo da educação, há muito tempo faço críticas que fiz aqui e que me desassossegam muito que é a questão da precarização das condições dos docentes. Das condições materiais e estruturais da profissão. É um grande fator. Quando a Rússia fez a Revolução, e assumiu o Comissariado do Povo para Educação⁷, uma das primeiras tarefas foi a formação e a valorização dos professores. Então, temos que pensar nos professores que formamos para que sejam professores

⁶ Os meses de março e abril de 2021 foram os piores meses da pandemia. Nesse período, mais de 130 mil pessoas foram vítimas do coronavírus.

⁷ Comissariado do Povo para Educação era o departamento responsável pela administração da educação pública na União Soviética.

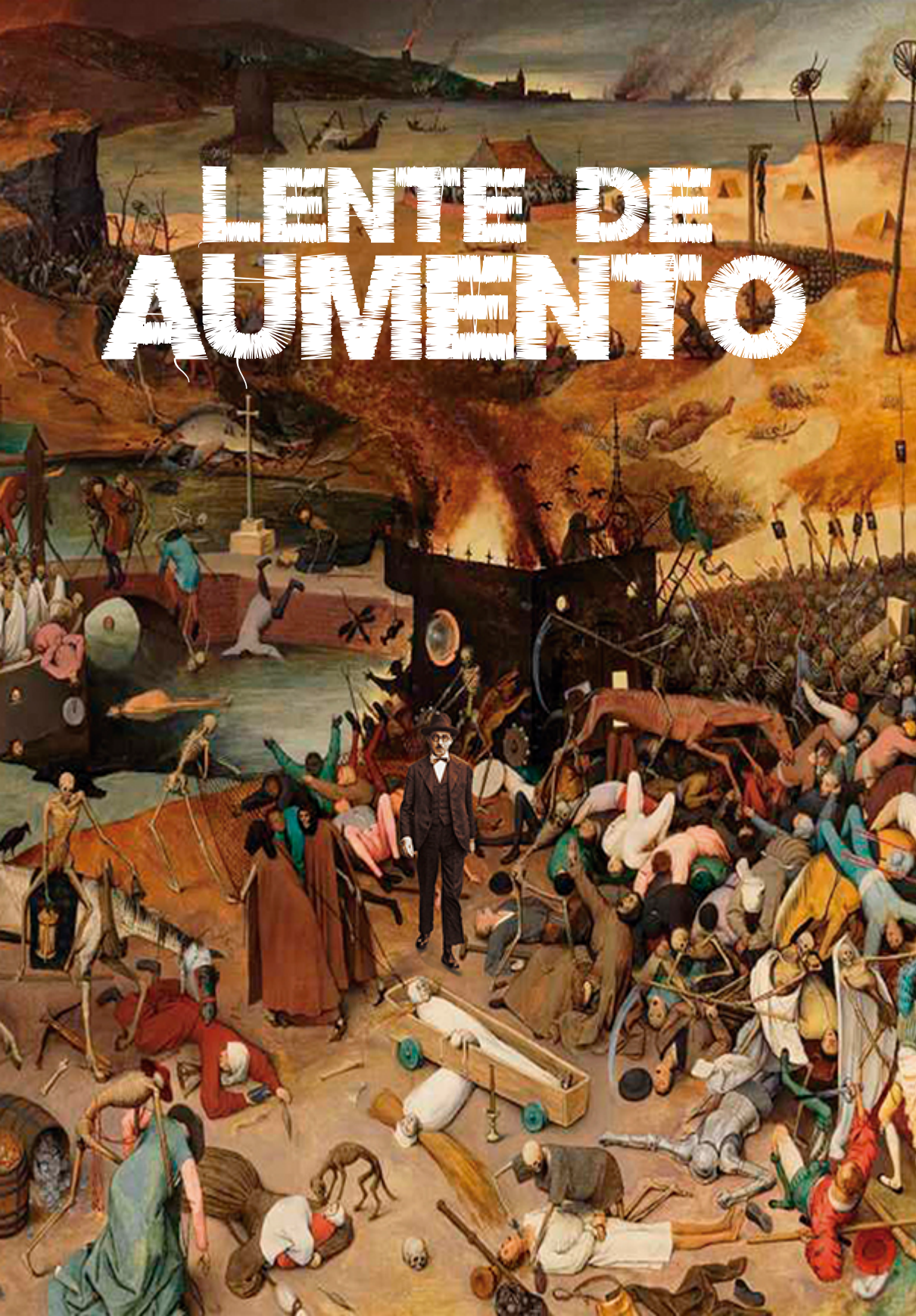
que vão conseguir lutar por uma valorização maior, principalmente na educação básica, e que nos aliemos a eles. É uma bandeira que acho que merece ser defendida, numa luta por esses profissionais que muitas vezes dedicam suas vidas à educação e são desvalorizados. É um motivo de desassossego.

>>> *Indicação de Vídeo*



Entrevista completa com
Zoia Prestes: [Revista De-](#)
[sassossegos Entrevista Zoia](#)
[Prestes](#)

LENTE DE AUMENTO



DE LOUCO, TODO O MUNDO PRECISA UM POUCO¹

por Igor de Barros Ferreira Dias

*Vai em frente sem parar, que a parada é suicida.
Sem parar, Gabriel, o Pensador*

Em conversas com colegas ou familiares, seja no bar, no restaurante ou mesmo em casa, é comum que nos questionemos sobre que vida louca é essa que estamos levando e em que estamos nos tornando. Uma vida sem parar, uma vida sem tempo de sentir e pensar, sem certeza de um futuro digno, em que a insegurança torna-se a regra. Às vezes, chegamos à conclusão de haver certa irracionalidade no ar, a brutal desigualdade cotidiana é tratada com tanta naturalidade que, em essência, a vida está cada vez mais perdendo sentido. Como os indivíduos hoje estão organizados de forma excessivamente individualizada, isolados e reduzidos a um grão de areia, somos tomados pela sensação de impotência diante da realidade e concluimos que o mundo à nossa volta é intransformável.

Talvez por isso, assistimos com frequência pessoas saudáveis desenvolverem síndromes de ansiedade, distúrbios do sono, depressão e até pensarem em suicídio. Não por acaso, segundo a Organização Mundial de Saúde, em 2017, mais de 11 milhões de brasileiros foram diagnosticados com depressão. Número em ascensão que atinge de crianças a idosos e nos alerta sobre que

¹ Artigo originalmente publicado no primeiro volume de *Desassossegos*, em outubro de 2018, com o título *Um pouco de louco, todo mundo precisa um pouco*.

sociedade estamos construindo e se estamos enlouquecendo sem nos darmos conta.

De fato, se não pararmos para levantar a cabeça, respirar e refletir, acabaremos naturalizando essa sensação de “loucura” provocada coletivamente. Por outro lado, se considerarmos verdadeiro que estamos todos “naturalmente” enlouquecendo, ou seja, que é normal tudo isso, como olharemos quem conseguir sair deste redemoinho que parece engolir a todos?

Minha resposta seria: quem “sair da loucura” será louco para os outros.

Acabei refletindo sobre isso ao assistir o filme italiano *A classe operária vai ao paraíso*, de 1971. Nele, um metalúrgico chamado Massa é tido, por ser irrefletido e irrefreável trabalhador da máquina, como **o operário padrão** pelos seus superiores e como **operário patrão** para os demais.

Devido ao seu cotidiano na fábrica, Massa vai sofrendo um silencioso enlouquecimento, chegando ao colapso. Ele surta e se compara a uma máquina quebrada, que não funciona mais. Mesmo tomado pela estranha combinação de lucidez e loucura, livre e atormentado, vai participar da incendiada assembleia do sindicato dos trabalhadores.

Se me recordo direito, a pauta era aceitar ou não o aumento das metas e do salário. A parcela mais empobrecida dos trabalhadores negava o acordo, enquanto outra parcela, formada por cargos mais altos, se interessava.

Massa se lança a discursar:

Não sei como chamá-los: senhores, operários, trabalhadores, companheiro...

Quando entramos aqui cedo, ainda é escuro e saímos à noite, no escuro.

MAS QUE VIDA É A NOSSA?

Isto já é rotina. Agora eu digo: já que é assim, por que não dobramos a cota, hein? Trabalharemos aos domingos, viremos à noite também, aliás, traremos as crianças e as mulheres. As crianças trabalharão e nossas mulheres farão sanduíches e que nos dêem de

comer na boca, assim trabalharemos sem parar, sem parar, sem parar, por algumas míseras liras e deixar aqui a vida trabalhando até morrer! E assim, deste inferno, sem parar, nós passaremos direto ao outro inferno, pois dá no mesmo!

De imediato, podemos ver uma didática cena representando o despertar da consciência de um explorado. É inquietante pensar na loucura que o atinge e o faz se sentir quebrado e sem conserto: ela foi necessária para que Massa atingisse esse grau de lucidez.

Então, como olharemos quem conseguir sair da loucura que parece engolir a todos?

Na prática, considera-se lúcido o bilionário e ex vice-presidente da FIESP, Benjamin Steinbruch, quando declara defender a redução da idade mínima para trabalhar, direito de almoço com duração de 15 minutos e quando diz que “o ideal seria se o trabalhador comece com uma mão e trabalhasse com a outra”².

Em contrapartida, desmerece-se Marielle Franco (PSOL), que “enlouqueceu” de indignação diante do humilhante cotidiano de miséria e violência dos morros cariocas. Seu assassinato³ foi mais um claro recado de como a elite brasileira trata o explorado que ergue a cabeça, fazendo, assim, com que os pobres sintam um medo do qual nunca conseguem se alforriar.

Sem parar de seguir esta lógica, muitos desaprovam os trabalhadores que, “enlouquecidos” diante de tanta precarização, ousam parar. Ao mesmo tempo, elegemos como lúcidos os economistas que dizem para o trabalhador se calar, porque pior é viver na miséria.

Aos que escolhem a “vida loka” do banditismo por necessidade, ouvimos frequentemente que prender e matar sem parar

² Benjamin Steinbruch concedeu entrevista ao programa *Poder e Política*, da Folha de São Paulo e do UOL, gravado em 25 de setembro de 2014, onde fez tais declarações. Nela, o “Barão do Aço”, dono da CSN, ainda, discorreu sobre a flexibilização das leis do trabalho como mecanismo de modernização e “desengessamento” das possibilidades de investimento e negociação por parte das empresas. O trecho contendo essa fala pode ser acompanhado aqui: [Devemos flexibilizar lei trabalhista; almoço é exemplo](#)

³ Já se passaram mais de 4 anos e o crime continua sem solução, apesar de, até agora, o caso ter passado por cinco delegados responsáveis pelas investigações.

resolveria o problema. Mas, como ninguém pode ficar sem parar, ouvimos com naturalidade propostas como instalar fábricas nas prisões, hoje verdadeiros manicômios para criminosos desempregados.

Massa e o bilionário Benjamin, um na ficção e o outro na realidade, falam sobre as crianças e “seu potencial produtivo”. Talvez não por acaso as pautas de se antecipar a idade mínima para trabalhar e se reduzir a maioridade penal venham simultâneas. Ideia que se encaixa com a da fábrica-prisão. Quem sabe a transferência das escolas para as prisões não seja a próxima “natural” solução?

No Brasil, dizem que enlouqueceu o idoso que ousa querer parar de trabalhar, e, assim, propõem uma reforma da previdência⁴ que nos deixa “não velhos” por mais uns quinze anos. Enquanto isso, no Japão, o excelentíssimo ex primeiro ministro, Taro Aso, de 72 anos, sugeriu “que os idosos são um dreno desnecessário nas finanças do país e deveriam ‘morrer’ para poupar gastos do governo com a saúde pública.”⁵

Devemos nos perguntar como agiremos diante de uma massa de brasileiros que acreditam em esdrúxulas loucuras ditas mil vezes em todos os espaços, tornadas naturalmente verdades, como que a liberdade do mercado globalizado nos banharia de ordem e progresso, que a nossa democracia é sólida e que justiça está sendo finalmente feita.

Assistimos de forma impotente, sentados no sofá de nossas casas, em todos os cantos, países destruindo vidas. Fazem-nos crer que quem nos coloca em risco de uma guerra nuclear é uma fadista nação comunista com um louco líder e suas 8 ogivas. Enquanto isso, nos solidarizamos com o inquestionável, quase sagrado, direito de russos e norte-americanos exibirem sua irracional

⁴ A Reforma da Previdência que aumentou a idade mínima para aposentadoria e o tempo de contribuição, entre outras alterações, entrou em vigor em 13 de novembro de 2019, com a Emenda Constitucional n.º103

⁵ Esta declaração foi feita em janeiro de 2013.

coleção de 14 mil ogivas, sendo que apenas mil são suficientes para acabar com a humanidade.⁶

A corrida nuclear encontra duas possibilidades de desfecho: ou atingimos a macabra e “feliz” paz pelo equilíbrio do medo da mútua aniquilação, ou, ao explodi-las, passaremos alguns séculos no inverno nuclear, temporária era do gelo para o tempo da Terra. Aposto que algum louco nesta situação ainda poderia falar para não reclamarmos, pois temos sorte de estar produzindo sem parar no quente inferno de nossa escola-fábrica-prisão. Vida esta que não importa o quanto se trabalha, nunca será mais que o suficiente para sobreviver o mês seguinte, uma escravidão assalariada.

Naturalizam-nos a projetar um futuro quase pós-apocalíptico, quando me parece menos louco pensar que o avanço científico-tecnológico aumenta a capacidade de construirmos um mundo de dignidade humana, alicerçado na prosperidade, fraternidade. Futuro bem diferente de um desfecho como o de *O alienista*, obra de Machado de Assis, publicada em 1882, em que o renomado Dr. Bacamarte cria a Casa Verde, espécie de manicômio, para onde praticamente toda a cidade acaba indo, pois haviam sido diagnosticados com distúrbios, ou terminarmos igual ao filme *Mad Max*, num futuro tomado pela total regressão social, em um deserto sem fim oriundo da guerra nuclear, onde todos se matam por petróleo e água.

É, Operário Massa, patenteie a sua louca lucidez, assim você evita que os outros loucos pratiquem suas ironias e poderá seguir em paz cometendo a insanidade de gritar o fim da exploração, que tem se aproximado mais da servidão, o fim da tortura, o fim do salário, o fim da loucura.

⁶ Na época de escrita deste artigo, a Coreia do Norte consolidava seu arsenal nuclear. Hoje, o problema das armas nucleares se reacende com a guerra entre Rússia e Ucrânia, que se erige em torno da influência da OTAN na região. O que parece loucura, é que as grandes questões, como uma nova organização política, social e econômica ou o fato de que algumas poucas nações dispõem de armamento nuclear suficiente para exterminar a humanidade, não são discutidas, o que faz com que se tornem “fantasmas” que de tempos em tempos nos assombram materializados em ogivas.

A GEOGRAFIA URBANA DE TELÊMACO BORBA: DO PLANEJAMENTO AO CAOS¹

por Gustavo C. Bahr

É fácil para quem mora ou mesmo está de passagem por Telêmaco Borba (PR) perceber que a cidade experimentou um crescimento urbano desordenado. Seja no plano estético ou no atendimento às necessidades da população, Telêmaco apresenta muitas desigualdades e carências. O que talvez poucos saibam é que a cidade tem sua origem através de um projeto urbanístico, ou seja, uma proposta de cidade planejada.

A origem e o desenvolvimento urbano de Telêmaco Borba estão relacionados diretamente aos interesses das Indústrias Klabin, que até a década de 1950 alocavam a totalidade de seus funcionários na Fazenda Monte Alegre, localidade onde se encontra a fábrica de papel e a sua fonte de matéria-prima. Devido aos elevados custos na manutenção das vilas operárias, junto a necessidade de uma área para comércio e serviços e um local para receber o grande contingente de pessoas que se dirigiam para a região, passou a se pensar em uma nova localidade.

Por intermédio do diretor da empresa à época, Horácio Klabin, foi contratado um plano estrutural urbano para a construção de uma cidade, que futuramente viria a ser Telêmaco Borba. Max Staudacher foi o arquiteto responsável pela elaboração do projeto urbanístico, seguindo o modelo das cidades jardins europeias, conforme figura 1².

¹ Artigo originalmente publicado no segundo volume de *Desassossegos*, em maio de 2019, com o título *A cidade de Telêmaco Borba: do planejamento ao caos*.

² Acervo particular de Gustavo C. Bahr.



Figura 1

O modelo proposto apresentava eixos ordenadores através de vias estruturais, ligando os diversos setores da cidade, utilizando da topografia, margeando fundos de vales ou através dos pontos de divisão de águas. Além disso, havia uma série de características ambientais de extrema relevância no cuidado com o meio, como áreas de preservação permanente próximas aos cursos d'água e em áreas mais íngremes³, sendo essas áreas destinadas para chácaras, onde, supostamente, ocorre um menor adensamento e impermeabilização do solo, além da presença de um cinturão verde, para conter a expansão urbana e ser uma área destinada a propriedades

³ Destaco que as sugestões com relação às Áreas de Proteção Permanente ocorrem, neste caso, anteriormente ao Código Florestal Brasileiro (1965), conjunto de leis que determina a preservação de áreas marginais aos cursos d'água e em áreas com declividade acentuada.

que serviriam a cidade com as necessidades de alimentos, sobretudo hortifrutigranjeiros.

Mas como uma cidade planejada apresenta tantos problemas na atualidade?

É claro que os atuais problemas urbanos de Telêmaco Borba não são exclusividade dessa cidade, sendo presentes na maior parte das cidades médias e grandes, sobretudo dos países em desenvolvimento. Mas essa cidade foge à regra da maioria das demais, pelo fato de ter em sua origem um projeto urbanístico.

Desde quando o projeto original da cidade de Telêmaco Borba começou a ser implementado, algumas questões ocorreram, as quais podem nos auxiliar na compreensão dos problemas atuais.

Primeiramente, ocorreu o parcelamento das áreas de chácaras, aquelas que foram criadas com a finalidade de preservar os cursos d'água, portanto, áreas próximas aos arroios da cidade, e mesmo ao Rio Tibagi, foram ocupadas. A ocupação dessas áreas ocorreu principalmente devido à valorização excessiva da terra dentro do projeto original, atual área central da cidade, gerando consequentemente especulação imobiliária e a busca por áreas alternativas.

Soma-se a isso a atuação de agentes sociais que produzem e consomem espaço urbano, que através de estratégias e ações concretas adquiriram terrenos e não fizeram ao longo do tempo o uso social da terra urbana, sendo esses os proprietários dos meios de produção, sobretudo ligados ao setor industrial, proprietários fundiários e promotores imobiliários, e esse fato é perceptível nos dias de hoje devido à presença de vários lotes desocupados. Essa estratégia levou a um processo de expansão urbana desordenado, em áreas externas ao do planejamento original, além de que esses lotes desocupados servem como especulação imobiliária e se tornam de alto custo ao Estado.

Isso resultou em um grande avanço na expansão da área urbana, principalmente a partir da década de 1980, em uma ação desses agentes que produzem o espaço urbano, ocorrendo a ocupação em grande escala na outra margem da rodovia PR-160. Esses bairros chegam a uma distância de até 6km da área central,

sendo que o crescimento desses ocorreu em uma velocidade muito superior, porém contrária a alocação de infraestrutura, conforme figura 2⁴.



Figura 2

A configuração urbana hoje de Telêmaco Borba, uma cidade com população estimada em pouco mais de 80 mil habitantes⁵, remete aos problemas de cidades muito maiores, como na mobilidade urbana; na deficiência do transporte público ou alternativo (leia-se ciclovias); ocupações irregulares (inclusive pelo Estado), que acarretam muitas vezes em problemas ambientais; bairros distantes do centro, o que significa um maior custo para o Estado dotar essas áreas com infraestrutura; abandono de áreas públicas; entre outros.

⁴ Acervo particular de Gustavo C. Barh.

⁵ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/telemaco-borba/panorama>

Portanto, podemos perceber que, no caso de Telêmaco Borba, a associação entre a não continuidade na proposta original, uma vez que o planejamento urbano sempre foi encarado como política de Governo e não de Estado, a ausência de um corpo técnico qualificado, que durante décadas foi o responsável por pensar e fazer a cidade, e a existência de grupos que derivam de uma dinâmica de acumulação de capital, a partir da terra urbana, resultou o atual caos presente na cidade de Telêmaco Borba.

>>> *Indicação de Leitura*



Into the Wild (Na Natureza Selvagem)

Publicado em 1996, o livro escrito por Jon Krakauer conta a história de Christopher McCandless. A obra, baseada em fatos reais, foi adaptada para o cinema em 2007 e teve como diretor Sean Penn e Emile Hirsch no papel de ator principal.

A ÚLTIMA PÁGINA¹

por André J. Schneider

Quando meus amigos me lançaram o convite para escrever algo sobre a Amazônia, fiquei bastante angustiado frente ao desafio de descrever esta parte misteriosa do Brasil. Minha intenção é trazer algumas impressões históricas de alguns autores e ao final algumas indicações de leitura e filme para que você, leitor, descubra, conheça e sintetize a importância dessa região tão inóspita do Brasil e do mundo.

Historicamente a Amazônia foi a região onde aventureiros procuravam, com um pouco de sorte e juízo, enriquecer em pouco tempo. Para outros, foi uma região de enclausuramento do mundo, onde os ecos da civilização chegavam muito difusamente, lugar de estradas líquidas, de febres perigosas e vida bárbara. Dos ciclos da borracha herdamos a era do ouro branco e do coronelismo de barranco, época em que foi “povoado” o interior do Amazonas e que provocou uma enorme desigualdade social que tem reflexos contemporâneos, ou seja, temos uma capital “rica e europeizada” e os seringais bárbaros e escravocratas. Para conhecer um pouco mais dessa dinâmica histórica, sugiro que assistam ao filme *A Selva*, com direção de Leonel Viera.

Quem e como se vive nessa parte do Brasil? Um dos maiores romancistas que viveram na Amazônia, Ferreira de Castro, descreveu uma bela síntese daquilo que podemos chamar de cultura regional. “Era sempre uma barraca coberta de folhas de palmeira e de soalho erguido um ou dois metros acima da terra, fixando-se em estacas, para que a água do rio, nas grandes enchentes, passasse por baixo sem atingir corpos e haveres naquele isolamento profundo. Ao lado, um Girau – estrado onde sorriam, dentro de velhas latas, humildes plantas floridas. Um mamoeiro, duas ou três touças de bananeiras, as vezes uns metros de mandiocal, uma ca-

¹ Artigo originalmente publicado no terceiro volume de *Desassossegos*, em outubro de 2019.

noa balouçando-se no porto – e mais nada.” Assim vivia e vive o caboclo da Amazônia.

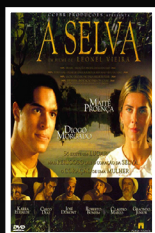
Para muitos aventureiros, exploradores e colonizadores, a Amazônia era um mundo à parte, terra embrionária, geradora de assombros. Uma representação que insiste na ideia de que essa é uma parte da terra ainda em formação, portanto, em desordem e assim não preparada para receber a civilização. Para isso é necessário domesticá-la. Diminuir gradativamente seu enorme descompasso com o desenvolvimento técnico que passou a se constituir no padrão principal das nações modernas. A Amazônia apresenta-se em um estágio primitivo de evolução, vivendo próxima ao estado de natureza e à margem da história.

A descrição mais fantástica vem de Euclides da Cunha que também andou por esses lados. Depois de escrever *Os Sertões*, ele se aventurou pela Amazônia e escreveu *Amazônia: um paraíso perdido*, e é nele que encontramos a seguinte passagem: “subi para o convés, de onde, com olhos ardidos da insônia, vi, pela primeira vez, o Amazonas. Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira. A própria superfície lisa e barrenta era muito outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) uma página inédita e contemporânea do Gênesis”.

Enquanto o presente texto era gestado², a Amazônia estava protagonizando uma das maiores crises ambientais desta década. Se Euclides da Cunha percebeu que na Amazônia estava a última página no Gênesis que Deus deixou aos homens para finalizarem, parece-nos que estamos inserindo alguns garranchos sujos e irracionais nas sagradas escrituras. É triste pensar que Deus nos tenha delegado uma missão tão nobre e que nossa contribuição será destruir essa obra da criação e com ela nos destruir. Estamos literalmente no começo do fim da última página do Gênesis.

² Segundo dados do INPE, os meses de março e abril de 2019 registraram a maior quantidade de focos de incêndio ativos para o período desde 1998, quando se passou a monitorar esse tipo de informação. Ao final de 2019, observou-se 30% de aumento de focos de incêndio em relação ao ano anterior e em 2020 registrou-se aumento de 15% em relação a 2019. Consulte: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/

>>> *Indicação de Filme*

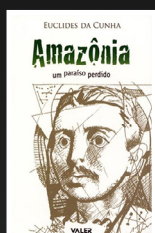


O filme *A Selva*, dirigido por Leonel Vieira, é uma adaptação ao romance homônimo de Ferreira de Castro.

>>> *Indicações de Leitura*



A Selva, livro de Ferreira de Castro, conta a história de Alberto, português que se exila na Amazônia e enfrenta os percalços da exploração pelo homem e as dificuldades de se viver na selva.



Amazônia – um paraíso perdido, de Euclides da Cunha, revela a Amazônia ao Brasil, a partir dos parâmetros sociais, culturais e políticos de sua época.

HABITAR A CIDADE: O PLANEJAMENTO DAS DESIGUALDADES EM CURITIBA¹

por Adriana Rita Tremarin

Desde 1948, a moradia passou a ser considerada um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil, assina: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”.

Apesar disso, em Curitiba, estima-se que existam 380 assentamentos precários², com 200 mil pessoas, o que corresponde a um déficit habitacional de 80 mil domicílios³.

¹ Artigo originalmente publicado no quarto volume de Desassossegos, em maio de 2020.

² Segundo os Planos Setoriais de Habitação e Regularização Fundiária de Curitiba (Ippuc, nov. 2020), uma atualização da pesquisa sobre assentamentos irregulares em Curitiba, realizada no final de 2019, identificou 453 assentamentos irregulares, divididos em 359 ocupações espontâneas e 94 loteamentos clandestinos (ocupações não espontâneas, promovidas e comercializadas por terceiros), áreas onde viviam 175.737 pessoas.

³ A última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE em 2015, apontava que o déficit habitacional em Curitiba e demais municípios da Região Metropolitana era superior a 150 mil domicílios. Apesar dos números elevados, o Conselho da Cidade de Curitiba (Concitiba) aprovou, em 2021, os Planos Setoriais de Habitação e Regularização Fundiária considerando um déficit subestimado para a capital apontado pela Cohab, ainda em 2010 - de 49.164 domicílios na capital. Um estudo da Fundação João Pinheiro apontava que, em 2019, o déficit habitacional de Curitiba já estava em 84.104 unidades.

O problema é grave e começa nas disparidades entre as definições: a ONU denomina *assentamentos precários* o conjunto que inclui favelas, cortiços, loteamentos clandestinos e irregulares; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza o termo *aglomerado subnormal* para referir-se às favelas quando elas reúnem, no mínimo, 51 unidades habitacionais sem documento de posse, carentes de serviços públicos essenciais e dispostas sem padrão urbanístico. Ainda assim, os municípios utilizam termos e metodologias muito variadas para levantar dados sobre habitação e esses números poucas vezes são divulgados com objetividade. Tudo isso dificulta os estudos sobre o tema e a proposição de políticas públicas efetivas.

Em Curitiba, o relevo dos vales fluviais contribui para a invisibilidade do problema. Nessas áreas, destinadas à mata ciliar, famílias carentes passaram a residir desde a primeira metade do século XX. Ao longo do tempo, a legislação urbana restritiva da cidade planejada elevou o custo da terra, dificultando ainda mais o acesso à moradia digna.

Como consequência de décadas de planejamento urbano em descompasso com a região metropolitana, atualmente, as favelas se distribuem em todas as direções, com maior concentração em Curitiba, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais. Nessas áreas, o risco é mais elevado em função das características ambientais impróprias para edificações (altas declividades ou várzeas) e do tipo de ocupação dos assentamentos (precariedade dos materiais e das técnicas construtivas), além da carência de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

A expansão horizontal da metrópole e suas grandes desigualdades socioeconômicas obedecem à lógica do novo ciclo de reprodução e acumulação do capital no meio urbano – a dos negócios imobiliários. Apoiados pela ação do Estado e do mercado financeiro, esse setor se vale do planejamento público, da tecnologia da construção e das atividades da indústria para ordenar a cidade de acordo com seus interesses.

O consumo imobiliário de “novos conceitos” de moradia, como os condomínios horizontais de alto padrão, é símbolo de

sucesso e distinção social. Esses empreendimentos têm promovido redefinição/revalorização de espaços menos aglomerados das periferias metropolitanas, contribuindo para processos de gentrificação (saída dos moradores de baixa renda pela sobrevalorização da terra), tal como já ocorre em Curitiba há mais tempo.

Outra face da problemática da moradia nas grandes cidades é a população em situação de rua. Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, em 2018, eram cerca de 2,3 mil pessoas vivendo nessa condição. Já para o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), 5 mil⁴. Essa parcela da população não é considerada nas contagens populacionais do censo realizado pelo IBGE. A alegação é de que esse levantamento é organizado por domicílio. O problema é agravado pela falta de políticas de inclusão social (há apenas 1,3 mil vagas⁵ em Unidades de Acolhimento Institucional), falta de programas de habitação popular e de geração de emprego. A atual gestão da prefeitura, por meio da Fundação de Ação Social (FAS), também tem sido criticada pelo fechamento do abrigo e do guarda-volumes que atendia a população em situação de rua na região central e, mais recentemente, pelo recolhimento de pertences dessas pessoas, em ação denunciada como arbitrária e truculenta, tendo sido alvo de ação do Ministério Público.

Na mesma rua onde pessoas dormem sob marquises, imóveis vazios escancaram as falhas do planejamento urbano em democratizar a cidade para que esta exerça sua função social. A função social é uma medida de equilíbrio para impedir que o direito à propriedade prejudique o interesse maior da coletividade de ter acesso a bens comuns.

Levantamentos de pesquisadores dão conta que o número de domicílios vazios em Curitiba corresponde ao número do

⁴ Entidades e instituições que trabalham nos serviços de assistência à população em situação de vulnerabilidade social em Curitiba acreditam que esse número já foi em muito ultrapassado ainda nos últimos meses de 2021.

⁵ Em dezembro de 2020, a FAS tinha 1.474 vagas em acolhimento institucional.

déficit habitacional da cidade ou é ainda superior. Movimentos populares de luta pela moradia já propuseram que os imóveis vazios na área central fossem utilizados para habitação social, com diferentes usos e diversidade cultural, de modo que essa apropriação do espaço contribuísse para revitalizar o Centro que corre risco de deterioração justamente pela falta de moradores.

Uma forma de reduzir a existência de vazios mantidos pela especulação com preço da terra é a prefeitura cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com valores progressivos no tempo até o proprietário destinar um uso ao imóvel. Contudo, esse instrumento ainda é pouco utilizado em Curitiba em razão das pressões do setor imobiliário que sobrepõem seus interesses junto ao poder público.

Como produto de debate político, o planejamento urbano, por meio de seus objetivos e instrumentos de implantação pela legislação urbanística, tanto pode contribuir com a democratização da cidade como para acirrar ainda mais a segregação e as desigualdades. É por essa razão que, coordenado pelo poder público, o planejamento urbano e regional precisa da participação popular para garantir as prioridades coletivas e proteger, em especial, a população mais pobre e vulnerável, com respeito às questões ambientais, à diversidade cultural e à história local. Assim como em sua elaboração, as etapas de implantação e revisão precisam do acompanhamento e da fiscalização da população em diversos canais e fóruns de participação, como nas audiências e consultas públicas, nos trabalhos dos conselhos municipais, nas sessões do legislativo, dentre outros.

As cidades são espaços de vida que se vive junto, nos encontros e nos embates.

>>> *Indicação de Filme*



Curitiba: o mito da cidade modelo (11').

Documentário sobre o planejamento de Curitiba e a produção das desigualdades a partir de entrevistas com moradores e lideranças de favelas e professores-pesquisadores da questão urbana. Assista: Curitiba: o mito da cidade modelo.

>>> *Indicação de vídeo-palestra*



Políticas Públicas de Habitação e Cidade pós-pandemia (2h 11 min).

Palestras da Conferência Popular de Habitação: Curitiba e Região Metropolitana, realizada em out. 2021, com as pesquisadoras Ermínia Maricato e Madianita Nunes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yGF46ZljtPU&t=220s>

>>> *Indicação de leitura*



Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Curitiba. 2021. Relatório da pesquisa desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, em parceria com universidades, com o objetivo de avaliar as políticas públicas de urbanização e regularização de favelas em grandes cidades brasileiras. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/direito-a-cidade-e-habitacao-resultados-da-pesquisa-sobre-a-implementacao-de-politicas-de-urbanizacao-de-favelas/>

"DIA DE PRETO": REFLEXÕES SOBRE FERIADOS, DATAS COMEMORATIVAS E RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL¹

por Felipe Comitre

Ao observar o calendário no Brasil, percebe-se uma elevada quantidade de feriados e datas comemorativas relacionadas a perspectivas históricas, afirmativas e mercadológicas. O mês de novembro, por exemplo, caracteriza-se pela existência de vários desses eventos: 02 de novembro: dia de Finados; 15 de novembro: Proclamação da República; 20 de novembro: dia da Consciência Negra; sexta-feira após o Dia da Ação de Graças: *Black Friday*. Indaga-se a possível relação entre os eventos mencionados com algumas características marcantes da sociedade brasileira contemporânea, especialmente o racismo estrutural.

Como sabemos, os feriados e datas comemorativas são criados para gerar memórias coletivas sobre determinados acontecimentos relevantes para a história de um país, Estado ou município. Entretanto, poucas vezes buscamos uma compreensão mais contextualizada sobre os motivos para a sua existência, tornando-se comum associar o feriado com um dia de não trabalho e de des-

¹ Artigo originalmente publicado no sexto volume de *Desassossegos*, em maio de 2021.

canso. Mas é preciso entender o que está em jogo nessa aparente trivialidade.

A Proclamação da República no Brasil, ocorrida no dia 15 de novembro de 1889, precisa ser entendida como um fenômeno nada revolucionário. Apesar da mudança da forma de governo da monarquia para a república, o processo foi marcado pela manutenção de interesses de membros do próprio Estado e de elites que ocupavam cargos de destaque anteriormente. O baixo envolvimento da sociedade pode ser observado por meio da análise de Aristides Lobo, citado na obra *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho: “O povo assistiu a tudo bestializado”.

O que chama a atenção é que movimentos pró-república já existiam na década de 1870, mas com poucos participantes adeptos, sendo que foi o cenário da década seguinte que influenciou diretamente na implantação da república. A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, estabeleceu a abolição da escravidão no Brasil e ocasionou descontentamentos entre determinados grupos sociais, especialmente os fazendeiros que eram contrários ao trabalho livre. Paradoxalmente, esse grupo passou a apoiar a república, mesmo reconhecendo os seus ideais abolicionistas. Ascenderam-se, então, os chamados republicanos de última hora.

A breve contextualização da origem da República proporciona o estabelecimento de um elo com a questão da escravidão no Brasil. A República se originou tendo como cenário as disputas relacionadas com a permanência ou extinção da escravidão no país. Os quase quatro séculos de trabalho escravo no Brasil, último país da América a pôr fim a esse modelo, nortearam transformações da esfera política, contudo, não nos aspectos socioeconômicos, que ainda estão diretamente associados ao período da escravidão, haja vista a situação dos negros nos dias de hoje.

Silvio Almeida explica que a condição de vida dos negros no Brasil reforça o que ele denomina de Racismo Estrutural. Para o autor, o racismo não se caracteriza como um fenômeno conjuntural, mas sim como algo normalizado que afeta a estrutura social e as relações cotidianas. Os aspectos econômicos, políticos e sub-

jetivos são pontos que ele define como estruturais, sendo que tais esferas geram constantes constrangimentos e dificuldades para os negros, especialmente às mulheres negras, desenvolverem suas vidas, já que convivem com baixos salários, em situação de vulnerabilidade social, sofrendo diversos tipos de violência e, além disso, não possuem representatividade em esferas políticas e econômicas de destaque.

A existência do racismo estrutural amplia a necessidade de se promover a Consciência Negra para além de um dia. Apesar da escolha simbólica da data, em 20 de novembro de 1695 morreu o líder do Quilombo dos Palmares – Zumbi dos Palmares –, a reflexão sobre a situação do negro no Brasil precisa estar presente em ações políticas, sociais, econômicas e culturais de forma cotidiana. Para isso, torna-se essencial transcender os clichês, como as famosas *hashtags* disseminadas em redes sociais que esvaziam a data.

Enquanto o racismo estrutural se perpetua no Brasil, outro feriado existente em novembro parece fazer mais sentido para a população negra: o dia de Finados. Os constantes casos de violência contra negros – independentemente da idade – revelam sua situação em nosso país: são seres matáveis, definidos como *homines sacri* – termo utilizado por Agamben para analisar os indivíduos que perdem seu direito político (*bios*), restando-lhes apenas a sua vida biológica (*zoé*).

A mera existência biológica do indivíduo lhe confere a imposição de uma vida nua, destituída de direitos básicos, o que caracteriza a emergência do estado de exceção, onde a sua morte não significa um crime ou sacrilégio. O caráter matável do negro pode ser compreendido a partir da análise de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020: das vítimas de violência letal no Brasil, homicídios e latrocínios, 74,4% são negros; das vítimas de intervenções policiais 79,1% são negros.

Ainda na esfera da atuação policial e violência, dos policiais assassinados no país, 65,1% são negros. Este último caso pode ser entendido pela reflexão do coronel Íbis Pereira que, resumi-

damente, afirma que a busca por se reduzir o comércio de tráfico de drogas que o mundo vazio dos dias de hoje alimenta, faz com que negros e pobres fardados sejam empurrados para as periferias pobres, ocupadas majoritariamente por negros. Como não pensar na perpetuação da lógica do capitão do mato em que escravos viviam capitães e passavam a perseguir os negros com a adoção de práticas extremamente violentas? Marcelo Yuka, na música *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*, descreve que “é mole de ver / que em qualquer dura / o tempo passa mais lento pro negão / quem segurava com a força a chibata / agora usa a farda / engatilha a macaca / escolhe sempre o primeiro negro pra passar na revista”.

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública salientam a banalização da morte de negros por uma sociedade que naturaliza o seu extermínio. Os Racionais MC's sintetizam a situação com os versos da música *Negro Drama*: “Me ver pobre, preso ou morto já é cultural”.

Enquanto a lógica perversa do racismo estrutural legitima o caráter matável dos negros, outra data comemorativa de novembro se ascende para a análise: a *Black Friday*. Esse evento escancara a dependência cultural do Brasil, devido à importação de costumes dos EUA, e evidencia o poder do consumo como estratégia de alienação em uma sociedade desigual.

As contradições sociais são camufladas pela distração efêmera ligada à lógica do consumo simbolizada pela *Black Friday*. A existência de uma data com grandes descontos em produtos de diversas empresas ocasiona uma verdadeira euforia entre os consumidores, permitindo-se fazer uma reflexão com o que Milton Santos explica ser a ascensão do “consumidor mais que perfeito” em detrimento da cidadania. O indivíduo consumidor, e não cidadão, passa a acreditar no poder do consumo para o seu desenvolvimento social, alienando-se de bases do processo histórico de formação do povo brasileiro.

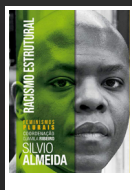
A *Black Friday* cria a fábula de que o indivíduo, independentemente de sua raça ou grupo social, faz parte das maravilhas advindas do capitalismo atual, esquecendo-se dos pontos estruturais que o constroem cotidianamente. A perversidade dessa lógica, contudo, impõe-se quando nos deparamos com casos de violência contra pessoas pertencentes a grupos não aceitos e/ou perseguidos em determinados locais, mesmo como consumidores, como o caso de João Alberto, assassinado por seguranças no supermercado Carrefour em novembro de 2020².

Na verdade, a grande *Black Friday*, o que está em promoção, de fato, é a população negra no Brasil, que se encontra reduzida a uma mercadoria descartável, mal remunerada em seus postos de trabalho, que convive com a vulnerabilidade social e diversos tipos de violações de direitos. Dessa forma, Proclamação da República, Consciência Negra, Finados, *Black Friday* e outras datas comemorativas convergem para um modelo que, politicamente, economicamente e subjetivamente, corrobora o que cantava Elza Soares: “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.

Entretanto, a concepção de racismo estrutural pode nortear a compreensão da racionalidade desigual e violenta destinada aos negros e, a partir daí, orientar práticas cotidianas que se voltem para a mudança dessa estrutura. A transformação pode ser inspirada pelos versos recentes da própria Elza Soares, na música *Não tá mais de graça*, do álbum *Planeta Fome*, de 2019: “A carne mais barata do mercado não ‘tá mais de graça / O que não valia nada agora vale uma tonelada / A carne mais barata do mercado não ‘tá mais de graça / Não tem bala perdida, tem seu nome, é bala autografada”.

² João Alberto Silveira Freitas foi assassinado no supermercado Carrefour, em Porto Alegre, após ser espancado por seguranças do local. Depois do crime, a empresa informou que vem adotando um novo modelo de segurança em prol de se combater o racismo, sobretudo com o fim da contratação de trabalhadores terceirizados para o segmento. Entretanto, notícias sobre perseguição, torturas e outros tipos de crimes continuam constantes com relação a presença de negros em distintos estabelecimentos comerciais do país.

>>> Indicações de Leitura



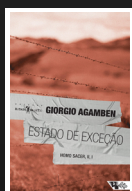
Racismo estrutural, de Silvio Almeida

Escrito por Silvio Almeida, doutor em Direito pela USP, o livro apresenta dados e reflexões sobre o impacto do racismo na estrutura econômica, política e subjetiva da sociedade brasileira.



Os bestializados, de José Murilo de Carvalho

Neste livro, o autor faz uma análise sobre o processo de proclamação da República, a partir da análise das relações estabelecidas na recém capital da República, a cidade do Rio de Janeiro.



Estado de exceção: homo sacer, II, I, de Giorgio Agamben

A obra instiga a reflexão sobre a atuação do Estado e as relações de poder na formação do que o autor define como estado de exceção. Para isso, são analisadas leis e normas que legitimam a violência e a suspensão de direitos, o que ocasiona a disseminação de seres matáveis (*homo sacer*).



O espaço do cidadão, de Milton Santos

O autor faz uma análise da influência da desigualdade social em sua distribuição no espaço urbano. Nesse contexto, a obra se direciona para a reflexão sobre a cidadania em um espaço caracterizado pelo paradigma da reprodução do capital.

>>> Indicação de álbum musical



Planeta Fome, Elza Soares

Lançado em 2019, *Planeta Fome* é um álbum inspirador desde a sua capa, criada pela cartunista Laerte Coutinho, passando pelas faixas que expressam sentimento de revolta, mas, principalmente, de esperança por um mundo mais justo. Logo na primeira faixa, *Libertação*, depara-se com o verso “Eu não vou sucumbir”. E assim segue a incansável, crítica e mulher negra Elza Soares, sem se vergar às imposições do sistema.

A NATUREZA CIVILIZADA: DESTRUIÇÃO NA ESTEIRA DO PROGRESSO¹

por Gustavo F. Olesko

A reflexão acerca da destruição desenfreada que se assiste no Brasil e no mundo na questão da natureza é indispensável. Por um breve instante, o título deste texto foi “Natureza ou barbárie”. Contudo, pensando com calma, esse título não seria válido, uma vez que quem destrói a natureza não é o bárbaro, mas sim o civilizado. O desenrolar de uma crise ambiental há muito tempo posta em nossa cara só ganhou as manchetes, ainda que de forma tímida, durante a pandemia. Há décadas que há um debate longo e profícuo sobre a devastação da natureza dentro de círculos críticos. No entanto, foi somente com o novo relatório do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*, da ONU), lançado no início de agosto de 2021, que se viu um pouco de preocupação e divulgação na grande mídia. Porém, dois problemas surgem já nas notícias: primeiro, que se trata de uma questão de ordem global e que está totalmente conectada com o modo capitalista de produção, o que é ignorado ou eclipsado nas notícias e no próprio relatório; segundo, a defesa de que as mudanças necessárias possam partir de ações individuais e/ou de Estados, a partir de elementos meramente sociais e não político-econômicos. São esses os pontos que se busca aqui esmiuçar.

A expansão do modo de produção capitalista ao largo do globo é relativamente recente. Alguns pensadores da chamada teoria decolonial, marxistas ou não, defendem que foi somente com

¹ Artigo originalmente publicado no sétimo volume de *Desassossegos*, em outubro de 2021.

a Revolução Industrial, que comumente se trata como iniciada em meados do século XVIII, que o capitalismo criou as bases para, no século XIX, passar a dominar o mundo. Rosa Luxemburgo, em sua obra magistral sobre a acumulação de capital, discorre também sobre tal processo e crava: a continuidade do capitalismo, a produção de capitais e a subsequente reprodução ampliada só é possível através da subordinação de modos de produção distintos ao capitalista sob seu comando. Passado muito tempo e muito debate, se pode concluir que o capitalismo precisa mercantilizar elementos que lhes são estranhos, alheios, externos, para seguir vivo, seguir produzindo capital a partir de aparentemente nada. É nesse ponto que a natureza entra.

Vemos, então, após a ascensão dos EUA como potência hegemônica em 1991 (vitória de modo acachapante na Guerra do Golfo e fim da URSS), a apoteose da dupla indissociável: globalização-neoliberalismo. O fluxo de capitais deve ser livre, é o fim dos antagonismos, das crises, a *pax estadunidense* está no horizonte próximo. Ledo engano. Pouco tempo depois, tem-se início uma série de crises que vão pulando de país em país, como a crise japonesa no mesmo 1991, a mexicana em 1994, a dos tigres asiáticos de 1997, russa em 1998, brasileira em 1999, argentina em 2001... até a magnânima crise de 2008-2010. As crises são parte inseparável e necessária do modo capitalista de produção. Nelas, o excesso de capital é destruído, transformado em literalmente nada, para então poder reiniciar o processo de acumulação. É justamente nesse ínterim que a natureza torna-se alvo. As patentes sobre sementes, a famosa transgenia é somente a ponta do iceberg da acumulação/produção original de capitais. Transforma-se algo que antes não possuía preço, não possuía um dono específico em algo patenteado, com dono único, é a monopolização da natureza.

Indo além, tal processo é sentido em todo o mundo. O avanço da destruição de florestas não é mera maldade. Ou seja, não existe maldade no sentido moral na devastação ambiental, existe, sim, uma racionalidade pura, que leva em conta a oportunidade

de se produzir capital a partir de algo que antes não era precificado. Assim sendo, no caso brasileiro, se ateia fogo na floresta com o objetivo de criar fazendas. É então o que o grande sociólogo rural brasileiro José de Souza Martins sabiamente chamou, ainda nos anos 1970, de “produção de propriedade privada”. Sai de cena a terra do Estado e a mesma vira de um particular, com preço, obtida normalmente via ilegal, na grilagem de documentos como meio. Vale destacar que é esse o motivo principal da atual devastação da floresta amazônica. Não é como se imagina no senso comum, a queima de floresta para gado ou soja, é para a mera produção de propriedades privadas, fazendas, as quais serão hipotecadas para que seu dono – ilegítimo – especule na bolsa ou com os títulos públicos. É isso, pois os dados do próprio INCRA, através de auto declaração dos proprietários de grandes fazendas (mais de 1000 ha), revelam que somente 30% destas são produtivas, o restante é o velho latifúndio improdutivo.

Processo semelhante se faz ao redor do globo. Destruir a natureza para no lugar dela se criar propriedade privada ou cercar a natureza para ela mesma ser propriedade. É o processo de um capitalismo tardio ou senil, onde todas as esferas da vida passam a ser precificadas, mercantilizadas, e é nesse processo que a devastação ocorre. Não é, portanto, um processo BÁRBARO, muito pelo contrário, ele é totalmente racional, civilizado no sentido mais puro dessa palavra, uma racionalidade que objetiva pura e simplesmente a obtenção da maior taxa de lucro possível, pouco importando a vida. E esse desenrolar não é, de maneira nenhuma, pacífico.

Os conflitos por terra se desenrolam em todo o mundo. A disputa vai desde o processo que anteriormente aqui se debateu, até disputas mais encarniçadas, como é o caso da entrada de grandes montantes de capitais na extração de lítio na Argentina e Bolívia, *plantations* de cacau e palma para extração de óleo para biocombustível em África, ampliação do monocultivo de seringueiras na Indonésia, o *fracking* para extração de gás e petróleo na América do Norte, além das já clássicas extrações dos mesmos

hidrocarbonetos em águas profundas, causadoras de grandes problemas ambientais. Em outras palavras, as mudanças climáticas e a situação tenebrosa na qual a humanidade se encontra não é produto do anseio individual de uma melhora de vida, é na realidade consequência da expansão, domínio e exploração da natureza como um todo por um modo de produção, o qual tem como mecanismo de funcionamento a destruição, seja da natureza, seja de trabalhadores, trabalhadoras, camponesas, camponeses, povos originários e indígenas.

O colapso ambiental já começou. Os economistas liberais, que agem como sacerdotes da modernidade, o ignoram ou creem que é possível pará-lo sem mudanças estruturais no modo de produção. Descolados da realidade dos povos do mundo, riem da desgraça alheia, defendendo o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos a um custo humano e ambiental absurdo. Até parece que as crises hídrica, elétrica e de alimentação não nos têm batido à porta, não só no Brasil, mas no mundo todo. Por ora, a questão que fica é: qual é o limite de destruição que a sociedade irá aceitar ou aguentar?



Ilustração de
Lilian de Assis
Gonçalves

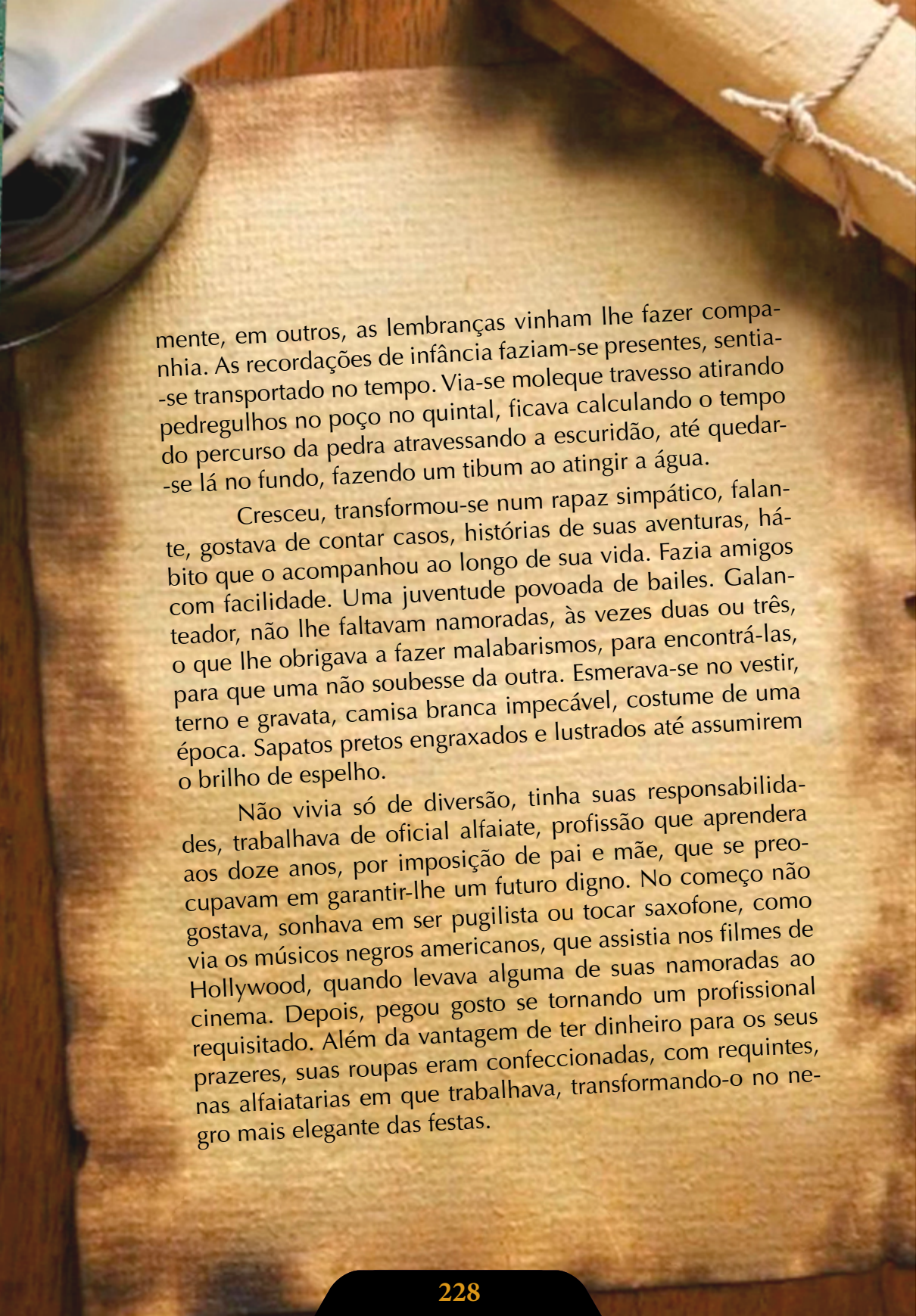
Passagem do tempo¹

Miriam Alves

Sentado confortavelmente², no terraço da casa que construiu tijolo por tijolo, não com as próprias mãos, porque o seu ofício era outro. Fica ali horas, ostentando com orgulho aquele fruto de anos de seu trabalho. Havia dias que contemplava a rua, esvaziando a

¹ Conto originalmente publicado no quinto volume de Desassossegos, em outubro de 2020.

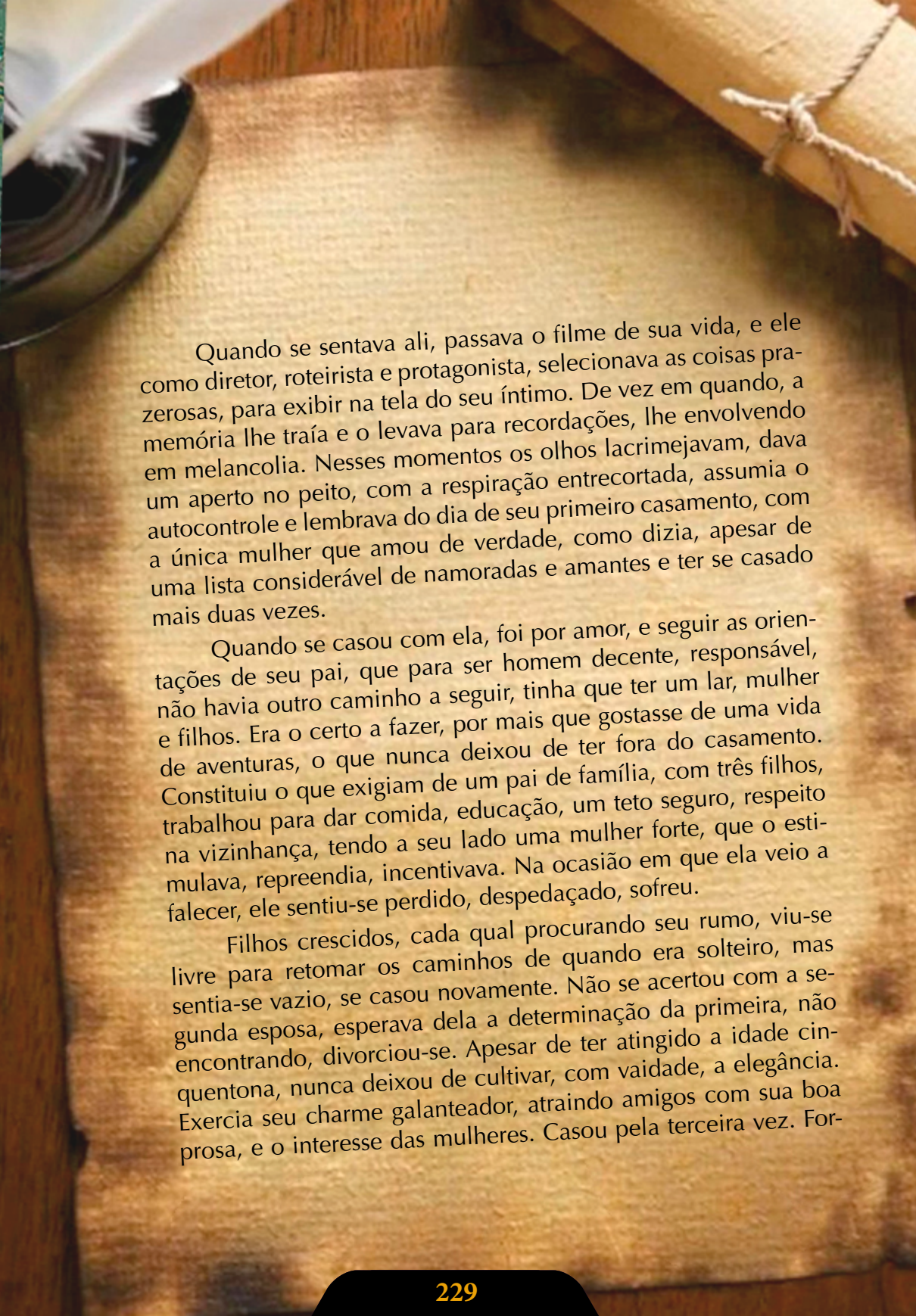
² Do livro *Juntar Pedacos*, Editora Malê, Rio de Janeiro, 2020.

A quill pen with a dark, possibly black, handle and a white, feathery tip lies on the left side of the page. A piece of light-colored twine is tied in a knot on the right side. The background is a textured, light brown surface resembling parchment or aged paper.

mente, em outros, as lembranças vinham lhe fazer companhia. As recordações de infância faziam-se presentes, sentia-se transportado no tempo. Via-se moleque travesso atirando pedregulhos no poço no quintal, ficava calculando o tempo do percurso da pedra atravessando a escuridão, até quedar-se lá no fundo, fazendo um tibum ao atingir a água.

Cresceu, transformou-se num rapaz simpático, falante, gostava de contar casos, histórias de suas aventuras, hábito que o acompanhou ao longo de sua vida. Fazia amigos com facilidade. Uma juventude povoada de bailes. Galanteador, não lhe faltavam namoradas, às vezes duas ou três, o que lhe obrigava a fazer malabarismos, para encontrá-las, para que uma não soubesse da outra. Esmerava-se no vestir, terno e gravata, camisa branca impecável, costume de uma época. Sapatos pretos engraxados e lustrados até assumirem o brilho de espelho.

Não vivia só de diversão, tinha suas responsabilidades, trabalhava de oficial alfaiate, profissão que aprendera aos doze anos, por imposição de pai e mãe, que se preocupavam em garantir-lhe um futuro digno. No começo não gostava, sonhava em ser pugilista ou tocar saxofone, como via os músicos negros americanos, que assistia nos filmes de Hollywood, quando levava alguma de suas namoradas ao cinema. Depois, pegou gosto se tornando um profissional requisitado. Além da vantagem de ter dinheiro para os seus prazeres, suas roupas eram confeccionadas, com requintes, nas alfaiatarias em que trabalhava, transformando-o no negro mais elegante das festas.



Quando se sentava ali, passava o filme de sua vida, e ele como diretor, roteirista e protagonista, selecionava as coisas prazerosas, para exibir na tela do seu íntimo. De vez em quando, a memória lhe traía e o levava para recordações, lhe envolvendo em melancolia. Nesses momentos os olhos lacrimejavam, dava um aperto no peito, com a respiração entrecortada, assumia o autocontrole e lembrava do dia de seu primeiro casamento, com a única mulher que amou de verdade, como dizia, apesar de uma lista considerável de namoradas e amantes e ter se casado mais duas vezes.

Quando se casou com ela, foi por amor, e seguir as orientações de seu pai, que para ser homem decente, responsável, não havia outro caminho a seguir, tinha que ter um lar, mulher e filhos. Era o certo a fazer, por mais que gostasse de uma vida de aventuras, o que nunca deixou de ter fora do casamento. Constituiu o que exigiam de um pai de família, com três filhos, trabalhou para dar comida, educação, um teto seguro, respeito na vizinhança, tendo a seu lado uma mulher forte, que o estimulava, repreendia, incentivava. Na ocasião em que ela veio a falecer, ele sentiu-se perdido, despedaçado, sofreu.

Filhos crescidos, cada qual procurando seu rumo, viu-se livre para retomar os caminhos de quando era solteiro, mas sentia-se vazio, se casou novamente. Não se acertou com a segunda esposa, esperava dela a determinação da primeira, não encontrando, divorciou-se. Apesar de ter atingido a idade cinquentona, nunca deixou de cultivar, com vaidade, a elegância. Exercia seu charme galanteador, atraindo amigos com sua boa prosa, e o interesse das mulheres. Casou pela terceira vez. For-

jou felicidade tendo uma prole de seis filhos, plano que sonhou ter com a primeira esposa.

Ao passar do tempo, a memória o traía, com frequência, lhe fazendo reviver tristes lembranças. Para cada amigo que morria, um pouco de sua juventude se esvaía. Tornara-se longevo, alcançou a idade de noventa e dois anos. Vivenciou os fatos que impuseram as grandes mudanças no mundo. Testemunhou através dos jornais, rádio e televisão, os acontecimentos marcantes: a segunda guerra mundial, a ditadura de Getúlio Vargas, a marcha pelos direitos civis nos Estados Unidos da América, a mudança dos costumes com a revolução cultural da década de 60.

Sentado na cadeira predileta, espera a passagem do tempo e a vida passar, deixando a memória vagar ao bel prazer. A casa construída com os frutos de seu trabalho, compartilhada com filhos, netos e bisnetos, noras e genros, não o afastava do sentimento de solidão. Eles, sem paciência para ouvi-lo contar suas histórias, o chamavam para levá-lo ao banho, ajudando-o a caminhar em seus passos sem o vigor de outrora. Ofereciam um prato de comida, que ele degustava só, ao som da televisão, seus olhos embaçados não conseguiam mais distinguir as imagens.

CONTRARREGRA



EXCEÇÃO E REGRA: MULHERES VESTIRAM A FARDA DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ¹

por Andréa Mazurok Schactae

O braço armado do Estado do Paraná é facilmente reconhecido, as vestimentas e os veículos são característicos, marcando a presença do poder das armas do Estado. Historicamente é identificado como um espaço de homens. Porém, no dia 11 de abril de 2018, os paranaenses visualizaram em diversos jornais a informação de que, após um século e meio de existência, a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) passou a ser comandada por uma mulher, a Coronel Audilene Rose de Paula Dias Rocha. Portanto, ao apagar das luzes da primeira década do milênio, uma mulher ocupou o lugar máximo do poder na PMPR e comandou aproximadamente duas mil mulheres e vinte mil homens².

Como uma instituição que construiu sua identidade orientada por um ideal de masculinidade (CONNELL, 1997; 2005), marcado pela virilidade³, assimila a presença de uma mulher no Co-

¹ Artigo originalmente publicado no primeiro volume de *Desassossegos*, em outubro de 2018.

² Conforme noticiaram Giselle Ulbrich (2018) e Carlos Coelho (2018).

³ O ideal viril de uma sociedade militar é diferente de uma sociedade mercantil, porém ambos são marcados por ideais de coragem, força e domínio sexual. Portanto, a virilidade como “o conjunto de papéis sociais e dos sistemas de representações que definem o masculino e também o feminino não pode se reproduzir, enquanto tais, senão se a hegemonia virial aparecer como pertencente à ordem natural e inelutável das coisas” (COURTINE, 2013, p. 8).

mando Geral? Essa questão precisava ser apresentada. Embora não possa ser respondida neste momento, ela orientará o olhar para a inclusão das mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná - um acontecimento pouco conhecido da população paranaense, que já está habituada com a presença feminina nessa instituição que, historicamente, foi dominada pelo sexo oposto. Observando os números (vinte mil homens e duas mil mulheres), surge outra questão: a PM deixou de ser um domínio dos homens no século XXI? Essas questões do presente também são ecos de outras questões que orientaram a pesquisa concluída em 2010 e que deu origem à tese *Farda e batom, arma e saia: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná* (1977-2000), a qual se tornou livro em 2020 (SCHACTAE, 2020) e é a base para construção deste artigo.

Ao se olhar para a construção das instituições policiais no Ocidente, identifica-se que as polícias são construções dos séculos XVIII e XIX, com o objetivo de estabelecer a “ordem”. Conforme destaca Michel Foucault (1989), esse tempo é marcado pela emergência de uma sociedade disciplinar, preocupada com o estabelecimento de uma prática de ordem social, na qual a virilidade passou para o centro da cena, conforme destacam os estudos sobre virilidade de Alain Corbi, Jean-Jacques Courtine e George Vigarello (2013), assim como, nas instituições armadas, as identidades coletivas são constituídas por um ideal de masculinidade. Para R. W. Connell, existe uma “hegemonia masculina” (1997; 2005) nos espaços de poder nas sociedades ocidentais. Um modelo de masculinidade caracterizado por práticas, valores e relações que identificam um ideal de masculinidade, que varia em relação ao tempo e aos espaços sociais. A característica central desse conceito, afirma o autor, é a pluralidade de masculinidades e a hierarquia de gênero – estabelecida entre as masculinidades e entre um modelo de masculinidade e outro de feminilidade. Sendo assim, as relações que se estabelecem entre o modelo hegemônico de masculinidade identificador de uma instituição e as outras masculinidades e as feminilidades são caracterizadas pela subordinação e pela marginalização.

Essa prática objetivava o controle dos corpos e dos comportamentos, e como resultado dessa necessidade de vigilância para

se estabelecer a ordem, foram criadas diferentes instituições entre as quais as polícias modernas. Criadas e organizadas pelos Estados Nacionais, constituíram-se em “braço armado do estado” e portadoras do uso da “violência legítima”. A sociedade disciplinar, masculina e viril foi constituída por essas instituições de controle, as quais definiram os homens como aqueles que representam o Estado e possuem o poder legítimo do uso da violência. E as armas se constituíram em símbolos da virilidade (SCHACTAE, 2020).

Essa sociedade constituída por uma ideia de ordem e comportamento, que orientava as práticas cotidianas e as políticas públicas, incluiu as primeiras mulheres nas instituições policiais. Vanessa Garcia identificou que as primeiras mulheres ingressaram na polícia de Los Angeles em meados do século XIX. Em Londres, a entrada das primeiras mulheres ocorreu nos primeiros anos do século XX e depois de um século, no início do ano de 2017, a policial Cressida Dick tornou-se a primeira mulher no comando da Scotland Yard⁴. Portanto, a ordem disciplinar e de comportamento estabelecida nas instituições policiais do Ocidente tendem a seguir um padrão, e a apesar de algumas mulheres terem sido incluídas nas instituições policiais por serem necessárias ao trabalho de controle social, os espaços de poder se constituíram como pertencentes aos homens. E ainda nas primeiras décadas do século XXI percebemos as heranças do século XIX.

As polícias brasileiras se constituem também no século XIX e, sendo assim, compartilham e são construtoras dessa cultura ocidental viril e disciplinadora, na qual a ordem e o poder são definidos por práticas e símbolos que historicamente foram identificados como pertencentes aos homens e formadores de uma masculinidade viril. Nessa cultura ocidental masculina, a presença de mulheres nos espaços de poder tende a ser exceção. E a tendência é ocorrer um processo de masculinização das mulheres e natura-

⁴ Em 2017, a Scotland Yard tinha 188 anos de existência (THEGUARDIAN, 2017). No mês de fevereiro do ano de 2022, Cressida Dick, a primeira mulher a comandar a polícia inglesa, deixou o cargo depois de perder o apoio político. Uma consequência das denúncias que ocorreram ao longo da sua gestão, envolvendo policiais com práticas de racismo, misoginia, assédio sexual e *bullying* (BOWDEN, 2022).

lização das relações de poder heteronormativas no Estado e, portanto, nas Polícias Ocidentais, o que subordina os femininos e os masculinos ao padrão de masculinidade viril.

Ao se olhar para o século passado e para a história da PMPR, localizamos a década de 1970 como um momento chave para compreender esse acontecimento recente da história do Estado do Paraná. Em plena Ditadura Civil-Militar, um Coronel do Exército Brasileiro, que naquele momento comandava a PMPR, construiu um projeto que tinha como objetivo criar uma Polícia Feminina. O que motivou a construção desse projeto? Já existiam outras polícias femininas nas Polícias Militares no Brasil?

A segunda questão é mais fácil de ser respondida, pois as primeiras mulheres ingressaram na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), quando essa foi criada, no ano de 1970 (MOREIRA, 2017). Antes de se tornarem policiais, elas pertenciam à Guarda Civil de São Paulo, a qual foi extinta e todo o efetivo, composto de homens e mulheres, passou para as fileiras da jovem Polícia Militar. E talvez tenha sido essa presença feminina na PMESP que inspirou o Comandante Geral da PMPR, em 1976, pois, para os livros de história daquela década, as instituições armadas e as armas pertenciam aos homens.

Mulheres como as míticas amazonas, Joana d'Arc, Maria Quitéria, entre tantas outras, são colocadas como exceções e muitas delas são identificadas como pessoas *predestinadas* a lutar em defesa da nação e, para cumprirem sua missão, *vestem-se como homem*, pois, historicamente, o guerreiro é identificado como homem e seus símbolos identificadores são a arma e a vestimenta.

Inspirado pela PMESP, a preocupação que moveu o Comandante foi a imagem da PMPR. A presença de mulheres, usando uma vestimenta parecida com a nova farda que passava a identificar os policiais, colaboraria com a construção de outra imagem para a instituição que também representava a repressão da ditadura. A nova vestimenta, além de simbolizar a força e a violência do Estado, também simbolizaria o cuidado e a gentileza, características que historicamente são percebidas como femininas.

Portanto, melhorar a imagem da PMPR foi um dos objetivos que orientou a construção da Polícia Feminina, e no ano de 1977, ingressaram as primeiras mulheres. Nada mais moderno para um Estado, nos anos de 1970, do que ter uma Polícia Militar Feminina. Opa! Ela não era militar... foi chamada apenas de Polícia Feminina... Homens eram militares naqueles tempos. Foi necessário aguardar até a década de 1980 para as policiais femininas serem também nomeadas como policiais militares femininas.

Historicamente o poder das instituições de armas, especialmente das militares, é reconhecido como pertencente aos homens. O processo de inclusão de mulheres nesse espaço de homens, no Estado do Paraná, deu-se entre os anos de 1976 e 2000. Um processo longo, marcado por muitas tensões e contradições, que levou à extinção da Polícia Militar Feminina no ano de 2000, quando o efetivo feminino passou a fazer parte da Polícia Militar do Paraná. Esse acontecimento, que marcou o apagar das luzes do milênio passado, foi o primeiro passo que possibilitou uma mulher ser nomeada comandante da PMPR.

Vale destacar que, até o fim do milênio, a legislação definia que o posto máximo que uma policial militar feminina alcançaria era o de Capitã. Ao passarem para o quadro geral da PMPR, as mulheres puderam, a partir do ano de 2000, alcançar o posto de Coronel, fato que ocorreu no final de 2010, quando a Tenente-Coronel Mirian Biancolini Nóbrega foi promovida. E esse foi o segundo passo, que se destaca entre centenas de passos que levaram uma mulher para o lugar de Comando Geral.

Milhões de passos foram dados pelas mulheres, em muitos espaços sociais. Porém, ao se destacar a primeira continuamos marcando a exceção, mas é a regra que define a ordem. E muitas vezes o desvio do padrão tende a servir para legitimá-lo. As mulheres ainda são a exceção nas polícias do Ocidente, principalmente nos espaços de poder dentro das instituições policiais. No Brasil, em 2018, a presença de mulheres nas polícias militares e polícias civis somava 14,6% (IBGE, 2021, p. 09). Nas polícias militares, as mulheres correspondem a 11% do efetivo institucional (IBGE, 2021). Na Inglaterra e País de Gales, em 2021, a porcentagem de mulheres nas polícias era de 33,1% (CLARCK, 2022). Mesmo

existindo uma diferença numérica, percebida entre os países, as relações de poder tendem a seguir a mesma ordem. Faltam muitos passos para a equidade entre homens e mulheres dentro e fora das polícias.

A leitura do livro *Vestir a Farda: masculinidade(s) e feminilidade(s) na Polícia Militar do Paraná* (SCHACTAE, 2020) é importante para o aprofundamento das reflexões sobre o poder das armas e da farda como símbolos historicamente atribuídos como identificadores de masculinidade, bem como para os estudos da História das relações de gênero que constituem a instituição PMPR.

REFERÊNCIAS:

BOWDEN, George. *Cressida Dick to step down as Metropolitan Police chief*. BBC News, 11 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-60340525>

CLARCK, D. *Distribution of police ranks in England and Wales 2021: by gender*, In: Statista, 02 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/382525/share-of-police-of-ficers-in-england-and-wales-gender-rank/>

COELHO, Carlos. Primeira mulher a chefiar PM ignora simbolismo e fala em disciplina na corporação. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br>

CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (eds). *Masculidad/es: Poder y Crisis*. Santiago, Chile: Ediciones de las mujeres, n. 24, p. 31-48, 1997. Disponível em: http://www.pasa.cl/biblioteca/La_Organizacion_Social_de_la_Masculinidad_Connel_Robert.pdf Acesso em: 15 jan. 2009.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*. Vol.19, 2005, <http://gas.sagepub.com>, CAPES acesso 27 de maio de 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. In: *Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica*, n.38, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

MOREIRA, Rosemeri. *Sobre mulheres e polícias: Polícia Feminina no Brasil – a invenção paulista (1955-1964)*. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2017.

SCHACTAE, Andréa M. *Vestir a Farda: masculinidade(s) e feminilidade(s) na Polícia Militar do Paraná*. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2020.

THEGUARDIAN. Cressida Dick appointed first female Met police commissioner, *The Guardian*, London, 22 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2017/feb/22/cressida-dick-appointed-first-female-met-police-commissioner>

ULBRICH, Giselle. Mulher no Comando! *Tribuna do Paraná*. Curitiba, 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/cacadores-de-noticias/curitiba/mulher-no-comando/>

REFLEXÕES SOBRE AS NARRATIVAS SOBRE PAPÉIS DE GÊNERO¹

por Luciana Panke

A vitória de governos de direita em várias partes do mundo no decorrer da segunda década do século XXI trouxe, como um dos seus reflexos, a proeminência de discursos conservadores. As falas são balizadas por argumentos religiosos, delimitam espaços de acordo com gênero, raça e renda, defendem a “meritocracia” e transformam a exclusão em algo não apenas natural, mas desejável.

No Brasil, a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro, então do Partido Social Liberal (PSL), mas que passou a maior parte da gestão sem partido, insuflou a (des) informação como estratégia e “Deus” como escudo para justificar o uso da violência física, psicológica ou verbal em várias ocasiões. Além de um governo quase exclusivamente formado por homens brancos, entre os quais também militares, a escolha de uma ministra conservadora religiosa para o cargo no Ministério Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, reforçou o papel secundário das mulheres na sociedade como um todo e os estereótipos de gênero.

Uma de suas falas emblemáticas no governo, no início de 2019, assinalou o apoio governamental aos lugares e aos comportamentos supostamente estabelecidos a homens e mulheres. “Menina veste rosa, menino veste azul” virou um dos *hits* do início daquele ano. O uso simbólico das cores para representar papéis de gênero na narrativa institucional consolidou o retrocesso e fa-

¹ Artigo originalmente publicado no segundo volume de *Desassossegos*, em maio de 2019, com o título *Será o Brasil um país de múltiplas cores?*

voreceu, mesmo que sem uma possível intencionalidade, a legitimação de várias formas de violência de gênero. Importante ressaltar que ela não se restringe às violências sofridas por mulheres. Vale também para homens. Dizer, por exemplo, que “homem não chora” é uma violência. Por que os homens não deveriam ou não poderiam manifestar suas emoções pelo choro?

Aquela afirmação, portanto, representou uma corrente de pensamento que defende o que seria “correto” para mulheres e homens. Nesse grupo estão os que julgam inadequado o que não se encaixaria na heteronormatividade e na concepção binária de gênero. Especialmente após a divulgação do vídeo², a discussão sobre papéis e estereótipos de gênero regressou com força, especialmente, nas redes sociais em ambiente digital. Aposto que as primeiras feministas não imaginariam que chegaríamos ao século XXI ainda tendo que defender o básico que é a liberdade de escolha.

Final, o que há por trás da polêmica fala da ministra? Seria realmente uma crítica literal ao uso de cores? É fundamental, nesse momento, quando grupos atacam o que chamam de “ideologia de gênero”, entender o que significam ideologia, gênero e as possíveis consequências da profusão dessas narrativas.

Basicamente, ideologia é uma forma de ver o mundo. Portanto, todos estão imersos em ideologia (s). Quando alguém diz “vamos acabar com a ideologia”, está praticando um ato ideológico de pretender eliminar pensamentos divergentes. Tudo é ideologia. Todas as pessoas estão permeadas por crenças, valores, que norteiam o seu atuar no mundo. Esses conceitos vêm de grupos sociais primários ou secundários, também dos meios de comunicação de massa e ambientes digitais, a partir dos conteúdos de entretenimento e de jornalismo. As ideologias podem pressupor alguma dose de alienação, pois, como entende Althusser (1980), o mundo existe a partir de uma relação imaginária do sujeito com suas condições reais de existência. Isso vai explicar, por exemplo, porque um assalariado defende privilégios que não possui (como

² Exibido em 03/01/2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XneG8mC5CGo>> Acesso em 19/03/2022.

uma reforma trabalhista que retira seus direitos) ou porque seria contra oportunidades que poderiam favorecê-lo (como cotas sociais ou raciais nas universidades públicas). É a mesma concepção de Ideologia que poderia explicar o porquê a ministra, que confessou ter sido vítima de abuso sexual, defende papéis de gênero restritos e é contra educação sexual, que previne justamente possíveis violências.

Por sua vez, a expressão “gênero”, amplamente usada de forma equivocada, significa uma construção cultural e está relacionada com vários aspectos (biológico, psicológico, cultural, social e político), não se restringindo ao sistema binário feminino/masculino. A partir das diferenças biológicas se constroem dados simbólicos que determinariam os comportamentos desejados pelos indivíduos. A biologia, portanto, não é suficiente para determinar o “ser homem” ou o “ser mulher” e isso varia conforme a cultura. Gênero também não pode ser confundido com “orientação sexual”, pois se refere à atração sentida por uma pessoa. Outro ponto fundamental é identidade de gênero: uma questão é biológica, a outra é emocional. Por exemplo, uma pessoa pode ter nascido biologicamente mulher, mas não se sentir assim.

Muito bem, agora unindo os dois conceitos “ideologia” e “gênero”, podemos entender um dos grandes “fantasmas” da massa conservadora. Um dos medos destas pessoas seria que a partir da educação ou da discussão desses temas seus filhos, esperados para serem heteronormativos, “virem” gays ou que suas filhas, que deveriam ser virgens, engravidem antes de um casamento ou que, no final das contas, a sociedade fique “depravada”. Possivelmente, esses temas também assustem, pois estimulariam a mudança na ordem estabelecida das coisas ou das “famílias tradicionais”.

O que não está visível para estas pessoas é que a negação de um assunto não fará com que ele desapareça. Ao contrário, negar questões de sexualidade fará com que crianças abusadas não saibam identificar o abuso. Também trará muito sofrimento aos que se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo ou que não se identificam com o sexo biológico. Ao se falar sobre papéis de gênero se está abrindo uma oportunidade de crescimento social e

de estabelecimento de relações saudáveis. Porém, relações saudáveis pressupõem a diminuição, ou a inexistência, de hierarquias ou de relações de poder. Aí é onde mora o perigo para quem quer manter privilégios, relações dominantes e desiguais: perder poder.

Mais que uma visibilização nos comportamentos sexuais que sempre existiram, o temor, portanto, se volta para o que rege as sociedades: o poder. Quando há um esclarecimento de que não existe superioridade de um gênero frente ao outro, ou do gênero predominante masculino sobre o feminino, as estruturas de poder se abalam. E é o que está ocorrendo atualmente. Especialmente, após os movimentos sufragistas do século XX, a participação das mulheres em vários espaços antes destinados apenas aos homens, revolucionou o espaço doméstico, comércio, indústria e, claro, a política. As mudanças paulatinas enfrentam resistência por quem detém o poder e por quem depende da submissão feminina para construir a própria identidade.

MULHERES

Como o objetivo neste texto é falar mais sobre o gênero feminino, vou focar como a cultura, e a ideologia que a permeia, influencia o “ser mulher” nas sociedades. Tenho acompanhado a luta de mulheres em todo o mundo. E me deparei com manifestações de realidades diferentes da nossa, como Marrocos e Índia. Em Marrocos, houve uma campanha³ recente para que se proíba o “teste de virgindade” antes do casamento. Lá, se a mulher que se casa não é virgem, é rechaçada pela família do futuro marido e pela sua própria. Por sua vez, a Índia, considerado o país mais perigoso do mundo para as mulheres, testemunhou um movimento impressionante em defesa da feminilidade. Por serem consideradas impuras porque menstruam, as mulheres são proibidas de entrar em vários templos. Assim, milhões se reuniram e formaram um

³ A campanha ocorreu no final de 2018 e início de 2019.

muro de 620 km com os próprios corpos reivindicando o direito de frequentar o templo de Sabarimala⁴.

Por aqui, a situação feminina envolve, como em outros países, uma luta diária contra vários tipos de violência. No Brasil, três mulheres são mortas diariamente. Sim, é isso mesmo: todos os dias o país registra vítimas de feminicídio. Só nos primeiros 10 dias do ano, foram 33 casos registrados⁵. O feminicídio se caracteriza por agressões e assassinatos de mulheres pelo fato de ser mulher, ou seja, é uma relação de ódio motivada pelo gênero e praticada, muito frequentemente, por parceiros ou ex-parceiros íntimos. No país essa tipologia criminal é reconhecida, mas o mesmo não ocorre em outras nações.

Várias brasileiras que sofrem violência doméstica creem que é “normal”, que a culpa é delas ou que apenas é o “temperamento” do companheiro. Falta discernimento para identificar relações abusivas. Das que identificam, várias não buscam ajuda ou não registram os ataques por medo, por ignorância, por dependência financeira do agressor ou por descrença no sistema. E o que leva ao feminicídio? A ideia masculina de que a mulher é sua propriedade, portanto, que deveria “obedecer” ao que ele diz. A ideologia presente nessa ação mostra a relação de poder: dominante (homem), dominada (mulher). Entre as punições à não obediência, entre outras, estão: gritos, silenciamento, exclusão, agressão física, morte.

É importante frisar que as relações de poder estabelecidas pela ideologia dominante permeiam mais do que os relacionamentos íntimos. O poder está relacionado, não raramente, ao sexo masculino e as culturas que realizam esta relação automaticamente são, em sua maioria, machistas. O machismo significa que as características masculinas são consideradas superiores às femininas. O homem estaria destinado a ser forte fisicamente, a ser ativo, a ser dominante, a ser poderoso, a ser bem-sucedido na carreira, a ser insaciável sexualmente. Um homem diferente destas características poderia ser considerado “fracassado” ou ridicularizado por outros homens e mulheres heteronormativos.

⁴ Essa manifestação ocorreu em 01/01/2019.

⁵ Os dados se referem aos 10 primeiros dias do ano de 2019, época de escrita do artigo.

Friso que um dos principais desafios a se superar é que todas e todos estamos, inevitavelmente, inseridos no sistema machista. Mais ou menos, todas, todos e todes, temos atitudes machistas. Para mudar essa realidade, movimentos sociais são criados, entre eles, o feminismo, cujas conquistas até hoje levaram a mulher ao voto, a uma relativa liberdade de expressão, a poder frequentar o ensino superior. Também estão se multiplicando os grupos de novas masculinidades para que os homens tenham espaços de repensar o sistema que massacra os relacionamentos humanos.

Machismo e feminismo não são opostos. O machismo prevê a superioridade masculina e a depreciação das características femininas. O feminismo busca igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Logo, as feministas não são necessariamente “lésbicas”, tampouco são “sujas”, “mal-amadas” ou contra os homens. São mulheres corajosas que defendem a si mesmas e a outras mulheres, para que todas tenham liberdade, respeito, segurança e voz no mundo.

MACHISMO

A cultura machista estabelece o lugar adequado para homens (sucesso profissional) e mulheres (maternidade), além de atividades e posturas desejadas, como a submissão feminina e a autoridade masculina. Portanto, não admite mulheres poderosas, pois seria uma afronta aos homens. Um homem ameaçado sobre sua masculinidade e a consequente internalização de que possui o poder, vai agir em “autodefesa” contra uma mulher que o desafie. Essas ações podem ser violência física, psicológica, econômica, presentes em “assédio moral ruidoso” e “assédio moral silencioso”, aplicáveis a vários tipos de relação como pessoal, familiar, profissional.

Por exemplo, o assediador ruidoso poderia ser um chefe acostumado a assediar moralmente seus subordinados e subordinadas com críticas em alto tom de voz, reclamações e cobranças excessivas. Claro, ele não admite ser questionado. Quando uma mulher se afeta com sua rispidez, sugere que ela trabalhe com “outras mulheres”, porque o

suposto excesso de sensibilidade seria uma fraqueza. Mas quando uma corajosa o confronta, qual atitude ele toma? Afasta. Exclui. Não importa a competência dela. O que importa é que seja submissa ao seu temperamento e a suas cobranças inadequadas. Talvez este chefe a substitua por outro homem e, é possível, que o substituto tenha menos qualificação. Mas não importa: é homem. E este homem pouco qualificado terá uma vantagem incomparável àquela mulher: ele não representa nenhuma ameaça ao poder instituído. E, claro, o que não ameaça as relações de poder é bem-vindo e receberá muitos tapinhas nas costas, pois, afinal, ele é “do time”.

Já o assédio moral silencioso é outra maneira de dizer à pessoa que ela é indesejada ou inadequada. É quando nas relações de trabalho, por exemplo, o chefe ignora a responsável por um setor e conversa, apenas, com o subordinado dela. Se reproduz aqui a política do “clube do bolinha”, ou seja, da parceria masculina, deslegitimando uma liderança feminina ao não reconhecê-la nas práticas diárias das atividades profissionais. Mulheres em cargos de liderança correm o grande risco de serem constantemente questionadas, ridicularizadas, chamadas de “loucas”, “histéricas” e, claro, não terem suas requisições atendidas. Também há mulheres que estão em cargos de liderança para cumprir com o discurso de igualdade. Em geral, são as “vices”, especialmente selecionadas para angariar votos em cargos eletivos e que não ofereciam ameaças aos líderes.

A ideologia, como vimos anteriormente, deturpa a realidade. E ocorre que muitos homens que assediam mulheres não se veem como machistas, muito menos como violentos ou discriminatórios. Ocorre o mesmo em relação às mulheres que não percebem que estão em relações opressoras ou que repetem a opressão a outras mulheres. Quando a ministra realizou aquela polêmica afirmação, visibilizou mais ainda a necessidade de se rever qual mundo queremos enquanto sociedade. A disputa, na verdade, acaba sendo por narrativas sociais que correspondam às visões de mundo defendidas tanto por grupos ideologicamente separados pela inclusão ou exclusão social, mas que na manifestação linguística podem confundir quem os ouve.

Portanto, cabe um constante exercício de questionamentos internos e interpretação de texto ao observar a realidade política, não apenas a brasileira, mas o mundo em si que nos cerca. O que faz sentido:

manter uma sociedade na qual os esquemas de poder estão estabelecidos para que os homens dominem a política, recebam salários maiores, mais oportunidades e determinem o que as mulheres devem fazer, falar e sentir? Ainda que para algumas pessoas a pergunta pareça sem sentido, seja por afirmar o óbvio (“claro que os homens devem dominar”) ou por dizer um absurdo (“todas as pessoas devem ser tratadas com equidade”), as narrativas sociopolíticas divergentes estão disponíveis para o consumo. O questionamento essencial é observar se queremos viver com uma mentalidade de séculos passados em uma sociedade atual ou se vamos avançar como humanidade nos comportamentos de respeito, de valorização e de liberdade nas relações de gênero.

Para saber mais sobre o tema, deixo duas recomendações: *El machismo invisible* (2013), de Marina Castañeda. A autora teoriza sobre o que é machismo e mostra situações em que ele está presente no cotidiano. Com muita clareza, exhibe como, inclusive as mulheres, repetem padrões machistas mesmo sem ter consciência deles. Para a autora, o machismo é uma forma de relacionamento e está tão enraizado nos discursos sociais que passa despercebido. Por fim, para quem quiser conhecer as relações de poder e gênero no ambiente político, recomendo um dos livros que escrevi, o *Campanhas eleitorais para mulheres* (2015, 2016, 2018, 2021), publicado no Brasil pela editora da UFPR. O livro apresenta uma reflexão sobre os desafios das mulheres em uma campanha eleitoral sob o ponto de vista de mulheres políticas entrevistadas de 13 países, somadas a entrevistas de consultores e consultoras de 12 países e a análise de *spots* eleitorais de campanhas presidenciais femininas da primeira década do século XXI. Com isso, a autora desvenda desafios que as ingressantes possuem em um universo predominantemente masculino na América Latina.

REFERÊNCIA:

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

O PAPEL DAS HASHTAGS NA COMODITIZAÇÃO DAS MINORIAS¹

por Jeanine Geraldo Javarez

Quando escrevi esse texto, em outubro de 2020, a hashtag mais utilizada era #blacklivesmatter ou #vidasnegrasimportantem em virtude da comoção gerada pelo assassinato de George Floyd, um homem negro asfixiado por um policial branco, em Minneapolis, cidade do Estado de Minnesota do norte dos Estados Unidos, ocorrido em 25 de maio desse mesmo ano. O crime foi gravado e compartilhado exaustivamente tanto por veículos da imprensa quanto nas redes sociais, e o pedido de ajuda de Floyd, durante os oito minutos e quarenta e seis segundos em que Derek Chauvin manteve-se ajoelhado sobre seu pescoço, tornou-se o grito de guerra do movimento negro ao redor do mundo: “I can’t breathe”, ele dizia, “Eu não consigo respirar”. Tão rápido quanto fogo em capim seco, pulularam manifestações de indignação no *Facebook* e *Instagram* marcadas com #blacklivesmatter. Enquanto manifestantes negros da cidade de Minneapolis incendiavam a delegacia onde o assassino de Floyd trabalhava, a burguesia (branca), placidamente sentada em seu sofá, cumprindo o isolamento social (afinal, estamos numa pandemia, não é mesmo?), mostrava apoio com uma hashtag. Que lindo.

Hashtags são etiquetas ou palavras-chave que funcionam como *hiperlinks*, facilitando a busca dos textos e/ou imagens que as recebem. O termo ganhou notoriedade há alguns anos e atualmente é utilizado como barômetro na avaliação dos famosos *trending topics* ou o que está em alta no momento. #Icantbreathe #blacklivesmatter #niunaa-

¹ Artigo originalmente publicado no quinto volume de *Desassossegos*, em outubro de 2020.

menos e #timesup são algumas das hashtags que circulam por aí no mundo das redes sociais e que têm se tornado uma forma de manifestar apoio às causas das chamadas minorias, como violência contra a mulher e racismo. Em geral acompanhadas de fotografias e textos comoventes, as hashtags são comparáveis a slogans publicitários na medida em que transformam o sofrimento alheio em produto. Na sociedade do espetáculo e do capitalismo selvagem, o símbolo de resistência se tornou um inofensivo “jogo da velha” que livra as mentes politicamente corretas da culpa ao mesmo tempo em que não interfere (nem fere) a lógica que rege o sistema. Muito pelo contrário.

Embora pareça extremamente pessimista e desencorajador o que acabo de afirmar, meu intuito aqui é chamar a atenção. Cutucar. Dar um chacoalhão no leitor, na leitora. Em mim mesma também. Quantos de nós não utilizamos as famosas hashtags nas redes sociais? Quantos de nós não nos sentimos impelidos a utilizá-las para mostrar que somos #antifascistas e #somos70porcento? É verdade que uma eleição² foi ganha com base em filtros de *Facebook*, *lives*, *fake news* e, por que não?, hashtags, o que por si só mostra que o poder do mundo virtual se esparrama pela vida cotidiana. No entanto, isso seria tão potente quando se trata de movimentos pelos direitos humanos? Em outras palavras, será que o efeito de uma manifestação em massa contra o racismo ou a violência contra a mulher por meio dos mesmos artifícios que elegeram esse ser execrável é igual? Pelo que tenho observado, não.

E o que eu acredito ser um dos principais motivos para isso é o fato de a geometria do poder ser desigual em relação ao que é prejudicial ao sistema, ou seja, o poder do artifício é inversamente proporcional à potência de alterar o *status quo*. Por isso, o que elege Bolsonaro não funciona do mesmo jeito para acabar com o racismo. O que é semelhante em ambos os casos, porém, é o apelo propagandístico das hashtags: elas viralizam, são fáceis de memorizar, e, como tal, transformam aquilo a que se referem em mercadoria. Nada mais vantajoso, portanto, para a manutenção de um sistema baseado no consumo compulsivo, já que, da mesma forma que potencializam o alcance de um discurso, o apagam no instante em que surge uma nova hashtag – um novo produto, se assim quiser o leitor.

² A eleição a que se refere o texto é a que elegeu Jair Bolsonaro presidente do Brasil.

Mesmo que algumas das pessoas que utilizam as hashtags participem dos protestos de rua e de fato tentem implementar esses discursos na prática, não há como negar que muitas outras aliviam a consciência pesada de não estar fazendo nada para mudar essa situação somente compartilhando #blacklivesmatter. Quantos dos que povoam as redes sociais sabem quem foi Floyd? Quantos sabem que ele havia acabado de ser demitido do emprego por causa da pandemia? Quantos sabem que seu teste de Covid-19 havia dado positivo? Quantos sabem que ele foi abordado pela polícia racista acusado de ter usado uma nota falsa de vinte dólares? Quantos têm noção do que é sofrer por causa da cor da pele? Ele se tornou um rótulo; seu rosto estampado nos muros do mundo será só mais um espetáculo se #blacklivesmatter não deixar de ser apenas uma hashtag e se transformar na prática cotidiana de todos nós.

E é aí que mora o perigo. O que era para ser um grito por liberdade, um grito de revolução, torna-se o slogan de uma campanha publicitária para comercializar um discurso que tem o rótulo de antirracista, mas que, no fundo, é vazio porque não está acompanhado de práticas antirracistas. Afinal, se o racismo é estrutural e, como tal, a base do próprio sistema capitalista, e este sobrevive e se desenvolve segundo a lógica de mercado, transformar o discurso antirracista em mercadoria é uma estratégia bastante perspicaz para solapar qualquer tentativa de transformação. Basta ver como as hashtags #lutecomoumagarota #girlpower e tantas outras viraram estampas de camisetas, canecas, chaveiros, transfigurando todo um discurso em prol da igualdade de gêneros em objetos do cotidiano. Mais ainda: em objetos de desejo por parte daqueles que se aliam a esses discursos. Como se um chaveiro ou um botton fossem capazes de mudar alguma coisa.

Ademais, aliadas ao consumo de representações teoricamente subversivas que, na verdade, reforçam – muitas vezes sub-repticiamente, outras, nem tanto – estereótipos racistas e misóginos, as hashtags normalizam e naturalizam a hipocrisia na medida em que tendem a ocultar, sob o brilho reluzente da diversidade e da (aparente) conscientização, a permanência do sistema capitalista supremacista branco, machista e heteronormativo. Nesse sentido, o cinema e a literatura desempenham um papel crucial, pois, se por um lado, têm o poder de combater a ideologia dominante, por outro, também podem perpe-

tuá-la. bell hooks³, em seu livro *Olhares negros: raça e representação*, comenta o quanto o sistema é perverso, pois premia diretores negros, por exemplo, que reproduzem em seus filmes o discurso racista – com acesso a bens materiais – que prejudica a eles próprios, e reprime aqueles cuja obra poderia operar no sentido transformador.

Obviamente nem sempre isso é tão explícito a ponto de ser visível para o cidadão médio, uma vez que o êxito de uns em detrimento de outros muitas vezes é justificado pela qualidade estética e pelo sucesso de público do filme. Ora, se as pessoas consomem aquilo que o sistema lhes dá, é claro que seus gostos são moldados por esse mesmo sistema. Logo, um filme que subverte a ideologia dominante dificilmente será *agradável* para o grande público. Isso, por sua vez, influencia o investimento de capital para a produção desses filmes, que é substancialmente menor já que sua circulação é mais restrita, o que retroalimenta o ciclo da manutenção do *status quo*.

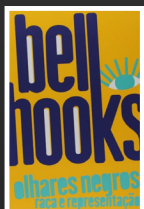
Um exemplo emblemático disso é o filme *Estranhos em casa*, de 2019. Dirigido por Olivier Abbou, o terror francês conta a história de uma família que, ao retornar de férias, descobre que o casal que estava cuidando de sua residência não os deixará entrar. Embora seja uma narrativa que aparentemente denuncia o racismo, já que o protagonista, Paul Diallo, professor de História negro, casado com Chloe, uma mulher branca com quem tem um filho, é frequentemente alvo de discriminação por conta de sua cor de pele, não sendo aceito nem pelos brancos, pois é negro, nem pelos negros, porque vive como um homem branco, a construção do personagem reforça e reproduz estereótipos machistas e racistas. Por isso, consumir representações cinematográficas e literárias de maneira crítica deve ser a regra e não a exceção. Afinal, se não percebemos as tênues linhas discursivas que reforçam a ideologia dominante, como vamos percebê-las em ação no nosso dia-a-dia?

Nesse sentido, transformar o assassinato de Floyd ou o estupro de mais uma garota numa hashtag amplia a reverberação do acontecimento ao mesmo tempo em que promove a apropriação do dis-

³ bell hooks é o pseudônimo da teórica feminista, artista, professora e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins. Inspirado no nome da bisavó materna, a escrita em minúscula procura chamar a atenção para o conteúdo de sua escrita e não para a autoria dos textos.

curso subversivo pelo próprio sistema, anulando-o, por conseguinte. Essa anulação acontece por duas vias: primeiro, por tornar a causa em questão uma mercadoria; segundo, por dar a falsa ideia de que digitar uma hashtag num post do *Facebook* faz do sujeito um militante ou alguém politicamente engajado. Parece que estamos, então, num beco sem saída, pois se de um lado a conscientização depende da divulgação do que acontece no mundo, de outro, essa divulgação acaba por banalizar o assunto ou, ainda, esvaziá-lo de sentido. É por isso que se a publicização não for acompanhada de práticas transformadoras cairemos na mesma ladainha hipócrita de sempre: repetiremos #blacklives-matter e #timesup incansavelmente por um tempo e depois tudo cairá no esquecimento até que outro evento traumático ganhe a mídia e seja deglutido, de novo, por outra (ou pela mesma) hashtag.

>>> *Indicação de Leitura*



Olhares negros: raça e representação, de bell hooks

Publicado em 2019, a coletânea de ensaios da autora estadunidense versa sobre como são representados os olhares negros nas mais diversas mídias e como o próprio ato de olhar é resultado de uma construção cultural patriarcal racista.

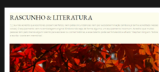
>>> *Indicação de Filme*



Furie (2019)

Dirigido por Olivier Abbou, *Estranhos em casa* lembra *Laranja Mecânica*, de Kubrick. Com uma narrativa centrada em Paul, o thriller francês prende a atenção do espectador com cenas de violência explícita, embora a pretensão em se discutir a questão racial esteja fadada ao insucesso em virtude de uma representação racista e misógina do homem negro. Se assistido com um olhar crítico, pode proporcionar boas reflexões.

>>> *Indicação de Blog*



<https://rascunhoeliteratura.blogspot.com/>

O blog ***Rascunho & Literatura***, criado em 2017, conta com textos sobre crítica literária, reflexões políticas e escrita criativa.

O OLHAR BÁRBARO DAS CRIANÇAS¹

por Raquel Zanini

*Na roda do mundo,
mãos dadas aos homens,
lá vai o menino
rodando e cantando
cantigas que façam
o mundo mais manso
cantigas que façam
a vida mais justa,
cantigas que façam
os homens mais crianças.*

Thiago de Mello, Cantiga quase de roda

Um mundo mais manso e uma vida mais justa compõem a cantiga das crianças, como nos ensina a perceber Thiago de Mello. Desde o princípio da vida social, os *infantes* desejam se relacionar com o outro e com os adultos, de modo igualitário, sendo reconhecidos como sujeitos. Seus passos iniciais nesse processo caracterizam o “instante um”, que o filósofo Walter Benjamin vai indicar como aquele que se repete durante toda a vida, não importa a idade que tenhamos. O autor exemplifica essa repetição ao relatar sua chegada a Moscou no inverno, quando as ruas ficam congeladas e, assim, logo ao chegar, “se inicia a fase infantil. Deve-se aprender novamente a

¹ Artigo originalmente publicado no sexto volume de *Desassossegos*, em maio de 2021.

andar sobre o espesso regelo dessas ruas” (BENJAMIN, 2012, p. 159).

Por isso, são os primeiros passos das crianças nessa “cantiga quase de roda” que nos indicam a importância de escutá-las, de estarmos atentos às suas percepções, pois o processo de descoberta do mundo e da vida possui um caráter revolucionário, que pode proporcionar uma reorganização e identificação do mundo. A cognição das crianças traz essa marca revolucionária porque é tátil, o que sinaliza sua ligação com a ação, como Benjamin (2009) nos faz perceber.

Esse fato se evidencia quando compreendemos que na infância se conhece os objetos ao fazê-los e usá-los de modo criativo, não aceitando apenas o sentido já dado a eles. Essa é a relação que se instala também entre a infância e a história - e a possibilidade revolucionária desse encontro, pois a confluência entre a consciência e a realidade tem seu próprio *ethos*, que nos leva à compreensão da revolução não como uma culminação dos processos de desenvolvimento humano ou um ponto de chegada, mas sim como um novo começo sempre em devir.

É em busca desse olhar revolucionário que nos propomos, nas linhas a seguir, o exercício de ouvir o que as crianças têm a nos dizer sobre este momento histórico da pandemia do SARS-CoV-2, por meio das entrevistas realizadas com elas para o projeto “Escuta das Crianças”, da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), em fevereiro de 2021². Ao todo foram entrevistadas trinta e três crianças, de diversos estados do Brasil, como Piauí, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul. Essas entrevistas tiveram o intuito de saber como elas estavam passando por aquele momento,

² A 6ª *Ciranda de Ações* aconteceu no dia 2 de fevereiro de 2021, tendo como foco unir-se aos integrantes da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) para construir uma agenda propositiva para as crianças e também lançar a ação *Escuta das Crianças*, em contexto de pandemia. Assim, após o evento, durante três meses, foram entrevistadas crianças de diferentes regiões do Brasil que viviam realidades diferentes em relação às atividades escolares, ficando evidente que, após quase um ano de ensino remoto, a maioria permanecia assistindo aulas *on-line* em casa, sofrendo com a restrição de sua circulação e contato com seus pares. A restrição às atividades escolares de modo presencial iniciou no Brasil em março de 2020, no estado do Paraná, a partir do dia 19.

tendo restritas sua circulação, a frequência à escola e, consequentemente, o encontro com seus pares.

Será a partir dessas vozes e percepções que refletiremos neste artigo sobre os impactos dessa pandemia para as crianças. Sabemos que há muita resistência em relação a necessidade dessa escuta, sempre pensando que talvez seja mais profícuo ouvir os adultos, afinal “não serão eles os mais aptos a darem pistas sobre como cuidar das crianças num momento tão delicado, indicando a melhor forma de conduzir sua formação e entretenimento”?

Para alguns, certamente que sim, e não só nesse momento, mas em outros tantos! Primeiro, porque as crianças são consideradas ainda inexperientes, sem capacidade para decidir o que é melhor para suas vidas e, uma vez não adaptadas à ordem e às regras para o bom andamento social, normalmente divergem do comportamento esperado pelos adultos. Segundo, pois ao resgatarmos a origem do termo *infância*, que caracteriza socialmente essa fase do desenvolvimento humano, averiguamos historicamente que o vocábulo advém do latim *infans*, construído a partir do prefixo *in*, que indica negação, e do sufixo *fante*, que significa falar ou dizer, daí decorre que o *infante* é aquele que não fala, caracterizando a criança como aquela que não possui o direito ao discurso, como pessoa que não está autorizada pela sociedade a fazer uso da palavra.

Se etimologicamente já está indicado seu silenciamento, por que problematizar a escuta e a compreensão de mundo das crianças? É justamente pelo fato de sua percepção da realidade ser dissonante, pela quebra de paradigmas e inadequação ao dado que apenas elas podem nos dar pistas de como viram e viveram esse momento. É a infância, bárbara e com olhar revolucionário, tal como nos indica Walter Benjamin (2009, p. 119), que precisa ser ouvida, pois as crianças estão aí o tempo todo se manifestando.

Escutá-las é opor resistência ao que está dado, ao fluxo das coisas ordenado pelo mercado em detrimento do humano. E esse ato, segundo a fala delas, passa pela superação conjunta dessa pandemia, pela vacinação, como uma das crianças entrevistadas indica: “se fosse um vírus bem gigantesco tinha que usar muita vacina, bem grandona”. Ou seja, a vida está acima do mercado e dos interesses econômicos.

Como define Andrés Felipe Bedoya, de 8 anos, no livro *A Casa das Estrelas*, organizado por Javier Naranjo, adulto é a “pessoa que, em toda coisa que fala, fala primeiro de si”. Na mesma obra, Carolina Álvarez, de 7 anos, afirma: criança é o “brinquedo de homens”. Essas definições são um alerta: precisamos fugir desse lugar de opressores e ouvi-las, permitindo-nos perceber através dos seus olhos como esse momento histórico nos evidenciou novos modos de ser e estar.

Mergulhando nos fluxos narrativos das entrevistas realizadas, percebemos que em nenhum dos questionamentos as crianças falam sobre consumo, sobre o desenvolvimento tecnológico, sobre quão bom têm sido as possibilidades *on-line* de dar sequência às suas atividades e estudos, por exemplo, mas indicam sempre o outro e suas relações como aquilo que mais lhes fez falta, evidenciam como sentiram falta de seus familiares, amigos e colegas e falaram sobre a dificuldade de se manterem distantes do outro:

“Uma pessoa não pode nem tocar a outra”.

“Não posso mais sair, não posso mais brincar com meus coleguinhas”.

“Para mim, o coronavírus foi muito impactante, porque, normalmente, antes da pandemia, eu ia no parquinho no condomínio da minha vó e da minha mãe, só que daí, com o coronavírus, os dois fecharam. Agora a gente não pode mais, os lugares públicos tão mais restritos”.

As relações que se estabelecem entre a criança e o mundo, entre elas e seus pares, foram cerceadas por um vírus que elas tentaram compreender, mas, na infância, estar em relação com o outro e o mundo é fundamental. Por isso, esses elementos apareceram nas falas de todas as entrevistadas, indicando suas dificuldades em lidar com o momento histórico.

Fica evidente nas respostas dadas pelas crianças que não são os aparatos técnicos e tecnológicos que poderiam garantir a superação desse momento, mas, em especial, o contato com seus pares, o acesso aos espaços de socialização, pois, quando questionadas sobre o que mais desejavam que acontecesse, elas responderam:

“Que o coronavírus acabe, porque eu não posso ir para a escola, não posso passear, visitar meus amigos”.

“Que acabe esse coronavírus, porque ele está matando as pessoas”.

Sendo a escola, na infância, o principal espaço de socialização, percebemos que o ensino, neste contexto, mediado pelos meios digitais e estritamente conteudista, não cumpriu com sua função social, pois as crianças relataram grande cansaço e dificuldade com o distanciamento das relações humanas:

“Eu queria poder brincar, estudar e poder parar de usar máscara”.

“Pra mim, essa história de coronavírus tá sendo chata, porque a gente fica muito tempo no computador pra fazer a aula. É difícil ficar muito tempo de frente com uma tela que a gente acaba se distraindo com qualquer coisinha. Mas também tá sendo legal porque a gente fica mais com a família”.

“Então, esses tempos em casa mudaram muitas coisas: as aulas *on-line* assim elas não são muito boas como as da escola, porque na escola a gente entende melhor”.

“Eu tenho muita saudade sempre, eu sempre penso na aula, sempre amei fazer as coisas lá na aula, amei o recreio também, amei tudo lá na escola. Também amava a escola quando eu estudava lá, mas agora veio essa pandemia e ficou tudo embaralhado”.

“Eu queria poder abraçar meus professores também, que eu sinto muita falta deles”.

Esses sujeitos nos ensinam que não é o pragmatismo capitalista, limitador da educação a meros processos de instrução, que pode suprir suas necessidades imediatas. O aparato técnico apenas mascara a angústia que a ausência dos seus pares e a presença da morte no dia a dia geraram nelas. Por isso, o desejo unânime das crianças era que o “coronavírus vai embora”:

“O que eu mais quero que aconteça? Eu quero que o coronavírus acabe, que eu tô longe. Não posso ir para escola, não ir passear, não posso visitar meus amigos”.

Ao final da entrevista, ao serem interpeladas sobre o que queriam que acontecesse depois da pandemia, é imperativo o desejo pelo encontro com seus pares, suas famílias, e que por um mundo mais acolhedor e amoroso:

“Depois do coronavírus eu queria que mudasse o mundo e só cabesse amor dentro dele”.

“Eu ia fazer as pessoas entender que todo mundo é igual todo mundo”.

“O que eu mais quero que aconteça depois do coronavírus é que eu possa encontrar todos os meus amigos e que todo mundo esteja bem. Todo mundo esteja bem, com boa saúde”.

“Eu quero que as pessoas fiquem bem”.

Como não considerar como bárbaros aqueles que não estiveram atentos e apreensivos às necessidades de manutenção da normalidade e da economia no contexto dessa pandemia? Que estão mais presos às relações, ao outro, que à engrenagem social que precisa funcionar normalmente, a despeito das quase 400 mil vidas perdidas no momento em que escrevemos esse artigo³?

Registros como este realizado pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) são fundamentais para desvelarmos que as crianças, povo bárbaro, nos apontam caminhos que devemos seguir. Se não lhes possibilitarmos esse espaço de exposição dos seus modos de ver o cotidiano, ficarão apenas os registros dos “vencedores”, daqueles que “inovaram” ao lançar inúmeros produtos virtuais destinados às crianças, que perdurarão na história, seja para a área educacional ou cultural, e que serão considerados aquilo que possibilitou a elas a “superação desse momento”.

Ouvindo seus relatos, a despeito de ser um *corpus* limitado de entrevistados, podemos ter contato com o modo como elas vivenciaram aquele momento e assim problematizar, pois, em que

³ Este artigo foi escrito em abril de 2021 e revisado em março de 2022, momento em que as aulas presenciais já foram retomadas em todo Brasil. Apesar de a vacinação estar acontecendo e grande parte da população já contar com seu ciclo vacinal completo (três doses), ainda vivemos em contextos distintos de restrições devido ao vírus e suas variantes. Neste momento, estamos com um total de 657 mil mortes registradas.

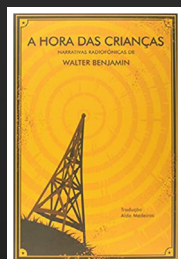
medida o processo de criação de ambientes virtuais para elas foi mais opressivo e cerceador da sua condição de sujeitos do que profícuo para sua formação. O silenciamento e opressão passam por aquilo que evidencia Eduardo Galeano em seu mundo às avessas, do livro *De pernas pro ar*:

*Dia a dia nega-se às crianças o
direito de ser crianças.
Os fatos, que zombam desse direito, ostentam
seus ensinamentos na vida cotidiana.
O mundo trata os meninos ricos como se
fossem dinheiro, para que se acostumem
a atuar como o dinheiro atua.
O mundo trata os meninos pobres como se
fossem lixo, para que se transformem em lixo.
E os do meio, os que não são ricos nem pobres,
conserva-os atados à mesa do televisor,
para que aceitem desde cedo como destino,
a vida prisioneira.
Muita magia e muita sorte têm as crianças
que conseguem ser crianças.*

Há muito a educação e a produção cultural para crianças têm se confrontado com a necessidade de escuta, elas precisam ser ouvidas, pois têm mais pistas a nos dar que nós, adultos, caminhos a impor a elas. Não há nada mais poderoso que a palavra certa delas, que aniquila nossa arrogância e prepotência de querer saber, mais que o sujeito da situação, como passar por um dado momento.

*Agradeço à Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) pelo belíssimo projeto. Mais informações disponíveis em: <http://primeirainfancia.org.br/escuta-das-criancas-ciranda-de-aco-es-2/>

>>> Indicações de Leitura



A hora das crianças: Narrativas radiofônicas, de Walter Benjamin.

A obra traz conferências, resenhas de livros e histórias apresentadas por Walter Benjamin em programas de rádio de Berlim e Frankfurt, que tinham as crianças como público-alvo.



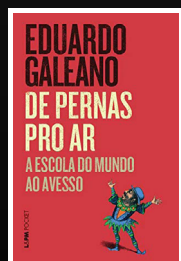
A casa das estrelas: O universo contado pelas crianças, organizado por Javier Naranjo

Durante mais de dez anos, o professor Javier Naranjo guardou as definições que seus alunos do curso primário (entre 3 e 10 anos) davam para palavras, objetos, pessoas e, principalmente, sentimentos, em suas aulas de espanhol. Algumas destas definições, poéticas, engraçadas e muitas vezes melancólicas, estão reunidas neste livro.



Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação, de Walter Benjamin.

O livro traz diversos ensaios do autor a respeito da educação.



De pernas pro ar: A escola do mundo ao avesso, de Eduardo Galeano.

Como é próprio do autor, abordando eventos históricos e fatos jornalísticos, com muita ironia e sensibilidade, a obra propõe inúmeras reflexões sobre justiça, liberdade e educação.

"COM O ISOLAMENTO SOCIAL, A QUEBRA DA CONVIVÊNCIA, AS NOVAS FORMAS DE CONVIVER, DE PARTICIPAR, TROCAR, EXISTIR, ADDECEMOS MAIS. MAS O QUE FAREMOS DIANTE DISSO?"¹

*Entrevista com Adriana Carrijo
por Raquel Zanini*

A professora Adriana Carrijo, pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é, desde 2009, coordenadora do Núcleo Rio de Janeiro (regional RJ) da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Atualmente, é professora adjunta e chefe do Departamento de Estudos da Infância da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolve importante trabalho de articulação entre a Psicologia e a Educação, marcado pela ampla experiência tanto como docente na UERJ quanto por sua atuação clínica há mais de vinte e sete anos.

Nesta entrevista concedida via e-mail, com base na prática reflexiva e atenta ao contexto social, Carrijo aborda aspectos sobre saúde mental em tempos de pandemia e seus reflexos na sociedade, de forma geral, e na escola, de forma particular.

¹ Entrevista originalmente publicada no sétimo volume de Desassossegos, em outubro de 2021.



A abordagem de questões emocionais vem recebendo maior interesse tanto clinicamente (na busca por psicoterapias e no combate ao estigma aos transtornos mentais) quanto academicamente (especialmente de maneira interdisciplinar). Qual a articulação entre esse interesse crescente e a configuração do mundo contemporâneo?

Nos últimos 30 anos, observamos a recorrência de discursos sobre a saúde mental em diferentes campos disciplinares. Esse movimento coincide com a publicação do DSM-IV (1994) e do DSM-V (2013) [DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais], onde constatamos a revisão e a ampliação dos critérios de diagnóstico e de classificação dos transtornos mentais. Coincide também com a emergência da internet, com a velocidade na circulação das informações, com muita transformação no mundo do trabalho e na vida escolar.

Não é possível dissociar as expressões psíquicas de mal-estar desses eventos em suas histórias e geografias. Com a “hiperconnectividade” e o funcionamento em redes sociais, a constituição psíquica exhibe novas facetas e contornos. O imperativo da imagem e o apelo identificatório, oriundos da serialização dos modos de viver, gera angústia, medo e novos sintomas. Considero a importância de uma investigação cuidadosa sobre a orientação do olhar deveras interessado/endereçado na/à Saúde Mental.

Se por um lado tal interesse nos leva à quebra de barreiras em relação às dificuldades que, por vezes, são negligenciadas, facilitando o acesso aos núcleos de apoio e de intervenção psicológica, por outro observo que um olhar crítico e atento aos modos de viver/conviver se faz fundamental para que não paralisemos na naturalização do mal-estar e no engessamento de uma compreensão calcada apenas na lógica da doença e na cultura da medicalização. Urge uma compreensão alargada dos problemas que produzem formas “im-possíveis” de viver. Em geral, os pacientes melhoram muito quando tematizam sobre o mundo e coletivizam as crises.



Os estudos da Psicologia são fundamentais para a Educação, tanto no sentido do avanço no campo do ensino e da aprendizagem quanto psicossocialmente, contribuindo para as discussões sobre a saúde mental de crianças e adolescentes. Pensando comparativamente, passados mais de 18 meses de pandemia, no que tange à educação, houve mudanças na clínica acarretadas por esse momento nesses e para esses sujeitos? Que novos desafios surgiram?

Sim, muitas mudanças. Insistindo na linha temporal traçada na primeira resposta, e aludindo aos últimos 25-30 anos, já percebíamos um diálogo muito intenso entre a Psicologia e a Educação. No que tange à Psicologia, vi um avanço muito expressivo nas teorizações e intervenções propostas pela Psicologia Escolar. Vi trabalhos de formação de psicólogos (estágios) muito potentes sendo propostos. Vi também a busca pela releitura de textos clássicos, como os de Piaget e de Vygotsky, em articulação com as demandas contemporâneas, com muita originalidade e novas problematizações.

Porém, também vi e ainda vejo a medicalização da vida escolar grassando, a onipresença da lógica do diagnóstico e dos encaminhamentos em função de concepções parcializadas de desenvolvimento e de aprendizagem, o que não é nada novo. Isso já me preocupava muito. A “biologização” da atenção como processo cognitivo central à performance da aprendizagem foi muito explorada nos anos 90-2000. A “clinicização” e a individualização dos processos de aprendizagem já me parecia muito inculcada nas instituições escolares até a pandemia.

Com o isolamento social, a quebra da convivência, as novas formas de conviver, de participar, trocar, existir, adoecemos mais. Mas o que faremos diante disso?

Acato o desafio de pensar que questões coletivas possam ser tratadas a partir da força do coletivo, incluindo sintomas psíquicos. Como vamos propor/compor a abordagem dessas dores, em suas particularidades, atentando para o que de singular existe sem deslocá-las de um contexto sócio-histórico que acomete o mundo.

Temos como desafio produzir formas de abordar, refletir e resistir. A Psicologia precisa estar presente em sua dimensão social e política. A clínica decorre.



Com o fechamento das escolas, as relações sociais de crianças e adolescentes se modificaram muito durante o período da pandemia. Para uns, reduziram-se em grande medida ao núcleo familiar, às Redes Sociais e aos meios de comunicação digital. Para outros, o confinamento pode tê-los exposto às mais diversas formas de violência e necessidade. Como você percebe os processos de produção da subjetividade nesse contexto?

Não temos ainda um distanciamento mínimo do contexto de crise. Ainda estamos nela. Ainda que o negacionismo e as atuações sejam recorrentes. Sabemos que ambas as situações trazidas pela pergunta fazem parte de muitos relatos. Olhando para o campo da clínica, para o trabalho com as crianças, posso acrescentar que observo um “encurtamento” da experiência da infância.

Objetivamente, tenho lidado com a ancoragem de uma puberdade precoce que não dissocio das pressões de um mundo pandêmico. A ansiedade presentificada como afeto-base, e a “edição tiktokada” da vida mais veloz, cada vez mais veloz, atropela qualquer possibilidade de pensar sobre o que sentimos.

Destarte, vejo corpos pulsantes e ansiosos sem condições de significação, resistentes ao trabalho de reflexão e sem vontade de conversa. A escola se faz extremamente importante como lugar que possa produzir encontros para a elaboração de uma experiência tão intensamente desestruturante. Mas não acredito que tudo isso possa redundar em desestruturas. Não, apenas.



Boaventura de Souza Santos, em *A cruel pedagogia do vírus*, discute como a pandemia pode nos ensinar novos paradigmas para uma vida em sociedade que rompam com um sistema

econômico e social já em franco colapso. No campo das relações psíquicas, é possível também falar sobre uma *cruel pedagogia do vírus* que aponte para novas formas de construção de subjetividades e alteridades para além do paradigma ideológico hegemônico das relações de mercado?

Concordo com o delineamento sugerido por Boaventura, acrescentando aposta no traçado de linhas de fuga e de novos agenciamentos para lidar com as crises. Contudo, precisamos de muita conversa, de muito mapeamento de campo e de ações reflexivas de “cuidado”. A sustentação da ética do cuidado rareia diante da intensidade e da densidade do que nos atravessa. Em momentos de crise grave, o individualismo pesa em sua expressão instintiva.

Produzimos uma sociedade de indivíduos, uma sociedade que opera no atacado. Trabalhar para a significação dessa crise me parece ser uma boa aposta. A concentração na produção de novos sentidos, acatando as singularidades, as diferentes formas de perceber, de temer e de agir. Isso, por si só, irá requerer tempo e investimento psíquico/político em ações que não tenham pretensão estritamente adaptativas e/ou mercadológicas. Teremos que resistir e inventar ações em nome do bem comum. Sem isso, não vejo linhas de continuidade e de persistência da vida.



O Brasil tem vivido um processo de polarização política que se acentuou ao longo da última década, acarretando uma série de tensões sociais, econômicas e culturais. Qual o impacto dessa polarização no desenvolvimento psicossocial do brasileiro?

Em se tratando da crise instaurada pela pandemia, o que se impõe é uma energia de morte. A intolerância às diferenças, os ataques institucionais, os descomedimentos verbais em declarações nefastas. Sob clima de tensão permanente e de desesperança generalizada, enterramos nossos mortos e conquistas políticas.

Temos visto muitos ataques à história e a emergência impositiva de narrativas perversas. Lembro muito do Castoriadis em sua valorização do conhecimento histórico e do imaginário instituído como pontos de reflexão e de ancoragem para a recriação do sujeito e da sociedade. Considero a reflexão política trazida por esse autor como uma das mais importantes para a travessia desse momento. Vale destacar a função social e política que atribui à Educação, articulando uma leitura da natureza humana a partir da Psicanálise.



O que mais a desassossega no presente?

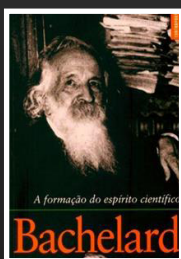
Muitas coisas tiram o meu sossego no presente. Não vou me esquivar de um agradecimento pela concessão a falar nesses termos: “desassossego”.

Como mãe de duas crianças, como professora do Departamento de Estudos da Infância da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e como psicóloga que conversa com crianças, famílias e escolas há mais de 27 anos, situo nesse espaço o meu desassossego, desassossego esse que sequestra o meu sono. Tenho muita preocupação com a forma como as crianças estão atravessando essa crise. Como estão participando, incluídas e excluídas.

Tenho muita preocupação com a escola em seu enfrentamento de crise. Estou vendo muito movimento em torno de “conteúdos curriculares” (como recuperar dois anos sem escola?) e pouca conversa sobre a crise em suas marcas. Tenho preocupação com a precarização do trabalho docente e com a formação dos meus alunos nesse momento crucial. Castoriadis afirmava que “os direitos do homem já há algum tempo se transformaram numa ideologia que mascara a ausência de um projeto político”.

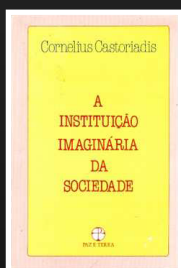
Destarte, quero me concentrar em encontrar caminhos que possam instigar meus filhos, alunos e pacientes a atravessar inventivamente a crise. Quero colocar a palavra em jogo, contribuir para uma ressignificação desse caos emergente. Quero resistir e reagir.

>>> Indicações de Leitura



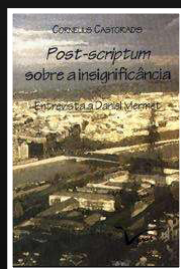
A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento, de Gaston Bachelard.

Escrito em 1938, Bachelard trata nesta obra sobre o processo de construção da ciência, abordando fronteiras e diferenças dela em relação ao senso comum, com o intuito de apresentar a lógica de processualidade que caracteriza o saber científico.



A instituição imaginária da sociedade, de Cornelius Castoriadis.

Um dos mais importantes pensadores do mundo contemporâneo, Castoriadis aborda nesta obra o desafio de se pensar e imaginar a sociedade e seu futuro para além de dogmatismos, com atenção às possibilidades efetivas de transformação social.



Post-scriptum sobre a insignificância: entrevista à Daniel Mermet, de Cornelius Castoriadis.

Este livro traz a última entrevista concedida por Castoriadis. Nela, o filósofo provoca o leitor a repensar e retomar o sentido da participação e da liberdade, num mundo de esgotamento ideológico e submisso ao liberalismo de mercado.

AGOUROS DA ÁGORA



DIREITO À TERRA, DIÁSPORA E OS SUBALTERNOS EM TORTO ARADO¹

por Peterson Nogueira

Há um enorme fosso entre ser livre e se sentir livre no Brasil. Em inúmeros exemplos midiáticos, o cerceio da liberdade está atrelado à forma como têm sido tratados os negros no país. Sob a fábula de um suposto fim da escravidão da mão de obra negra, a realidade se revela contrária à História e a literatura descortina algumas atrocidades. É isso que *Torto arado* (2018), de Itamar Vieira Junior, faz.

Para além da curiosidade que gira em torno de um livro vencedor de diversos prêmios literários, dentre eles, Leya (2018) e Oceanos (2020), em Portugal, e Jabuti (2020), aqui no Brasil, o arrebatador romance narrado sob a ótica das irmãs Bibiana e Belonisia vivendo na Fazenda Água Negra pode ser lido como o grito do subalterno. Por isso e por toda a representatividade desse livro no contexto nacional, é preciso, neste momento, discutir os assuntos que tocam o romance.

Com o intuito de fomentar essa discussão, vale enfatizar o seguinte raciocínio: se há, por um lado, uma crescente preocupação com a população negra, incluindo movimentos como o “Vidas negras importam”, aliados à mentalidade coletiva de que pessoas negras não são cidadãs de segunda categoria, por que ainda existem tanto preconceito e tanto cerceio sendo motivados na nossa sociedade com pessoas pretas? Por que não existe (ou parece não ter força) um

¹ Artigo originalmente publicado no sexto volume de *Desassossegos*, em maio de 2021, com o título *Os subalternos falam em Torto arado*.

movimento nacional em busca do extermínio definitivo de trabalhos análogos à escravidão?

A fim de chegarmos a uma resposta possível sobre essas questões, colocamo-nos diante de tantas reflexões pelas quais somos movidos, que olhar apenas para uma única resposta pode não satisfazer a nossa indignação humana. Para tanto, podemos, voltando ao passado histórico do país, dizer que houve um processo de precarização forçado para os negros ao final do século XIX, após a bonitinha “Lei áurea” que previa a abolição da escravatura, protagonizada, romanticamente, pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888. É de se sublinhar, ainda, que os bastidores da abolição demonstraram interesses políticos (e não humanitários) na relação trilateral entre Inglaterra, Portugal e Brasil.

Nesse contexto, em vez de haver uma atitude de retratação com os negros que foram extirpados de seus países no continente africano, houve, pelo contrário, uma tentativa de embranquecer o Brasil, conforme destaca Schwarcz: “A saída foi imaginar uma redescoberta da mesma nação, selecionar e digerir certas partes da mesma teoria, com a evidente obliteração de outras; enfim, prever ‘um modelo racial particular’” (SCHWARCZ, 1996, p. 89). Andrews traz dados factíveis ao mostrar que “Entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus cruzariam o Atlântico rumo a São Paulo, com a maioria (63,6%) das passagens pagas pelo governo do Estado” (ANDREWS, 1998, p. 98). Abriram-se, pois, as portas para a imigração europeia através de atos políticos.

Iniciou-se, então, um período de eugenia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Alguns setores da elite econômica, política e intelectual brasileira projetaram a extinção dos negros no país com base em propostas pseudo-científicas de sanitarismo e medicalização da sociedade, o que, felizmente, não prosperou. Os eugenistas tupiniquins atuaram intensamente por quase quarenta anos no sentido de promover uma limpeza racial a partir da defesa do branqueamento pelo cruzamento, o controle da imigração, a regulação de casamentos, o segregacionismo em manicômios, por exemplo, e até mesmo a esterilização, como apresenta Diwan em *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*, de 2007, ao apontar que uma liga médica, criada em 1922, reacendeu o deba-

te da esterilização (já praticada em outros países, para criminosos do sexo) e, embora a teoria não tenha sido aprovada, havia um consenso entre os participantes da tal liga, a “crença racista do branqueamento da população” (Diwan, 2007, p.104).

Houve uma tentativa de apagar esses fatos da biografia dos eugenistas da elite republicana, quando a deflagração da Segunda Guerra e a divulgação dos métodos nazistas demonstraram que a eugenia significava o uso da ciência a serviço da intolerância e de crimes contra a humanidade. Como *modus operandi*, a estratégia de negação e da amnésia histórica continuaram dando espaço para italianos, ucranianos, poloneses, alemães e outros imigrantes que, então, se valeram de um apoio efetivo do Estado para se inserirem na sociedade brasileira, tanto no campo quanto na cidade. Ao passo que os negros, sem iguais oportunidades ou quaisquer políticas públicas que lhes favorecessem, voltaram para as casas onde foram escravizados ou mesmo se mantiveram nas fazendas de seus antigos donos para trabalharem, sem qualquer dignidade, em troca, unicamente, de comida.

Houve os que não conseguiram se agregar nas casas de seus ex-senhores e restou, assim, a marginalização na luta pela sobrevivência. Esse movimento reforçou, para a sociedade racista que se constituiu durante os mais de três séculos de escravidão no país, que o espaço do negro era a marginalidade e o desvalor. Esse comportamento ainda reverbera na sociedade brasileira do século XXI, sendo sentido efetivamente por negros e negras do país nos empregos de menor prestígio social. Embora haja líderes políticos que neguem quaisquer traços racistas no Brasil, talvez para se livrarem da culpa de hábitos escravagistas, vemos, nitidamente, as favelas como demonstração da ausência do Estado e de políticas públicas que visem moradia digna à população negra, moradores mais numerosos desses espaços urbanos.

Seguindo a contextualização da exclusão dos espaços físicos, outra dicotomia também é demarcada nos espaços de privilégio – o outro dessa dicotomia é o branco. A literatura brasileira, vista como um desses espaços de privilégio no Brasil, foi sacralizada aos e pelos brancos. Até a imagem de autores negros, clássicos, como Machado de Assis, por exemplo, foi embranquecida ao longo do século XX. Outros autores (e autoras) negros somam um número ínfimo no rol

da literatura. E esse raciocínio se aplica também a personagens negros das nossas letras. A propósito, qual autor ou personagem negro da literatura brasileira vem à cabeça nesse momento da discussão?

Ainda que poucos nomes surjam até os dias de hoje, autores como Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus são lembrados por terem escrito a partir da periferia da cidade, demonstrando um país pungentemente racista. Lembremos de *Clara dos Anjos* (1948) e *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960), que mostram o Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, como cidades cuja periferia recepciona o povo negro.

Décadas depois de publicações que colocam em xeque a visão de uma sociedade que não se assume racista, mas naturaliza a periferia como o “lugar do negro”, a prosa de *Torto arado* (2018) mostra como grandes fazendas ainda são o último reduto de escravidão no país. Esses latifúndios parecem ser assimilados como aceitáveis na sociedade, haja vista o número de pessoas resgatadas nesses ambientes.

Na ficção, a Fazenda Água Negra, no sertão oeste da Bahia, é o espaço onde as irmãs Bibiana e Belonisia vão descobrindo o mundo de privações, fortalecendo o contato com a terra e com o espírito e se indignando com a política regulamentada pela lei dos mais fortes, ou seja, os políticos da região ou os donos daquelas terras. Filhas de Zeca Chapéu Grande, um líder comunitário e espiritual de uma religião afro-brasileira sincrética, as irmãs se tornam inseparáveis a partir de um acidente que emudece uma delas.

Emudecer, na obra, não é sinônimo de calar. As personagens vão ganhando nuances cada vez mais delineadas e sintetizam o movimento que o povo negro fez para ter direitos, sem a beleza das narrativas fictícias da elite monárquica do país. Para tanto, Itamar Vieira nos mostra uma fazenda que é o típico retrato contínuo do país, onde os filhos da diáspora africana, descendentes de ex-escravizados, estão nesse espaço em troca de comida, “usufruindo”, na fazenda, do direito de poder “construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 41).

O livro *Torto arado*, que nasce clássico, no ponto de vista de muitos críticos literários, e cujo título se espelha em um verso do

poema *Marília de Dirceu* (1792), de Tomás Antônio Gonzaga, traz a história daqueles que doam seu viver à terra. A ideia de clássico, empregada aqui a partir das considerações de Italo Calvino em *Por que ler os clássicos* (1993), remete ao fato de não ter uma dada obra, a clássica, terminado “de dizer o que tinha para dizer” (CALVINO, 1993, p.11). Percebemos, então, que a narrativa de Itamar Vieira, que diz tanto, aprofunda questões de uma sociedade desigual em sintonia com a ideia naturalizada pela História brasileira, a de que há um lugar para o negro.

No livro, em um tempo de secura dos rios e das chuvas, a família de Zeca Chapéu Grande vê sua comida definhar quando essa figura ressignificada do capataz, Sutério, entra em sua casa e leva parte da comida que ele havia comprado (e não plantado). Por esse ato abusivo, a história das duas irmãs se divide, pois, uma delas, mesmo após refletir que “nunca havia conhecido ninguém que dissesse ser possível uma vida além da fazenda” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 73), decide fugir de Água Negra. A outra continua a narrativa, cada vez mais ligada à terra. O ritmo demarcado nem sempre é sutil e mostra, nesse novo momento, a chuva que volta para dar vida à terra, as mulheres levando as roupas para o rio que se avoluma e os homens limpando o terreno onde “plantariam as roças dos donos da fazenda” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 94) e as agruras do povo preto se repetindo, com violência e ciclos de humilhações.

É nesse período também que Belonisia não se sente mais motivada a continuar na escola e constata: “Poder estar ao lado de meu pai era melhor do que estar na companhia de dona Lourdes (a professora), com seu perfume enjoado e suas histórias mentirosas sobre a terra. Ela não sabia por que estávamos ali, nem de onde vieram nossos pais, nem o que fazíamos, se em suas frases e textos só havia histórias de soldado, professor, médico e juiz” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 98 – grifo nosso).

Não tem como não associar essa fala tão cheia de sabedoria à *Pedagogia da autonomia* (1996), de Paulo Freire, quando o pedagogo mostra a necessidade de se pensar a prática pedagógica, chamando atenção para os “conteúdos cuja compreensão, tão clara e tão lúcida quanto possível, deve ser elaborada na prática formadora” (FREIRE,

1996, p. 22). E continua, assertivo que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 23), o que Belonisia não assimila nas aulas de repetição de textos que não fazem sentido para a sua formação. Por outro lado, ela aprendia muito com o pai; ao se embrenhar na mata, “aprendia sobre as ervas e raízes. Aprendia sobre as nuvens, quando haveria ou não chuva (...) Aprendia que tudo estava em movimento – bem diferente das coisas sem vida que a professora mostrava em suas aulas.” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 99).

Zeca Chapéu Grande, o pai, era o líder religioso que “se transformava em muitos encantados nas noites de jarê. Mudava a voz, cantava, rodopiava ágil pela sala, investido dos poderes dos espíritos das matas, das águas, das serras e do ar” e um verdadeiro conhecedor da terra, “quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado para seu interior, para decidir o que usar, o que fazer, onde avançar, onde recuar. Como um médico à procura do coração.” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 126)

Esse cuidado com a terra, que a Família Peixoto, dona da fazenda, não tinha por não saber cuidar de nada em Água Negra nem, principalmente, de seus trabalhadores, incomoda a todo momento e mais ainda quando, já desenvolvida parte da história, Bibiana volta professora para a fazenda com o marido e o filho. Belonisia se espanta com a aparência da irmã, como se os dois anos passados fora fossem dez: “Aquele tempo parecia ter passado com violência para ela, agora mãe de um menino.” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 129) E reflete sobre o papel que é imposto à mulher naquele ambiente árido de atenção e cuidados: “Éramos preparadas desde cedo para gerar novos trabalhadores para os senhores, fosse para as nossas terras de morada ou qualquer outro lugar onde precisassem.” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 129) A vida vai se fazendo em Água Negra em função das necessidades dos donos da terra, como se as pessoas ali não tivessem dignidade humana. A fazenda chega a ser vendida com os trabalhadores ali dentro, como se eles fizessem parte de um combo, agregando valor à mercadoria.

Spivak quer saber como o subalterno, sujeito do proletariado do capitalismo, fala. Em *Torto arado*, as mulheres falam. E suas vozes são

articuladas entre o desejo e o interesse coletivo. Enquanto para um dos personagens, “questionar o domínio das terras da fazenda seria um gesto de ingratidão” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 196), as irmãs, após uma tragédia anunciada, se tornam sujeitos de fala e de ação. Para isso, se mobilizam em sindicatos, em falas coletivas que não mais pedem, mas, pelo contrário, exigem dos patrões soluções confortáveis, como as casas de alvenaria que vão sendo construídas para aquelas pessoas, quilombolas remanescentes de um movimento excruciante dentro do próprio país, ao que o dono tenta menosprezar a luta, “dizendo que aquele ‘bando de vagabundos’ queria a fazenda dele, comprada com o seu trabalho” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 197).

Tudo no romance chama a atenção, mas a relação do capitalismo selvagem – que persegue e mata – é repugnante porque sabemos, como tudo o mais da narrativa, que há igual comportamento fora da ficção e, como diz um dos encantados da prosa, “sobre a terra há de viver sempre o mais forte” (VIEIRA JUNIOR, Itamar, 2020, p. 262).

>>> *Indicação de Leitura*



Uma orquestra de minorias, de Chigozie Obioma

O nigeriano Chigozie Obioma, romancista e professor de literatura na Universidade de Nebraska, assim como Itamar Vieira Junior, se vale de um espírito ancestral para contar a história de um jovem humilde que se apaixona por uma moça rica e quer, a todo custo, mostrar que pode voar, sem saber que muitas aves não foram feitas para o ar.

DE LOCKE AO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: UBERIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO¹

por Rondnelly Diniz Leite

Este artigo tentará contribuir com uma análise bem concisa do processo de plataformização do trabalho, ou, em outros termos, do processo de uberização do trabalho, em curso contemporaneamente. A partir do fim do Estado de Bem-estar Social, com a saída unilateral dos EUA do Acordo de Bretton Woods, as crises do petróleo de 1973 e 1979 e a elevação abrupta, por parte do *Federal Reserve*, da taxa de juros em 1979, entramos em uma nova etapa do processo de acumulação do capital. Trata-se do que David Harvey designou “acumulação flexível”², isto é, o processo de financeirização do capital, cuja expressão político-econômica é o Neoliberalismo. Essa nova etapa é marcada, simultaneamente, por um novo paradigma de gestão da força de trabalho e por mudanças tecnológicas, decorrentes da Terceira Revolução Industrial. É a era do trabalho polivalente, da Tecnologia da Informação e Comunicação e da desregulamentação do trabalho. Em nossos dias, essas características assumem uma dramaticidade perversa com o surgimento das plataformas digitais, cujo paradigma é a empresa Uber. Esse fenômeno pode ser definido como uma nova modalidade de controle e gerenciamento do tra-

¹ Artigo originalmente publicado no sétimo volume de *Desassossegos*, em outubro de 2021, com o título *Uberização e precarização do trabalho*.

² Sobre este tema, favor consultar: HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2004. HARVEY, David. *Limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

balho articulado a um processo de informalização, que leva ao estabelecimento da figura do trabalhador sob demanda ou prestador de serviço. Nesse sentido, as mudanças organizativas no processo de trabalho, aliadas à Tecnologia de Informação e Comunicação não servem ao propósito da eficiência ou racionalidade na condução do processo de trabalho, senão à maneira como a luta de classes ganha efetividade (*Wirklichkeit*) nas estruturas de controle e comando da produção, procurando disciplinar o trabalho e o trabalhador e viabilizar o processo de acumulação do capital. Entretanto, antes de nos lançarmos nessa empreitada, é imperioso que travemos um diálogo rememorante com a tradição do pensamento liberal e com a crítica marxiana para podermos indicar a origem desse processo de exploração do trabalho e seu destino socio-histórico nos últimos três séculos.

O filósofo inglês John Locke (1632-1704) considera o trabalho como sendo o fundamento da propriedade privada. Na medida em que os seres humanos atuam sobre algum ente natural, eles acrescentam algo ao que foi submetido à sua ação, convertendo-o em sua propriedade. Portanto, aquilo que está à disposição de todos os homens na natureza pode ser apropriado privadamente, porque os seres humanos agregam sua individualidade àquele ente natural em virtude do esforço empregado, ou seja, do trabalho realizado.

Entretanto, coerentemente, Locke propugna que essa apropriação deve coadunar com um pressuposto de seu pensamento de que ela deve acontecer, porquanto reste o “suficiente aos outros, em quantidade e qualidade”³. Por isso, o direito de uns não pode implicar em uma diminuição, ou, no limite, no fim do direito dos outros. Porém, como o filósofo inglês resolve o problema da acumulação para além da subsistência, própria do capitalismo?

Para responder a essa questão, Locke afirma que o princípio da igualdade pressupõe o preceito da parcimônia no usufruto das provisões comuns. Com o fito de justificar a apropriação para além do que é necessário para viver, o pensador desloca esse preceito para a esfera do mercado, onde esse excedente é trocado e usado

³ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 98.

para prover outro indivíduo daquilo que lhe falta. De fato, se cultivada corretamente, a terra consegue gerar uma produção bem superior à originada pela natureza. Desse modo, a agricultura é capaz de viabilizar o aumento da quantidade dos proventos necessários à subsistência humana.

Todavia, com o advento da moeda, por concordância recíproca dos indivíduos, foi possível amealhar esses proventos como valor de troca, substituindo as permutas por produtos perecíveis. Portanto, ao aceitar o dinheiro como valor de troca, as pessoas consentiram tácita e voluntariamente “com uma posse desproporcional e desigual da terra”⁴. Nesse sentido, a moeda aparece, simultaneamente, como meio de troca e como reserva de valor. Por meio dela é introduzido um momento inédito no processo de apropriação oriundo do trabalho. Os indivíduos esforçados, observadores do “comando divino de submeter a terra e trabalhar”⁵ para torná-la melhor, retirando dela os benefícios para sua vida, têm o direito de concentrar riqueza sem que, com isso, infringam o preceito da igualdade. Portanto, como fundamento da propriedade privada, que para Locke é um direito natural, o trabalho confere conteúdo à formalidade desse direito, ou seja, por intermédio do trabalho o direito natural à propriedade ganha objetividade.

Aprofundando suas análises concernentes à relação entre propriedade e trabalho, Locke constata que este último agrega valor à propriedade, visto que ao promover a transformação do elemento natural visando torná-lo mercadoria, os seres humanos promovem melhorias naquilo que é fornecido pela natureza. Portanto, o trabalho acrescenta valores ao ente natural que ele não tem por si mesmo.

Na verdade, essa reflexão concernente ao trabalho, tendo como cenário o pensamento lockeano, revela a centralidade que essa categoria conquista, a partir da modernidade, na sociabilidade construída pelo capitalismo. O trabalho é a origem histórica da propriedade e, concomitantemente, criador de valor.

⁴ *Ibidem.*, p. 111.

⁵ *Ibidem.*, p. 101.

Por isso, é fundamental que destaquemos, agora, que a ideia do trabalho como criador de valor terá uma posteridade que se prolongará no pensamento político-econômico ocidental até contemporaneamente, seja para reafirmá-la (Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e a tradição que o precedeu), seja para refutá-la (Escola Austríaca de Economia, por exemplo).

Entretanto, para os propósitos deste artigo, é mister que nos foquemos na apropriação original que Karl Marx (1818-1883) faz dessa teoria. Em *Das Kapital*⁶, o filósofo define o valor como a medida do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria. O fundamento do valor dessa mercadoria é, portanto, uma relação social, que se chama *valor-trabalho*.

No momento em que o capitalista compra o trabalho, na verdade, ele está comprando um determinado tempo de trabalho do trabalhador. Por isso, ao se tornar trabalho assalariado, o trabalho assume uma natureza abstrata, medida por sua duração. Se uma mercadoria se valoriza em virtude do trabalho socialmente empregado para produzi-la, então, esse valor se transforma em valor de troca. Todavia, como criador do valor de troca das mercadorias, o trabalho é abstrato e não concreto – embora para o capitalista, como criador de valor de uso, ele seja concreto. Contudo, qual é a consequência disso?

A consequência é uma descoberta genial de Karl Marx: a teoria da *mais-valia* ou *mais-valor*. Segundo essa teoria, em uma jornada de trabalho é acrescentada, por cada trabalhador, uma quantidade de valor superior ao valor pago que cobre a sua reprodução como trabalhador. A *mais-valia* é, portanto, a diferença entre o valor que o trabalhador produz para garantir sua subsistência e o valor produzido pelo seu trabalho excedente. Isso significa que a *mais-valia* é fruto do esforço do trabalhador, o qual é apropriado pelo capitalista.

Existem duas formas de extração da mais-valia. A primeira, se caracteriza pelo prolongamento da jornada de trabalho, para além do tempo necessário para que o trabalhador garanta sua subsistência, e da apropriação do trabalho excedente pelo capitalista. A

⁶ Ver Seção I, Capítulo I – *Die Ware* (A Mercadoria)

outra forma se caracteriza pelo aumento da extração de mais-valia sem que, com isso, tenha que se prolongar a jornada de trabalho. Trata-se do desenvolvimento de artefatos tecnológicos e procedimentos científicos de organização do processo de produção que o torna mais rápido e eficiente. A primeira é a mais-valia absoluta e a segunda é a mais-valia relativa.

Da mais-valia relativa resulta o fenômeno da intensificação do trabalho, o qual se configura como a exigência de mais trabalho e de resultados superiores no mesmo lapso de tempo. Ao longo da história essa intensificação ocorreu em virtude das mudanças técnicas decorrentes das revoluções industriais, da reestruturação científica do processo de produção (por exemplo, taylorismo⁷), ou, de ambas ocorrendo simultaneamente.

Contemporaneamente, estamos diante de um processo de intensificação do trabalho que reúne mudanças organizacionais no processo de produção e mudanças técnicas que combinam máquinas com processos digitais de autoativação e a internet das coisas. Portanto, com sua tendência infinita de acumulação, estamos diante de uma etapa de acumulação do capital que elevou a níveis inimagináveis a extração de mais-valia e, por consequência, a intensificação do trabalho. Sendo assertivo, podemos dizer que o capitalismo dos nossos dias aumentou drástica e violentamente a exploração do trabalhador contemporâneo.

Eis o fenômeno da uberização do trabalho, o qual, mais recentemente, representa, de maneira paradigmática, esse processo de intensificação do trabalho. Tal fenômeno deve ser entendido como um processo que é, concomitantemente, de extração de mais-valia – neste caso tanto relativa como absoluta –, quanto de expropriação do tempo, enquanto condição necessária para a reprodução da força de trabalho do trabalhador. De fato, o tempo de descanso do proletariado não é um tempo livre, senão um período funcional secundário do capital. O ócio não existe. O que existe é um tempo essencialmente operante com vistas ao consumo intenso

⁷ Sistema de gestão do processo de produção baseado em mudanças organizativas, o qual substitui métodos puramente empíricos pelo método científico como novo modelo produtivo.

de mercadorias.⁸ De acordo com Robert Kurz: “Assim, por um lado, a indústria do tempo livre e cultural desenvolvem novas esferas de trabalho, por outro, o tempo livre como tal também se ajustará ao tempo de trabalho”⁹. O indivíduo imerso na sociabilidade do capital não é empregado somente quando vende sua força de trabalho, mas também quando gasta seu salário.

Em sua função de extração de mais-valia, o processo de uberização do trabalho, por um lado, usa a Tecnologia de Informação e Comunicação – maquinaria – para a cooptação da subjetividade do trabalhador, porquanto dispõe da capacidade de manipulação psicológica por meio de algoritmos: alerta de nova corrida ou de que está quase atingindo sua meta do dia quando o motorista vai se desconectar do aplicativo. Isso se configura, portanto, como um procedimento que possibilita a extração de mais-valia absoluta – aumento da jornada de trabalho. Por outro lado, o motorista recebe chamadas para uma próxima corrida antes mesmo de concluir sua última corrida, de tal modo que os tempos de não trabalho são quase que inteiramente extintos. Tudo isso criando a ilusão na mente do trabalhador de que é ele quem controla seu tempo de trabalho; de que é ele quem determina quando vai trabalhar ou não; de que ele é o patrão de si mesmo; de que ele não é mais empregado, mas “empreendedor”.

Contudo, trata-se, na verdade, da articulação da extração de mais-valia absoluta e relativa, na medida em que o trabalho “sob

⁸ De fato, o surgimento, por exemplo, do “prosumer”, como nova figura histórica da alienação e exploração do trabalho, é paradigmático dessa nova etapa de acumulação do capital. Trata-se de um processo gradual de confusão e enleamento das fronteiras que separam trabalhador e consumidor. O trabalho pode ser visto como consumo e vice-versa. FONTENELLE, Isleide Arruda. *Prosumption: as novas articulações entre trabalho e consumo na reorganização do capital*. In: Revista de Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 51, N. 1, jan/abr 2015, p. 84.

⁹ Auf diese Weise bilden einerseits die Kultur – und Freizeitindustrie neun Sphären der Arbeit aus, andererseits wird auch die Freizeit als solche der Arbeitszeit angeglichen. KURZ, Robert. *Die Diktatur der abstrakten Zeit. Arbeit als Verhaltensstörung der Moderne*. In: Feierabend! Elf attacken gegen die Arbeit. Hamburg: Konkrete Literatur, 1999, p. 77. Disponível em: <https://www.krisis.org/Wp-Content/Data/Feierabend.pdf>. Acessado em: 31/01/2022. (Todas as traduções neste artigo são de responsabilidade do autor)

demanda” exige flexibilização relativamente à jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que exige a redução da diferença entre o trabalho concretamente realizado e o trabalho formalmente contratado. Dito de outro modo, o trabalhador terá prolongada sua jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que produzirá mais em um tempo cada vez menor.

Nessa perspectiva, o processo de uberização do trabalho deve ser compreendido como expressão contemporânea da intensificação e flexibilização do trabalho. Nessa nova forma de acumulação do capital, as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, de tal modo que assumem a aparência de prestação de serviços. No entanto, sua característica precípua é a manifestação de formas distintas de assalariamento, incluindo tanto a exploração de mais-valia quanto a espoliação do trabalho, já que essas empresas repassam grande parte dos custos de sua operação para os trabalhadores. Com isso, essas plataformas digitais se apropriam da mais-valia gerada pelos trabalhadores, burlando sistematicamente as formas existentes de regulamentação do trabalho.

No caso do Brasil, o processo de intensificação, flexibilização e desregulamentação aprofundou-se drasticamente com a sanção, em 2017, da Lei 13.467 por parte do então presidente Michel Temer. No entanto, esse movimento só foi possível graças ao golpe jurídico-parlamentar e empresarial conduzido contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O que se verifica a partir daí foi o recrudescimento do processo de expropriação do trabalhador como, por exemplo, a perda de direitos trabalhistas – ataque à fonte de financiamento dos sindicatos, instituição do banco de horas, aumento da jornada de trabalho, perda do acesso ao seguro desemprego, redução pela metade do pagamento do aviso-prévio e da multa do fundo de garantia e muito mais. Com isso, “passou-se a boiada” da flexibilização e intensificação do trabalho, próprias do trabalho uberizado. Enfim, a plataforma digital é o meio de produção contemporâneo que garante a subsunção real do trabalho e do trabalhador ao capital, porquanto, simultaneamente, se constitui como uma relação de subordinação e inclusão (espécie de fagocitose) dos primeiros (trabalho e trabalhador) ao segundo

(capital). Trata-se, portanto, de uma determinação do movimento histórico, segundo a qual a empresa uberizada, progressivamente, vem ocupando o lugar de empresas tradicionais, visto que apresentam a vantagem da redução do capital constante adiantado pelo capitalista e da redução dos custos com capital variável, em decorrência da vinculação do salário do trabalhador à realização efetiva do valor.

REFERÊNCIAS:

FONTENELLE, Isleide Arruda. *Prosumption: as novas articulações entre trabalho e consumo na reorganização do capital*. In: Revista de Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 51, N. 1, p. 83-91, jan/abr 2015.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001

MARX, Karl. *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*. Frankfurt am Main: Editorische Notiz, 2014.

KURZ, Robert. *Die Diktatur der abstraten Zeit. Arbeit als Verhaltensstörung der Moderne*. In: Feierabend! Elf attacken gegen die Arbeit. Hamburg: Konkrete Literatur, 1999.



Ilustração de
Matheus Fagundes
Xistiuk

Clichê¹

Natalia Borges Polesso

Comprei uma caixa² de morangos no supermercado. Comprei uma caixa de amoras também. E duas cervejas. Cheguei em casa, guardei as frutas na geladeira e bebi as duas cervejas. Às vezes penso se não é por vergonha que também compro as frutas.

No outro dia, depois de jejum forçado por gastrite conjugal e falta de apetite, por obrigação, peguei os morangos. Precisava comer algo saudável, algo que me alegrasse o estômago, o paladar e a alma. Puxei o invólucro de plástico da bandejinha também de plástico. Quanto plástico, pensei. Nem sei mais o gosto do morango ainda sujo de terra, de mijo de cachorro, do que fosse, só conheço o gosto das coisas plásticas. Quando terminei de abrir a bandeja, olhei os morangos ali tão vermelhos, pareciam ter asfixia-

¹ Conto originalmente publicado no sexto volume de *Desassossegos*, em maio de 2021.

² Do livro *Recortes para álbum de fotografia sem gente*, 2013.

do, estavam mofados. Era uma merda de um clichê intelectualoide sobre minha mesa. Um fracasso de prateleira e um sucesso de estante. Sobre a mesa, dois cotovelos encardidos, dois braços bronzados, duas mãos ostentando dedos de unhas vermelhas apoiando uma cabeça pesada, cheia de mofo também, como os morangos. Como os morangos, soco goela abaixo, como prêmio de consolação. Penso nas coisas incompletas ou mal cuidadas. Um após o outro, os morangos. Uma após as outras, as coisas. Minhas unhas tão suculentas, bem mais vermelhas e eufóricas que aqueles morangos. Como as unhas também? Como a raiva? A audácia? A inércia? A própria pele? O próprio desagrado?

É tempo de pensar o irreal. Comprei uma caixa para caber tudo o que fosse falso. Comecei pelos desencontros e todos os diamantes que guardava no cofre. Arrastei tudo com a mão, joguei tudo para dentro. Depois foi a vez da cabeça, em repetidos movimentos, para cima e para baixo. Em seguidos consentimentos, sim, sim, sim. Tudo caía, se desprendia sem esforço. Pensei se em algum momento aquilo tudo teria feito parte de mim. Transbordava a caixa. Eu ficando vazia. Grandes lacunas entre todas as afirmações, sim sim sim. Pequenas ilhas de certeza boiando num vácuo oceânico de hesitações. Quando terminei, encarei os morangos. Eram angústias reais.

Lembrei de um saco onde eu guardava medalhas, cartas, mechas de cabelo, desenhos e instruções. Minha mãe jogou fora, sem o meu consentimento, há muito tempo. Pensou que aquelas coisas não tinham valor. Hoje eu não sei dizer se tinham, elas não fazem diferença. Talvez elas pudessem preencher as lacunas em mim. Mas eu não sei, nem vou saber. É melhor ocupá-las com outra coisa, como morangos ou unhas vermelhas. Ou ainda com grandes clichês. Uma estante cheia de papel saturado de palavras, grandes nomes, grandes clássicos, pequenas dores. Pequenas epifanias.

Lembrei dela, não sei se era um arremedo de ideia ou um arre-medo dela? Estava tão magra e espinhenta. *É inevitável, tu és a minha pequena epifania, aquilo que me faz descobrir mais em mim – não havia muito a ser descoberto – mais do que eu gosto e mais do que eu desaprovo em mim mesma. Tu és minha pele, meu conforto, meu conto favorito.* As memórias soterradas pelo vazio de agora tinham um gosto distante. Pareciam novidades, descobertas, as velhas coisas que a paixão ou o engano fazem, distorcem, e faziam sentir os arrepios do primeiro beijo roubado – talvez não seja um arrepio, mas sim um mau pressentimento –, e a dor do último tapa – que não foi o último, posto que ainda houve tanta agressão/violência.

Lembrei de uma chinelada que levei da minha avó. Com cinco anos de idade eu resolvi ir embora de casa. Arrumei uma mochila com roupas velhas, viveria na rua, logo, na minha cabeça infantil, só poderia usar roupas rotas. Quando ia atravessando a quinta rua, levei um puxão de orelha e uma chinelada. Minha avó me agredia com todo aquele amor ressentido. Tapas e choro contidos e nunca mais faça isso. Gradearam a casa, dali em diante eu só brincava no pátio com portão trancado e sob o olhar magoado da minha avó. Ontem foi aniversário dela, liguei.

Lembrei dos meus irmãos que já não eram os mesmos. Uma vez brincávamos num montinho de areia, numa construção ao lado de casa. Enterrados até os joelhos na areia, ríamos sem nos dar conta do quão rápido cresceríamos e perderíamos a vontade de brincar assim. E teríamos nojo de areia em construções. Somos tão diferentes apesar da mesma cara borges-polesso.

Eu queria alargar as lacunas ainda mais, balancei a cabeça novamente. Erosão de lembranças, as distâncias mais simbólicas, as memórias menos tenazes, quase nas imediações do mito. Lembrei. Lembrei. Lembrei de algo que não era mais meu. Lembrei do gosto da tua boca depois de comer os morangos mofados.

A REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NO CINEMA A PARTIR DOS LIVROS A MÍSTICA FEMININA [BETTY FRIEDAN] E O MITO DA BELEZA [NAOMI WOLF]¹

por Natália Bocanera Monteiro Latorre

O feminismo não é uma luta nova, em que pese sua atual evidência. Muito embora tenha se consolidado como movimento há relativamente pouco tempo, é certo que os desafios enfrentados pelas mulheres para o alcance da igualdade de gênero não encontram um fim. E talvez nunca o encontrem. Com o advento das mídias sociais, o feminismo tornou-se acessível, evidenciando a urgência de uma mudança de postura e reestruturação social.

A influência das linguagens artísticas na formação cultural e educação não só salta aos olhos como é fundamental para a construção social. Não só a arte imita a vida. A vida imita a arte, certamente. E o cinema vem espelhando e influenciando tempos.

De tal premissa, abordemos, brevemente, a representação e representatividade feminina no cinema (ou a falta dela) e sua influência na sociedade ocidental a partir dos livros *A Mística Feminina*

¹ Artigo originalmente publicado no sétimo volume de *Desassossegos*, em outubro de 2021, com o título *A representação da mulher no cinema a partir dos livros *A Mística feminina* (Betty Friedan) e *O Mito da beleza* (Naomi Wolf)*.

e *O Mito da Beleza*, aventando como o cinema auxilia no processo de formação de pensamento crítico.

O livro *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, foi publicado em 1963² e se tornou um marco para a segunda onda feminista. O livro refletiu um complexo estudo feito pela autora sobre mulheres num contexto pós 2ª Guerra Mundial. Havia um incentivo de reestruturação econômica e levante capitalista que retirou as mulheres do mercado de trabalho para ceder espaço aos homens sobreviventes do conflito, alocando-as no ambiente privativo do lar, sendo amplamente disseminada a ideia de que a mulher pertencia ao lar, e que seu objetivo de vida consistiria em casar-se, ter filhos e zelar pela família.

Às mulheres foi incutida a ideia do consumismo em resposta à necessidade de alimentação do setor industrial da época. A autora constatou nas mulheres estudadas um aumento significativo de casos de depressão e doenças mentais, e buscou descobrir as origens de tal problemática, a chamada “mística feminina” ou “problema sem nome”, que parecia perseguir silenciosamente o feminino da época.

O dito “problema sem nome”, em linhas muito simples, consistia em um sentimento de vazio e angústia que as mulheres silenciosamente compartilhavam, e que se conclui estar atrelado à falta de objetivo e à ausência de um papel social fora dos lares.

Nesse contexto, o cinema exerceu grande influência na reprodução da figura feminina como pertencente ao âmbito doméstico. Tratava-se de uma imposição velada e implícita. Vendia-se a imagem da mulher ideal tal como a mística exigia, ideia que passou a ser reformulada e repensada a partir da publicação do livro de Friedan.

Importante considerar que Hollywood foi construída sob ótica masculina, branca, cis e heterossexual. Dessa forma, nos termos da “mística”, as mulheres retratadas no cinema rememoravam seus impostos papéis sociais como mães, esposas e cuidadoras do lar, estereótipo que ainda persegue as mulheres de hoje e que con-

² Data da primeira publicação: 19 de fevereiro de 1963

tinua sendo reforçado em algumas obras cinematográficas mais descuidadas.

O cinema principalmente dominado pelas grandes produtoras vem formando estereótipos femininos que a sociedade tem dificuldade de se desvincular. Personagens femininas possuíam, em rápida análise, dois tipos de papéis: o papel feminino casto, a mulher feita para o casamento, submissa, cujo único objetivo é transformar a vida do homem, e o papel feminino sexual, da amante objeto de desejo, cujo objetivo é desvirtuar o homem e afastá-lo da família.

O cinema acompanhou a obra literária, não necessariamente em termos de influência, mas em concomitância, a partir da necessidade de mudança. No fim da década de 1950³, figuras como Marilyn Monroe e Audrey Hepburn inauguraram uma revolução feminina de libertação sexual e social dos padrões da mística, inserindo a imagem da mulher não atrelada ao lar, figuras com escolhas e desejos próprios.

Não há de ser ignorado o quão problemática foi a concepção de tal revolução e suas implicações na criação da imagem da mulher objeto de contemplação e propriedade masculina. Porém, a partir de uma sociedade em que as mulheres foram relegadas ao lar, o fato de ser permitido à mulher mostrar-se como ser dotado de individualidade e sexualidade próprios pode ser tomado como um grande avanço.

Décadas depois, em 1990, a obra *O Mito da Beleza*, de Naomi Wolf⁴, denunciou o silencioso aprisionamento da mulher através das exigências atribuídas à sua aparência. Wolf revela as influências estruturais que sujeitam a mulher e a forma como a sociedade constantemente busca torná-la submissa, imperceptivelmente, ao patriarcado. Na medida em que direitos femininos são conquistados, mulheres são aprisionadas por outros meios – a exigência de um padrão de beleza inalcançável.

³ Obras cinematográficas como *Quanto Mais Quente Melhor* (1959), de Billy Wilder, e *Bonequinha de Luxo* (1961), de Blake Edwards.

⁴ Primeira publicação em 1990.

Sua obra surgiu após um conceito de antifeminismo da década de 80. Nessa época, a reflexão desse movimento no cinema trouxe a imagem de personagens passivas à violência sexual. Veja-se, por exemplo, em obras famosas como *Grease – Nos Tempos da Brilhantina* e *De Volta para o Futuro*, em que a mudança física em prol de desejos masculinos e o estupro ocorrem de forma naturalizada. Esse fenômeno é perceptível também na arte musical, que representava com frequência mulheres sendo perseguidas e violentadas sexualmente (como exemplos, *Thriller*, de Michael Jackson, e *Used to love her*, do Guns N’ Roses). Tal período nos parece ter colaborado para o surgimento da cultura do estupro enfrentada, hoje, pela mulher.

O cinema é um retrato de seu tempo, sendo também responsável por ditar as regras de seu tempo. Dessa forma, a denúncia de Wolf é uma crítica direta ao padrão de beleza ditado pelas telas. A representatividade feminina no cinema, além de já encontrar barreiras no protagonismo masculino, mostra-se problemática pela falta de diversidade de raça, cor e padrões de beleza reais.

Wolf traz, dentre outros fatores, culpabilidade pelo aprisionamento feminino ao “mito da beleza” e à busca por um padrão de beleza inatingível às indústrias farmacêuticas, de cosméticos e de cirurgias plásticas. E se faz notória a influência e colaboração das mídias em geral para o cultivo desse aprisionamento inconsciente. Vendem-se promessas de uma pele perfeita (geralmente branca), de um cabelo perfeito (majoritariamente liso), de uma magreza desproporcional ao corpo da maioria das mulheres.

E o cinema cumpriu seu papel como perpetuador do mito, trazendo atrizes portadoras de uma beleza irreal. É chocante constatar que a sociedade normalizou que a mulher arrisque sua vida em prol da beleza. Tornou-se plenamente aceitável que a mulher se torne bulímica e adoeça em prol da magreza.

Além disso, é inegável que o cinema associa a beleza feminina à juventude. As atrizes parecem possuir um prazo de validade menor que ao atribuído aos atores no que se refere à idade – mulheres acima dos 40 anos possuem menos falas e representam personagens geralmente muito restritos.

Por outro lado, fora de Hollywood existe representatividade feminina já há muito. Os filmes de Hayao Miyazaki, por exemplo, costumam trazer não só protagonistas femininas, mas que possuem jornadas próprias e interessantes por si, independentes do universo masculino.

Impossível não falar em representatividade sem mencionar o “Teste de Bechdel”. Idealizado por Alison Bechdel através de uma tirinha crítica aos filmes hollywoodianos, o teste, embora não absoluto, nos serve à reflexão. As regras são simples. Para aprovação, é necessário o cumprimento de três requisitos: 1) O filme possui duas ou mais personagens femininas com nomes? 2) Elas conversam entre si? 3) O assunto da conversa é algo que não seja homem ou qualquer assunto relacionado a romance?

Os requisitos são singelos, mas é fácil perceber que a maioria dos filmes que já assistimos e, inclusive, obras que apreciamos, não passam pelo teste.

O cinema sabe bem das marcas que deixou e as mulheres que ajudou a destruir. A indústria cinematográfica foi responsável, e muito, por reforçar estereótipos de acordo com o que era esperado socialmente à sua época. Não é o cinema em si o único culpado pelos fantasmas que ainda nos perseguem. As inúmeras amarras que aprisionam as mulheres são difíceis de ser desatadas. Trata-se de uma complexidade de elementos cuja origem é de árdua percepção, mas que refletem quase sempre um interesse de mercado e de proteção de privilégios.

Há, atualmente, um esforço considerável em prol de uma mudança positiva de paradigma na representação e representatividade feminina. As mídias sociais, ainda que entre muitos pecados, colaboraram sobremaneira para a democratização da discussão de temas sociais, como a igualdade de gênero, fazendo com que ultrapassassem as barreiras acadêmicas e se tornassem temas populares amplamente discutidos. O cinema, por sua vez, encontra-se cada vez mais presente dentro das casas por meio das plataformas de *streaming*, tornando-se um meio artístico popular e de fácil acesso.

Nessa esteira, a democratização da arte faz surgir o debate.

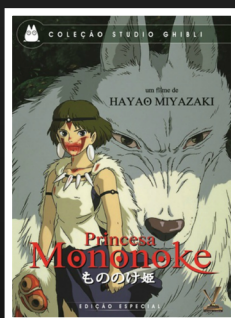
E do debate, decorre a conscientização. A sociedade não mais tolera a falta de representatividade nos cinemas e não somente no âmbito de gênero. A conscientização da precariedade estrutural em que a sociedade vem sendo construída, e seu reflexo no meio cinematográfico, é urgente e importante meio de reconhecimento de mecanismos de manipulação a que diariamente somos expostos e que devem ser diariamente enfrentados. Não para nos afastar do cinema, de forma alguma, mas usá-lo, para além do entretenimento, como instrumento de olhar crítico, como objeto de estudo a nos engrandecer e nos tornar positivamente exigentes.

>>> Indicações de Filmes



O Retrato de uma Jovem em Chamas, de Céline Sciamma

Este longa francês é desenvolvido por mulheres e aborda temas como representatividade feminina e sororidade.



Princesa Mononoke, de Hayao Miyazaki

Essa animação japonesa, lançada em 1997, além de trazer protagonistas e personagens femininas, é um filme sobre lutas e carrega fortemente a ideia do ecofeminismo.



PESSOAS

Adriana Carrijo

Doutora e pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Adriana Rita Tremarin

Mestre em Geografia Humana pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Lecionou em instituições de ensino públicas e particulares e em todos os níveis da educação básica ao ensino superior. Trabalhou também na pós-graduação com a formação de professoras/es.

André J. Schneider

Mestrando em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul - RS.
Professor de Filosofia do Instituto Federal do Amazonas - IFAM,
Campus de Humaitá.

Andréa Mazurok Schactae

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.
Professora de História do Instituto Federal do Paraná - IFPR,
Campus Telêmaco Borba, e do Mestrado Profissional em História
da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

Ana Kathia Silva dos Santos

Formada no Curso Técnico Integrado em Automação Industrial
pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Telêmaco Borba.
Estudante de Engenharia de Software pela UNICESUMAR.

Ana Pérola Oliveira da Silva

Estudante do curso de Enfermagem pela Universidade Federal de
Santa Catarina - UFSC.

Cezar Tridapalli

Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná -
UFPR. É autor dos romances *Pequena biografia de desejos* (2011),
O beijo de Schiller (2014) – vencedor do Prêmio Governo de Minas
Gerais de Literatura 2013 –, e *Vertigem do Chão* (2019). Trabalha
como tradutor.

Daniel José Gonçalves

Doutorando em Letras pela Universidade de São Paulo - USP.
Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Paraná - IFPR,
Campus Telêmaco Borba, e um dos criadores de Desassossegos.

Danielle Annoni

Mestre em Direito e Relações Internacionais e Doutora em Direito Internacional, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora de Direito Internacional Público e Direitos Humanos na Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Felipe Comitre

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, *Campus* Rio Claro. Licenciado e bacharel em Geografia pela mesma instituição. Professor de Geografia no Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Pinhais.

Giselle Moura Schnorr

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. Professora de Filosofia da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, *Campus* União da Vitória.

Gustavo C. Bahr

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Membro do Grupo de Pesquisa Interconexões (UEPG). Professor de Geografia do Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Telêmaco Borba.

Gustavo F. Olesko

Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, onde também fez mestrado. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP. Foi professor substituto na UFPR e no IFPR, *Campus* Campo Largo. Atua como professor do Ensino Médio e Pré-vestibular. Marxista heterodoxo quase anarquizante.

Hein Leonard Bowles

Foi professor de Linguística da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG - e Editor-chefe da EDUEPG. Atualmente é escritor e editor da Todapalavra Editora.

Igor de Barros Ferreira Dias

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor de Geografia do Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Campo Largo.

Isabella Martins

Estudante do Curso Técnico Integrado em Mecânica Industrial pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Telêmaco Borba.

Jeanine Geraldo Javarez

Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, especialista em Narrativas Visuais e mestre em Estudos da Linguagem. É autora dos livros *O animal que me tornei* (2018) e *As folhas vermelhas do outono* (2020). Professora de Língua Inglesa do Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Pinhais.

João Anzanello Carrascoza

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP. Escritor premiado nacional e internacionalmente. Dentre suas últimas obras, destacam-se: *Trilogia do Adeus* (2007), *O mínimo imenso* (2021), *O Armazém do Sol* (2021).

Joel Júnior Cavalcante

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Professor de sociologia do Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Astorga.

José Aparício da Silva

Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Professor de História do Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Pinhais, e um dos criadores de Desassossegos.

Lilian de Assis Gonçalves

Formada no Curso Técnico Integrado em Mecânica Industrial pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Telêmaco Borba. Estudante do curso de Design de Interiores pela EBAC.

Lohany de Oliveira Ferreira

Formada no Curso Técnico Integrado em Automação Industrial pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Telêmaco Borba.

Luciana Panke

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP, com pós-doutorado em Comunicação Política (UAM-México). Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Líder fundadora do grupo de pesquisa Comunicação Eleitoral.

Luiz Ruffato

Escritor premiado nacional e internacionalmente, com obra traduzida para diversos países. Dentre seus trabalhos, destacam-se: *Eles eram muitos cavalos* (2001), *Estive em Lisboa e lembrei de você* (2009), *Flores artificiais* (2014), *De mim já nem se lembra* (2015), *Inferno provisório* (2016), *O verão tardio* (2019) - todos romances. *As máscaras singulares* (poemas, 2002), *Minha primeira vez* (crônicas, 2014), *A história verdadeira do Sapo Luiz* (infantil, 2014) e *A cidade dorme* (contos, 2018,).

Marcelly Maria Souza da Cruz

Formada no Curso Técnico Integrado em Automação Industrial pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Telêmaco Borba. Estudante do curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Em 2021, foi representante do Conselho Municipal de Cultura de Telêmaco Borba, ocupando cargo eletivo.

Mateus Henrique Alves de Oliveira

Estudante de Filosofia na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Revisor de textos, escritor de gaveta e amante de literatura.

Matheus Fagundes Xistiuk

Estudante do Curso Técnico Integrado em Informática para Internet pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Telêmaco Borba.

Mayco A. Martins Delavy

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor de Filosofia da Rede Estadual do Paraná e um dos criadores de Desassossegos.

Miriam Alves

Escritora e ativista, foi integrante do coletivo cultural *Quilombhoje* de 1980 a 1989, sendo uma das primeiras mulheres a fazer parte do grupo. Participou de diversas antologias de contos e poemas e é autora de diversas obras, dentre as quais destacam-se *Momentos de Buscas* (poemas - 1983), *Maréia* (romance - 2019) e *Juntar Pedacos* (contos - 2019).

Nádia Souki

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Graduada em Psicologia pela mesma universidade. Professora de Filosofia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte - MG.

Natália Assueiro Carneiro

Formada no Curso Técnico Integrado em Automação Industrial pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus* Telêmaco Borba. Estudante do curso de Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Natália Bocanera Monteiro Latorre

Especialista em Direito Processual Civil pela Escola Paulista de Direito. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Padre Anchieta. É advogada atuante na cidade de Jundiaí - SP. Escritora e cofundadora do site Coletivo Crítico.

Natalia Borges Polesso

Doutora em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Publicou os livros de contos *Recortes para álbum de fotografia sem gente* (2013), vencedor do Prêmio Açorianos, e *Amora* (2015), que venceu o Prêmio Açorianos e o Prêmio Jabuti. *Coração à corda* (2015) e *Pé atrás* (2018) são suas incursões na poesia. *Controle* (2019) e *Corpos Secos* (2020), com Samir Machado de Machado, Marcelo Ferroni e Luisa Geisler, são seus trabalhos de romance.

Nivaldo Brito

Poeta, editor da Selin Trovoar, mestrando em Letras pela Universidade de São Paulo - USP e retirante.

Olivia da Silva Marsola

Trabalha para a realização do sonho de abrir um estúdio e atuar como *body piercing* e tatuadora.

Paulo Venturelli

Professor aposentado de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Paraná - UFPR. É autor de mais 20 livros, dentre os quais destacam-se *Anjo Rouco* (infantil, 1994), *Helena Kolody: investindo no próprio tom* (estudo crítico, 1995), *Fantasmas de Caligem* (contos, 2006), *Histórias sem Fôlego* (contos, 2010), *Visita à baleia* (infantil, 2012) e *Bilhetes para Wallace* (poemas, 2017).

Peterson Nogueira

Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professor do Instituto Federal do Paraná - IFPR, *Campus Irati*.

Raquel Zanini

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Atua na formação cultural de professores da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba - PR e como pedagoga no Colégio Estadual do Paraná.

Regina Dalcastagnè

Doutora em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professora de Literatura Brasileira da Universidade de Brasília - UNB. Pesquisadora do CNPq e coordenadora do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea.

Roberto Amaral

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Professor do Curso de Licenciatura em Filosofia, do Curso de Especialização em Ética e Ensino de Filosofia e do Mestrado Profissional em Filosofia - PROF-FILO da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Rondnelly Diniz Leite

Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET MG.

Vima Lia de Rossi Martin

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo - USP. Professora de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da USP - São Paulo.

Zoia Ribeiro Prestes

Graduada e mestre em Pedagogia e Psicologia Pré-Escolar pela Universidade Estadual de Pedagogia de Moscou e Doutora em Educação pela Universidade de Brasília - UnB. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião dos editores e dos organizadores deste livro. A reprodução parcial dos textos é permitida desde que devidamente citada a fonte e autoria.

ESPALHE DESASSOSSEGOS.

revistadesassossegos@gmail.com



[@revistadesassossegos](https://www.instagram.com/revistadesassossegos)



[@desassossegosif](https://twitter.com/desassossegosif)



[Canal Revista Desassossegos](#)



Revista Desassossegos - ISSN 2595-6566

Desassossegos no Percurso:

uma reunião dos 4 anos de revista

Esta é uma obra que, para muito além de um "resumo", pretende ser um gatilho para outras leituras, para apreciação de obras, ideias para planejamento de aulas e para sairmos de nossa zona de conforto, seja intelectual, política ou existencial - objetivos que sempre estiveram na mira de Desassossegos.

ISBN 978-65-89612-02-5



9 786589 612025